

**O FINAL DE  
UMA GUERRA E  
SUAS QUESTÕES  
LOGÍSTICAS: O  
CONDE D'EU  
NA GUERRA DO  
PARAGUAI  
(1869-1970)**

**BRAZ BATISTA VAS**

**O FINAL DE UMA  
GUERRA E SUAS  
QUESTÕES LOGÍSTICAS**

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO  
Responsável pela publicação desta obra

Tânia da Costa Garcia  
Márcia Pereira da Silva  
Susani Silveira Lemos França

BRAZ BATISTA VAS

O FINAL DE UMA  
GUERRA E SUAS  
QUESTÕES LOGÍSTICAS:  
O CONDE D'EU  
NA GUERRA DO  
PARAGUAI  
(1869 – 1870)

CULTURA  
ACADÊMICA   
*Editora*

© 2011 Editora UNESP

**Cultura Acadêmica**

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.culturaacademica.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

V444f

Vas, Braz Batista

O final de uma guerra e suas questões logísticas : o conde d'Eu na Guerra do Paraguai (1869-1870) / Braz Batista Vas. - São Paulo : Cultura Acadêmica, 2011.

316p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-180-5

1. Paraguai, Guerra do, 1865-1870. 2. Brasil - História militar.

I. Título.

11-6620.

CDD: 989.205

CDU: 94(89.2)"1865/1870"

---

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias  
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

*À minha esposa, Leide S. Monteiro Vas,  
farol da minha vida, com amor,  
a meus pais, Aparecida Baptista de Jesus Vas  
e José Batista Vas Filho,  
e minhas tias, Rita Vas Batista e  
Conceição Batista Vas,  
por sempre me apoiarem.*



# AGRADECIMENTOS

Após laborioso período de realização deste trabalho, deixo registrado aqui os meus absolutos e sinceros agradecimentos a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para torná-lo possível; em especial, a algumas pessoas sem as quais não seria viável a execução deste estudo e a publicação deste livro.

Assim, agradeço sinceramente ao meu orientador, Samuel Alves Soares, pela confiança, pelo apoio e pelas orientações precisas e estimulantes conversas que tivemos mesmo a longa distância; ao capitão Francisco Corrêa e a todo o Arquivo Histórico do Exército (AHEX), pelas suas sugestões e pela franca e enriquecedora pesquisa das fontes ali depositadas; ao Museu Imperial, em especial a divisão de arquivos, pelo auxílio quanto às fontes e pelo profissionalismo dos funcionários que me atenderam; ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), pela presteza em disponibilizar uma série de obras do século XIX, em formato digital; ao colegiado do curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína, minha casa profissional desde 2003; a CAPES, pela bolsa pró-doutoral; e ao Museu Imperial, pelos documentos da família imperial que encerra e pela ponte que faz com arquivos que demandam autORIZAÇÃO dos descendentes da família imperial, como é o caso do Arquivo Grão-Pará, que foi fundamental para este trabalho. Também não poderia deixar de destacar o acervo do IEB e a presteza com que

disponibilizaram, após pedido de digitalização, várias publicações do final do século XIX e início do XX, que agora estão ao alcance de todos com acesso à internet.

Agradeço, também, de uma forma muito pessoal e especial à minha esposa Leide S. Monteiro Vas, pela paciência e pelo amor nesses dias atribulados; à minha sogra Josefa Maria Monteiro, pelo apoio e carinho; à minha irmã Cilene Batista Vas, aos meus pais, José Batista Vas Filho e Aparecida Baptista de Jesus Vas, e às minhas tias Rita Vas Batista e Conceição Batista Vas, pelo incentivo e apoio; aos colegas: Valéria da Silva Medeiros, pelo auxílio com o inglês e pelas leituras, revisões e sugestões; Isabel Cristina Teixeira, pelas leituras, revisões e sugestões; Vasni de Almeida, Dernal Venâncio Ramos Junior e Dimas José Batista, pela leitura atenta e sugestões; a Silvia Donizete Resende, Celina Kanaciro e Fábio Zerbini, pela amizade e pelo apoio logístico em Franca e São Paulo.

Por fim, não poderia deixar de prestar minha homenagem e agradecimentos aos professores Héctor Luis Saint-Pierre e Suzeley Kalil Mathias, por acompanharem minha trajetória na Unesp, *campus* de Franca, desde os tempos de graduação, pelas conversas, orientações e enriquecedora amizade da qual sou tributário. No mais, a todos os demais amigos e colegas, próximos e mais distantes, que de alguma forma contribuíram com esta minha jornada.

Este livro traz em si, um pouco de mim e um pouco de todos que me cercam!

# SUMÁRIO

Introdução 11

1 A Guerra do Paraguai em perspectiva 31

2 As Forças Terrestres Brasileiras e a Logística 65

3 Manutenção da guerra pelo Brasil: considerações  
sobre a Logística no final da Guerra do Paraguai 115

4 O conde d'Eu, a guerra e suas questões logísticas 173

5 D'Eu, Paranhos e as providências ao final da guerra 255

Considerações finais 293

Referências bibliográficas 303



# INTRODUÇÃO

No texto “Documento/monumento”, Jacques Le Goff (2003, p.525-41) traduziu de forma excepcional os dilemas do historiador diante do ofício de trazer à luz aquilo que, imaginado antes como insípido ao paladar do fato histórico tradicional – tal qual se verifica no ideário positivista –, agora merece tanta ou a mesma atenção dada à política ou à economia. Em seu texto, ele trata daquilo que pode ser explorado pelo historiador como documento, não necessariamente e tão somente os documentos escritos, assim, voltamos às transformações rumo à construção social, pontual ou coletiva, dos marcos comemorativos, das alternâncias historiográficas, dos avanços e das limitações técnicas, das vivências e dos problemas cotidianos como instrumentos de disputa e embate de projetos de memória. Para Le Goff,

[...] a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador. (Le Goff, 2003, p.525-6)

Eis o desafio que se coloca, também, à História Militar. Com relação ao evento conhecido como Guerra do Paraguai, esses projetos de memória sacralizam ou obscurecem variações de um mesmo tema. Disso resulta uma série de dificuldades e desafios em perscrutar os meandros de aspectos diversos desse conflito.

Os historiadores se interessam pela memória como um fenômeno histórico; pelo que se poderia chamar de história social do lembrar. Considerando-se o fato de que a memória social, como a individual, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo. As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade. (Burke, 2006, p.73)

Desse modo, procuraremos tratar da história da Guerra do Paraguai e de suas diversas memórias e histórias. Considerando-se que o Brasil vive um momento extremamente propício à retomada do olhar do historiador em relação à história militar nacional e que a Guerra do Paraguai é um evento rico em diversas temáticas possíveis de serem exploradas, este trabalho justifica-se, inicialmente, pela necessidade de se ampliar o olhar de historiadores sobre os eventos militares, suas ramificações e implicações no campo da política e da cultura, ou da cultura política, haja vista que, segundo Castro, Izecksohn e Kraay,

[...] durante a maior parte do século XIX, a história militar foi frequentemente associada a outros campos da história e mesmo da literatura. Seria difícil dissociá-la desses gêneros para considerá-la um campo próprio. O que é atualmente visto como a história militar tradicional – os estudos minuciosamente documentados das instituições, guerras, campanhas, batalhas e táticas – apareceu pela primeira vez no Brasil nos anos de 1890, alcançando seu apogeu na primeira metade do século XX. Esse era, na maioria das vezes, o território de historiadores militares e, ocasionalmente, de admiradores civis. A história militar acadêmica tem tido uma trajetória difícil no Brasil.

[...] A academia dedicou pouca atenção à história militar para além dos estudos do envolvimento militar na política. (Castro; Izecksohn; Kraay, 2004, p.13)

Trata-se de um grande desafio. Seja na duração ou nos elementos que se destacaram por qualquer ato, fato ou façanha, guerras e conflitos têm o que comumente se chama de momento decisivo. Esse momento pode ser apenas um ou vários num mesmo evento histórico.

A Guerra do Paraguai – um dos maiores eventos bélicos da América durante o século XIX, por sua duração e crueza dos fatos – teve alguns desses momentos, que, nas suas múltiplas possibilidades, enveredou pela indefinição quanto a sua rápida conclusão. A guerra principiou entre novembro e dezembro de 1864 e se arrastou até março de 1870, tendo fim com a morte do presidente paraguaio Francisco Solano López. Todavia, o fim de 1868 ensejou o sucesso, extremamente caro e difícil, às forças aliadas do Brasil, da Argentina e do Uruguai numa série de batalhas que foram celebrizadas na historiografia militar brasileira como a “Campanha da Dezembrada”.

Sob o comando de Caxias, viabilizou-se, logo no início de 1869, a conquista da capital paraguaia, Assunção, e a guerra parecia então caminhar logo para o fim. Mas Caxias, ao sabor de muita polêmica, resolveu encerrar sua participação no conflito; alegou problemas de saúde e retornou ao Rio de Janeiro, deixando para trás uma guerra inconclusa nos termos estabelecidos pelo tratado celebrado para unir Brasil, Argentina e, a reboque, o Uruguai. A guerra, que parecia próxima do fim, arrastou-se por mais de um ano a partir desse momento. Este é o momento peculiar, o marco temporal inicial da análise que será feita aqui. Os focos da análise são o encerramento do conflito, suas dificuldades logísticas e os procedimentos militares e diplomáticos do fim da campanha, que deram início a um período de ocupação militar brasileiro-argentino até praticamente 1876.

Após a saída de Caxias, as ações militares aliadas tenderam à estagnação e a erupções de descontrole. Só a indicação e a chegada do conde d’Eu para comandar as forças brasileiras alteraram a situação.

Eis aqui outro ponto importante nesta pesquisa e reflexão sobre esse período: a atuação do conde d'Eu na campanha do Paraguai. Poucos estudos recentes focam na atuação militar e político-diplomática desse comandante das forças brasileiras no momento final da guerra –, fato em grande medida creditado ao alvorecer da República e a sua necessidade de lapidar ícones apropriados aos novos tempos político-institucionais. Tal esmaecimento republicano no tocante a esse período específico do evento merece, assim, atenção do historiador com foco na história militar.

Mesmo com a atuação do conde d'Eu à frente das forças brasileiras e aliadas na fase final da guerra, pretendemos desembaraçar um pouco mais a compreensão do emaranhado de elementos que compunham, no período, o que conhecemos hoje como “logística militar” nos termos da relação entre as necessidades das forças militares brasileiras e o esforço logístico mobilizado – algo vital à manutenção dos esforços de guerra. Nesse sentido, é esclarecedor problematizar essa fase final do conflito de modo a ponderarmos sobre a evolução ou não do funcionamento das engrenagens militares do Império, para verificarmos as marcas de um aprendizado duro e prático em uma guerra longa e desgastante. Não se trata aqui de apresentar uma genealogia do progresso técnico do que se compreende hoje como “logística militar”; mas sim de captar a historicidade das mudanças ocorridas num momento extremo, de conflito real e avassalador, com profundo impacto e variante quanto a valores e significados culturais em geral. Nesse processo, será destacada, em especial, a fase final da campanha, sob a liderança do conde d'Eu. Eis, então, alguns pontos a serem problematizados na análise que se segue: houve aprimoramento dos procedimentos ao fim do conflito em relação a seu início? Como o conde d'Eu contribuiu para tal? Abordaremos essas questões adiante.

Da transição de um personagem a outro na condução dos esforços de guerra, daí para algumas questões “logísticas” da fase final do conflito e, enfim, dessas questões a suas implicações no cotidiano da luta, reverberando na lide militar propriamente dita e na sua correlação com alguns trabalhos diplomáticos e vice-versa. É dessa maneira que buscaremos percorrer um vórtice de ações e/ou inações, de sua

dificuldade prática mais frugal a sua amplitude político-institucional no topo das decisões. Por exemplo, após a ocupação da capital paraguaia, os representantes diplomáticos puderam estender sua atuação direta ao interior da nação guarani, adiantando negociações para a recomposição do Estado paraguaio com a guerra ainda em curso. Essa conexão entre os esforços militares e diplomáticos adiciona outro nome importante a esse contexto, o de José Maria Paranhos, cuja atuação garantiu a aproximação dos interesses e demandas do Império da realidade geopolítica platina e vice-versa. Isso nos leva a algumas intersecções entre os trabalhos militares e os trabalhos diplomáticos e a alguns problemas comuns a ambos, como as condições mínimas necessárias para o avanço das tropas no encalço de Solano López e para a atuação conjunta de forças militares de nacionalidades distintas permeada por desconfianças mútuas e cheias de cautela.

Os problemas vivenciados ao fim da campanha do Paraguai costumam aparecer, em geral, como discretas notas aos feitos de destacadas personalidades históricas. Assim, procura-se aqui aclarar tais problemas em sua dimensão e seu contexto histórico a fim de contribuir para o debate historiográfico e o fazer do ofício do historiador. Como veremos, a preservação da memória e da história do conflito com o Paraguai ocorreu de forma variada: pela publicação de livros, mapas, cartas e jornais; pelas canções que ainda trazem reminiscências desse episódio; pelas fotografias e pinturas que remetem a certas memórias visuais do conflito, a monumentos erguidos em homenagem a personagens que se envolveram diretamente nas batalhas, a fatos e feitos que marcaram certos momentos da guerra; enfim, pelas homenagens feitas – batizando-se ruas, praças, cidades, locais e instituições, a exemplo de escolas e instalações militares que perpetuam algum fragmento da memória e história desse evento nacional. As homenagens e lembranças se espalharam aos poucos. Isso ocorre assim:

[...] o conflito fornecia batalhões de glórias militares, de mortes prematuras e trágicas, de mártires para a pátria e para o imperador que convida homenagear. Maurice Agulhon observa que, em toda parte, os

soldados foram os primeiros a ser representados em estátuas na praça pública, porque ofereciam menos motivo para controvérsia do que os políticos e apareciam como os primeiros servidores da nação (Agulhon, 1988, p.159-60). A Guerra do Paraguai motiva várias encomendas oficiais a fim de fixar para a posteridade os grandes momentos do Exército e da Marinha imperiais, associando-lhes alguns semblantes. A Exposição Geral de 1872 vê assim se defrontarem dois pintores em torno de um único tema. *A Batalha de Campo Grande*, de Pedro Américo, evoca “a bravura do general [conde d’Eu], a dedicação do soldado brasileiro [capitão Almeida Castro], e o momento em que se torna decisiva a nossa vitória” (Catálogo, 1872, p.22). A tela de Vítor Meireles, *Combate naval de Riachuelo*, tem como ator principal o futuro almirante Barroso, que, “imponente sobre o passadiço do imortal *Amazonas* brada – Viva o imperador e a Nação brasileira!”, grito repetido por toda a frota (Catálogo, 1872, p.29). Nos dois casos, as vitórias e os quadros celebram a união da família imperial e da pátria. Na mesma perspectiva, o IHGB toma a iniciativa de organizar subscrições para erguer monumentos equestres a Caxias e a Osório (Paschoal Guimarães, 1995, p.543), recém-falecidos. Dom Pedro II, fato raríssimo, assistiu aos funerais do duque de Caxias, manifestação que o protocolo reservava aos membros da família imperial. Rodolfo Bernardelli é encarregado da execução da estátua do general Osório em 1887. Cabe contudo à República inaugurar esse monumento em 1894, e o dedicado a Caxias cinco anos depois. Os vultos nacionais recolhem apenas as migalhas do culto dinástico no reinado de dom Pedro II. O pai, fundador do Império, é um herói; o filho, pacificador e amigo dos sábios, enverga, sobretudo depois de 1870, as vestes comuns do grande homem (Schwarcz, 1998, p.127). A seus pés, há um lugar para José Bonifácio e Caxias, que completam a lição política e merecem demonstrações cívicas. (Enders, 2000, p.26-7)

A exposição de grandes obras, grandes pinturas cuja temática destacava algumas batalhas da guerra, concomitantemente ao desenvolvimento e à difusão da fotografia, começavam a construir a memória visual desse conflito que ia além de relatos pessoais e publicações da imprensa de então. Nesse processo, cristalizavam-se algumas construções em torno das principais figuras do Império que participaram da guerra. Foi o caso do conde d’Eu na pintura de Pedro Américo.

A Guerra do Paraguai possui um rico arcabouço imagético. Dada a sua importância, para Francisco Alambert:

A Guerra do Paraguai representou no campo da cultura (no sentido das ideologias, das representações e das identidades), o momento em que o mundo imperial escravista enfrentou sua mais forte crise externa e interna. Sobre a república guarani foram atirados exércitos, mas também ideias e imagens que buscavam transferir ao outro as mazelas que nossa realidade nos impunha, o “mal-estar” de nossa “civilização”, para falar com Freud. O Paraguai, bárbaro, incivilizado, autoritário, atrasado aos olhos da cultura da corte, serviria então para nos salvar de nossas próprias condições e definir a imagem civilizada que tanto buscávamos. No espelho do Paraguai – usado como metáfora da situação latino-americana – construiu-se um dos elementos de nossa “identidade nacional”. (Alambert, 2000, p.304)

Como parte dos elementos dessa “identidade nacional”, no dizer de Alambert, esculpíram-se também uma identidade militar e novos condicionantes para a prática militar. A construção ou edificação de mitos e emblemas, cristalizados a partir do olhar artístico, da análise intelectual e da análise militar propriamente dita sobre a Guerra do Paraguai permeiam mais de um século depois o conflito. Este trabalho pretende colaborar para preencher algumas das muitas lacunas que ainda pairam sobre esse evento histórico. Este estudo procura esmiuçar alguns aspectos do que chamamos antes de novos condicionantes da prática militar daquele período.

Vários estudos sobre a Guerra do Paraguai intentam ou geram o congelamento de certas memórias ou histórias, sejam estas construídas ficcionalmente ou não. Esse congelamento, esse “fundamentalismo da memória” (Tedesco, 2004, p.80), autoriza a exibição de um passado exemplar, de uma visão cristalizada e escrava dos determinantes históricos que a geraram sem esclarecê-las totalmente. Além disso, o tema Guerra do Paraguai em si não tem sido muito divulgado em sua nova fase historiográfica; por exemplo, livros didáticos que incorporaram muitas teses da historiografia revisionista das décadas de 1970 e 1980 tardam em absorver a vanguarda historiográfica atual sobre o conflito.

Diversos aspectos – culturais , políticos e econômicos – extremamente relevantes desse conflito ficaram em estado de latência até quase o fim da década de 1980, quando outros estudos começaram a surgir. Dessa feita, é significativo para o debate historiográfico em torno desse tema o estudo de aspectos logísticos, diplomáticos, político-militares e suas inter-relações, na esteira do avanço historiográfico em curso. Noutro exemplo dessa dinâmica, verifica-se que os primeiros heróis de guerra, pela conjuntura e pelo desenrolar dos fatos, serviram menos aos propósitos monárquicos do que aos republicanos. A monarquia, que se enveredou por uma espiral de crises, culminando em seu fim, não soube se assenhorear das imagens dos ditos heróis de guerra, ou dos feitos da guerra, com a mesma destreza e oportunidade com que o fizeram aqueles que os pintaram<sup>1</sup> ainda no período monárquico. Essa guerra esteve, desde seu início, calcada numa lógica de apropriação de espaços perdidos ou ainda em disputa – sejam esses espaços no campo político, econômico ou meramente territorial.

A Guerra do Paraguai, também chamada de Guerra Guaçu ou Guerra Grande ou – como Caxias a chamou – Guerra Maldita (Doratoto, 2002), não foi uma simples guerra: foi a principal grande guerra envolvendo países da região platina, a saber, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; um conflito que marcou profundamente os rumos das nações que o levaram a cabo, com soma elevada de perdas humanas, alterações na configuração geográfica da porção meridional da América do Sul, abalos estruturais político-econômicos nas nações contenciosas (no caso do Paraguai, foi uma mudança drástica) e influências nas esferas sociais, no âmbito cultural e nos ideários nacionais. Em 1864, quando o conflito começou, o Império necessitava reforçar suas bases políticas. Para tal, eram necessárias vitórias rápidas e efetivas, o que não se verificou com a guerra contra o Paraguai, pois a resistência paraguaia e a ineficiência dos aliados

---

1 Pedro Américo, com seu quadro *Batalha de Campo Grande*, ao mesmo tempo em que celebrava um herói de guerra e membro da família real – o conde d’Eu –, promovia seu nome e seu trabalho como pintor.

fizeram os combates se arrastarem por mais de cinco anos. O Brasil encontrava-se totalmente desaparelhado para um esforço de guerra dessa magnitude e, por causa disso, necessitou mobilizar recursos humanos e materiais nunca antes despendidos e de uma forma muito diferente dos conflitos aos quais se envolvera até aquele momento.

A Guerra do Paraguai é um evento de suma importância, pois foi o ponto de partida para o fortalecimento e a relativa “modernização” do Exército brasileiro como instituição, com reflexos marcantes na sociedade, dando outros rumos à história militar brasileira. À medida que a dinâmica da guerra demandava um crescente esforço do Império para recrutar, instruir minimamente, transportar e abastecer a soldadesca, a campanha recrudescia nas batalhas e em problemas decorrentes do cotidiano da guerra. Por trazer os germes que corroeriam a estrutura política monárquica, a guerra impactou sobremaneira a cultura militar dos períodos imediatamente posteriores, mesmo com a insistente política conservadora de redução e desmobilização de efetivos do Exército de Linha. O patriotismo e o incipiente nacionalismo no afluxo inicial de voluntários para defender o país, além da fuga e de demais subterfúgios contra o recrutamento no fim da campanha, dimensionam bem o impacto da guerra na população brasileira daquele período.

A formação dos contingentes da força militar terrestre sempre contou, ao longo de todo o período colonial, com uma porção relativamente grande de improvisado em sua criação e manutenção. Só após a independência, o Brasil começou a formar, de fato, suas forças armadas terrestres e navais, ainda bastante dispersas e heterogêneas, tendo como principal herança do período anterior a precariedade de sua manutenção. Nesse sentido, o século XIX é o grande marco na vida militar brasileira, tanto pela independência quanto pelos eventos bélicos em que o Brasil se viu envolvido. É nesse século que se deu realmente a consolidação das forças militares terrestres e navais. No dizer de Ricardo Salles:

A Guerra do Paraguai se constituiu numa das primeiras experiências de guerra total, coletiva, moderna e nacional do mundo contemporâneo.

Um tipo de guerra em que as cinco dimensões do Estado apontadas por Smith (1992) estariam claramente presentes e em que o conjunto das sociedades envolvidas fosse afetado de modo significativo. Assim como a Guerra Civil Americana, a Guerra do Paraguai implicou este esforço conjunto das principais sociedades protagonistas do conflito. Máquinas administrativas bélicas, direta ou indiretamente sob o controle do Estado, foram montadas para apoiar a ação militar de exércitos baseados no recrutamento universal para alimentar o esforço de guerra que visava à destruição completa do adversário, pronunciando a guerra total de 1914. (Salles, 1997, p.134-5)

Assim, as experiências militares provenientes da guerra civil dos Estados Unidos, além de jogarem por terra a concepção napoleônica de “batalha decisiva”,<sup>2</sup> alcançaram a Guerra do Paraguai em seus anos finais. O esforço de guerra criou problemas que, na maioria das vezes, não foram equacionados de maneira estratégica e taticamente satisfatória. A princípio, acreditava-se numa guerra rápida, como diz Figueira:

Acreditava-se naquele momento que a guerra seria rápida. Os dois lados tinham essa convicção. López estava otimista: tinha uma confiança ilimitada no soldado paraguaio e não acreditava no potencial militar do Brasil. Por sua vez, o otimismo dos aliados pode ser avaliado pela proclamação de Mitre ao falar a uma multidão em Buenos Aires, no dia 16 de abril de 1865: “Em 24 horas aos quartéis, em três semanas em Corrientes, em três meses em Assunção!” (Figueira, 2001, p.23)

Porém, a guerra se mostrou demorada, em renhidos combates com vantagem paraguaia até quase o fim de 1865 e o posterior avanço

---

2 Napoleão implementou profundas alterações na concepção e na organização dos exércitos, dando ao exército francês agilidade e capacidade de reação diante do inimigo, envolvendo-o, minando suas forças e concentrando a ação em pontos decisivos, de forma que toda ação na batalha visava a vitória por meio do confronto e da destruição do inimigo a qualquer custo. Com esta estratégia, Napoleão venceu seus oponentes em 14 batalhas consecutivas. Quando as demais forças militares passaram a utilizar as mesmas estratégias, e a evolução técnica se tornou um elemento importante nos combates, à concepção da “batalha decisiva”, como formulação estratégica, começou a ganhar novas dimensões.

aliado – tortuoso e intercalado por períodos de inação e reorganização das forças até a ocupação da capital paraguaia entre o fim de 1868 e o início de 1869. Na sequência, quando a guerra parecia ganha, o inimigo paraguaio persiste e o conflito se estende por mais um ano.

A cosmologia historiográfica sobre a Guerra do Paraguai é vasta e bastante diversa, e, como tal, suscitou ampla gama de reflexões e análises, que, ao sabor e com o tempero de seu tempo, marcaram de forma indelével as construções e reconstruções culturais a respeito. Além da documentação oficial produzida pelo e para o conflito, este gerou uma série de relatos, reminiscências, lembranças, histórias oficiais e oficiosas, representações, leituras e releituras que compõem uma rica e profusa historiografia específica sobre esse evento histórico.

A historiografia sobre a Guerra do Paraguai neste princípio de século XXI pode ser analisada e perscrutada por uma série de novos referenciais teóricos e metodológicos à disposição do historiador, acrescidos dos saberes de campos auxiliares e interdisciplinares que instrumentalizam as perspectivas analíticas com excepcionais resultados quanto à reconstrução do enorme quebra-cabeça histórico que foi esse evento militar. A apresentação e a problematização das principais correntes historiográficas que se formaram ao longo de toda a literatura sobre o conflito tornam mais claros os marcos conceituais que lastreiam as informações oferecidas nos tópicos posteriores sobre o Brasil Imperial, seus aliados, o Paraguai e a fase final da campanha.

A Guerra do Paraguai apresenta uma historiografia que pode ser dividida, basicamente, em três fases: 1ª) as primeiras obras produzidas – sobretudo as contemporâneas ao evento, tais como depoimentos, crônicas, biografias, memórias e outras – e obras produzidas durante a primeira fase da República no Brasil; 2ª) obras que revisitaram o tema, também chamadas de revisionismo; 3ª) obras atuais, que podem ser denominadas como neorrevisionistas ou pós-revisionista, ou ainda – nas palavras Francisco Doratioto (2009, p.7) – “nova historiografia sobre a Guerra da Tríplice Aliança ou interpretação sistêmica regional”.

As primeiras literaturas produzidas deixam claro, segundo sua interpretação, a intencionalidade da guerra: o evento foi caracterizado como a Guerra *do* Paraguai. Trata-se de uma leitura marcadamente tendenciosa a um nacionalismo incipiente promovido pelos esforços bélicos e abertamente afeita às instituições militares, com algumas variações entre as obras produzidas no fim do período monárquico, à influência positivista e à consolidação republicana. O peso da guerra recai, em sua quase totalidade, sobre as desmedidas intenções expansionistas do Paraguai, visto como anomalia em relação aos outros países da América do Sul, com taxações como *bárbaro* e *incivilizado*. Essa fase historiográfica tem como elemento em comum um marcado caráter ufanista e apologético. Como afirma Maestri,

[...] as leituras apologéticas imperiais foram ampliadas após 1889. As forças armadas republicanas elevaram, à situação de figuras paradigmáticas oficiais, monárquicos – Caxias, Osório, Tamandaré – que intervieram com destaque no conflito, o mais importante jamais combatido pelo Estado brasileiro. (Maestri, 2003)

São referências características a essa fase historiográfica os escritos de Dionísio Cerqueira, Antônio de Sena Madureira, Luiz Schneider, visconde Alfredo d'Escagnolle Taunay, George Thompson e Max von Versen, até a publicação da extensa e detalhada obra do general Augusto Tasso Fragoso, por volta de 1954. Nas publicações dessa vertente, observamos o predomínio de uma análise que contempla os traços clássicos de estudos de história militar, com uma preocupação em detalhar os aspectos geográficos e materiais do conflito, as batalhas, os heróis e seus feitos na guerra, realçando a abnegação e o patriotismo como elementos motivadores do esforço brasileiro de guerra, com ressalva aos textos de George Thompson e Max Von Versen, que dão maior destaque aos feitos paraguaios. Nessa visão, Francisco Solano López, presidente paraguaio, é caracterizado como louco megalomaniaco que trouxe a guerra para a América do Sul – o envolvimento do Brasil no conflito se daria exclusivamente devido à agressão de sua territorialidade por parte do Paraguai.

Na segunda fase, a revisionista, verifica-se uma mudança acentuada no enfoque do conflito. O evento já não era mais a guerra *do* Paraguai, mas a guerra *contra* o Paraguai. A questão passou a ser tratada de forma diferente, com a intenção clara de trazer ao ideário brasileiro pontos para uma reflexão sobre a parcela de culpa do Brasil nesse conflito que tanto martirizou seus envolvidos. No caso específico do Brasil, os representantes dessa historiografia contribuíram para uma dramatização excessiva do desenlace da guerra, integrando a análise desse evento à tese da atuação do imperialismo inglês sobre o conflito como promotor e beneficiário da contenda. Os países-personagens envolvidos no conflito sofreram uma inversão de papéis em relação ao discurso da fase historiográfica anterior. Os vilões passaram a ser os países componentes da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) e o Paraguai passou a ser a vítima das más intenções deles.

São representantes desta fase autores como Leon Pomer e Júlio José Chiavenato, por exemplo. Trata-se de uma produção historiográfica que desenvolveu uma análise interessante de alguns aspectos econômicos do conflito. Mesmo cometendo graves exageros a respeito, ressaltou a necessidade de revisão das estatísticas oficiais sobre a guerra, possibilitando aos trabalhos da terceira fase – o pós-revisionismo – fazer uma aproximação maior da realidade das perdas humanas de fato, dadas as grandes dificuldades para trabalhar com números desse período e conflito em específico. Essa vertente se consolidou na década de 1960, contestando largamente os trabalhos anteriores sobre a guerra e se pautando por uma análise mais economicista do conflito, amplamente influenciada por uma leitura marxista.

Uma das mais importantes teses do revisionismo é a da influência, ou melhor, da atuação do imperialismo inglês como um dos principais agentes causadores da guerra contra o Paraguai, que caminhava a todo vapor rumo a um “pseudossocialismo” sustentado por seu genuíno desenvolvimento autônomo (Pomer, 1981; Chiavenato, 1982). A Inglaterra teria sido a grande fomentadora do conflito, por temer o surgimento de um país autônomo e mercantil concorrente

na América do Sul, e seria também a grande beneficiada, pois não se envolveu diretamente e ainda teria lucrado muito com o conflito. Quanto ao revisionismo, Doratioto considera que:

Os pressupostos e conclusões desses e de outros trabalhos revisionistas sofreram forte influência do contexto histórico em que foram escritos. As décadas de 1960 e 1970 caracterizaram-se, na América do Sul, por governos militares. Uma forma de combater essas ditaduras era minar suas bases ideológicas. Daí, em grande parte, a acolhida acrítica e o sucesso em meios intelectuais do revisionismo sobre a Guerra do Paraguai: por atacar o pensamento liberal; por denunciar a ação imperialista e por criticar o desempenho de chefes militares aliados, quando um deles, Bartolomé Mitre, foi expoente do liberalismo argentino, e, outro, Caxias, tornou-se patrono do Exército brasileiro. É impossível, também, não notar, nas entrelinhas do revisionismo, a construção de certo paralelismo entre a Cuba socialista, isolada no continente americano e hostilizada pelos Estados Unidos, e a apresentação de um Paraguai de ditaduras “progressistas” e vítima da então nação mais poderosa do planeta, a Grã-Bretanha. (Doratioto, 2002, p.87)

Na terceira fase, que pode ser chamada de neorrevisionista, pós-revisionista, nova historiografia ou interpretação sistêmica regional, encontra-se a produção historiográfica, no caso dos autores brasileiros, da década de 1980 em diante. Nessa fase, de forma global ou em recortes específicos, podemos divisar uma nova mudança no enfoque dado à problematização da guerra com o Paraguai promovida por um período de maior acesso a arquivos e documentação a respeito. Dessa fase pós-revisionista, podemos destacar, dentre outros, autores como Wilma Peres da Costa, Ricardo Salles, Leslie Bethel, André Amaral de Toral, Mauro César Silveira, Francisco Doratioto e Vitor Izecksohn.

Essa nova fase tem se pautado no confronto e na aferição das informações disponibilizadas pelas vertentes anteriores, além da ampliação dos horizontes teóricos e metodológicos ao dissecar a guerra e sua multiplicidade de interpretações. Com isso, por

exemplo, temos, por um lado, a contestação da tese revisionista que imputa à Inglaterra a culpa pela guerra, por sua atuação no Prata, para atender suas demandas econômicas ainda que indiretamente (Bethel, 1995), e, por outro, a valorização das demandas regionais como elemento determinante da origem do conflito, sob a expansão do liberalismo econômico-comercial que se difundia na região. Nas narrativas após os anos de 1980, segundo Maestri:

A rejeição das “narrativas totalizantes” valorizou a proposta das *novas* histórias política e cultural que terminou restaurando as *velhas* interpretações idealistas e subjetivistas do passado. A história voltou a ser lida prioritariamente como produto da ação errática de protagonistas excelentes e os fenômenos sociais, como produto de determinações ideológico-culturais. No relativo à guerra contra o Paraguai, novas narrativas críticas do revisionismo dos anos 1960-70, definido como autoritário, populista, etc., empreenderam a restauração das grandes propostas interpretativas nacional-patrióticas imperiais e republicanas. (Maestri, 2003)

Apresentadas essas três vertentes quanto à historiografia da Guerra do Paraguai, agora buscamos focar, nesse emaranhado de informações, as condições e dificuldades do período final do conflito. Nesse sentido, lidar com a história militar brasileira do século XIX como funil para uma abordagem do último ano da guerra não é tarefa fácil e pequena. Vários personagens atuaram diretamente na condução do conflito no Paraguai, comandando milhares de homens e seus destinos nas diversas batalhas que fizeram a guerra, com atuação positiva em alguns casos e negativa em muitos outros. Alguns personagens se destacaram no debate historiográfico, a exemplo de Caxias e do conde d’Eu, de forma que focaremos neste último, seguindo o fluxo das análises pós-revisionistas citadas antes, em suas potencialidades teórico-metodológicas, renovadoras para os estudos relativos ao campo da história militar brasileira. A participação do conde d’Eu no conflito com o Paraguai não é ponto pacífico no debate historiográfico. Trata-se de personagem que ainda não foi devidamente explorado pelos trabalhos pós-revisionistas.

Há várias controvérsias sobre as práticas adotadas pelo conde d'Eu quando no comando do Exército brasileiro no Paraguai. A onda revisionista o aponta como sanguinário, autor de verdadeiros crimes de guerra e interessado em prolongar a guerra no encalço de López. A mais forte acusação nesse sentido vem do brasileiro Júlio José Chiavenato em sua obra *Genocídio americano – a Guerra do Paraguai*, de 1979. Chiavenato, a princípio, utilizou como fonte as memórias do visconde de Taunay. Porém, a fase historiográfica pós-revisionista, a exemplo do texto de Ricardo Bonalume Neto, jornalista especializado em questões militares, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, revela que o historiador militar Reginaldo Bacchi, ao ler os escritos de Taunay, descobriu justamente o contrário: “havia balas que ainda explodiam no campo por causa do incêndio da macega ateadado, no princípio da ação, pelos paraguaios, para ocultarem o seu movimento tático” (Bonalume Neto, 1997). Também é conhecida a versão de que o conde d'Eu teria ordenado que incendiassem um hospital com feridos, o que teria resultado na morte de mais de uma centena de pessoas. O mais provável, porém, é que o hospital tenha sido queimado em consequência dos bombardeios aliados no início da batalha, direcionados às fortificações paraguaias, segundo os mesmos relatos de Taunay, que são corroborados pelos relatos de Centurión Crisóstomo. A análise desses fatos mostra que a discussão há muito já ultrapassou o âmbito do debate acadêmico e ganhou a mídia cotidiana e suas reflexões ligeiras. De toda forma, o revisionismo ainda mostra força não apenas nas publicações periódicas, mas também nos livros didáticos, que ainda absorvem consideráveis conteúdos dessa corrente historiográfica.

Das considerações historiográficas à análise da fase final da guerra, a figura do conde d'Eu e as dificuldades logísticas enfrentadas pelas forças brasileiras no último ano da guerra serão, assim, abordadas neste livro, que se estrutura, em sua essência, em cinco capítulos. O Capítulo 1, “A Guerra do Paraguai em perspectiva”, dedica-se a exposição e reflexão do contexto histórico das nações envolvidas na guerra à época do conflito. O Capítulo 2, “As Forças Terrestres Brasileiras e a Logística”, introduz o leitor nos mar-

cos temporal e histórico específicos a serem desenvolvidos e serve como ligação desse contexto aos objetivos específicos deste estudo, versando sobre logística, forças militares brasileiras e conexão desses dois elementos na Guerra do Paraguai. O Capítulo 3, “Manutenção da guerra pelo Brasil: considerações sobre Logística no final da Guerra do Paraguai”, apresenta a análise de alguns aspectos econômicos relacionados ao esforço de guerra promovido pelo Império, dos problemas administrativos, por meio dos regulamentos, do fluxo de correspondência, da utilização do telégrafo e dos problemas de escrituração como elementos de entrave logístico ante a celeridade do conflito. No Capítulo 4, “O conde d’Eu, a guerra e suas questões logísticas”, adentra-se o foco mais específico da atuação de d’Eu, apresentando a saída de Caxias e a indicação do conde para o comando das forças, a questão da logística e os problemas ao fim da campanha. Por fim, no Capítulo 5, “D’Eu, Paranhos e as providências ao final da guerra”, complementando o capítulo anterior, trabalham-se as lides militares e diplomáticas e algumas intersecções com os problemas administrativos e logísticos.

Considerando que essa fase final da guerra ensejou o avanço das forças aliadas em território paraguaio, interiorizando-se nesse país e perfazendo um conjunto de ações eminentemente terrestres, a atuação da Marinha e do transporte naval, reconhecidamente um importante e primordial elemento logístico, cujas dimensões e aspectos sobressaem-se à logística terrestre em alguns pontos, não será aqui aprofundada por fugir ao escopo deste trabalho. Todavia, é preciso dizer, foi indubitável sua contribuição ao conjunto logístico global do esforço de guerra.

Trabalhamos com a hipótese de que os problemas logísticos representaram um componente tão significativo para a longevidade do conflito quanto para as decisões e ações do comando militar e da atuação diplomática, personificados nas figuras do conde d’Eu e de José Maria Paranhos, respectivamente. Assim, esses dois personagens somaram esforços para superar os percalços logísticos e implementar as ações militares e diplomáticas demandadas pelo Império. Justamente nesse processo, destaca-se a atuação do conde, maior que o

período de comando no final da campanha, e a de Paranhos, como guardião dos interesses do Império e zeloso com o conde d'Eu.

O problema se centrou, então, na apuração da relação desses personagens (suas respostas, posições e percepções) no transcorrer da guerra e da logística que lhe era necessária. Nesse sentido, o trabalho de pesquisa nos arquivos e a busca de fontes que tratassem da nossa hipótese, fez com que o material e as fontes encontradas direcionassem a reflexão ora em curso, de forma que o foco da análise se centrasse na dinâmica que levou o conde d'Eu ao comando das forças militares brasileiras no final da campanha, sua atuação e sua relação com os problemas logísticos, bem como na emergência de Paranhos como elemento de garantia do Império, que cresceu, de certa forma, em sua relação com d'Eu e com os problemas da campanha no último ano.

Assim, as fontes primárias utilizadas (especialmente a correspondência de Paranhos para d'Eu ou as que o conde encaminhava) nos trazem uma série de indícios que nos levam a compreender a extensão dos problemas logísticos, a conexão entre eles e d'Eu – mesmo antes de este ir à guerra e, posteriormente, deste com Paranhos – e as demandas político-diplomáticas para o encerramento da guerra. Não se trata aqui de mensurar matemática ou econometricamente o componente *logística*, mas de dimensioná-lo de maneira razoável e situá-lo na intersecção das esferas militar, política e diplomática da fase final do conflito.

Com a intenção de subsidiar as informações utilizadas, buscamos suporte em documentos de acervos guardados em várias instituições, tais como: o Arquivo Histórico do Exército (AHEx), a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e o Museu Imperial. Dessas instituições, cabe destacar a colaboração e interação com o Arquivo Histórico do Exército-AHEx, e com o Museu Imperial, sempre dinâmicos e cooperativos.

Como fontes primárias, utilizamos algumas correspondências trocadas entre José Maria Paranhos e o conde d'Eu; entre este, Pedro II e alguns amigos. Essas correspondências, algumas pessoais, outras

oficiais, contêm uma riquíssima gama de informações e percepções, do próprio conde ou sobre ele e seus feitos na guerra, ainda muito pouco explorados pela vertente pós-revisionista e muito sensíveis aos entraves e dificuldades da manutenção do esforço de guerra.

Utilizamos também as ordens do dia editadas por d'Eu, por Caxias e pelo visconde Pelotas, informações contidas nas atas do Conselho de Estado e em diversos relatórios dos ministros da Guerra. Tais relatórios e as ordens do dia, quando cotejadas, em suas informações, com as correspondências, permitem distinguir com mais consistência a atuação do conde d'Eu na Guerra do Paraguai e as dificuldades logísticas da mesma. Soma-se a essa documentação um relatório de d'Eu apresentado ao Conselho de Estado e ao Ministério da Guerra, disposto em seis quesitos relacionados à Guerra do Paraguai e à organização militar brasileira, tecnicamente detalhado, sobre a experiência brasileira no conflito e suas possíveis contribuições ao aprimoramento militar nacional. Como fonte, utilizou-se também algumas publicações contemporâneas ao evento, de forma a agregar, ao foco da investigação, d'Eu e as dificuldades logísticas no final da campanha, o lastro necessário a esta reflexão histórica.



# 1

## A GUERRA DO PARAGUAI EM PERSPECTIVA

*Na guerra, como na política,  
o tempo perdido não volta mais.*  
– Napoleão Bonaparte

Consideradas as dificuldades para a compreensão da totalidade dos eventos que compõem a Guerra do Paraguai, antes de focarmos os aspectos específicos deste trabalho, convém apresentar, resumidamente, algumas informações de ordem mais geral sobre os países envolvidos para balizar melhor as informações sobre a fase final da guerra.

### **O Brasil imperial e a Guerra do Paraguai**

O Brasil da segunda metade do século XIX, com população estimada em quase 10 milhões de habitantes, estava em profunda transformação, sobretudo sua economia, que crescia na esteira da produção cafeeira. O país crescia e se desenvolvia na vida política, com a estabilidade construída no Segundo Reinado, no florescimento e crescimento cultural e na política externa, com uma fase marcadamente mais presente quanto aos acontecimentos do cone Sul. O ano de 1850 foi um marco na consolidação do Estado imperial em razão de leis como a do fim do tráfico de escravos e a de terras. Além disso, em 19 de setembro de 1850, no contexto das reformas saquaremas,<sup>1</sup>

---

1 Denominação aplicada inicialmente a um grupo de políticos conservadores da pro-

a Guarda Nacional foi modificada, viabilizando um controle maior do governo central. Com essa alteração, as atribuições do governo em relação à guarda se ampliaram, incluindo desde a organização especial das unidades nas províncias de fronteira até a aprovação do número e do fardamento dos componentes das bandas de música. Outro avanço foi a aprovação do código comercial do Império do Brasil, fato que viabilizou tanto a melhor destinação dos capitais ligados ao tráfico escravista para outros setores da economia quanto a ampliação de companhias, em especial as ligadas ao capital estrangeiro, notadamente o inglês e o francês.

Politicamente, o predomínio saquarema – ou conservador – estendeu-se praticamente de 1848 a 1862, quando os liberais voltaram ao controle político. Entre 1862 e 1868, dissidentes conservadores e liberais assumiram o comando político, com a posterior predominância liberal. Foi o período de criação do Partido Liberal Progressista ou liga progressista.<sup>2</sup> Dessa forma, com os conflitos internos controlados e a realização das reformas pendentes, o governo imperial pôde voltar sua atenção aos assuntos externos, notadamente os da região platina. O Brasil imperial, após debelar uma série de revoltas internas e tendo superado o período de regência, passou a um momento de mudança de rumos quanto a sua atuação direta no contexto regional e sub-regional da Bacia do Rio da Prata (Ferreira, 2006). Além disso, foram condicionantes da política brasileira de limites de fronteira no século XIX, segundo Amado Cervo e Cloaldo Bueno, as seguintes variáveis:

- a) consolidação prévia do Estado Nacional; b) tardio despertar da consciência pública ante o problema; ausência de um mito de fronteira, com capacidade de determinação sobre a política; percepção do significado da

---

víncia fluminense, ligados à cafeicultura, e depois ampliada para se referir aos conservadores de todo o Império. Para maior aprofundamento, ver Mattos, 1990.

2 A partir de 1862, alguns membros do partido conservador, descontentes com seu partido, formaram uma facção política dissidente, a liga progressista, que sobreviveu de 1862 a 1868, quando esse grupo se uniu ao Partido Liberal. Destacaram-se na liga progressista Nabuco de Araújo, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, José Maria Saraiva, João Lustoza da Cunha Paranaguá e Zacarias de Góis e Vasconcellos.

fronteira no quadro da ideia de nacionalidade, nutrida pelo mito da grandeza legada; e) redução da questão à sua dimensão jurídico-política; f) elaboração de uma doutrina que vinculasse coerentemente os limites àquela ideia de nacionalidade; g) pouca interferência do sistema produtivo, que se expandia voltado para dentro (açúcar, café) ou preservando a ocupação interior (gado, mineração, borracha). (Cervo; Bueno, 2002, p.90)

A estabilidade política interna alçou o país a uma nova etapa de seu processo de consolidação nacional, agora dedicando atenção à consolidação jurídica, diplomática e territorial das delicadas controvérsias fronteiriças e político-econômicas quanto à livre navegação e ao acesso à província de Mato Grosso. Por esse período, destacam-se a guerra contra Oribe e Rosas (1851-2), a campanha contra Aguirre (1864-5) e a Guerra do Paraguai (1864-70). O Império estava diante de uma construção institucional militar complexa. No tocante às forças de terra, procurou fortalecer a Guarda Nacional, uma força de caráter marcadamente político, e reduzir em número de efetivos e em investimentos o Exército de Linha. Com isso, a configuração de uma organização militar nacional permanente passou por um momento extremamente importante no episódio bélico com o Paraguai, pois a ideia de uma organização militar dotada de influência nacional não fazia parte dos planos da elite do país, como indica Izecksohn (2001, p.2). No início das

[...] operações o entusiasmo dos voluntários impressionou as autoridades, muitas delas acostumadas a lidar com populações extremamente resistentes a qualquer forma de recrutamento. Parte da motivação vinha das características da campanha. Afinal, a invasão do território brasileiro, sem uma declaração de guerra, gerou revolta que alimentou demonstrações patrióticas em muitas regiões do Império. Chama a atenção apenas o fato de que muitas dessas regiões tivessem pouco ou nenhum contato com os problemas platinos. (Izecksohn, 2001, p.4)

As forças militares brasileiras sofreram um longo processo de estruturação. Na evolução do processo de independência e estruturação interna, um decreto de 1º de dezembro de 1824 organizou as

forças de linha regulares de forma que a infantaria se organizasse em batalhões, a cavalaria, em regimentos, e a artilharia, em corpos. Em 1831, em função do período regencial, houve redução substancial dos contingentes militares, sobretudo o terrestre. Essa redução se deu por causa das especificidades do processo de independência brasileiro, somado à posterior ascensão dos conservadores ao poder e a seu projeto para o país, levando em consideração toda uma série de rebeliões e revoltas do período regencial. Por exemplo, os corpos de Artilharia de Posição, reorganizados pelo decreto de 1º de dezembro de 1824, foram reduzidos de doze para cinco (Fortes, 2001, p.52-3; 58). Transformados depois, em virtude da Revolução Farroupilha, em batalhões de Artilharia a Pé, a partir de 1864 foram todos mobilizados para a Guerra do Paraguai, com a Guarda Nacional e os Voluntários da Pátria.

A constituição e a composição das forças militares do Estado imperial sofreram importante reordenação a partir do Segundo Reinado, de tal forma que,

com a maioria, a Coroa procedeu a uma ordenação institucional por meio de diversas políticas, entre as quais a política de terras, de mão de obra, tributária, monetária e creditícia, empreendendo ainda uma política específica de reestruturação das forças militares. O Exército, nesse processo, era resgatado como um dos braços do poder central no combate às rebeliões provinciais e, o que é mais importante, sua própria estrutura interna articulava uma rede burocrática cuja hierarquia reproduzia pela sociedade valores e princípios políticos que rearticulavam os antigos privilégios e demarcações de origem social. (Souza, 1999, p.38).

Do princípio da vida independente até meados do século XIX, a organização militar do Império ainda não contava, em sua estrutura organizacional, com um espírito de profissionalização de seus quadros, racionalização de procedimentos, condutas e estímulos próprios ao fazer militar. Por conta desse panorama, Adriana Souza esclarece e apresenta as definições, no tocante ao Exército de Linha,

de um “exército aristocrático” ou de “antigo regime”,

[...] um oficial de patente do Exército brasileiro no início do século XIX não integrava um corpo de profissionais da guerra; seus valores eram os mesmos do conjunto da sociedade – eram aristocratas. Da política dependia o seu êxito e, para nos aproximarmos dessa realidade, o sistema de promoções continuava sendo ainda a melhor estratégia. Além dos mecanismos previstos na lei, o processo de ascensão hierárquica era efetuado, na prática, com a sanção dos presidentes de província para as patentes até oficiais superiores e pelo próprio monarca quando se tratava de promoção de oficiais-generais. O perfil do Exército, portanto, não era propriamente militar, o que fazia da participação do alto-oficialato nas disputas políticas um elemento não só bastante comum como útil e necessário à manutenção da estrutura monárquica. À medida que a distribuição das patentes de oficial-general constituía uma prerrogativa real, os altos postos do Exército transformavam-se, claramente, em cargos de confiança, estreitando os vínculos entre os generais que os ocupavam e o imperador. Como participantes dos altos escalões da burocracia, o generalato, principalmente nos países de revolução burguesa abortada, como é o caso de Portugal, conformava o grupo de elite política. (Souza, 1999, p.55)

Essa dinâmica afastou a instituição do Exército de Linha como possível via de ascensão social e afastou o próprio Exército do caminho rumo a uma estrutura militar eficiente para o seu fim específico. A atenção ao contingente e à infraestrutura necessária ao seu funcionamento se tornou pontual, na medida em que eram privilegiadas essencialmente algumas zonas de conflito, a exemplo da Corte e da região Sul. A Corte, por ser o centro político do Império; a região Sul, pela potencialidade dos conflitos internos, haja vista a memória da Revolução Farroupilha e as indefinições fronteiriças, questões quanto à navegação pelo sistema fluvial platino e potencial econômico regional. Na aceção de José Murilo de Carvalho (1996, p.229-39), após o período regencial, em meados do século XIX, estavam lançadas as bases de “construção da ordem” do Estado monárquico brasileiro. Desse modo, o projeto conservador de uma força militar para o Estado monárquico privilegiou a criação e a manutenção de

uma força mais suscetível às barganhas políticas, do nível local ao nacional, como a Guarda Nacional, em detrimento de uma distribuição mais homogênea, capilar e estruturada do Exército de Linha pelo restante do país.

A conformação do Estado imperial, no tocante a seu aparato militar, começou a tomar outra dimensão quanto à profissionalização de seus quadros na década de 1850. À medida que se aproximava o fim do século XIX, a carreira militar propriamente dita se tornava mais atraente e, de acordo com os dados de John Schulz (1994), a participação do alto oficialato na ocupação direta de cargos políticos decaía sensivelmente, como indica o Gráfico 1.1.

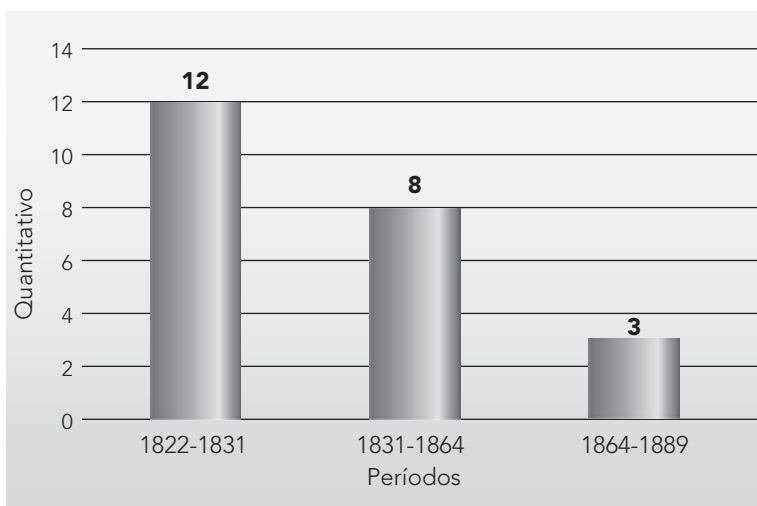


Gráfico 1.1 Oficiais na Câmara Senatorial (Schulz, 1994).

Por conseguinte, esse panorama demonstra o impacto da guerra no cotidiano político da fase final do Império.<sup>3</sup> O Brasil ampliou subitamente, em razão das necessidades da guerra, parte de sua infraes-

3 No tocante ao Gráfico 1.1, cabe a ressalva de tratar-se aqui apenas da visualização de um panorama geral, sem a intenção de se adentrar as especificidades e ao debate sobre a participação de militares, em sua diversidade, na dinâmica política do Império. Para um debate mais específico ver: Souza, 1999; Costa, 1995.

estrutura militar básica. As forças terrestres, pela sua especificidade, tiveram ampliação maior. De um contingente estimado, no início do conflito, no máximo de 18 mil homens para o Exército de Linha, chegou-se a algo estimado entre 135 mil e 150 mil homens, dentre diversos corpos militares mobilizados para a Guerra do Paraguai. Essas alterações se verificaram também na Marinha de Guerra. Segundo Divalte Garcia Figueira,

[...] durante a guerra, o Brasil dobrou sua frota naval, passando de 45 para 94 navios de guerra. Além das forças navais, organizou três corpos de Exército. O Primeiro Corpo do Exército foi aquele que realizou a intervenção no Uruguai, e dali passou para o território argentino. Foi durante muito tempo comandado pelo general Manuel Luís Osório (mais tarde, barão do Herval). O Segundo Corpo foi organizado em meados de 1865, e esteve sob o comando do general Manuel Marques de Souza (mais tarde barão de São Gabriel). No ano seguinte, o mesmo Osório foi incumbido de organizar o Terceiro Corpo. (Figueira, 2001, p.23)

O amadurecimento da instituição militar, desse modo, foi forjado no calor da guerra. Nesse caso, não se tratou apenas da ampliação dos contingentes; ligado a isso estava, no início do conflito, o primeiro grande fato mobilizador da população de cunho patriótico. Ou seja, a guerra implicou o enorme afluxo de pessoas dos mais diversos pontos do país rumo ao teatro de guerra e uma convivência comum para um propósito comum, que era, a princípio, rechazar a invasão paraguaia. É inegável nesse momento um dos primeiros exemplos de sentimento de nacionalidade.

Durante esse processo de mudanças via implantação de novas políticas (terras, mão de obra, créditos e tributos), as impressões sobre o cotidiano político do Império, no contexto da guerra, não eram das mais animadoras para alguns. De acordo com a análise de Delso Renault dos textos que circulavam na imprensa da Corte,

“[...] as circunstâncias em que actualmente se encontra o paiz são as mais criticas que elle se tem achado desde a época da sua independên-

cia”, confessa o *Diário do Rio de Janeiro*. Nunca as dificuldades políticas e o transtorno social foram maiores. A superfície é aparentemente calma, mas refervem nas próprias entranhas da sociedade brasileira os sentimentos de um mal-estar indefinível. Os espíritos andam abatidos e as transações paralisadas. Na política, temos a atonia dos ânimos. No comércio, a frouxidão dos negócios. Andaria o redator exagerando ao externar o seu pessimismo? Ainda assim, nesta hora de tamanhas dificuldades, a política corrói tudo. As duas casas do Legislativo se hostilizam. No Senado – na chamada Câmara dos Deputados – na câmara temporária – tudo que é a favor do governo é aprovado. O espírito político domina uma e outra. (Renault, 1978, p.291)

A mudança do gabinete ocorrida em 1868 – quando o imperador apeou do poder os liberais e recolocou os conservadores tradicionais, buscando confluência política mais homogênea, em especial aos esforços bélicos – desfigurou um recente esforço de conciliação entre liberais e conservadores e sua tentativa de atuação política conjunta via partido progressista. Caxias foi um dos protagonistas nessa mudança política ao impor condições para assumir o comando das forças brasileiras em operação no Prata (Doratioto, 2002; Schulz, 1994; Carvalho, 1991; Costa, 1974. Abordaremos alguns aspectos do final do período de comando de Caxias no Capítulo 4, item “A saída de Caxias”). Desse modo, a efervescência política pelos fatos da guerra e suas consequências, somadas às demais questões internas do Império, apresentam-se de forma que

O horizonte político tinge-se de cores mais fortes: o Partido Liberal não reivindica reforma constitucional; o Liberal-Racional, em manifesto de 1868, pede reformas eletivas. Nabuco, entretanto, no manifesto deste ano é mais incisivo: propõe a eleição direta nas cidades e indireta no interior. E finaliza seu manifesto: ou a reforma ou a revolução. (Renault, 1978, p.290-5)

A indignação liberal, como se verá mais tarde, caminhará como um dos elementos catalisadores dos fatos que desembocarão na proclamação da República. A indignação liberal toma conta de uma

parcela significativa da imprensa da Corte, e a guerra, travada num terreno distante, pulula de artigo em artigo, em suas mais variadas expressões, da visão trágica das dificuldades à galhofa das charges e dos periódicos que flutuam entre a política e o humorismo. Novos periódicos aparecem,

Novos jornais começam a circular. Surge a *Reforma*, cujo título denuncia os anseios políticos. O novo periódico – segundo crítica de outras folhas – procura espalhar o susto e o terror; o pasquim “O Novo Brazil, periodico extraordinario, politico e commercial”. A folha aborda assuntos palpitantes: A abolição da escravidão, a Guerra, o estado financeiro, novo empréstimo em Londres”. (Renault, 1978, p.294)

A par de toda a ebulição política, o imperador envelhecia com os problemas da guerra. Foi grande o desgaste físico e psicológico de Pedro II com os problemas e as necessidades da guerra, fato que se tornou visível na sua fisionomia ao final do conflito (Carvalho, 2007, p.121-3). A mudança política no gabinete foi feita por causa da premência em conseguir resultados os mais positivos e rápidos possíveis. Zeloso, o próprio imperador procura estar sempre a par dos negócios da guerra, como destaca José Murilo Carvalho:

[...] sua correspondência com Cotejipe, novo ministro da Marinha, é uma coleção de bilhetes em que dá ordens, sugere e cobra medidas, pede informações, intromete-se em todos os assuntos da guerra, mesmo os mais miúdos [...] Apostara tudo numa vitória que fosse honrosa para o país e para ele próprio. Trabalhara obsessivamente, interviara no jogo partidário a um alto custo para a legitimidade do Poder Moderador, lutara contra o desânimo de aliados e de brasileiros, tivera de mediar conflitos entre generais e ministros. E realizara tudo isso para fazer algo que detestava, a guerra. (Carvalho, 2007, p.119; 121)

Mesmo diante de todo o empenho do monarca, Caxias, que assumiu o comando das forças brasileiras em outubro de 1866, só veio a conseguir resultados mais efetivos quanto às vitórias e avanço das forças a partir de 1868, ocupando a capital paraguaia no início do

ano seguinte. Porém, a guerra não deixou de cobrar seu preço, com ampla repercussão na cena política brasileira.

Além de afetar as finanças públicas pelo aumento da dívida externa, levou à crise política de 1868, deslanchou a questão da abolição, provocou o corporativismo militar e deu forças ao republicanismo. Abolição, militarismo e republicanismo foram três dos principais fatores da queda da monarquia. (Carvalho, 2007, p.124)

Com base nesse contexto, verifica-se a importância de olhar mais de perto e compreender de forma mais larga ao menos um dos vários fatores que se escondem sob o termo “problemas da guerra” e seu enfrentamento pelo Império. Nesse particular, destaca-se a fase final do conflito, sob a direção do conde d’Eu.

## **O Uruguai no contexto da guerra**

A Província Cisplatina – como queria o Brasil – ou a República Oriental do Uruguai sempre esteve diretamente ligada a disputas pelos interesses de atores maiores do cone Sul, sejam Brasil ou Argentina, ou, antes, pelos interesses de portugueses e espanhóis na região. Essa estreita ligação foi determinante no desenrolar de diversos fatos e eventos históricos, dos quais muitos confluíram depois para a guerra e a participação uruguaia.

O Uruguai, desde a colonização, foi fruto de uma longa disputa. Primeiro entre Portugal e Espanha, depois entre Brasil e Argentina. Em 1821, o território foi anexado ao Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves sob a designação de Província Cisplatina, mas logo em 1825 ocorreu um levante da Banda Oriental (Uruguai) contra as leis brasileiras e, de 1825 a 1828, se desenrolou uma guerra entre as Províncias Unidas (Argentina) e o Brasil pela posse da Banda Oriental. Essa questão foi resolvida em 1828, com a intermediação inglesa, no evento conhecido como Guerra Cisplatina. Estabeleceu-se, então, a independência da Banda Oriental como República do

Uruguai, um estado frágil que, embora independente, sofria constantes intervenções brasileiras e argentinas, direta ou indiretamente, sobre sua organização política. Foi justamente uma dessas ingerências que desembocou na guerra com o Paraguai.

As intervenções se davam em geral para apoiar uma das facções que disputavam o poder no Uruguai, *blancos* e *colorados*. Em 1864, estavam no controle político do Uruguai os blancos, consubstanciados na figura do então presidente Bernardo Berro, eleito em 1860. Berro adotou uma postura mais dura e rigorosa em relação à presença e penetração brasileira em terras uruguaias, o que descontentou seriamente aos rio-grandenses que tocavam seus negócios com ampla liberdade na fronteira entre ambos os países. As preocupações rio-grandenses, dessa feita, rapidamente chegaram à Corte, e o Império designou, em maio de 1864, José Antonio Saraiva<sup>4</sup> para mediar a questão com o Uruguai. Pouco antes de Saraiva ser indicado, Bernardo Berro renunciou à presidência e transferiu o controle do poder executivo a Atanasio Aguirre, então presidente do Senado, também membro do partido Blanco.

A alteração de nomes na presidência uruguaia não mudou as preocupações do Brasil quanto ao desenrolar da política naquele país. Essa situação movimentou as forças políticas uruguaias, e “o partido Blanco, no poder no Uruguai, vai procurar aproximação com o Paraguai para, em conjunto, tentarem enfrentar possíveis pressões dos vizinhos maiores” (Menezes, 1998, p.67). A atuação de Saraiva em Montevideú, com uma esquadra brasileira a lhe garantir capacidade de pressão, atingiu seu ápice num ultimato apresentado ao governo uruguaio para que este garantisse os interesses brasileiros. Aguirre, por sua vez, aprofundou-se de sua aproximação com o Paraguai como um novo elemento a se tornar atuante na geopolítica platina.

---

4 Antônio José Saraiva (1823-95) foi promotor e juiz municipal, deputado pela Assembleia da Bahia, presidente da província do Piauí (1850-3) e, depois, da província de São Paulo (até 1855). Representante do partido Liberal, atuou na gestão do gabinete chefiado pelo marquês de Olinda e posteriormente no gabinete conservador de Caxias. Atuou na política até depois da proclamação da República.

O Paraguai havia feito acordos de mútua cooperação com a facção blanca; a Argentina e o Brasil apoiaram os colorados. Para garantir seus interesses, a Argentina convenceu o Brasil, que também tinha planos em relação ao Uruguai, a intervir militarmente no Uruguai para depor o governo blanco em 1864, pois este não atendia aos anseios dos planos brasileiros e argentinos para aquela localidade. Com uma resposta ao ultimato considerada inadequada pelo Império, mediante a diplomacia da canhoneira e contando com relativa anuência argentina e com o total apoio do partido colorado, o Uruguai foi tomado de assalto entre setembro de 1864 e fevereiro de 1865, elevando ao controle político daquele país o colorado Venâncio Flores.

Essa intervenção levou o Paraguai a declarar a guerra, primeiro ao Brasil, depois à Argentina. O Uruguai, à época com uma população estimada entre 250 mil e 300 mil habitantes, com os colorados então no poder, se aliou ao Brasil e à Argentina por considerar ofensivas as atitudes paraguaias em relação à região do Prata. Em realidade, como visto, foi uma rara conjunção de interesses do Brasil e da Argentina e a atuação destes no Uruguai que permitiu aos colorados chegar ao poder. Logo, na inércia política de ambos e tomando o Paraguai como aliado dos blancos uruguaios, não sobrou alternativa ao Uruguai – diga-se, colorados – a não ser compor a aliança como os seus aliados (Menezes, 1998, p.117-46).

Os blancos uruguaios se mostraram muito eficientes nas artimanhas diplomáticas para seduzir e envolver o Paraguai quanto a uma possível aliança.

Na verdade, em termos militares, os blancos tinham pouca coisa a oferecer ao Paraguai. Era um simples partido no poder, com agudos problemas internos e desavenças externas. Em termos práticos não possuíam quase nada para dar em contrapartida ao Paraguai em uma aliança. (Menezes, 1998, p.79)

Todavia, a retórica blanca seduziu Solano López. Ao mesmo tempo, a diplomacia brasileira no Uruguai praticamente desconsiderou o Paraguai e sua possível conexão com os problemas internos

uruguayos. Militarmente, para garantir os interesses brasileiros no Uruguai, o Império auxiliou financeiramente a criação e a manutenção de um batalhão de soldados estrangeiros, sediado no Uruguai, chamado batalhão Garibaldi (Laconte, 1994, p.28), que chegou a participar dos combates contra os paraguayos.

No contexto dos problemas com o Uruguai – tido como o estopim do conflito com o Paraguai –, Chiavenato (1982) diz que a intervenção brasileira, da maneira como se deu, representou um paradoxo da atuação do Brasil nessa região, sem contar que o Uruguai, já havia um bom tempo, compunha o jogo de interesses conflitantes do Brasil com a Argentina. A intervenção brasileira pode ser considerada como paradoxal porque os interesses brasileiros, principalmente os econômicos, já se faziam representar na figura do barão de Mauá, que fazia grandes investimentos no Uruguai – os quais a intervenção armada veio a destruir, segundo Chiavenato. Além disso, as pendências regionais com estancieiros locais poderiam ser mais bem resolvidas diplomaticamente mediante indicação de um diplomata competente para tal; o que não foi o caso da atuação da missão Saraiva e do senhor Paranhos<sup>5</sup> na região platina, pois – no entender da vertente historiográfica revisionista brasileira – não dispunham de habilidades suficientes para tal.

O Uruguai, levado a contragosto pelas alterações políticas que lhe foram impostas, figurou, dessa forma, na aliança militar que se conformou contra o Paraguai. Também foi o primeiro país dessa aliança a divulgar o teor do tratado firmado entre os três países a representantes ingleses, que cuidaram de dar-lhes publicidade.

A atuação militar uruguaia propriamente dita foi pequena. Para o conflito, o Uruguai mobilizou, segundo estimativas recentes, cerca de 5 mil soldados no máximo. Possivelmente a participação uruguaia

---

5 José Maria Paranhos (1819-80), o visconde de Rio Branco, ingressou na política em 1845 como deputado, logo depois conseguiu a vice-presidência da província do Rio de Janeiro pelo partido Liberal. Após 1850, passou para o partido conservador. Em 1851, começaram suas atividades diplomáticas; como enviado a Montevidéu, em 1853, ocupou a pasta da Marinha, depois a dos Negócios Estrangeiros (1855). Concluiu vários tratados de comércio e navegação com Paraguai, Uruguai e Argentina.

foi mais significativa em termos de registros fotográficos, para além dos *carte-de-visite* com poses de soldados, pois boa parte dos registros fotográficos (Salles, 2003; Toral, 2001; Silveira, 1996) realizados ao longo do conflito foi feita por uma companhia de fotógrafos baseada no Uruguai. Assim, de acordo com André Amaral de Toral (1999, p.286), “o único trabalho que recebeu apoio oficial, embora nenhuma subvenção, foi no Uruguai, onde uma firma norte-americana teve apoio para documentação da Guerra do Paraguai”. Desse modo,

A documentação fotográfica da Guerra do Paraguai, apesar do volume de retratos produzidos, ficou marcada pela iniciativa do estúdio Bate & Cia., de Montevideú, que mandou Esteban Garcia, um uruguaio, para produzir uma série de fotografias sobre o conflito, entre abril e setembro de 1866. [Todavia], [...] boa parte dos *carte-de-visite* permanece com autoria anônima. Autores dos mais conhecidos, como Esteban Garcia e sua equipe enviados por Bate & Cia., têm diversas atribuições duvidosas. (Toral, 2001, p.89; 289)

Além da fotografia, Montevideú, por sua vez, foi um importante entreposto de comunicação e apoio logístico e comercial às forças brasileiras, em especial à Marinha. O Império manteve ali um depósito e um hospital militar ao longo de quase toda a campanha. Mesmo durante o período da guerra, o Uruguai conheceu uma fase de desenvolvimento econômico excepcional, entre 1860 e 1868, quando Venâncio Flores e Bernardo Berro foram assassinados; a estabilização política e econômica só retornou ao país a partir de 1875.

## A Argentina no contexto da guerra

Desde a declaração de sua independência, a Argentina procurou selar, sem muito sucesso a princípio e o mais rapidamente possível, a consolidação de seus limites territoriais e sua estruturação político-institucional. A ambição argentina de manter os traços territoriais do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata e as dificuldades de compo-

sição política com algumas de suas províncias – várias recalcitrantes ao controle centralizado em Buenos Aires –, colocou o Estado argentino em xeque no terceiro quartel do século XIX. Nesse contexto, a Guerra do Paraguai teve profundo papel no processo de unificação e no crescimento do comércio argentino do início da segunda metade do século XIX.

A Argentina, com uma população estimada em 1,7 milhão (Lynch, 2004, p.638) de habitantes, com destaque para a recém-unificada cidade de Buenos Aires, que contava com cerca de 177 mil habitantes e que ainda estava em processo de organização política. O processo de independência e unificação argentino foi bastante tortuoso. As Províncias Unidas del Río de la Plata (Argentina) lutaram por sua independência da Espanha entre 1810 e 1816, conseguindo uma união fragmentada por volta de 1820. Em 1835, Juan Manuel de Rosas assumiu o poder e, durante “los veinte años de su gobierno autoritario se acentuó la supremacia de la provincia de Buenos Aires”<sup>6</sup> (Waldmann; Zelinsky, 1984, p.18). A queda de Rosas em 1852 permitiu que seus sucessores promulgassem, um ano depois, “una Constitución que creó las condiciones institucionales, políticas y económicas para el desarrollo de Argentina”<sup>7</sup> (Waldmann; Zelinsky, 1984, p.18).

Posteriormente, houve a criação da República Federal Argentina, em 1853-1854, da qual a província de Buenos Aires procurou se manter independente, mas que, na batalha de Cepeda (1859), perdeu sua independência, sendo submetida à Federação Argentina. Em 1861, Buenos Aires se rebelou outra vez, vencendo a batalha de Pavón. Assim, “seria só a partir de então que a tarefa de construir uma identidade nacional – entendida agora como ‘argentina’ – pôde começar a ser encarada por que na ocasião controlava os mecanismos do novo estado central” (Myers, 2007, p.83). Buenos Aires começava a exercer a sua preponderância política.

---

6 [“...durante os vinte anos de seu governo autoritário se acentuou a supremacia da província de Bueno Aires”] [tradução nossa]

7 [“... uma Constituição que criou as condições institucionais, políticas e econômicas para o desenvolvimento da Argentina”] [tradução nossa]

Os argentinos, ao longo da década de 1850, além dos combates, lançaram as bases legais do processo de consolidação de seu Estado e os princípios de um discurso fundador (Celada, 2003, p.89-112). Em 1862, o general Bartolomé Mitre,<sup>8</sup> governador de Buenos Aires, tornou-se o primeiro presidente constitucional da Argentina unificada. Seu projeto político era reorganizar sob o seu comando as colônias do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, reunindo os territórios da Argentina, do Paraguai e do Uruguai sob uma mesma bandeira. Tal pretensão implicava, necessariamente, ameaça para o Paraguai – que teve a independência aceita pela Argentina em 1811, após intermediação brasileira; para o Uruguai – à época República Oriental, um Estado tampão ante as intenções expansionistas brasileiras e argentinas; e, enfim, para o Brasil – que teria seus interesses na região barrados caso as pretensões argentinas se realizassem.

A configuração político-diplomática da região platina entrou em uma nova fase. Com a estabilidade política da monarquia, o Estado brasileiro ampliou suas atenções para essa região. A Argentina, a caminho da unificação a partir do crescimento econômico e de poder político buenairense, ainda se recusava a ver o Paraguai como Estado plenamente independente e mantinha atenção no palco uruguaio. Levar Venâncio Flores ao poder no Uruguai agradava aos interesses regionais argentinos e, de forma surpreendente, naquele momento também satisfazia os interesses brasileiros. Assim, uma intervenção militar no Uruguai para favorecer o líder colorado não seria prejudicial aos interesses argentinos, contanto que fosse rápida e não implicasse permanência ou ampliação da preponderância brasileira naquele Estado.

Muitos argentinos tinham esperança de estender seu controle àquilo que fora anteriormente o Vice-Reinado do Rio da Prata.

---

8 Bartolomé Mitre (1821-1906) nasceu em Buenos Aires e lá teve uma formação militar, sendo que ainda jovem participou de várias operações militares na América do Sul. Lutou ao lado dos brasileiros em 1852, contra o ditador Rosas, comandando a artilharia na batalha de Monte Caseros. Em 1860 elegeram-se governador de Buenos Aires e, em 1862, assumiu a presidência da Argentina, onde permaneceu por um período de sete anos. Terminado o seu mandato, foi eleito senador. Fundou o jornal *La Nación*, em 1870. Também foi tradutor dos clássicos, poeta e historiador.

Enquanto isso, o Paraguai se esforçava para conseguir um papel de maior destaque no jogo político e econômico regional:

[...] os fatos sugerem que o Paraguai do momento não queria, como antes, ficar de fora dos grandes acontecimentos regionais. Queria um lugar de destaque entre os países da área, desejava ser ouvido nos assuntos locais e, aos poucos, ao ir contra a Argentina e o Brasil estava sendo puxado pelos blancos e os atropelos internos do Uruguai. E isso não foi uma quixotada política. Foi o início de uma guerra. (Menezes, 1998, p.91)

No plano interno argentino, a expansão e delimitação de seu território após a independência da Espanha se ampararam na consolidação de Buenos Aires como grande e importante entreposto comercial e no desbravamento e na abertura de terras agricultáveis no interior, a partir do *sistema de enfiteuse*,<sup>9</sup> com um acelerado processo de arrendamento de terras públicas e expulsão sistemática dos índios daquelas regiões.

Antes da atribulada década de 1860, Juan Manuel de Rosas, ao assumir o comando político argentino, procedeu a mudanças que dinamizaram a ocupação de terras, por meio de arrendamento, compra e concessão. Com isso, a terra se tornou algo como uma moeda corrente (Lynch, 2004, p.628) e a base da pecuária extensiva de exportação. Essas medidas, por sua vez, ampliaram a concentração latifundiária e consolidaram o estabelecimento de uma oligarquia rural argentina. No jogo político, “as negociações em favor de um pacto federativo entre as províncias foram marcadas por acirrados debates sobre política econômica” (Lynch, 2004, p.631). Rosas representou a ascensão dos interesses econômicos estancieros ao poder.

A dinâmica da estância se tornou a da configuração do Estado argentino. Ainda sob o governo de Rosas, uma parte significativa da estrutura econômica interna argentina passou a suprir, com produtos e mercadorias, as necessidades militares, de forma que

---

9 Trata-se do sistema de concessão do domínio útil, com reserva do domínio direto, de uma propriedade imóvel, rústica ou urbana, por seu dono ao enfiteuta (pessoa que recebe a concessão) mediante o pagamento de pensão ou foro anual.

Os gastos com a defesa ofereceram um mercado garantido a algumas indústrias e forneceram trabalho para seus empregados: a demanda relativamente constante de uniformes, armas e equipamentos ajudou a manter um grande número de pequenas oficinas e manufaturas artesanais num setor industrial que, de outro modo, estaria em depressão. Sobretudo, o mercado militar beneficiou uma série de grandes proprietários rurais. Alguns deles, como os Anchorena, haviam vivido por muito tempo dos valiosos contratos para fornecimento de gado aos fortes de fronteira; agora os exércitos em outras frentes tornavam-se vorazes consumidores e compradores regulares. (Lynch, 2004, p.654)

Porém, o governo de Rosas, ao fim da década de 1840, começava a dar sinais de cansaço político interno. Nas atividades econômicas, os novos imigrantes que lidavam com a crescente atividade de criação de ovelhas e produção de lã, recém-chegados às terras argentinas, não se enquadraram automaticamente no sistema de lealdades rosista,<sup>10</sup> e alguns caudilhos de outras províncias começavam a criar fissuras no sistema de controle político personalista de Rosas. Dessa forma,

[...] sempre magistral em seus gestos grandiosos, Rosas tentou manter uma aparência vigorosa renovando suas pretensões de absorver Uruguai e Paraguai. Mas essas medidas tiveram pouco efeito, pois até mesmo seus partidários estavam cansados das despesas e dos recrutamentos forçados para guerra. (Shumway, 2008, p.224)

A criação de gado foi a atividade econômica preferida e predominante no período em que Rosas ocupou o poder na Argentina, cujos reflexos se faziam sentir intensamente na vida política do país (Lynch, 2004, p.661). Com a derrota de Rosas, em 1852, as pretensões argentinas em relação ao Uruguai e ao Paraguai ficaram um pouco mais distantes, porém não foram esquecidas.

---

10 Pela dinâmica do caudilhismo na Argentina, Rosas se tornou um dos maiores caudilhos do país graças a uma eficiente teia de relações políticas, econômicas e familiares, governando com o apoio de um “amplo sistema de lealdades”, de modo que denominamos seus partidários de *rosistas*.

A economia argentina cresceu concomitantemente ao prestígio, ao poder político e à estruturação de um sistema agrário baseado nas estâncias, grandes propriedades rurais concentradas nas mãos de poucas famílias. Inicialmente dedicadas à criação de gado, depois se voltaram à criação de ovelhas, com produção orientada ao mercado exterior. A criação de ovelhas mostrou-se como promessa de diversificação das atividades econômicas – até então centradas na pecuária e em seus produtos – e, entre as décadas de 1840 e 1850, graças à demanda da expansão industrial europeia, tinha mercado certo, como indicam os gráficos 1.2 e 1.3. Esses investimentos permitiram ampliar as ligações argentinas com o comércio mundial e gerar certo acúmulo de capital. Tratou-se de um processo de diversificação econômica que se reverteu em significativa implicação na dinâmica política argentina. Junto com a produção de lã e seu aperfeiçoamento, desenvolveu-se uma infraestrutura para tal. A própria cidade de Buenos Aires começou a receber maiores investimentos em infraestrutura urbana, as ferrovias se ampliavam e o tráfego nos portos crescia.

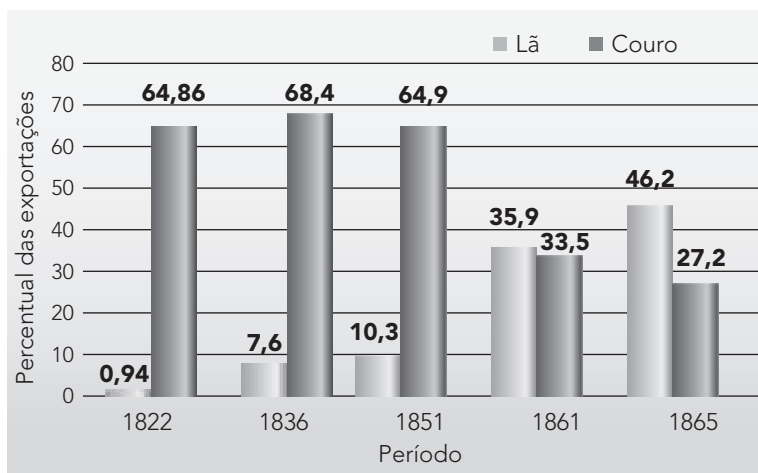


Gráfico 1.2 Evolução econômica da pecuária em Buenos Aires (Lynch, 2004, p.661).

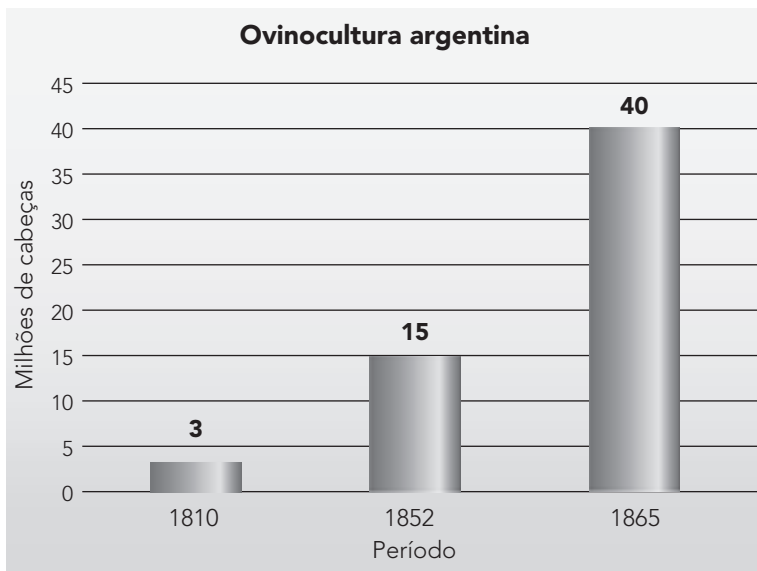


Gráfico 1.3 Crescimento da produção de ovelhas em Buenos Aires (Lynch, 2004, p.662-3).

A exemplo dos dados expostos nos gráficos 1.2, 1.3 e 1.4, o crescimento da criação ovina se elevou substancialmente entre a década de 1820 e a de 1870. As exportações de couro, charque e demais subprodutos da pecuária também cresceram substancialmente da década de 1830 para a de 1850. Em relação às importações, praticamente metade consistia em produtos manufaturados destinados a atender aos segmentos mais abastados da sociedade. A industrialização era pequena e incipiente. Por consequência, as relações comerciais com a Inglaterra se ampliaram; sem, contudo, ameaçar a liberdade de gerência econômica ou mesmo a independência política da Argentina. Para completar esse quadro, o estabelecimento das estâncias e as posteriores leis contra vadiagem foram, aos poucos, compondo o leque de recrutados para o Exército e transformando o *gaúcho* em mão de obra para as estâncias ou mesmo em *montoneros*, espécie de força guerrilheira das planícies.

O desenvolvimento, porém, não foi o mesmo para as várias regiões argentinas. Enquanto Buenos Aires prosperava, o interior ainda permanecia com a mesma estrutura político-econômica do período da independência.

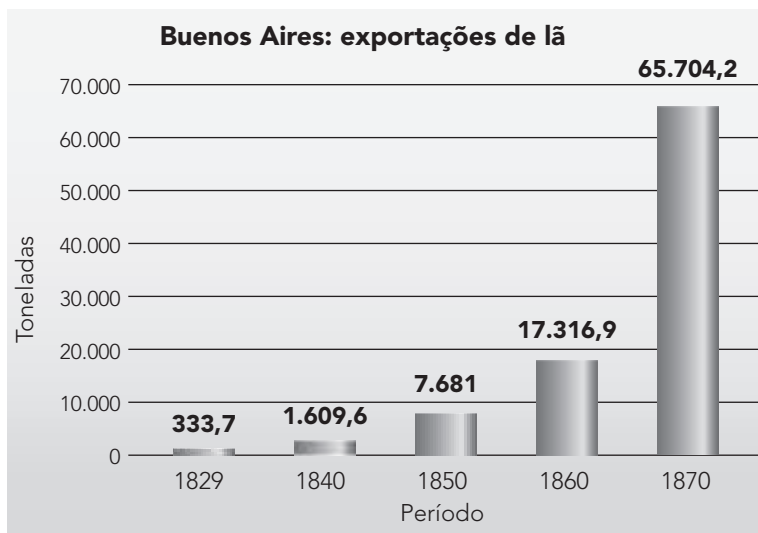


Gráfico 1.4 Crescimento da exportação de lã da província de Buenos Aires (Lynch, 2004, p.663).

A derrota de Rosas levou a significativos avanços na Constituição promulgada em 1853, visando fortalecer a unidade sem atropelar a autonomia provincial. Mesmo com essa nova Constituição, o sentimento de identidade nacional não se fortaleceu a ponto de alterar a realidade política argentina, que se ampara em personalismo e clientelismos caudilhos. As divergências políticas opuseram, de um lado, a província de Buenos Aires, a partir de 1860 governada por Bartolomé Mitre e um partido liberal, e, de outro, a Confederação Argentina, com 13 províncias sob o governo de Justo José Urquiza e de um partido federalista. Da disputa política passou-se às armas e Mitre, tendo vencido a batalha de Pavón, após a retirada de Urquiza, negociou seu programa de reorganização nacional. Buenos Aires aceitou a

constituição de 1853 e, em 1861, houve a formação de uma federação com essa cidade como centro e as demais províncias como interior.

O projeto de uma Argentina unida somente se tornou real a partir de 1862, especialmente nos governos de Bartolomé Mitre (1862-8) e Domingos Faustino Sarmiento (1868-74), tendo como pilares e promotores da identidade e unidade nacional a Justiça federal e o Exército nacional. Ambos buscaram promover a unidade nacional, a criação de instituições liberais e o incentivo à modernização. Especificamente quanto ao Exército,

[...] pelo decreto de 26 de janeiro de 1864, o governo criou um exército permanente de seis mil homens, distribuídos entre artilharia, infantaria e a cavalaria. Foi fundada uma Academia Militar em 1869, onde teve início a formação de um corpo de oficiais profissionais. A lei de recrutamento de 21 de setembro de 1872 antecipou a conscrição nacional. Foi esse o arcabouço institucional do novo exército. Mas as operações militares nas rebeliões dos caudilhos e na Guerra do Paraguai deram um impulso mais decisivo a essa instituição, aumentando seu contingente e ampliando sua experiência. (Lynch, 2004, p.669)

Torna-se ilustrativo o fato de o primeiro livro dentre os muitos escritos por Mitre ser um manual de artilharia. Concomitantemente às suas atividades políticas e militares, Mitre encontrou tempo para reunir e ampliar sua coleção de documentos históricos e, posteriormente, dedicar-se ao gênero biográfico, a exemplo da *História de Belgrano* (1887), tido como clássico da historiografia argentina, ou mesmo *História de San Martín y de la emancipación Sudamericana* (1887-1890). Assim,

Mitre é muito mais que o produto da ambição pessoal e de relações-públicas. Depois que Urquiza deixou de ser obstáculo e Mitre se tornou presidente, procurou organizar o país, fundando escolas, redigindo códigos de leis, aperfeiçoando o sistema bancário e monetário, determinando políticas de imigração e construindo portos, linhas telegráficas e ferrovias. Em todas essas atividades provou ser um servidor público criativo e incansável, a tal ponto que sem Mitre a Argentina moderna

poderia não existir. No entanto, havia um outro Mitre: aquele cujas ambições prejudicaram o desenvolvimento do país e a compreensão do passado da Argentina. Quando suas ambições pessoais coincidiam com o bem da nação, foi um servidor público dedicado e criativo; quando isso não ocorria, foi uma perigosa fonte de perturbação e distorção histórica. (Shumway, 2008, p.275)

Mitre e a Argentina, em sua unificação, souberam aplicar um projeto político em que a instituição militar pôde ser usada como propulsor de um espírito nacional que resistisse à disputa de poder entre Buenos Aires e as demais províncias pela forma político-institucional do Estado argentino. Nesse sentido, os argentinos diferiram muito do Brasil, que relegou o Exército de Linha a uma força secundária e socialmente marginalizada. Para a Argentina, a Guerra do Paraguai contribuiu com o propósito unificador a partir de Buenos Aires. Para Francisco Doratioto:

A guerra realimentou a oposição federalista interna e contribuiu para o surgimento de diferentes rebeliões contra o governo nacional, o qual ao conseguir reprimi-las, se fortaleceu e se legitimou. De modo paradoxal, porém, o presidente Mitre, que se manteve intransigente em continuar a guerra e sufocar as rebeliões, embora vitorioso nas armas, saiu derrotado politicamente, ao assistir à vitória de um opositor, na eleição presidencial de 1868. (Doratioto, 2002, p.463)

O caudilhismo, entretanto, sobreviveu e se adaptou aos novos tempos, consubstanciando-se, por exemplo, nos chefes dos partidos políticos (Lynch, 2004, p.670). O fluxo modernizante, entendido como crescimento da exportação dos produtos agrícolas já bastante conhecidos, investimentos em infraestrutura e incentivo à imigração, repercutia na vida política. A ferrovia, em especial, teve papel importante nessa conjuntura; financiada pelo capital inglês, foi vista como ferramenta estratégica de interiorização do desenvolvimento. As companhias de navegação se ampliaram, acelerando a ligação entre Buenos Aires e Europa. Num curto prazo de tempo, apareceram as ligações por cabo e telégrafo com o velho continente. Em rela-

ção ao contexto regional, a Argentina, unificada em 1862 sob o comando do portenho Bartolomé Mitre, teve o apoio do general uruguaio Venâncio Flores, membro do partido uruguaio colorado, na luta contra as províncias de Entre Rios e Corrientes. Temendo alguma reação dessas províncias que desestabilizasse a recém-unificação, a Argentina, ao envolver-se na questão da intervenção brasileira no Uruguai, eximiu-se de atuar diretamente nesse evento.

O Paraguai, por sua vez, viu nos caudilhos das províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios potenciais aliados na disputa interna uruguaia e contra alguma reação de Buenos Aires, num grave erro de avaliação do contexto interno argentino. Mesmo que os chefes dessas duas províncias divergissem do projeto político de Mitre em Buenos Aires, optaram pela redução dos conflitos internos. No limiar da mobilização paraguaia para chegar ao território uruguaio por terra, Solano López solicitou, então, permissão aos argentinos para cruzar as províncias de Misiones, Corrientes e Entre Rios; a solicitação lhe foi negada. Esse é um dos momentos em que os caudilhos dessas províncias argentinas decidem por interesses considerados maiores para o processo de unificação argentina, em oposição às intenções paraguaias. Diante da negativa de permissão para cruzar o território argentino das duas províncias argentinas em seu caminho, o Paraguai declarou guerra à Argentina em 18 de março de 1865, invadindo a província de Corrientes para poder chegar ao Rio Grande do Sul. Enquanto a Argentina era invadida, o governo blanco era derrotado no Uruguai, e este país retornou à esfera de influência brasileira e, em menor grau naquele momento, da Argentina.

A história argentina e seu processo de unificação ficaram, desta feita, divididas entre uma vertente liberal e portenha e outra nacionalista e provincial. A prevalência da vertente liberal e portenha foi mais um dos campos de batalha enfrentados e, de certa forma, vencidos por Mitre (Shumway, 2008, p.248). Nesse processo, diante do contexto e da dinâmica regional da década de 1860 vividas por Brasil, Uruguai e agora o Paraguai, a Argentina entrava na Guerra do Paraguai.

## O Paraguai, Solano López e a guerra

O Paraguai, logo após sua independência da Espanha, por causa de sua interiorização geográfica e da constante ameaça de seus vizinhos sobre seus limites, em especial Argentina e Brasil, distanciou-se de uma participação direta no desenrolar da geopolítica platina para garantir sua autonomia. Por consequência, o Estado paraguaio se organizou, basicamente, em uma classe que governava e controlava o Estado e em um campesinato (Priolli, 1998). Essa organização se deve ao passado colonial da região que posteriormente passou a ser chamada de Paraguai. A colonização jesuítica consolidou, ao longo do período colonial, uma segmentação social na qual o controle espanhol, tendo chegado ao fim, foi substituído pela gestão de uma pequena elite local, que em seu desenvolvimento interno manteve o território paraguaio isolado até praticamente a década de 1840.

Desde a independência, o Paraguai esteve politicamente sob o comando de ditadores, cujos períodos de governo relativamente longos e cuja tendência “dinástica” fizeram do governo paraguaio quase uma monarquia disfarçada (Lynch, 2004, p.681). Até a guerra contra a Tríplice Aliança, sucederam-se três governantes: José Rodrigues Gaspar de Francia, de 1814 a 1840; Carlos Antonio López, de 1841 a 1862; depois o filho e sucessor deste, Francisco Solano López, de 1862 a 1870. O Paraguai contava, então, com uma população estimada entre 300 mil e 400 mil habitantes.

A República do Paraguai surgiu e se estabeleceu efetivamente a partir de

[...] la dictadura del Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840) [que] puso fin, en un primer nivel, a las ambiciones de Buenos Aires de reintegrar la “Provincia” del Paraguay al nuevo esquema nacional argentina [sic]. Rodríguez de Francia fomenta a su vez relaciones austeras pero beneficiosas con el Imperio del Brasil, como manera de encontrar salida a las exportaciones paraguayas, y para contrarrestar los designios argentinos. El “aislamiento” del Paraguay de la época es más bien relativo, y la llegada al poder de la familia de los López, con el liderazgo de

Carlos Antonio López en 1841, permite un proceso de cierta modernización de la estructura económica y de mayor integración regional y mundial.<sup>11</sup> (Krauer, 2007, p.2)

O isolamento iniciado no governo de Francia foi também um mecanismo de defesa do Paraguai em relação a Buenos Aires, que o via apenas como uma província rebelde distante. A frágil economia paraguaia se organizou inicialmente em torno da erva-mate e da extração e exportação de madeira via estâncias controladas diretamente pelo governo. Em razão das incertezas e indefinições territoriais e de sua localização geográfica,

[...] ubicado en el centro de Sudamérica, sin recursos minerales de significación, el Paraguay buscó desde su independencia una manera eficiente y no tan cara de hacer que sus productos llegasen al mercado mundial. El sistema fluvial del Río de la Plata – sobre todos los ríos Paraguay y Paraná – constituyó por siglos la única vía respiratoria de la economía paraguaya, con costos sumamente elevados, que en la primera mitad del siglo XX superaban incluso a los fletes para el transporte de mercancías entre Buenos Aires o Rio de Janeiro, y ciudades europeas o estadounidenses.<sup>12</sup> (Krauer, 2007, p.1)

O período de governo de Carlos Antonio López alterou a política praticada antes por Francia em dois pontos fundamentais: acabou

---

11 [“(…) a ditadura do Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840) (que) pôs fim, a princípio, às ambições de Buenos Aires de reintegrar a ‘Província’ do Paraguai ao novo esquema nacional argentino. Rodríguez de Francia, por sua vez, fomenta relações austeras, mas benéficas, com o Império do Brasil, como forma de encontrar saída às exportações paraguaias e rebater os desígnios argentinos. O ‘isolamento’ do Paraguai a época é bem relativo e a chegada da família López ao poder, com a liderança de Carlos Antonio López em 1841, permite um processo de certa modernização da estrutura econômica e de maior integração regional e mundial.”]

12 [“(…) situado no centro da América do Sul, sem recursos minerais significativos, o Paraguai buscou desde a sua independência uma maneira eficiente e não tão cara de fazer com que seus produtos chegassem ao mercado mundial. O sistema fluvial do Rio da Prata – sobretudo, os rios Paraguai e Paraná – constituiu por séculos a única via respiratória da economia paraguaia, com custos tão extremamente elevados que, na primeira metade do século XX, superavam inclusive os fretes de mercadorias de Buenos Aires para o Rio de Janeiro e para cidades europeias ou estadunidenses.”]

com o isolamento paraguaio e promoveu uma incipiente modernização no país.

Depois de 1852, com a queda de Rosas e a abertura da navegação fluvial, López começou a importar tecnologia em larga escala. As técnicas e os equipamentos para dar ao Paraguai uma infraestrutura moderna de indústria, de transporte e de armas, ele foi buscá-los na Europa, particularmente na Inglaterra. Enviou seu filho, Francisco Solano López, à frente de uma missão para comprar armas militares e navais e recrutar consultores técnicos. O grupo visitou a Inglaterra, a França e a Espanha, em 1853-1854. (Lynch, 2004, p.683)

Como segundo presidente a governar o país, Carlos Antonio López promoveu importantes avanços na consolidação do Estado paraguaio.

La primera tarea de C. A. López fue la de institucionalizar la independencia del Paraguay, ya que de hecho ningún país había otorgado un reconocimiento formal de la independencia hasta ese entonces. Las relaciones con la Argentina empezaron a mejorar con la desaparición de la escena política de Juan Manuel de Rosas, y para comienzos de la década de 1850, las comunicaciones y el comercio con el sur mejoraron significativamente. Durante toda esa década, el Paraguay empieza modificar su estructura económica, gracias a la apertura de las fronteras, una expansión considerable del comercio exterior, y los primeros pasos para una modernización de la infraestructura del país.<sup>13</sup> (Krauer, 207, p.3)

Com isso, em 1853 foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Paraguai, Inglaterra, França e Estados Unidos.

---

13 ["A primeira tarefa de C. A. López foi a de institucionalizar a independência do Paraguai, já que, até então, nenhum país havia de fato outorgado um reconhecimento formal da independência. As relações com a Argentina começaram a melhorar com o desaparecimento de Juan Manuel de Rosas da cena política e, no início da década de 1850, as comunicações e o comércio com o Sul melhoraram significativamente. Durante toda essa década, o Paraguai começou a modificar sua estrutura econômica, graças à abertura das fronteiras, uma expansão considerável do comércio exterior, e aos primeiros passos para uma modernização da infraestrutura do país."]

Esse tratado foi um marco quanto ao relacionamento do Paraguai com as potências europeias, contribuindo substancialmente para minorar o isolamento diplomático-comercial em que se encontrava. Esse mesmo ano marca o início da contratação, pelo Paraguai, de técnicos estrangeiros e da compra de máquinas e implementos que modernizassem o país (Schmitt, 1961, p.352), resultado da viagem de Francisco Solano López a Europa entre 1853 e 1854.<sup>14</sup> Assim:

Apesar dos esforços intensivos para estabelecer com os países europeus relações diplomáticas diretas, até o ano de 1853 não havia em Assunção nem um representante diplomático europeu acreditado junto ao governo nacional. O ano de 1853 significou para o Paraguai uma nova etapa na história de sua diplomacia. (Schmitt, 1961, p.351)

Com esses investimentos, o Paraguai passou a ter, a partir de 1856, um arsenal com capacidade para produzir canhões e equipamentos navais, iniciou a construção de uma estrada de ferro entre Assunção e Villa Rica, inaugurou uma marinha mercante e terminou, em 1860, a construção de um estaleiro, com um novo ancoradouro e uma doca seca. Esses investimentos, por consequência, prestaram-se mais à criação de um potencial militar defensivo-ofensivo do que propriamente a um influxo modernizador das bases econômicas e sociais paraguaias. As contratações que o general Francisco Solano López fez na Europa ocorreram ainda sob a presidência de seu pai, Carlos Antonio López. Os principais contratos foram com a Inglaterra. A maioria das transações comerciais ocorreu com a intermediação “da firma John & Alfred Blyth, de Londres, que também se encarregava de contratar técnicos e especialistas para a incipiente indústria paraguaia” (Schmitt, 1961, p.358). Os vínculos – comerciais, diplomáticos e outros – que o Paraguai mantinha com o exterior baseavam-se quase exclusivamente no sistema fluvial platino, daí a grande importância desse caminho pelas águas. O crescimento das exportações paraguaias, que salta de 62.276

---

14 Alguns autores especulam sobre o fato de Francisco Solano López ter assistido à Guerra da Crimeia, em 1854, como observador militar; mas não há comprovação disso. Ver: Washburn, 1892, p.105.

libras em 1851 para 353 mil libras em 1857 (Krauer, 2007, p.3), expressa o significado da potencialidade econômica da livre navegação pelo sistema fluvial do Prata.

Para muitos historiadores paraguaios, “la ‘Gran Guerra’ frustró el primer gran intento del Paraguay por modernizarse e integrarse a la economía regional y mundial, y estableció de hecho décadas de retraso comparativo con sus vecinos”<sup>15</sup> (Krauer, 2007, p.4). Todavia, há muita controvérsia ao redor do complexo debate sobre o processo de modernização paraguaio no pré-guerra.

Carlos López, o governante paraguaio, organizou um grande exército e fortificou vários pontos estratégicos ao longo do Rio Paraguai. Até 1852, ele temeu um ataque vindo de Buenos Aires; a partir de então passou a considerar o Brasil a principal ameaça à integridade paraguaia. Quando López fechou o Rio Paraguai aos navios brasileiros em 1854, a decisão quase provocou uma guerra. Embora a diplomacia tenha prevalecido na ocasião, as relações entre os dois países continuaram tensas. López morreu em 1862, sendo substituído pelo filho, Francisco. (Schulz, 1994, p.54)

Por seu turno, o Paraguai, entre as décadas de 1840 e 1860, não vislumbrava alternativa que não buscar os mercados externos para escoar sua produção. Deixar o isolamento e buscar a liberação da navegação sem os embaraços burocráticos e tarifários dos controles de Buenos Aires e Montevidéu era essencial nesse propósito. Por conseguinte:

Tendo por objetivo absorver tecnologia moderna, o Paraguai estabeleceu contatos diretos com os países da Europa e os Estados Unidos. Aos poucos, o Estado paraguaio dos López – Carlos Antonio foi sucedido por seu filho Francisco Solano – implementou uma estratégia de “crescimento para fora”, baseada essencialmente nas exportações de produtos primários – erva-mate, madeiras, couros, tabaco... – para os merca-

---

15 [“(...) a ‘Grande Guerra’ frustrou o primeiro grande intento do Paraguai de modernizar-se e integrar-se à economia regional e mundial, e estabeleceu de fato décadas de atraso em comparação com seus vizinhos.”]

dos platino e europeu. Essa estratégia permitiu que o Paraguai passasse por uma rápida modernização sem recorrer a capitais estrangeiros, pagando à vista a tecnologia que importava. (Doratioto, 1994, p.60)

De acordo com Efraím Cardozo, mesmo com as inovações compradas da Europa e com o auxílio dos técnicos que de lá vieram, permaneceram inalterados alguns pontos de fragilidade de alguns setores do governo paraguaio, notadamente o Exército e a atuação diplomática. Sobre isso, este autor explica que:

Dos décadas de absoluto predominio en la organización militar y todos los recursos nacionales a disposición del ejército habían hecho de éste una masa numerosa, disciplinada, pero equipada con armas vetustas, muchas verdaderamente anacrónicas ya, radiadas de los demás ejércitos del mundo. Tales fuerzas, bastantes para mantener el orden interno, eran notoriamente insuficientes para respaldar la nueva política y afrontar sus riesgos, que iban a superponerse a los que ya entrañaban las irresueltas cuestiones de frontera con el Brasil y la Argentina. Y si el Paraguay carecía de verdadero ejército, no eran menores sus deficiencias diplomáticas. En este orden, el vacío era completo. No estaban provistas las legaciones en Buenos Aires, Rio de Janeiro y Montevideo. El cuerpo exterior del Paraguay se reducía a un encargado de negocios en Francia e Inglaterra.<sup>16</sup> (Cardozo, 1965, p.91-2)

Os ingleses se faziam presentes em Assunção por meio de várias casas comerciais. Nesse período, foram crescentes as compras feitas pelo Paraguai de tecidos, artigos de ferro, utensílios industriais

---

16 [“Duas décadas de absoluto predominio da organização militar e todos os recursos nacionais à disposição do Exército fizeram deste uma massa numerosa, disciplinada, porém equipada com armas antigas, muitas verdadeiramente anacrônicas, radiadas dos demais exércitos do mundo. Tais forças, o bastante para manter a ordem interna, eram notoriamente insuficientes para respaldar a nova política e enfrentar seus riscos, que iriam sobrepor-se aos que já implicavam as não resolvidas questões fronteiriças com o Brasil e a Argentina. E se o Paraguai carecia de um exército verdadeiro, não eram menores suas deficiências diplomáticas. Nessa ordem, o vazio era completo. Não estavam estabelecidas as representações diplomáticas com Buenos Aires, Rio de Janeiro e Montevidéo. O corpo exterior do Paraguai se reduzia a um representante comercial na França e na Inglaterra.”]

e material bélico da Inglaterra, além da já referida contratação de técnicos ingleses para os empreendimentos manufatureiros e de infraestrutura.

O Estado paraguaio e seu processo de formação e autoestruturação na segunda metade do século XIX são de suma importância para o entendimento do conflito que se desenrolou do fim de 1864 a 1870 e cujo desenlace reverbera em múltiplas vezes acerca do entendimento de seus principais fatos, numa extensa historiografia a respeito. O primeiro país estrangeiro a reconhecer oficialmente a independência do Paraguai foi a Áustria, em 10 de julho de 1847 (Schmitt, 1961, p.350). Mesmo com a atitude austríaca, oficialmente o reconhecimento da independência paraguaia foi bastante tardio, se considerarmos o ano de 1811 como princípio da autonomia paraguaia. Esse ano é um marco interno da formalização da independência paraguaia, cuja repercussão regional não levou a seu reconhecimento imediato como país independente. O reconhecimento de sua independência pelos demais atores da geopolítica platina ocorreria ao longo das décadas posteriores, entre muitos embates diplomáticos e, por vezes, militares.

Francisco Solano López, logo após assumir o governo, começou a dar novo direcionamento aos interesses geopolíticos paraguaios. Ele procurou continuar o trabalho iniciado por seu pai, ampliando-o, decidido a alçar o Paraguai a uma nova força e ser um diferencial no equilíbrio de poder da região platina. Para tanto, ampliou o efetivo do Exército e, por consequência, produziu certa militarização do estado paraguaio. Em seu governo, o Estado continuava controlando a economia e monopolizando as exportações. Também se tornou um grande crítico de Buenos Aires e, em parte por isso, era atacado e ridicularizado na imprensa portenha. Em relação ao liberalismo portenho, o Paraguai significava a manutenção da tradição política diretamente relacionada aos caudilhos, com um Estado de forte apelo absolutista.

Solano López manteve as posturas recentes de seu pai em relação ao Brasil, que logo após a aliança para derrotar Rosas considerou as pretensões brasileiras em relação às disputas fronteiriças desfavoráveis ao Paraguai, repelindo qualquer tratativa a respeito. Diante das

potenciais ameaças de Brasil e Argentina, Solano López não via alternativa além da solução militar. Faltou-lhe, no entanto, nesse jogo geopolítico, a habilidade de explorar a rivalidade entre Brasil e Argentina e as próprias divisões internas da Argentina, como forma de compensar a ausência de superioridade militar ante os dois futuros inimigos. Pareceu-lhe apenas ser necessário aguardar um momento ou fato oportuno para pôr em prática suas intenções; e eis que o Uruguai lhe favoreceu com o que precisava.

Devido às gestões político-diplomáticas brasileiras e argentinas no Uruguai e, posteriormente, à intervenção brasileira nesse mesmo país, que se deu no início de agosto, os fatos se precipitaram no final de 1864. Em 16 de outubro de 1864, o Exército brasileiro invadiu a Banda Oriental, a despeito dos protestos de Solano López. Com a questão uruguaia, o Paraguai declara um *casus belli* com o Império brasileiro, despachando em 4 de dezembro uma coluna expedicionária para invadir a província do Mato Grosso.

Em 12 de novembro de 1864, o Paraguai capturou o navio mercante brasileiro Marquês de Olinda, em que se encontrava o presidente da província do Mato Grosso, a caminho de Corumbá. Isso foi uma resposta à intervenção brasileira no Uruguai. A seguir, as relações diplomáticas com o Brasil foram rompidas; o passo seguinte foi invadir o Mato Grosso. Após a apreensão de um vapor mercante brasileiro, em 13 de dezembro de 1864, o Brasil entra em estado de guerra contra o Paraguai. A formalização da declaração de guerra brasileira só se efetivou em 27 de janeiro de 1865. Por sua vez, o apresamento de dois navios de guerra argentinos e a invasão da cidade de Corrientes forneceu a Mitré o respaldo necessário para uma aliança com o Brasil sem provocar gritaria política na frágil organização nacional argentina.

A operação de guerra paraguaia iniciou-se, desse modo, com grandes erros estratégicos, e assim se principiou a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança ou, para boa parte da historiografia brasileira, simplesmente Guerra do Paraguai. Para esse país, o insucesso quanto a possíveis vitórias rápidas, a ausência de um planejamento militar que evitasse os ataques, de certa forma indiscriminados, e a dispersão de forças transformaram o conflito em guerra de sobrevivência. No lado

oposto, as operações militares do Brasil e da Argentina representavam, segundo sua propaganda, a luta pela civilização e pela liberdade – sendo o Paraguai visto como a personificação extrema do oposto dessas máximas. O discurso corrente no Brasil, nos jornais, nos debates legislativos e nos documentos oficiais, reflete essa construção do Paraguai como oposto dessa concepção de civilização (Alambert, 1995; Alambert, 2000), em especial após ter aprisionado o navio brasileiro *Marquês de Olinda* e invadido o território brasileiro.

O Paraguai saiu destroçado da guerra. Perdeu mais da metade da população, com destaque à redução drástica da população masculina. Teve seu sistema produtivo arruinado e sua economia esfacelada. Perdeu territórios para o Brasil e para a Argentina – perdas que só não foram maiores por causa das disputas e rivalidades entre brasileiros e argentinos. A destruição do modelo político paraguaio gerou, após um período de ocupação militar aliada que durou até 1876, um vácuo de poder que passou a ser ocupado por novos caudilhos numa sucessão de golpes e contragolpes.

Assim, em resumo, as circunstâncias políticas decorrentes do processo de independência e consolidação dos países da região, acrescidas das ambições geopolíticas de cada um dos países, geraram as condições favoráveis ao acirramento das tensões na região platina. A esse contexto se soma o crescimento econômico e a necessidade de eliminação dos entraves relacionados a ele. O Uruguai era palco e ator na disputa entre Brasil e Argentina por interesses territoriais, políticos e comerciais. O Paraguai era visto, até pouco mais da metade do século XIX, como figurante nessa dinâmica, porém ambicionava atuar com mais destaque. O Brasil estava preparado para intervir militarmente no Uruguai, mas não para responder de imediato à iniciativa militar paraguaia, que surpreendeu o Brasil e a Argentina. O erro estratégico paraguaio de iniciar uma guerra contra Brasil e Argentina, com o Uruguai a reboque destes, acrescido das dificuldades de um esforço de guerra de grandes proporções, em geral fez o conflito se estender por longos anos, afetando profundamente os estados beligerantes.



## 2

# AS FORÇAS TERRESTRES BRASILEIRAS E A LOGÍSTICA

*Amadores falam de estratégia,  
profissionais falam de logística.*

– Ditado militar norte-americano

A instituição militar brasileira passou por alterações em sua estrutura organizacional, nos ajustes jurídicos, na composição de seu efetivo e nos projetos políticos que lhe deram o aspecto nacional ao longo do século XIX. Essas alterações, ora profundas, ora superficiais, moldaram as forças militares que atuaram no grande conflito com o Paraguai. Nas guerras e nos conflitos ocorridos até quase meados do século XIX, cabia ao soldado, na maioria dos casos, prover suas necessidades, usualmente por meio de saques e pilhagens, ao passo que as estruturas militares cresciam em sofisticação de pessoal, equipamento e suporte nas operações militares.

A Guerra do Paraguai foi um desses eventos militares nos quais a operacionalidade logística rapidamente se tornou um diferencial, nalgumas vezes um entrave, noutras uma vantagem estratégica. O apoio logístico, em uma situação de guerra, pode partir de governos e da iniciativa privada – mais especificamente de “particulares” ou “civis”, no caso do século XIX brasileiro – fato que fez crescer o potencial bélico brasileiro e expôs as dramáticas limitações e os problemas decorrentes de uma maciça mobilização militar. A partir do meio militar, as teorias e práticas de administração voltadas à logística ora caminharam com o desenvolvimento desta, ora superaram-na e se colocaram à frente, em alguns aspectos, em relação a sua aplicação especificamente militar. Assim, a logística se compartimentou

e se especializou pela maior complexidade de seu próprio emprego. Por isso, sua compreensão geral neste início de século XXI, é a de algo singular, que ocorre todo dia, em todo o mundo e não somente no âmbito militar. Suas funções logísticas militares neste início de século XXI, de modo geral, são divididas em sete ramos de operação: recursos humanos, saúde, suprimento, manutenção, transporte, engenharia e salvamento.

Na campanha do Paraguai, são perceptíveis alguns desses elementos, sobre os quais faremos aqui uma introdução geral para abordá-los em detalhes no capítulo posterior. Por conseguinte, passaremos a uma breve caracterização da instituição militar brasileira, do período em questão e, na sequência, a alguns aspectos gerais a propósito da aplicação de técnicas e práticas ligadas à logística na guerra.

## **Sobre a instituição militar brasileira no século XIX**

O Brasil, como colônia de Portugal, absorveu prontamente toda a estrutura portuguesa, procurando utilizá-la da melhor forma possível a partir de 1822, quando se tornou independente. Com isso, toda a limitação organizacional e tecnológica dos séculos XVI, XVII e XVIII moldou a organização militar brasileira do período da Guerra do Paraguai. Caracterizá-la e situá-la historicamente é um trabalho que, em sua dimensão, foge ao escopo desta reflexão. Todavia, faz-se necessário apresentar brevemente alguns pontos que se destacam e alicerçam nossa reflexão sobre a estrutura militar movimentada pelo Império na etapa final da campanha contra o Paraguai.

No calor da organização e estruturação do Estado brasileiro após a independência, as instituições militares nasceram titubeantes e, por consequência, cresceram problemáticas. Por essa razão, é preciso conceituar, primeiramente, o termo militar, e isso requer uma compreensão além da existência e atuação de uma força de linha terrestre: exige um exame dos diversos corpos militares que atuavam sob os auspícios do governo imperial brasileiro em momentos di-

versos da sua história. Sobre o termo “militar”, Adriana Barreto de Souza explica que:

[...] a questão não é simples. Essa coesão e uniformidade, que se transformam em ponto pacífico entre a maioria dos historiadores e homens dedicados à narrativa histórica, constituem um verdadeiro emaranhado conceitual. [...] o militar durante a Regência tem como parâmetro um universo institucional que não se restringe apenas ao Exército, ao qual se juntam a Guarda Nacional e uma série de grupos como os guardas municipais, as forças policiais, pequenas ordenanças, entre outros que, apesar de terem sido legalmente extintos com a criação da Guarda Nacional, continuam a conviver e a dividir áreas de atuação (Coleção de Leis do Brasil. Regulamento de criação da Guarda Nacional, 18 de agosto de 1831). Fato ainda mais comum no interior do país, onde a arregimentação de forças é sempre tarefa mais complicada (sobre o problema da falta de uma estrutura administrativa que coordenasse as forças militares, especialmente a Guarda Nacional – ver Castro, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1979). Mas ao contrário do que deveríamos esperar, essas distinções raras vezes são mencionadas, e nunca de maneira completa. [...] Nem mesmo os autores pertencentes à referida instituição e, nesse sentido, mais inteirados dessas particularidades, se dão conta desse pequeno detalhe. Tanto Lobo quanto Tasso Fragoso e Spalding (Augusto Tasso Fragoso, *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, Luis Lobo, op. cit.; e Walter Spalding, *A epopeia farroupilha*) referem-se aos personagens em questão de forma indiferenciada. Podemos notar a utilização, por parte da Guarda Nacional, de terminologias e estruturas hierárquicas correlatas às do Exército. Dessa forma, termos como tenente-coronel ou batalhão de infantaria esvaziam-se enquanto produto de uma determinada região social e, por consequência, como elemento de comunicação. (Souza, 1999, p.20-1)

Após essa ressalva, ao focarmos o século XIX, a partir da independência, vemos que o Brasil conhece, assim, uma multiplicidade de tipos e segmentos, doravante qualificados como corporações militares, de características heterogêneas, que são, amiúde, amalgamadas sob um todo legalmente homogêneo, com duas subdivisões básicas:

as forças militares terrestres e as forças militares navais. Em razão das necessidades e dos meios de atuação dessas forças – em especial a terrestre, dada a continentalidade do território brasileiro e o processo, então em curso, de ajuste legal de suas fronteiras –, formou-se um mosaico administrativo-organizacional e, em que pesem os regionalismos, também cultural, no qual sobressaem mais as discrepâncias entre grupos e corporações que suas similaridades e convergências.

Ao nos referirmos ao conjunto compreendido e historicamente estudado como militares, estamos trabalhando com um conceito complexo de ser entendido em seu contexto no século XIX, especialmente em razão de uma série de publicações que contribuíram para a construção ou cristalização de determinadas imagens das instituições militares. Temos com isso uma literatura que não distinguuiu, com a argúcia necessária, as sutilezas encerradas em um termo que, ao ser aplicado à história militar colonial e monárquica, deixa escapar diferenças relevantes na compreensão do processo histórico. Logo, tem-se como característica, nesse contexto, que

[...] o Exército do Segundo Reinado não configura uma corporação, uma instituição moderna com uma estrutura organizacional fechada e imersa numa rede interdependente de poder, e, portanto, as relações que mantêm com a sociedade não podem ser avaliadas a partir da clássica cissura que opõe militares a civis. (Souza, 1999, p.43)

Dada essa dificuldade, verifica-se que, aos encarregados das múltiplas iniciativas demandadas pela guerra, cabem atribuições difusas nem sempre formalizadas e reconhecíveis; se é fácil identificar o militar, “apurando a vista” corrobora-se a dificuldade exposta antes em distinguir precisa e historicamente a atividade civil da atividade militar (Domingos, 2007, p.242) em algumas de suas ramificações mais específicas. Ressalvadas as cautelas quanto a imprecisão, amplitude e diversidade de composição das forças militares terrestres, objeto preferencial das considerações posteriores deste trabalho, temos que a evolução militar brasileira coincide, em grande parte, com a de Portugal até a invasão

napoleônica tomar a Europa de assalto. Portugal ainda estava reformando sua organização militar quando Napoleão forçou a fuga da família real para sua colônia na América do Sul. Seu Exército, ainda no processo de transição do sistema de terços<sup>1</sup> e ordenanças<sup>2</sup> para uma formação dividida em brigadas e divisões, promovia reformas postas em prática pelo conde de Lippe<sup>3</sup> sob orientação de Pombal.

Nas condições iniciais da colonização do Brasil, a organização das forças militares portuguesas e das forças locais, em terços e ordenanças, mostrou-se bastante satisfatória para garantir o domínio do território. Mas essa organização, muito em razão do próprio processo de independência e da dinâmica política que se verificou no período imperial e embora mantivesse um Exército de Linha (o correspondente a um Exército regular), não optou por este como instância militar terrestre preferencial, implantando outra que correspondia melhor a um projeto de uma força coercitiva do Estado, amparada numa extensa teia de clientelismos e compadrios políticos. Surgia, assim, a Guarda Nacional.

A Guarda Nacional foi constituída em 1831 e oficializada em 1832 como força composta de cidadãos em condições de serem alistados como eleitores, armados às próprias expensas, com indenização retroativa por tais gastos. Os guardas nacionais se organizavam em companhias sob as ordens de um comandante-geral para cada distrito – este, por sua vez, era diretamente subordinado ao juiz de paz. A Guarda se apresentava legalmente como força auxiliar do Exército de Linha e tinha por finalidade “defender a constituição, a liberdade, a independência e a integridade da nação”(Castro, 1979). As forças militares terrestres ficam, então, divididas em Força de Linha (Exército) e Força Auxiliar (Guarda Nacional), além da cons-

---

1 Terços são uma formação militar colonial equivalente aos atuais regimentos.

2 Ordenanças, também outro tipo de organização, tem formação militar com características milicianas.

3 Militar alemão contratado pelo marquês de Pombal para auxiliá-lo na reestruturação do Exército português durante o período colonial, cuja atuação também incidiu nas forças portuguesas que serviam no Brasil.

tante e tradicional formação de milícias para suprir as demandas do Estado, prática muito comum na região Sul, por exemplo. Nesse novo arranjo institucional, competiam ao Exército as operações contra inimigos externos, tendo a Guarda Nacional como força complementar ou reforço. No âmbito interno, competia à Guarda Nacional, prioritariamente, a função do controle social, nas operações contra inimigos internos, com o Exército de Linha figurando, nesse caso, como complemento ou reforço.

Em virtude da criação da Guarda Nacional e do recrutamento, diferenciado para ambas as forças, fizeram-se necessários vários ajustes legais, de forma que o procedimento de recrutamento para a tropa regular do Exército de Linha foi alterado algumas vezes, em 1837, 1841, 1848 e 1852. Assim, mudavam-se as leis, mas a essência continuava a mesma, ou seja, cada nova lei só aumentava a lista daqueles que estavam isentos de prestar o serviço militar no Exército de Linha. Chegou-se ao absurdo de exigir-se atestado de boa conduta para quem não queria ser alistado. Nesse contexto, as reorganizações e pequenas adequações colocadas em prática são as mais expressivas indicações de um moroso e confuso esforço profissionalizante, levado a cabo de forma parcelada, com o máximo de suspeitas aos olhos políticos do Estado e minimamente interessante aos olhos do restante da sociedade.

A partir de 1850, especialmente, o Exército de Linha passa a sofrer uma série de modificações visando ao aprimoramento material e humano, a exemplo dos ajustes jurídicos, dadas a questão da ascensão hierárquica e outras acomodações ocorridas entre 1850 e 1860. Houve reorganizações na estrutura militar imperial em 1834, 1839, 1842, 1851, 1852, e mais algumas pequenas reformas ao longo das décadas de 1850 e 1860 (Barroso, 1935), em geral pequenas ou discretas acomodações legais ou em atendimento a demandas políticas. Os efeitos dessas alterações legais se fizeram sentir com repercussões mais expressivas a partir da década de 1950.

O Exército sofreu, segundo Edmundo Campos, citando Samuel P. Huntington, “uma política de erradicação por parte da elite civil” (Coelho, 1976, p.34). Com isso, a partir de 1850, expandia-se no

Exército, particularmente entre a jovem oficialidade, uma mentalidade cada vez mais conflituosa contra a elite bacharelada da Corte. Ao longo desse período, a elite militar passou por transformações que envolviam, ao mesmo tempo, o tipo de recrutamento, a formação e a carreira. A oficialidade, menos aristocrática e mais profissionalmente educada, embebida no positivismo, teve a carreira aperfeiçoada e desenvolveu maior espírito corporativo.

Oliveira Lima, ao tecer suas considerações sobre o Exército brasileiro, considerou que “as duas campanhas estrangeiras, contra Rosas, em 1852, e contra Lopes, de 1865 a 1870, aumentaram nele [Exército] o conceito e a vaidade de sua importância, sem lhe inculcar todavia a convicção da disciplina” (Lima, s.d., p.424).

O Exército de Linha começou a ser reformado, aos poucos, em sua estrutura e organização, com novidades na legislação e, mais tarde, em 1852, no tocante às suas demandas técnicas e tecnológicas, com a criação da Comissão de Melhoramento dos Materiais do Exército. Efetivamente, todas essas mudanças começaram a surtir efeito prático a partir da década de 1860 e tiveram grande impulso com a Guerra do Paraguai (1864-70), em que o Exército de Linha saiu, material e organizacionalmente, mais bem equipado e mais coeso, porém ainda aquém de muitos de seus congêneres. Assim,

[...] o que se tem não é uma instituição militar tal qual a desenvolvida na Europa, com suas características e regras próprias de funcionamento, mas sim uma outra instituição, original, que apesar de apresentar muitas semelhanças com a europeia, não lhe é equivalente. (Seidl, 1999, p.16)

A instituição militar terrestre brasileira ainda sofria de forte inadequação estrutural por aqueles que somariam o grosso de seu pessoal. Os ensinamentos do período napoleônico pouco acresceram à cultura militar brasileira. Da grande inovação do soldado-cidadão,<sup>4</sup>

---

4 Consideramos o termo soldado-cidadão em geral como síntese resultante das alterações promovidas pela Revolução Francesa e das inovações militares napoleônicas, especialmente a conscrição obrigatória, e a partir da ideia de que todo cidadão passou a ser um soldado em potencial, apto a defender seu país.

o Império brasileiro não tinha quase nenhum exemplo. A cidadania era limitada, e o soldado, em geral, era despreparado.

Permaneceriam, ainda, por todo o período da Guerra do Paraguai, a diversidade e a multiplicidade das forças militares terrestres. Pelo tipo e pela finalidade dos diversos corpos que existiram e atuaram com funções tidas como militares, a dicotomia civil-militar, considerando o termo militar como designação de um todo uniforme e homogêneo, torna-se mais apropriada aos tempos republicanos devido às características dessas forças no período monárquico. Ademais, verifica-se que, no tocante à composição histórica das forças militares brasileiras,

[...] compondo quase uma regra geral de concepção das forças militares, são essas referências que estruturavam o Exército brasileiro pós-independência. A afirmação feita por Bloch de que o exército real dos recentes Estados nacionais encontrava-se dividido entre um oficialato recrutado na nobreza e um corpo de soldados integrado por camponeses ou mercenários é perfeitamente adequada para abordar tanto o Exército português do século XVIII, quanto o brasileiro de início dos oitocentos. Esse traço, sem dúvida, constitui um dos elementos definidores do que comumente se denomina um exército de “antigo regime”, com todas suas marcas aristocráticas. (Souza, 1999, p.49)

Pelo lugar político e propósitos da Guarda Nacional e pela ausência de investimentos palpáveis do Estado no Exército de Linha, além da inexistência de uma política de recrutamento e treinamento que profissionalizasse e dignificasse essa instituição, a estrutura militar brasileira era insuficiente para um conflito externo de grande envergadura, de forma que a guerra principiou com um Exército de Linha brasileiro apequenado. Segundo Nelson Werneck Sodré,

[...] o Exército ocupava lugar absolutamente destituído de significação. Não representava o elemento de força em que se apoiava a estrutura social, o domínio da classe que governava o país. Essa classe não tivera, até aí, necessidade dêle, para defender-lhes os privilégios e os interesses;

tinha a sua própria organização militar, recrutada em suas próprias fileiras, rigorosamente fiscalizada, estreitamente comandada. Não precisava de outra. (Sodré, 1965, p.137)

Nesse contexto, apenas uma parte da oficialidade estava em contato com os novos ânimos e novas ideias de como deveria atuar um corpo militar profissional. Esse núcleo profissional (Izecksohn, 1997) do Exército foi um dos responsáveis por algumas novas facetas da guerra, sobretudo a superação do labor belicoso como “arte da guerra” para se aproximar de um enquadramento voltado ao rigor técnico e científico. Em função dessa nova perspectiva, seria cada vez mais necessário o aperfeiçoamento do homem de armas segundo rigores e métodos objetivos na consecução de um plano operacional. Tratou-se, portanto, de um momento de reordenação do sistema militar brasileiro, inapto a conflitos de grande escala, desnorteado no restrito cosmo político imperial e displicente no trato social com o que deveria ser sua base de sustentação – a soldadesca –, no sentido de busca da sua profissionalização e de repensar sua própria estrutura. O Brasil imperial, diante de uma guerra inesperada, viu-se com o sério problema de eficiência militar, com uma força militar caracterizada em essência por um

[...] exército de uma nação escravista [que] não podia ser moderno nem eficiente e, principalmente, não podia ser nacional. Estava relegado a ser uma força “fora de lugar” no seio da nação, impedido de desenvolver sua natureza enquanto instrumento da monopolização da violência pelo Estado. (Costa, 1995, p.299)

Diante desse panorama, rapidamente os problemas relativos às forças militares tomaram outra dimensão; logo:

Podemos afirmar que as contradições fundamentais do Império foram desnudadas pela Guerra da Tríplice Aliança e que os seus dois eixos fundamentais foram a oposição entre o escravismo e o exército profissional e entre a racionalidade da guerra e o sistema político. (Costa, 1995, p.304)

O pós-guerra deflagrou novos caminhos e novo peso à instituição militar, permitindo que a República fosse edificada sobre a insuspeita e solidificada atuação de heróis militares, momento em que não havia espaço para lembranças excessivas a qualquer nome que lembrasse a mal-agradecida aristocracia imperial.

A historiografia republicana alça a instituição militar – notadamente o Exército – à condição de força propulsora do progresso que as instituições imperiais corroídas não haviam conseguido fomentar. Assim, dá visibilidade a um olhar sobre o conflito que valorizou feitos e fatos, até a conquista de Assunção, de forma que a finalização, ocorrida quase um ano depois, teria se caracterizado pelo prosseguimento de planos já traçados.

## Logística militar: particularidades e transformações

Antes de chegarmos a tratar da Guerra do Paraguai, são necessárias algumas considerações sobre logística militar. A etimologia do termo não é muito precisa e só veio a se consolidar nos meios militares do fim do século XIX para o XX. Todavia, já no século XVIII há referências a sua evolução. Suas definições etimológicas mais conhecidas favorecem as críticas à precisão do vernáculo. Logística é um termo relativamente novo para descrever um conjunto de práticas muito antigas. O termo, em suas origens, remete a três possíveis significados, surgidos em lugares e tempos distintos: um, na Grécia antiga, onde *logistikos* significava habilidade em calcular; o segundo, nos impérios Romano e Bizantino, onde *logista* era o termo latino referente a algumas atividades de administração; o terceiro, enfim, na França, onde a expressão *mar chal des logis* ou *marechal de logis* correspondia à autoridade responsável por prover facilidades de alojamento, fardamento e alimentação às tropas, aos acampamentos e às marchas a partir do reinado de Luís XIV (1638-1715).

Na antiguidade, chineses, gregos e romanos desenvolveram técnicas e práticas buscando melhorar o desempenho em guerras e

conflitos, eventos limitados pela distância, pelo deslocamento, pela alimentação e pelo municiamento das forças. Na antiga Grécia, em Roma e no Império Bizantino havia militares com título de *Logistikas*, responsáveis por garantir recursos e suprimentos para e durante a guerra. Todavia, o termo tem duas raízes remotas: uma ligada à história da matemática<sup>5</sup> e outra relacionada à administração.<sup>6</sup>

Em francês, o verbo *loger* significa alocar e remete à ideia de casa, lugar, alojamento; por consequência, o vocábulo *logistique* se originou das incumbências atribuídas ao *marechal de logis*, cujas atividades se relacionavam com a organização de deslocamentos, acampamentos, alojamento e administração destes. Assim, com base nessa conceituação, a “arte” da guerra se transformava na “arte” da subsistência, aproximando-se cada vez mais da econometria e da administração. As guerras napoleônicas, com seus sucessos e fracassos, alteraram substancialmente a dinâmica das guerras a partir de então, fomentando as demandas e especificidades ligadas ao desenvolvimento da logística militar.

Com conflitos cada vez mais distantes, o estudo de movimentos e da manutenção de soldados em campanha ganhou importância crescente, mesmo que essa manutenção ocorresse basicamente na retaguarda e geralmente via saques e pilhagem. As necessidades de apoio a uma força militar quando em batalha se perpetuam desde o princípio dos conflitos organizados, fato pouco documentado e pouco trabalhado em sua historicidade.

Em geral, as guerras variaram muito no tempo e no espaço, em intensidade e efeitos, podendo durar algumas poucas semanas ou anos a fio. Partindo do pressuposto de que um pequeno detalhe (atenção ou descuido) pode decidir um conflito, a compreensão e a

---

5 Mais especificamente ao termo *logistikos*, utilizado por Platão quando este opôs a ideia de cálculo prático à de cálculo mais teórico, a aritmética teórica. Para uma discussão mais específica, veja os diálogos platônicos, especialmente “Timeu” e “Crítias” (Figueiredo, 2004). Posteriormente é utilizado por Gottfried Wilhelm Leibniz, em um projeto de uma enciclopédia (Leibniz, 2007, p.95-107).

6 No grego antigo, o termo *logistewo* significa “administrar” ou “administração”, da mesma forma, o latim *logisticus* tem um significado semelhante.

valorização dos múltiplos aspectos ligados à logística se destacam mais à medida que os conflitos se tornam mais complexos e racionalizados. Assim sendo, as considerações logísticas são geralmente construídas na evolução dos conflitos para os planos de batalha, numa fase inicial da campanha. No decorrer desta, supõem-se sua permanente manutenção e, o mais desejável, seu aperfeiçoamento em razão do conflito em curso.

## A implementação da logística

Em sua evolução histórica, o princípio da concepção de “apoio logístico” teria sido implementado na Suécia, pelo rei Gustavo Adolfo, entre 1611 e 1632, como forma de dinamizar práticas de suprimentos e manutenção com a criação de um sistema de comboios, devidamente protegidos, chamados “trens”. Posteriormente, o termo ganhou uma nova dimensão, com as teorias de Antoine Henri de Jomini, o barão de Jomini. Tais teorias se aproximam da ideia de uma ciência de guerra, especialmente depois de 1836 e da divulgação da sua obra intitulada *A arte da guerra (Précis de l'art de la guerre*, cuja tradução literal é *Compêndio da arte da guerra* ou *Sumário da arte da guerra*), na qual concebe logística como “tudo ou quase tudo, no campo das atividades militares, exceto o combate” (Jomini apud Brasil, 2003, p.1-2).

Como reflexo da circulação dessas novas ideias a partir de 1870, na Europa, já havia uma preocupação em industrializar certos alimentos para facilitar sua conservação e transporte para provisionar tropas mais distantes. Ao fim do século XIX, mais precisamente em 1888, o termo voltou a aparecer quando o tenente Rogers, dos Estados Unidos, criou uma disciplina chamada Logística, na Escola de Guerra Naval desse país (Shrader, 1992; Kress, 2002; O'Hanlon, 2009). Em 1917, outro militar norte-americano, o tenente-coronel George Cyrus Thorpe (1875-1936), do corpo de fuzileiros navais, publicou um trabalho em que situava todas as atividades da guerra em três campos: estratégia, tática e logística. Thorpe, com a publicação do livro *Logística pura: a ciência da preparação para a guer-*

ra (1917), transformou a preocupação com a logística em ramo da ciência militar. Ele atuou na guerra hispano-americana, em 1895, nas Filipinas e em Cuba. Prestou 24 anos de serviço militar ativo ao país, após os quais trabalhou como advogado e escritor dedicado a assuntos militares. Nos Estados Unidos, seu livro sobre logística é tido como complemento à obra de Jomini e de Clausewitz, com destaque para a preparação e a estrutura industrial voltada à defesa como elemento logístico primordial em caso de guerra.

### **A consolidação da logística militar**

No século XX, o desenrolar da Segunda Guerra Mundial (1939-45) exigiu uma execução logística de forma global, integrada à estratégia e à tática como atividade de apoio às operações militares. Assim, tornou-se claro e indispensável às instituições militares trabalhar e aprimorar a aplicabilidade da interdependência entre estratégia, tática e logística militar.

Em texto da *Military review – edição brasileira* de 1950, o tenente-coronel de infantaria Millard G. Gray, instrutor da Escola de Comando e Estado Maior dos Estados Unidos à época (1947-50), abre seu texto esclarecendo que:

[...] a palavra logística foi recentemente incorporada à terminologia militar. Antes da 2ª Guerra Mundial, falava-se em “Suprimentos e Evacuação” como atividades acessórias ao combate. Todos sabiam que as tropas tinham que comer e que o tiro exige munição. À retaguarda, havia alguém que trabalhava para satisfazer tais necessidades e providenciar cavalos e forragem, pontes e barcos, transmissões e soros. Tudo parecia muito simples no cumprimento de funções tão elementares. (Gray, 1950, p.45)

Assim, a interdependência levou o planejamento estratégico a englobar e coordenar a tática como emprego da força militar para atingir dado objetivo e a logística como apoio contínuo para alcançar tal objetivo.

Historicamente, havia muito mais implícito no termo “logística” do que o exposto pelo tenente-coronel Gray. Elementos tão essenciais não poderiam ser relegados a uma simples estruturação subalterna na dinâmica e nas exigências de um conflito. Logo, para o autor,

[...] a guerra moderna não pode ser conduzida sem êste planejamento acurado. Assim, a logística (ciência dos suprimentos, da evacuação e da hospitalização, do transporte, dos serviços e da administração), atingiu, na última guerra [Segunda Guerra Mundial], uma posição de grande importância na conduta das operações. Os comandantes reconheceram que tanto a estratégia como a tática dependem da situação logística. (Gray, 1950, p.45)

Em consonância com as observações do tenente-coronel Gray, o major de Intendência Wallter L. Spaulding considera que outro importante elemento na compreensão do processo de atendimento das necessidades essenciais para manutenção e atividades de um contingente militar está na utilização dos recursos locais, disponíveis no teatro no qual se desenrolam ações bélicas, de tal forma que

[...] desde os primitivos tempos, os exércitos têm vivido das terras que ocupam. Os antigos exércitos eram pequenos e suas necessidades insignificantes; precisavam, apenas, de alimento, abrigo, uns poucos animais e algumas armas rústicas. Onde quer que fôssem, encontrariam-nas, em quantidade suficiente para se satisfazer. Esta situação existiu, inclusive até o período napoleônico. [...] A partir daí, entretanto, as cousas se modificaram: primeiro o efetivo dos exércitos modernos aumentou de milhares para milhões de homens; e, segundo, suas necessidades, hoje, já não são mais tão simples. [...] Devemos aqui entender como recurso local, tudo que uma região possui e que pode servir às Forças Armadas. (Spaulding, 1950, p.18)

A partir desse contexto, a organização logística se tornou, então, mais ampla e segmentada, com ajustes e atualizações regulares, especialmente por causa do constante desenvolvimento tecnológico.

Além da integração estratégia-tática-logística, tornou-se importante administrar e canalizar a produção civil, necessária ao atendimento das demandas dos esforços bélicos e o controle dos ciclos de mobilização, guerra e desmobilização, tudo isso em tempo real e em ambientes dinâmicos e imprevisíveis (McGennis, 1992, p.22-32). Por isso, os militares do pós-Segunda Guerra Mundial passaram a considerar a logística como a “seiva vital” de qualquer exército. Por conseguinte, além da estratégia e da tática, em relação à logística militar, agora os manuais militares modernos, não podiam mais prescindir de planejamento para sua execução.

Mas seria o reconhecimento da importância e amplitude da logística de guerra algo tão tardio nos meios militares? Que outras designações ou termos correlatos foram utilizados até então para se referir a esse fator, tão preponderante, a qualquer esforço ou realização bélica? E, de forma mais particular, como esse fator ou elemento da práxis militar era entendido e foi posto em prática em uma guerra sul-americana de meados do século XIX?

Para mais bem compreender a logística militar do século XIX, é interessante avançar um pouco no tempo, compreender sua forma mais acabada no século XX e olhar novamente ao XIX com alguns elementos que tornam mais fácil divisar a estrutura que estava em funcionamento, suas conceituações e sua abrangência. Nessa direção, as modernas teorias da administração dizem que “o objetivo da logística é tornar disponíveis produtos e serviços no local onde são necessários, no momento em que são desejados” (Bowersox, 2009, p.19). Considerando suas possibilidades e dimensões, ela é aplicável tanto ao setor público quanto ao privado. O Quadro 2.1 dispõe, em linhas gerais, alguns princípios característicos da evolução e segmentação conseguidas em pouco mais de um século.

Quadro 2.1 Síntese de princípios de logística militar a partir de meados do século XX (McGennis, 1992, p.22-32).

<b>Princípio</b>	<b>Descrição</b>
Interdependência entre logística, estratégia e tática	Discutidas pela grande maioria dos estudos, a estratégia, a tática e a logística são consideradas como três componentes essenciais e interdependentes da arte da guerra. Do ponto de vista empresarial, o propósito da logística é ajudar a empresa a atingir seus objetivos estratégicos e operacionais.
Sobreposição	A atividade logística envolve informação compartilhada, sobreposição de responsabilidades e compartilhamento de facilidades entre duas ou mais empresas. Essa sobreposição deve ser constantemente gerenciada e coordenada para que os objetivos organizacionais e de parcerias sejam alcançados.
Informação	Informação relevante e oportuna é essencial para o desenvolvimento e a operação eficientes de sistemas logísticos.
Flexibilidade	Nenhum planejamento prévio pode antecipar todas as possíveis situações contingenciais, por isso a atividade logística deve estar apta a responder às mudanças no ambiente externo para a organização, bem como às mudanças nos planos e objetivos da empresa e das parcerias estratégicas.
Prioridades e alocações	Quando os recursos são limitados, a coordenação dos processos logísticos indica que prioridades e alocações (distribuição de recursos) são necessárias para assegurar que os objetivos organizacionais sejam atingidos.
Medida de desempenho	Os padrões de desempenho logístico devem ser constantemente quantificados, medidos e avaliados, para que os processos logísticos atinjam os objetivos estratégicos e operacionais. Critérios de avaliação e formas de medir o desempenho devem ser constantemente revistos para assegurar que o processo esteja adequado aos objetivos organizacionais.

Esses princípios demonstram que a guerra moderna, nos seus vários episódios no decorrer do fim do século XIX e ao longo do século XX, evidencia de forma prática que não necessariamente a força ou o Estado militarmente mais forte se sagraram vencedores por tal condição no pré-guerra, de maneira que preparo, planejamento, emprego e suporte operacional cresceram em integração e eficiência. Assim, a logística moderna, mesclada com a lógica empresarial e o espírito administrativo do mundo capitalista, compreende a aplicação de uma série de princípios tidos como fundamentais a sua plena execução, tais como flexibilidade, continuidade, economia, segurança, unidade de direção, coordenação e prioridade (Fortuna, 2006, p.58-9).

Além de sua vertente terrestre, cresceu em importância o segmento naval e surgiu o aéreo. Nesse particular, no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, as Forças Armadas trataram de incorporar a seu arcabouço teórico a concepção de logística integrada. Assim, a concepção de “integração” se fez no calor dos desafios belicosos do século XX, cada vez mais “mundiais”, mortíferos e intrincados. Assim, para melhor compreensão desse processo de desenvolvimento geral da logística, faz-se necessário recorrer a suas múltiplas acepções e sua utilização por alguns pensadores que remontam à antiguidade.

## **Os formuladores da concepção de logística**

Nesse sentido, na literatura sobre os estudos logísticos militares, há três enfoques básicos relacionados ao tema: o primeiro analisa e situa sua relação em guerras e operações militares, detalhando e perscrutando características e especificidades próprias. O segundo se direciona às demandas doutrinárias ligadas à logística e sua operacionalidade com base nas organizações militares; os manuais militares são os principais exemplos desse segmento, com instruções, comandos, práticas e doutrinas. O terceiro volta-se aos ensaios teóricos e ao seu emprego, à sua intrincada estrutura e essência, procurando destrinchar regras gerais, propriedades e processos que governam o universo da logística (Kress, 2002, p.X). Tomando como norte essas

três possibilidades, buscaremos apresentar aqui alguns pontos que contemplem uma análise histórico-conceitual, complementando o panorama histórico apresentado antes, de forma a subsidiar depois uma articulação e problematização com os eventos da fase final da campanha do Paraguai e seu emprego efetivo.

A compreensão da definição ou das definições do conceito de logística, mais especificamente da logística militar, a partir do século XIX é tarefa complexa e não alcança fácil precisão. A natureza, os momentos, os fluxos e a operacionalização de uma cadeia de trabalho no campo militar de meados do século XIX envolvem uma busca das raízes dessa terminologia e seus usos comuns no desenrolar da modernidade, focando seus desenlaces mais científicos e técnicos. Em uma situação de guerra, é fundamental conhecer e gerenciar todo o conjunto de atividades relativas a previsão e provisão de meios necessários ao funcionamento organizacional de um exército e suas operações, reunindo e coordenando atividades de uma mesma natureza.

Um dos primeiros pensadores da guerra a se preocupar com as dificuldades e a importância do abastecimento foi Sun Tzu.<sup>7</sup> Ele relata que “um general inteligente estabelece um ponto de reabastecimento por saque no território inimigo” (Tzu, 1995, p.23) e que

[...] um general capaz não faz um segundo recrutamento nem carrega mais de duas vezes seus vagões de suprimentos. Uma vez declarada a guerra, não perderá um tempo precioso esperando reforços, nem voltará com seu exército à procura de suprimentos frescos, mas atravessará a fronteira inimiga sem demora. O valor do tempo – isto é, estar ligei-

---

7 Sun Tzu, também conhecido como Sun Wu, filósofo, estrategista e general chinês, viveu aproximadamente entre 544 e 496 a. C., chegando a comandar as forças militares do reino de Wu. Não há uma biografia sua confiável, apenas alguns relatos fragmentários de passagens de sua vida atribuídos ao historiador chinês Su-ma Ch'ien, possivelmente escritos no século II a. C. Suspeita-se que o texto *A arte da guerra*, inicialmente atribuído a Sun Tzu, seja uma compilação histórica de vários autores em vários momentos da antiguidade chinesa. Posteriormente o texto foi encontrado/descoberto por um jesuíta, o padre Amiot, e traduzido para o francês, em sua primeira versão ocidental, em 1782. Em 1905 foi traduzido para o inglês. Ver: Tzu, 1995.

ramente adiante do adversário – vale mais que a superioridade numérica ou os cálculos mais perfeitos com relação ao abastecimento. (Tzu, 1995, p.22)

Assim, Sun Tzu valorizava mobilidade e flexibilidade em um exército, de modo que, dos cinco fatores<sup>8</sup> por ele citados como constantes da guerra, destacamos “método e disciplina”, que dizem respeito à “disposição do exército em subdivisões adequadas, as graduações de posto entre os oficiais, a manutenção de estradas por onde os suprimentos devem chegar às tropas e o controle dos gastos militares” (Tzu, 1995, p.18). Em suas instruções ele acrescenta:

Traga material bélico, mas tome as provisões do inimigo. Assim, o exército terá alimentação suficiente para suas necessidades. A pobreza do erário público obriga um exército a ser mantido com contribuições vindas de longe. Contribuir para manutenção de um exército leva o povo ao empobrecimento. (Tzu, 1995, p.23)

Além disso, Sun Tzu reforça que “um exército sem sua equipamento está perdido, sem provisões também; o mesmo acontece se perder as bases de suprimentos” (Tzu, 1995, p.45). A atenção a esses aspectos continuou, na medida em que os exércitos evoluíam.

Compreender a logística é procurar entender a guerra em uma de suas facetas não menos importantes que outras. Também Maquiavel, ao escrever *A arte da guerra*, ainda no século XVI, demonstrava preocupação em reformular a organização dos exércitos de sua época, especialmente por considerá-los decadentes e indisciplinados. Em uma passagem do livro, ao tecer um comentário relacionado às ações de Aníbal em sua investida contra Roma, Maquiavel afirma:

Quando se está em marcha, deve-se preparar os caminhos por meio de sapadores e outros operários que terão a proteção da cavalaria ligeira, encarregada da exploração. Um exército poderá fazer assim

---

8 Os cinco fatores são: a lei moral, o céu, a terra, o chefe, o método e a disciplina. Ver: Tzu, 1995, p.17.

dez milhas por dia e sobrar-lhe-á bastante tempo para os trabalhos de acampamento e para preparar as refeições, porquanto a marcha ordinária é de vinte milhas. (Maquiavel, s.d., p.114)

Maquiavel, com isso, distinguia e procurava expor, com clareza, em dada situação, a importância do avanço, dos caminhos, dos acampamentos e da alimentação da tropa, obviamente sem dispor ou utilizar o conceito de logística. Porém, sabemos que, implicitamente, as atividades e ações relativas a esse conceito estão lá, nas preocupações com o melhor suporte possível às operações de guerra.

O século XIX, na toada do crescimento capitalista, no industrialismo europeu e com o paulatino aprimoramento e melhoria dos sistemas de transporte e comunicações, promoveu fabulosas mudanças no controle de fluxos e contrafluxos de meios e necessidades materiais no campo militar. Muitos conflitos nos quais estavam envolvidas a distância e a capacidade de superá-la apresentavam-se como elemento decisivo entre vitória e derrota, alçando, assim, a questão dos transportes e da distribuição de suprimentos e pessoas ao rol dos pontos fundamentais a serem pesados e utilizados pelos altos comandos militares nas mais diferentes nações.

Todavia, não bastava pensar somente em um elemento; era necessário pensar na guerra como um todo. Assim, no bojo da teorização militar, muitos já se propuseram a estudar e entender a guerra, mas poucos trouxeram reais contribuições para tal. O pensamento sobre a guerra deu um salto qualitativo no século XIX, a começar pelas teorias do barão de Jomini.<sup>9</sup> A tal respeito, ele produziu uma escola que se tornou a mais influente vertente da teoria militar e a raiz identitária das forças armadas nacionais profissionais. Provem

---

9 Seu contemporâneo, Carl von Clausewitz, em termos de teorização sobre a guerra, possui uma obra muito mais densa e elaborada que se tornou mais conhecida somente a partir do início do século XX. A primeira impressão de *Da guerra*, em alemão, é de 1832, foi republicada em 1853 e depois, em inglês, em 1873. Segundo Strachan (2008, p.13-6), “se o pensamento estratégico moderno encontra suas raízes no século XIX, Jomini tem muito mais direito a ser seu pai que Clausewitz”.

de Jomini boa parte das nomenclaturas e os termos militares utilizados a partir do século XIX. Jomini, em seu mais influente trabalho, *Sumário da arte da guerra* (1947), tentou construir um modelo universal dos procedimentos da guerra. Esse trabalho tinha sua marca como tradicionalista e restaurador, com uma abordagem popular e reducionista, além de sua vaidade e longevidade pessoal. A teoria jominiana centra-se na estratégia regida por princípios lógicos universais, daí resulta que “a vitória na guerra decorre da ação ofensiva que concentre forças contra o inimigo no ponto decisivo” (Proença Júnior; Diniz; Raza, 1999, p.60). Para dar sustentação a essa sua teoria, ele vasculhava a história à cata de exemplos para embasar suas teses na tentativa provável de montar um modelo de estratégia militar universal no qual o “grande líder” é o centro de sua teoria; também cita Napoleão e Frederico, o Grande, como principais referências.

Para ele, o teatro de operações militares tinha sua melhor representação na figura de um retângulo, onde aquele que dominasse três de seus lados venceria o combate. Jomini era, assim, um conservador em relação às outras teorias que surgiam sobre a guerra, principalmente as de Clausewitz (que serão abordadas mais adiante), defendendo reformas pontuais, contidas e adaptadas às circunstâncias em relação às forças armadas nacionais. Jomini foi contemporâneo de Clausewitz, utilizando até sua popularidade para desmerecer as teorias deste. Como um dos primeiros teóricos modernos da guerra, Jomini merece destaque por atentar às especificidades e operações diretamente ligadas ao apoio à determinada força militar de forma que esta aplique seu planejamento estratégico e alcance a vitória nos combates. Ele fez, assim, de forma direta, as primeiras referências teóricas ao termo “logística” no século XIX. Originada na França no século XVIII, segundo Jomini,

[...] a palavra logística é derivada, como sabemos, do título do *major général des logis* (traduzido para o alemão como *Quartiermeister*), um oficial cuja função era antigamente a de alojar e acampar as tropas, de dirigir as marchas das colunas e de colocá-las no terreno. A logística era então bastante limitada. Mas, quando a guerra começou a ser feita

sem acampamentos, os movimentos se tornaram mais complicados e os oficiais de estado-maior tiveram atribuições mais amplas: o chefe de estado-maior foi encarregado de transmitir as concepções do general em relação aos pontos mais distantes do teatro de guerra e de obter os documentos necessários para planejar as operações. O chefe de estado-maior era chamado a assistir o general na preparação de seus planos, a dar informação deles aos subordinados, em ordens e instruções a explicá-los e mesmo a superintender a sua execução, tanto no conjunto quanto nas minúcias. Suas funções se estenderam, portanto, a tôdas as operações de uma campanha. (Jomini, 1947, p.126)

Assim, de acordo com Jomini, ao se preocuparem com alojamentos, acampamentos e deslocamentos, os chefes militares viam suas atribuições se ampliarem, demandando alterações na hierarquia e nas funções militares e consequentes especializações.

Sob a influência do desenvolvimento militar francês, Jomini não buscou raízes muito profundas para esclarecer a etimologia do termo que começava a ganhar importância e dimensão nas operações militares no século XIX. Todavia, utiliza o termo de forma direta e como síntese de um conjunto de conhecimentos e procedimentos voltados a um campo específico dos afazeres militares. Na sequência de suas ideias, o autor destaca,

[...] por conseguinte, os conhecimentos dum bom chefe de estado-maior passaram a compreender também as diferentes partes da arte da guerra. Se o termo *logística* inclui tudo isso, os volumosos tratados dos analistas militares, todos em conjunto, mal poderiam dar um esboço incompleto do que é a logística, pois não seriam mais nem menos do que a ciência de aplicar todos os conhecimentos militares possíveis. Se concordamos em que a velha logística refere-se unicamente às minúcias da marchas e estacionamentos, e em que, além disso, as funções dos oficiais de estado-maior nos dias atuais estão intimamente ligadas às mais importantes combinações estratégicas, devemos admitir que a “logística” inclui apenas uma pequena parte das tarefas dos oficiais de estado-maior. Se conservamos o termo, devemos compreendê-lo como grandemente aumentado e desenvolvido na sua significação, de modo que, abrange não

sómente as tarefas de oficiais de estado-maior comuns, mas também as do general-em-chefe. (Jomini, 1947, p.126-7)

O detalhamento teórico do termo e das funções da logística na exposição jominiana fica um tanto eclipsado pela importância maior que este autor dá à centralidade e à atuação do grande chefe militar. Entretanto, sobressai-se a relevância dada à questão da logística a partir de então.

Inexoravelmente, um problema sempre se destacava nas campanhas militares: o abastecimento. Isso se transformará numa das mais importantes responsabilidades ligadas aos serviços logísticos e só começou a encontrar melhor solução nos exércitos franceses e prussianos dos séculos XVII e XVIII. De acordo com Jomini,

[...] no reinado de Luís XIV (1638-1715) e no de Frederico (1712-1786), os exércitos eram mais consideráveis; combatiam nas suas próprias fronteiras e viviam de seus armazéns, que eram estabelecidos à medida que os exércitos deslocavam. Isso dificultava grandemente as operações, restringindo o movimento das tropas a uma distância dos depósitos que dependiam dos meios de transporte disponíveis, das rações que podiam carregar e do número de dias necessários para as viaturas irem aos depósitos e voltarem ao acampamento. Durante a Revolução Francesa a necessidade forçou o abandono dos depósitos de suprimentos. Os grandes exércitos que invadiram a Bélgica e a Alemanha viviam algumas vezes nas casas dos habitantes, às vezes de requisições impostas à região e muitas vezes do saque e pilhagem. (Jomini, 1947, p.84-5)

Essa situação relativa ao abastecimento, vista como ponto de extrema fragilidade, começou a ser aprimorada com o estabelecimento de depósitos. Os depósitos e seu posicionamento, dessa forma, passaram a constituir um elemento essencial aos procedimentos de abastecimento dos exércitos europeus, e Jomini não os deixou de fora em sua teorização dos elementos da guerra. Para ele:

Os depósitos devem ser escalonados, tanto quanto possível, sobre três linhas de comunicações, a fim de suprir as alas do exército mais pron-

tamente, para estender o mais possível a área da qual os sucessivos suprimentos devem ser tirados e, finalmente, como meio de melhor cobrir a linha de depósitos. Com este último objetivo será conveniente que os depósitos das alas sejam estabelecidos sobre linhas que venham convergir sobre a linha principal de operações, que se encontrará geralmente no centro. Essa disposição tem duas reais vantagens: *primeiro*, os depósitos ficarão menos expostos às ações do inimigo, pelo aumento da distância que os separa deste; *segundo*, facilita os movimentos do exército para a retaguarda, ao se concentrar sobre um ponto único da linha de operações, com o fim de retomar a iniciativa e cair sobre o inimigo que tenha conseguido alguma vantagem momentânea. (Jomini, 1947, p.85)

Desse modo, no contexto dos eventos bélicos contemporâneos a esse autor – e, considerando as dificuldades geográficas –, o rigor do clima europeu, os problemas decorrentes do processo de deslocamento e a distância em relação a um centro de abastecimento confiável levam Jomini a destacar esse aspecto, pormenorizando seu trabalho de abastecimento, segundo o qual,

[...] não só é necessário reunir grandes quantidades de suprimentos, como também é indispensável ter os meios para transportá-los com o exército ou atrás dele. Essa é a maior dificuldade, particularmente em expedições rápidas. Para facilitar o seu transporte, as rações devem consistir dos artigos mais portáteis (tais como biscoitos, arroz etc.), e as viaturas devem ser não só leves como sólidas, de modo que possam passar em todos os tipos de estradas. A vizinhança do mar é inestimável para o transporte de suprimentos: a quem fôr senhor dêsse elemento, parece que nada faltará. Cursos d'água e canais navegáveis, quando paralelos à linha de operações do exército, tornam o transporte de suprimentos muito mais fácil e, além disso, aliviam as estradas dos numerosos veículos que são necessários. Por essa razão, as linhas de operações assim situadas são as mais favoráveis. (Jomini, 1947, p.85-6)

Entretanto, em suas considerações sobre os pontos mais importantes relacionados à logística, Jomini termina por destacar a figura do grande militar como o “fiel da balança” para o sucesso militar, de

tal forma que alguns aspectos concernentes à função e atividades de um general têm, de acordo com as teorias jominianas, relação direta com a eficiência da logística,

[...] uma parte essencial da logística é certamente aquela que concerne à redação das ordens para as marchas e ataques, determinados pelo general e transmitidas pelo chefe de estado-maior. A primeira qualidade dum general, depois de saber como formar bons planos, é inquestionavelmente a de facilitar a execução de suas ordens pela clareza em redigi-las. Conquanto seja isso, na realidade, tarefa do seu chefe de estado-maior, será sempre do comandante em chefe que emanará o mérito de suas ordens, se êle fôr um grande capitão – mas, se faltar competência ao general, o chefe de estado-maior deve supri-la na medida do que possa, mantendo-se em boa harmonia com o chefe responsável. (Jomini, 1947, p.130)

Assim, resultou abrir, por certo, o espaço, a atenção e a clareza quanto à importância da logística no cotidiano militar dos exércitos que se desenvolviam a partir da terceira e da quarta décadas do século XIX. Porém, ele não foi o único a atentar para essas novas questões. Outro teórico da guerra, e contemporâneo de Jomini, foi Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz (1780-1831). Sua obra *Da guerra*, embora inacabada, fez uma profunda reflexão sobre a atividade bélica, cuja meta era entender e esmiuçar a guerra e seus principais vetores. Em seu trabalho, Clausewitz concluiu que a guerra pode ser entendida “como um ato de violência destinado a dobrar o inimigo à nossa vontade” (Clausewitz, 1996, p.7). Por essa lógica, não se admite moderação, levando a um extremo de violência a que o autor se refere como “guerra absoluta”, no qual há o emprego de todos os meios possíveis pelos contendores, a fim de que um consiga superar o outro.

Como cada um tende a mover esforços visando à vitória, a violência se elevará ao máximo, com a utilização de todos os meios possíveis para tanto. Todavia, na prática as guerras apresentavam uma dinâmica diferente. Podiam ser limitadas ou ilimitadas, jamais absolutas, devendo-se isso às dificuldades de qualquer ação desenvolvida

com vários fatores limitadores, tais como: dúvida, desgaste, cansaço, medo, erros, acidentes e intempéries. Isso tudo conduz à necessidade de ponderar esses fatos, levando-se em consideração outro elemento decisivo, no caso, a política. Para Clausewitz, tornou-se evidente que a guerra era um instrumento da política e não tinha sentido fora do mundo político.

Clausewitz se diferenciava de Jomini por entender não ser possível encontrar um sistema geral simples e claro, uma fórmula universal. Assim, Clausewitz não pode ser lido e aplicado como um manual, pois busca desenvolver alguns fundamentos teóricos e os correlaciona num grande conjunto de teorias. Sua grande inovação consiste em considerar a guerra como um todo articulado, um evento inserido num mundo dinâmico, complexo, marcado por uma enorme quantidade de relações e ligações, principalmente políticas. Com efeito, a guerra deixava de ser um fenômeno monolítico, próprio dos gabinetes militares, para comportar, também, a participação de outros elementos sociais, em especial o “povo”. Uma vez que a guerra se constitui como algo dinâmico, todos os aparatos e dispositivos destinados a sua consecução também devem sê-lo, considerando sempre a melhor articulação possível.

Clausewitz define a guerra como ato de violência que tem a violência como meio e o duelo como essência, de modo que cada adversário impele o outro a extremos. Segundo esses pressupostos, a guerra depende do sentimento de hostilidade, não de um ato isolado de força ou de um único espasmo de extrema violência. Seu resultado, nunca final, termina antes do desarmamento completo de um dos lados. De certo modo, é possível afirmar que a teoria exposta em *Da guerra* é a melhor resposta ao paradoxo da diferença entre a guerra como conceito e a guerra como história. É com base nesse paradoxo que Clausewitz procura responder por que a guerra nunca atinge os extremos de violência conceituais.

Destaque na teoria clausewitiana, a *fricção* é um fenômeno que atinge todas as instâncias da guerra. Clausewitz não apresenta uma definição clara e explícita desse termo, mas o demonstra com exemplos e analogias. Para ele, “tudo na guerra é muito simples, mas

mesmo a coisa mais simples é difícil” (Clausewitz, 1996, p.83), ou seja, a fricção é tudo o que torna as coisas difíceis na guerra: a chuva que atrasa um batalhão, uma ordem que não chega ao seu destino, munição que se deteriora e outros pontos. Isso ocorre porque, num ambiente de acaso, incerteza e perigo, na guerra propriamente dita, qualquer contratempo implica perdas e riscos, pois “a ação na guerra é um movimento que se efetua num meio agravado pelas dificuldades” (Clausewitz, 1996, p.85). Eis mais uma das explicações da razão pela qual, na realidade, a guerra é tão diferente do previsto conceitualmente.

Clausewitz, em suas considerações, não faz nenhuma referência direta àquilo que Jomini conceituou como logística militar, mas que, “em nossos dias, existe na Guerra um grande número de atividades que a sustentam [...] mas devem ser consideradas como uma preparação para a mesma” (Clausewitz, 1996, p.232). Assim, a logística eficiente, própria aos afazeres militares, facilita o movimento, o ataque, sustenta o ímpeto e a vitalidade das forças em combate ao longo do tempo e do espaço. Dessa forma, é o tema de maior destaque, depois de estratégia e tática puras nos estudos militares.

## **A concepção de logística para este estudo**

No escopo da grande área de atuação e compreensão do termo logística, destacamos a parte do que é conhecido recentemente nos meios militares como logística operacional. Em linhas gerais, ela é responsável por toda a movimentação, pelo planejamento e pelo controle de patrimônio e mão de obra, viabilizando os mais variados processos utilizados em campo. É a logística operacional que prepara e acompanha serviços de campo e suas demandas, devendo executá-los em suas mais variadas situações e localidades.

No século XIX, em sua segmentação, a logística militar terrestre se diferenciou substancialmente da logística naval, em que pese a grande contribuição desta no conflito com o Paraguai. Essa especificidade se consagrou depois nos manuais do Exército brasileiro,

que dedicaram, e dedicam, direta ou indiretamente, abordagens próprias e destaque diferenciado aos problemas por ela ensejados.<sup>10</sup>

Utilizaremos, dessa forma, o conceito de logística, não como termo usualmente utilizado em meados do século XIX no Brasil, o que seria anacrônico, mas como síntese de um conjunto de saberes e fazeres já comuns ao meio militar brasileiro desse período, haja vista o conhecimento e a utilização do termo “intendência”, numa acepção extremamente próxima daquela adotada e utilizada no século XX. Considerando tratar-se de práticas tão antigas quanto a própria guerra, utilizaremos o conceito de logística como sistematização de um conjunto de técnicas e práticas, mais claramente identificáveis e discerníveis sob esse rótulo, sem descuidar de suas propriedades específicas e seu contexto histórico. Para tanto, discorreremos sobre os mecanismos e as limitações da logística terrestre brasileira na fase final da Guerra do Paraguai.

## **Introdução às questões logísticas da Guerra do Paraguai**

O termo logística, como já apresentado, é algo consolidado desde o século XVIII no tocante ao cotidiano militar, com variações quanto a sua designação, porém confluindo sempre para as mesmas atribuições. O termo logística militar, que na atualidade é definido como ramo da ciência militar, institui um conjunto de operações desenvolvidas em apoio às unidades de combate. Por isso, o termo compreende a consecução, a manutenção e o transporte do pessoal militar, provisões e equipamentos, podendo ampliar-se para toda a parte de planejamento e distribuição de bens e produtos, do recrutamento, das instalações, do estabelecimento de contratos e serviços para suprir as necessidades do combatente e do combate.

---

10 Nessa seara, tende a se destacar a atenção com os procedimentos de deslocamento, transporte e suprimento, seguidos pelos demais serviços como manutenção, saúde e recursos humanos, por exemplo. Ver: Exército, 2003.

Discretamente, em publicações recentes do Exército brasileiro, as referências à logística militar, dentro de suas acepções possíveis no contexto do século XIX, aparecem ligadas à campanha contra o Paraguai como exemplo de evolução de um processo, de tal forma que a

[...] História Militar brasileira apresenta vários episódios nos quais o Exército logrou obter a operacionalidade da logística, como a Campanha da Tríplice Aliança, a Revolta de Canudos e a Campanha do Contestado, entre outros, que se tornaram marcos importantes a servirem de referência ao perfeito entendimento desse objetivo. (Exército, 2010, p.13)

Trata-se, assim, de uma novidade e tanto para a história militar brasileira, pois para a “história oficial” do Exército há um enorme hiato sobre logística entre a criação dos arsenais e o início da República, com a consolidação da intendência. Essa situação se deve, em grande medida, às enormes dificuldades que cercaram a Guerra do Paraguai e aos problemas logísticos da campanha de Canudos.

Ao longo do século XIX, as referências diretas mais próximas ao termo logística que podemos encontrar no Brasil de modo geral são “administração militar”, “organização militar” e “economia de guerra”. Desse modo, seria anacrônico aplicarmos, indistinta e irretidamente, o termo logística tal qual conhecemos hoje aos acontecimentos de meados do século XIX, qual seja, a Guerra do Paraguai. Todavia, o termo já era trabalhado nos meios militares europeus, com base na teoria jominiana. Com essa ressalva ao termo, utilizaremos o conjunto de saberes e fazeres relacionados ao mesmo, que foram colocados em prática, no conflito da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Para Francisco Doratioto, no

[...] caso do Império do Brasil, a Guerra do Paraguai representou o apogeu do poder do Estado Monárquico. Demonstra-o a capacidade de organizar um exército moderno, em lugar da pequena força mal armada de 16.000 homens existentes em 1864, e uma nova Marinha, capacitada a combater em ambiente fluvial. Apesar da oposição inter-

na à guerra e das pressões externas contrárias ao lado aliado, o Estado Monárquico sobrepujou-as e conseguiu sustentar a guerra em teatro de operações longe do território brasileiro, quer dizer, distante de bases logísticas seguras, e em ambiente humano e geográfico hostil. (Doratioto, 2009, p.2)

Assim, a dimensão da mobilização para a guerra, estrutural, material e humana, avulta-se com o decorrer da mesma, atingindo o ápice, em termos gerais, em seus dois anos finais.

Por conseguinte, toda a parafernália logística dos exércitos de então, além do garbo das fardas, pouco oferecia ao soldado, quanto a conforto, segurança e potencial ofensivo. Esse contexto foi dramaticamente sentido em sua pior realidade nessa demorada guerra na região platina, onde a maioria da tropa regular devia providenciar o próprio fardamento e, por vezes, até o próprio armamento. Diante desse contexto, o espírito patriótico, enaltecido no início da guerra, se torna quase nulo ao final da mesma para a grande maioria recrutada à força. Esse mesmo patriotismo fraquejava também no restante da tropa, alquebrada em sua empolgação inicial, pela falta de perspectivas visíveis para concluir uma guerra por demais prolongada, que insistia em se estender para além de 1869.

Pensando nesse contexto de meados do século XIX, considerando os termos utilizados à época, podemos circunscrever que se denomine “economia de guerra” como forma de nos referirmos à necessidade de os Estados controlarem e melhorarem seu desempenho, em relação aos desafios militares, então postos, haja vista que, naquele momento histórico,

[...] o armamento e equipamento empregados e largamente consumidos são cada vez mais avultados e custosos. O alargamento do teatro dos conflitos e o desenvolvimento económico dos estados, a preocupação de se bastarem a si próprios em meios militares e meios fundamentais de subsistência, tornam maior e mais activa a participação da economia nacional na satisfação das necessidades militares dos beligerantes e mais largo, por isso mesmo, o campo de ataque que os adversários mutuamente se oferecem. (Leite, 1943, p.11-2)

Consequentemente, somam-se a isso mais do que simples aspectos econômicos. Mesmo sob o conceito de logística, dentro mesmo do meio militar, há que pesar suas implicações políticas e culturais, tanto quanto suas aplicações práticas. As decisões ou opções políticas, variantes e determinantes culturais, em muitos casos, tendem a suplantar a racionalidade primordial no uso eficiente dos meios militares de um Estado, podendo facilitar ou dificultar sua conclusão. Os meios logísticos utilizados pelo Estado imperial à época da Guerra do Paraguai foram extremamente onerosos e pouco eficientes quando confrontados com os resultados esperados pela mobilização estrutural promovida pelo Império.

Numa época em que as forças militares se subdividiam apenas entre forças terrestres e forças navais no escopo daquilo que Jomini, inicialmente, definiu por logística, outro termo surge como serviço componente da área de atuação da logística militar: trata-se da intendência. Da mesma forma que a logística em si, a concepção de intendência compreende a evolução de um conjunto de serviços e atividades prestadas ao Exército ou no Exército, inicialmente ligadas ao fornecimento de alimentação, transporte de pessoal e de fornecimentos à atividade militar. O termo remete à pessoa responsável pelos pagamentos a serem realizados diretamente no teatro de operações militares, tanto dos soldados quanto das demais despesas necessárias à manutenção das operações, a exemplo dos *quaestores classici* ou *quaestores militares*, magistrados nomeados pelo imperador romano para cuidar das finanças militares nas legiões romanas, na guerra ou na paz (Mousourakis, 2003, p.94-5).

O embrião desse conjunto de serviços está em 1811, quando foram criados por dom João os arsenais de guerra. Todavia, no Brasil, o congênere desse quadro começou a funcionar somente após a implantação, em 1821, por dom Pedro I, do Quartel-Mestre General, cuja finalidade era prover a tropa de fardamento, arreamento e correamo, material de acampamento, outros materiais e utensílios utilizados pelo Exército além da alimentação. Essa nomenclatura perdeu até 1896, quando foi alterada para Intendência Geral de Guerra. No mesmo ano, 1821, também foi criado o Comissariado Militar

do Brasil, com incumbência de abastecer as tropas com gêneros alimentícios. Esse órgão foi extinto em 1830, logo após a campanha cisplatina (Carneiro, 1940; Exército, 1972; Rio Branco, 1894).

A concepção de intendência não era algo totalmente estranho no Brasil do Segundo Reinado. Já em plena campanha contra o Paraguai, Ângelo Muniz da Silva Ferraz (barão de Uruguaiana e ministro da Guerra de 1865 a 1866), em discurso no Senado, em 1866, acerca da administração e da fiscalização dos procedimentos de compras e fornecimentos das forças terrestres e navais ao longo da guerra, faz referência à intendência, em comparação a sua similar francesa. Diz ele:

Senhores, o que na França se diz *intendência*, que tem no estado-maior geral de um corpo de Exército, seu chefe principal e diferentes subchefes de 1ª e 2ª classe, e ajudante, e em cada uma divisão um ou dois delegados, além de um pessoal numeroso, corresponde entre nós ao que se chama repartição do Quartel-Mestre-General. No nosso Exército existe também isto, tem agentes e tem delegados; na França tem um superior em cada divisão, em cada lugar; tem também um ajudante ou 2º ou subintendente etc. A França neste ponto prima porque tem a lição da experiência de longos anos e por consequência tem pessoal idôneo; é a este pessoal idôneo que se deve toda a perfeição do serviço respectivo, e também a seus regulamentos, que não se improvisarão, são obra de grande estudo. (Ferraz apud Figueira, 2001, p.84-5; grifo nosso)

Sobre isso, Fragoso (1960, p.254) comenta que, “examinando-se a *Organização e distribuição do exército brasileiro em 1867*, anexa a este livro, verifica-se que havia nessa época no referido exército uma Repartição de Fazenda, e nela uma Intendência, uma Repartição Fiscal e uma Pagadoria Militar”.

A teoria jominiana, por vezes, alude a algo chamado de intendência, porém não de forma direta, como o faz em relação ao conceito de logística. De acordo com Jomini ao tratar dos “depósitos e suas relações com as marchas”, há referência a sua relação com a intendência, de modo que:

O assunto que se liga mais de perto ao sistema de marchas é a intendência, pois, para marchar rapidamente e durante muito tempo, a alimentação deve ser suprida, e o problema de sustentar um exército numeroso, em território inimigo, é um dos mais difíceis. (Jomini, 1947, p.84)

Na literatura e na historiografia militar brasileiras, as instituições militares não descrevem nenhuma iniciativa em relação à historicidade das instâncias antecessoras da intendência militar no período compreendido entre o fim da Guerra Cisplatina e o início da República. Parece haver um vazio, um lapso histórico em relação ao exercício das funções posteriormente peculiares à intendência nesse ínterim. Mesmo depois, com a implantação, de fato, desse segmento nas Forças Armadas a partir do século XX, é como se a evolução daquilo que foi nomeado como intendência no final do século XIX conhecesse acréscimos e melhorias apenas no século XX.

No Brasil, além da estrutura do Quartel-Mestre-General, outro passo foi efetivado, na década de 1850, para suprir às demandas militares. A criação, em 1858, da Comissão para o Melhoramento dos Materiais do Exército foi uma das iniciativas que buscavam modernizar e reequipar materialmente o Exército. Entretanto, como ocorria em boa parte da “burocrática” administração imperial, o funcionamento da máquina estatal era extremamente lento, sem contar o tempo realmente necessário para a comissão analisar, por exemplo, a compra de um novo tipo de armamento. Era um processo extremamente demorado, que começava no contato com fabricantes, aquisição de armamentos para testes, os testes propriamente ditos e o pedido de compra do Exército, quando o armamento era aprovado, enfim, pelo Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra. Isso pode ser verificado na aquisição das clavinhas Spencer e fuzis Roberts e seu cartuchame (Comissão, [entre 1865 e 1875]), por exemplo.

Essa comissão era encarregada de analisar tudo o que dizia respeito ao suporte material do Exército, como reformas em quartéis, construção de fortalezas, manutenção dos arsenais e teste de armamentos e munições a serem adquiridos ou reformados. Eram atribuições extremamente amplas e que, na maioria dos casos, demandava

um longo período de exames e considerações. A supracitada comissão funcionou como elemento acessório e de ligação entre o Exército de Linha e o Ministério dos Negócios da Guerra, configurando-se como um importante vetor de incorporação de inovações técnicas e tecnológicas, caso tivesse um funcionamento mais dinâmico (Relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra de 1864 a 1876).

Com o trabalho de parte dessa comissão no acampamento de Tuiuti em 1866, que foi instada a “examinar e dar parecer sobre o material e as munições de artilharia do exército” (Fragoso, 1960, p.311), foi possível verificar uma série de problemas com o serviço de munição, a exemplo de granadas, espoletas, espoletas de percussão e cartuchos, cujos problemas de acondicionamento e transporte os deterioravam e inviabilizavam sua utilização (Fragoso, 1960, p.311-3). O transporte e os cuidados com alguns desses materiais pode ser melhorado ao final da campanha.

Iniciando-se a guerra, as necessidades estruturais das forças terrestres brasileiras eram inúmeras. Dentre os vários componentes do cotidiano da guerra, destacamos aqui, inicialmente, alguns que tiveram um impacto decisivo em vários momentos da condução das ações bélicas, como a atuação da engenharia, a medicina e um breve panorama dos acampamentos.

A engenharia, que iria se tornar um componente permanente do Exército de Linha, começou sua história, basicamente, em 1855, quando foi criado o batalhão de engenheiros e pontoneiros – construtores de pontes militares (Tavares, 1981, p.56-7). O 1º Batalhão de Engenharia surgiu, oficialmente, pelo decreto 1.536, de 23 de janeiro de 1855, na Corte. Mas a engenharia militar já contribuía para a vida militar brasileira, há algum tempo, dissolvida nos demais batalhões. Em 1839, foi criado um corpo de pontoneiros, sapadores e mineiros, que, entretanto, não chegou a funcionar em sua totalidade, por causa da carência de pessoal devidamente qualificado. Em razão disso, entre 1843 e 1844, o Exército de Linha desistiu de sua organização, que só veio a se efetivar com o início da guerra contra o Paraguai. Com a guerra, o corpo de engenharia teve, pela primeira vez, uma atuação efetiva nas forças militares brasileiras.

O avanço de tropas foi favorecido pelo mapeamento do território, pela construção de estradas, pontes, trincheiras, fortificações, dentre outras colaborações (embarque e desembarque de materiais e tropas, organização dos acampamentos e reconhecimentos). Um dos feitos de destaque da engenharia foi a construção da estrada do Chaco, que viabilizou uma série de ações que ficaram conhecidas como “Dezembrada”, ocorridas no fim de 1868, com as batalhas de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura (Tavares, 1981, p.185-8; 197-200). Outro exemplo da atuação da engenharia foi a utilização de pontões de borracha pelos engenheiros brasileiros na passagem do rio Mocoretá, o que chamou a atenção do Exército argentino e causou furor na imprensa de Buenos Aires. O tenente-coronel Carlos de Carvalho descreve essa transposição nas seguintes condições:

Os meios de que dispúnhamos constavam apenas de três pontões de goma elástica, quatro chalanas, construídas de propósito, e duas canoas, que foram compradas no Mandisobi. Aqueles pontões prestaram-se maravilhosamente ao seu fim, e, se tivéssemos pelo menos mais seis, teríamos efetuado a passagem em dois dias, em lugar de quatro. Entretanto, a travessia de 14.000 homens, com grande bagagem, nove baterias e mais duzentas viaturas, sobre um rio, como o Mocoretá, que nessa mesma ocasião tinha 50 braças<sup>11</sup> de largura e duas de profundidade<sup>12</sup>, e em tão curto espaço de tempo é um fato novo nesses países [...]. (Carvalho apud Tavares, 1981, p.75)

Tratava-se de uma inovação: pontões de goma elástica<sup>13</sup> que foram utilizados na travessia de um pequeno rio na fase inicial do avanço aliado. Esse equipamento ganhou destaque na imprensa portenha por nunca ter sido utilizado antes em conflitos anteriores da região platina, no entanto, não há referências à utilização desse

---

11 Aproximadamente 91,4 metros de largura.

12 Aproximadamente 3,6 metros de profundidade.

13 Não foi possível localizar na documentação utilizada neste trabalho uma descrição mais específica ou detalhada desse equipamento.

mesmo equipamento em outras ocasiões ao longo da guerra ou da sua destinação ao final do conflito.

O avanço em território inimigo desconhecido necessitava de um amplo estudo topográfico para o enfrentamento efetivo. Contra as trincheiras inimigas, eram necessários alguns cuidados básicos de engenharia para superá-las. O estabelecimento de linhas telegráficas de comunicação era encargo da engenharia, como também a construção de pontes para transposição de rios. Com sua ação prática, esse setor dos exércitos modernos sacramentou sua importância e abriu caminho como um vetor fundamental de ações ligadas à logística.

Quanto à medicina, além dos médicos, em 1857 foi criada a companhia de enfermeiros a que, posteriormente, incorporaram-se farmacêuticos. No plano médico, durante a guerra, criaram-se os hospitais de sangue para atendimento às tropas feridas em combate. Havia hospitais em Buenos Aires e Corrientes no início da campanha. Posteriormente, com o avanço das tropas, esse último foi transferido para Humaitá e Assunção. Também funcionou um navio-hospital, o brasileiro *Onze de Junho*. Apesar dos esforços, os investimentos em medicina durante o conflito foram bastante tímidos, com muitos soldados morrendo de cólera, disenteria, febres palustres, tifo, escarlatina e outros males (Souza, 1972). Os acampamentos militares eram bastante insalubres, principalmente no período inicial da guerra, com uma melhora significativa nesse campo ao seu final.

Nos documentos sobre a guerra existentes no Arquivo Nacional, figura um mapa – “Mapa geral de objetos da Arrecadação da Enfermaria Militar Ambulante do Exército” (Arquivo Nacional, Códice n.547 – Documentos diversos) – do acampamento de Pirahy Grande. Nesse caso, convém ressaltar não o mapa de objetos, mas a informação da existência de enfermarias ambulantes, além dos hospitais de sangue, que eram postos fixos. A maioria das informações sobre o aparato médico-hospitalar brasileiro utilizado na campanha contra o Paraguai aponta dificuldades para tratar dos feridos e doentes em geral por causa da distância dos hospitais de campanha. Mas, ao que parece, foram criadas, numa tentativa de amenizar um pouco essa situação, enfermarias ambulantes no Exército.

Outro ponto nevrálgico do cotidiano militar foram os acampamentos. Eles obtiveram melhora significativa em relação à assepsia e a pontos básicos de higiene do início ao fim do conflito. Nos primeiros acampamentos, até a maneira como foram sistematizados, ao final da guerra, estes mostraram uma evolução organizacional resultante num importante aprendizado prático, impossível de conseguir em condições normais no Brasil.

Em alguns momentos da guerra, com combates ferozes e grande morticínio, seguidos de longos períodos de inação e calma, em razão da forma como era feito o abastecimento, foi possível o surgimento de dois tipos de acampamentos: os de vanguarda e os de retaguarda. O abastecimento nos acampamentos maiores, de retaguarda, tornava-se mais fácil à medida que se tornava mais seguro e rápido o acesso a esses locais e mesmo o estabelecimento de representantes e pontos comerciais no próprio acampamento, como se verificou em Tuiuti, por exemplo. Já o abastecimento nos acampamentos de vanguarda era mais arriscado e sujeito a perdas e problemas com fluxo de fornecimentos. Os acampamentos de vanguarda eram, em suas características gerais, menores, mais improvisados e em constante deslocamento, bem diferentes – é óbvio – das finalidades táticas e estratégicas dos acampamentos de retaguarda. Estes últimos chegaram a formar e conseguir, algumas vezes, o *status* de pequenas cidades, dados o tamanho e a enorme diversidade do comércio e dos serviços oferecidos.

Considerando esses elementos do esforço militar brasileiro, verificamos que as dificuldades de abastecimento e suprimento das forças militares terrestres ditavam mais o curso das ações do que propriamente as estratégias dos oficiais comandantes nos anos finais da guerra. Os avanços e o preparo para as batalhas exigiam fornecimentos regulares e sob condições adequadas. Isso se tornou ainda mais evidente com a troca de comando, ocorrida em 1869, de tal forma que paralisou completamente o desenrolar de um avanço relativamente rápido e favorável a um encerramento definitivo do conflito em curso, do fim de 1868 para 1869 (Holanda, 1997, p.311-2; Doratioto, 2002, p.386-96; Schulz, 1994, p.60-70). Destacam-se, aqui, dois componentes importantes à compreensão desse contexto,

cuja condução foi desfavorável ao Império sem abalar o resultado final da guerra. De um lado, temos a substituição do alto comando; de outro, problemas de administração e organização militar.

Significante reflexo desse contexto na Corte, as preocupações com a guerra, ou as consequências dela, reverberavam nos extratos esclarecidos da sociedade imperial. Em 1869, após publicar artigo no jornal *Diário do povo*, um periódico liberal, o ex-deputado pela Província do Ceará José Avelino Gurgel do Amaral, que chamava a atenção do governo imperial, salientava que,

[...] sem prevenções como adversarios da situação actual, chamávamos a atenção do governo para a attitude seria e ameaçadora que vai assumindo a Republica Argentina, em razão de seus consideraveis armamentos, encomendados para Europa e Estados Unidos. (Amaral, 1869, p.6)

Tal preocupação, de certa forma, já havia sido discutida no Conselho de Estado. Em plena guerra, o ex-deputado manifestava preocupação com informações de que a Argentina havia adquirido seis novos navios encouraçados e que as dotações orçamentárias, para investimentos em material militar, aumentavam substancialmente desde 1867. Lamentava o ex-deputado que, “a mercê de nossa vigilante diplomacia, López armou-se, fez-nos por si só guerra tal, que os nossos consideraveis recursos ainda não poderam levar á seu termo” (Amaral, 1869, p.8). Esse episódio demonstra mais atenção e preocupação maiores com a aliada e potencial adversária Argentina do que propriamente com as deficiências estruturais militares brasileiras.

Na vivência cotidiana, parte das dificuldades na execução das atividades relacionadas e compreendidas como área da logística ligava-se à precariedade do ensino militar propriamente dito. Um exemplo elucidativo desse problema foi descrito por Dionísio Cerqueira, quando da passagem do destacamento em que servia pela cidade paraguaia de Rosário. Segundo ele,

[...] correu que o inimigo andava perto, e o Coronel Bueno deu-me ordem para fortificar e levantar a planta da cidade. Que apuros!... Nunca

havia aberto um livro de fortificação, e o que me restava de topografia era um vislumbre do nada que aprendi nos exercícios práticos do 1º ano da Escola Central. Ainda hoje tenho dúvidas se o instrutor sabia nivelar bem o teodolito. Felizmente tive o amigo Felinto, que me desapertou ensinando-me a trabalhar com uma bússola velha e dando-me algumas tinturas para o traçado da fortificação, do que, aliás, eu tinha algumas noções práticas adquiridas na divisão do General Argolo, que, entre outros apelidos postos pelos soldados, tinha o de Tatu, por ser infatigável cavador de fossos. (Cerqueira, 1980, p.293)

Assim, no caso da Guerra do Paraguai, há muitos exemplos indicando que o conhecimento prático vinha mais do aprendizado cotidiano, das necessidades imediatas e do desenrolar das batalhas do que da formação anterior, que deveria preparar a oficialidade e a soldadesca para a guerra. Foi nessa vivência cotidiana que, no dia 17 de abril de 1869, logo após se tornar comandante das forças brasileiras, o conde d'Eu começava a tomar conhecimento das dificuldades que assolavam a tropa, sobre o que ele afirmou:

[...] as necessidades da coluna expedicionária de Rosário, que, segundo as requisições de seu comandante, devem ser atendidas com urgência, são: a retomada da cavalaria, já bem afracada; e a distribuição de fardamento aos soldados, que quase se acham em completa nudez. Expediram-se, no sentido conveniente, as ordens. (Taunay, 2002, p.25)

Não bastassem os problemas de condução das operações, uma série de assuntos secundários desviava energias e tempo do alto comando em relação aos pontos centrais do conflito. Isso fica evidenciado nas preocupações dos argentinos com o espólio paraguaio. Ainda no dia 17 de abril de 1869, o conde d'Eu recebeu Mitre. Este

[...] veio a ter com Sua Alteza a fim de elucidar uma dúvida apresentada pela comissão encarregada da venda dos despojos tomados ao inimigo, relativamente a certos objetos que essa comissão julga terem sido indevidamente adjudicados pelo tribunal de presas, e portanto deverem não estar sujeitos à sua jurisdição. (Taunay, 2002, p.25)

Nesse caso, os troféus e materiais confiscados como “presa de guerra” configuram uma faceta pouco explorada e esclarecida dessa guerra. José Maria da Silva Paranhos, em brevíssima referência a esse episódio em suas correspondências com o conde d’Eu, relata apenas a presença de dois representantes brasileiros na dita comissão, sem apresentar mais detalhes sobre a questão, identificando-os parcialmente como os senhores Fialho e Sarmento (Paranhos, 1869r).

O conflito ensejava preocupações materiais e comerciais e dificuldades diplomáticas no curso das ações militares. Os problemas com os cavalos das tropas que ocupavam o Paraguai traziam muitos infortúnios para a administração e a organização militar terrestre, como podemos observar nos relatos de Dionísio Cerqueira:

Antes de partir, montei a cavalo e fui ao acampamento do Felinto. De passagem, vi cavalos gordos, bonitos e lustrosos, estorcendo-se em agonia. Perguntei ao cabo de *pastoreio* o que era aquilo.

– Comeram *mio-mio*, senhor alferes. Há muita dessa erva venenosa na várzea e esses animais não estavam acostumados.

– E se estivessem, não morreriam?

– Não senhor; aprendem a conhecê-la e sabem escolher o pasto.

Aprendi mais isso. (Cerqueira, 1980, p.300)

Há, ao menos, duas referências a essa erva chamada de mio-mio no livro de Dionísio Cerqueira. Como se tratava de erva comum da região, os animais a comiam junto com as demais e morriam envenenados, algo que agravava a falta de cavalaria, custos com fornecimento de alimentação para os animais e cuidados com os mesmos. De acordo com Schulz,

A maior fraqueza do sistema de suprimento brasileiro estava nos cavalos. Em suas memórias, o General Cerqueira culpa Osório por permitir que os cavalos morressem de fome e elogia Caxias por ter reconstituído a cavalaria (Cerqueira, 1980, p.48-9), mas o Conde d’Eu viu-se obrigado a tomar cavalos emprestados dos seus aliados ao suceder a Caxias no comando das tropas (Museu Imperial, doc. 145-7065, 24 de abril de 1869). A falta de cavalos tornou difícil aos aliados dar continuidade as suas vitórias, prolongando muito a guerra. (Schulz, 1994, p.63-4)

O problema com a cavahada salienta a dificuldade de adaptação dos animais a um ambiente diverso do qual estavam habituados e só começou a ser levado a sério quando a morte dos animais decorrente de alimentação tomou proporções avultadas em relação ao quantitativo de animais comprados dos argentinos, principalmente. O dispêndio financeiro com a cavahada se avultava à medida que as dificuldades com seu fornecimento se ampliavam. O preço dos cavalos subiu para 54 patacões,<sup>14</sup> segundo carta de 6 de junho de 1869, de Paranhos a d'Eu. Além disso, Paranhos relata sua preocupação com os gestores dos processos de compra, eivado de suspeitas, as quais recaíam sobre o tenente-coronel Luis Alves Pereira (Guarda Nacional), pela sua característica improbidade nos negócios para contratação de fornecedores de cavalos. Somado a isso, o referido oficial ainda figurava como réu em um processo por homicídio.

Os problemas com a cavahada, as deficiências do ensino militar, os problemas da gestão compartilhada do comando militar, cujas discordâncias tendiam a se transformar em potenciais problemas diplomáticos entre argentinos e brasileiros, os materiais e produtos apreendidos aos inimigos, muitas vezes para compensar o desabastecimento das forças brasileiras, constituem um campo privilegiado para reflexão histórica sobre a dimensão desse conflito. A par de tais dificuldades, de acordo com Adler Homero Fonseca de Castro, em artigo sobre os uniformes utilizados na Guerra do Paraguai,

[...] apesar de todos os beligerantes na Guerra do Paraguai serem subdesenvolvidos, este conflito também pode ser classificado como “de transição” [...]. Isso porque todos os principais elementos presentes na guerra moderna, como o efeito dos novos meios de transporte, o suprimento das tropas a milhares de quilômetros dos centros de abastecimento no Império ou na Argentina, foi feito por uma esquadra de navios a vapor. O armamento em uso também era razoavelmente moderno, pois o fuzil em uso quinze anos antes do conflito, o mesmo que se usava na Europa de então, tinha um alcance curto e baixa eficiência,

---

14 Não há uma indicação explícita dos preços anteriores, mas Paranhos (1869h) atribui grande importância ao aumento de preço ocorrido.

enquanto durante a guerra, todas as forças do Império foram equipadas com armas de precisão e longo alcance (mais de 700 metros), sendo que no final do conflito toda a cavalaria brasileira usava modernas clavinhas de retrocarga, capazes de disparar até 21 tiros por minuto. Houve até o uso de ferrovias – mesmo que fosse a única e pequena linha existente no Paraguai de então. (Castro, [ca. 2006-], p.2)

Constata-se, com isso, que as dificuldades criadas por elementos de administração e organização militar não ocorriam somente no teatro de operações. Na Corte, centro do poder no Brasil, edificações e estruturas militares funcionavam precariamente. O trabalho insalubre sempre ensejava referências, por mínimas que fossem, nos Relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra. Os laboratórios pirotécnicos, as companhias de aprendizes artilheiros, as companhias de operários militares, as companhias de aprendizes artífices, as fábricas de pólvora sempre apresentavam muitos acidentes anuais com vítimas fatais. Além das mortes, doenças afetavam o funcionamento regular dessas edificações militares.

Exemplo esclarecedor desse contexto pode ser encontrado nos procedimentos adotados, em relação ao material bélico com o término do conflito. Após o fim da guerra, muitos materiais antes utilizados foram praticamente abandonados, tal como indicam os trabalhos da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército constantes do Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1875. O parecer da comissão sobre a segunda seção no experimento com artilharia raiada de grosso calibre se refere à solicitação para que fosse ampliado o campo de testes de tiro ou, como chama o relator, a “linha de tiro” do estado, de 2.800 metros em 1875, para 6.000 metros, tendo em vista a necessidade de teste de armas de longo alcance e a instalação de telégrafo elétrico em tal campo. Isso:

[...] se fará sem grande dispêndio, pois vai ser utilizado o cabo, bobinas e todo o aparelho empregado na campanha do Paraguay, e que se achava sem immediata applicação na Escola Militar. Em uma linha de 6.000 metros de extensão (uma legua), não é possível prescindir-se da collocação do fio electrico. (Junqueira, 1875)

Os equipamentos de telegrafia utilizados na guerra foram mal aproveitados no tocante às finalidades militares propriamente ditas quando retornaram ao Brasil, após o fim do conflito. Nesse sentido, muitos outros aspectos ligados à administração e à organização dos meios militares das forças terrestres que foram à guerra ficaram prejudicados pela ação, ou mesmo inação, do próprio aparato estatal, especialmente em sua dimensão administrativo-burocrática e financeira (Relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra de 1870 a 1876). Diante desse quadro, na maioria das vezes, mais do que as decisões estratégicas, pesavam ao conde d'Eu pequenas questões administrativas como a burocracia para reativar a linha férrea para-guaia para ser utilizada pelos aliados ou embarços com contratos, atrasos e formas de pagamento a fornecedores. Assim, amplificavam-se as preocupações logísticas e embaraçavam-se a estratégia e ações táticas. No caso da reativação da linha férrea, segundo Paranhos (1869i), foi contratado Romulo Montes de Oca, responsável pelos trabalhos de compra de uma locomotiva e vagões, pelo seu desmonte e encaixotamento, pela condução e pelo embarque para a vanguarda brasileira. O arsenal e o laboratório pirotécnico da ilha de Cerrito rapidamente se configuraram em um importante ponto de apoio logístico à armada e às forças de terra brasileiras. Nas instalações dessa ilha, montou-se a locomotiva que operou na ferrovia do Chaco (Figueira, 2001, p.105). Quanto aos pagamentos, os de suprimentos podiam ser realizados em letras quinzenais ou, nalguns casos, letras com período de alguns meses para serem resgatadas, dependendo do fornecedor e do contrato (Paranhos, 1869j).

Havia pontos a serem atendidos, também, em relação ao inimigo, como demonstra Paranhos em carta ao conde d'Eu de outubro de 1869, diante da preocupação em cortar linhas de comunicação do inimigo, a exemplo de uma possível linha entre a posição de López e a cidade de Lima, no Peru. Paranhos também especula sobre procedimentos logísticos:

Fazendo estas observações, que talvez sejam impertinentes, eu não perco de vista a dificuldade dos fornecimentos: mas julgo que as forças de S.

Pedro podiam ser suppridas pelo mesmo vapor que levasse viveres á Conceição. Tudo dependeria de que os meios de transporte para o interior fossem bem distribuídos, segundo as marchas que se tivessem de empreender de S. Pedro ou de Conceição. (Paranhos 1869q)

Tais observações extrapolavam as atribuições oficiais de Paranhos, e parece pesar, nessa circunstância, a necessidade de ele enfatizar seu empenho quanto a qualquer coisa que o ligue à atuação de d’Eu. Todavia, outra percepção de algum contato mais estreito entre López e a Bolívia pareceu algo tão consensual que foi parar nos manuais didáticos do imediato pós-guerra. Um desses manuais, publicados em 1874, ao relatar o período posterior à ocupação aliada de Asunción, asseverava que “Solano López não ousaria conceber sequer o pensamento de protrair a luta, e que procuraria, como já planeara em tempo, escapar-se através do Chaco para a Bolívia” (Chagas, 1874, p.97). Outro exemplo nesse sentido se verifica na questão do aproveitamento de armamento apreendido do inimigo, que não foi uma prática das mais eficientes. Em carta a d’Eu, Paranhos questiona uma ação do general Câmara em relação a armamento apreendido do inimigo:

Vossa Alteza me eleva a injustiça, se o é: não há manifesta exageração na parte do Sr general Camara sobre os feitos de Naranjay (querem alguns puristas – que seja Narajanty) e Itapitanguá? Tanta cavallaria com o Coronel Canhete? E porque inutilizamos as quinhentas armas que tomamos? (Paranhos, 1869q)

Segundo Paranhos, essas informações, na forma em que fossem divulgadas no exterior e quando fossem, poderiam passar a impressão de desatenção do comando aliado, que contribuiria para prolongar os esforços de guerra e uma possível interferência estrangeira que levasse a uma paz forçada com López – possibilidade inviável ao Império. As correspondências, no entanto, não fornecem mais detalhes sobre o armamento que teria sido inutilizado, a exemplo do tipo, do modelo e das condições de uso.

Considerando-se as diversas ramificações das preocupações quanto à logística militar brasileira ao fim do conflito, com destaque

para o desconhecimento do território de atuação – sua geografia e seu clima –, verificou-se, ao menos, um bom exemplo de coleta sistemática de informações das condições climáticas paraguaias, encaminhadas ao Comando-em-Chefe para subsidiar decisões quanto aos deslocamentos aliados. Dentre as correspondências e os documentos recebidos pelo conde, encontra-se a do súdito João Ribeiro de Almeida, que encaminhou a d'Eu um estudo com uma série de observações climáticas de vários pontos do Paraguai, de 19 de abril de 1869 a 15 de abril de 1870. Trata-se de anotações sobre temperatura, pressão atmosférica, estado do tempo, direção dos ventos e fenômenos elétricos. Foram utilizados um barômetro de aneróide<sup>15</sup> e um termômetro de escala Fahrenheit. Nesse estudo climático, Curuguaty é apontada como região mais elevada que Rosário. A temperatura baixava consideravelmente com os ventos do oeste, noroeste e, sobretudo, do sudoeste. O barômetro elevava-se em razão inversa com os mesmos ventos. Nessas circunstâncias, o tempo tornava-se claro, seco e frio, ou, pelo menos, fresco. Os ventos norte, nor-nordeste e noroeste, geravam o aumento da temperatura, a diminuição da pressão, com a atmosfera caracteristicamente “abrasadora” e ocorrência de trovoadas acompanhadas de chuva duradora (Almeida, [186-]). Comparado com a quase-ausência de informações sobre o território paraguaio do princípio da guerra, esse conjunto de observações climáticas representava um avanço substancial de informações sobre o território inimigo.

Obter informações que pudessem auxiliar a condução das operações era fundamental, mas nem sempre as opções disponíveis eram adequadamente exploradas. As cartas de Paranhos ao conde d'Eu relatam, em algumas passagens, a realização de interrogatórios de prisioneiros paraguaios, porém não trazem nenhum registro ou informações mais concretas sobre esses interrogatórios. Há o relato de informações sobre posicionamento de tropas inimigas ou a situação de localidades que serão alvo do avanço aliado no encalço de

---

15 Há dois tipos de barômetros, o de mercúrio e o de aneróide. O de mercúrio é mais preciso que o de aneróide, porém este último é portátil e, conforme sua calibragem, também pode ser utilizado para medir altitudes.

López, sem um detalhamento cuja utilização prática levasse a resultados substancialmente favoráveis. Também não aparecem os nomes ou dados exatos dos prisioneiros interrogados. Verifica-se não ser uma prática sistematizada e de muitas vantagens para os aliados (Paranhos, 1869m).

A par desses arroubos científicos para dinamizar a atuação das forças brasileiras, em especial as terrestres, após o fim do conflito, quando instado pelo Conselho de Estado a responder algumas questões, de forma a poder contribuir com o aprimoramento técnico e profissional das forças terrestres, o conde d'Eu apresentou, em seu relatório, uma série de análises e considerações acerca das Armas, Infantaria, Cavalaria e Artilharia, por exemplo, que atuaram no conflito. Sobre a Infantaria, em sua atuação na Guerra do Paraguai, ele diz:

[...] durante a guerra procurava-se em geral que todos os corpos de infantaria indistinctamente tivessem um effectivo de 500 praças: creio terem sido raras as occasioens em que se tivessem de destinar as duas especies d'infantaria cada uma a um genero de serviço especial. A principal razão de diffrença entre ellas desapareceo, a meu vêr desde que o uso das armas de precisão ao principio reservadas para os corpos de caçadores se tornou geral em toda a infantaria. (Conde, 1872, 1ª Quesito, p.7)

Assim, em seu momento final, quando da adoção do armamento de carregar pela culatra, com maior capacidade de municionamento e precisão de tiro, a configuração da infantaria se alterava, para se adaptar a uma nova tecnologia. Ainda sobre a infantaria, d'Eu assevera que:

O principal defeito de nossa infantaria consiste, sem duvida, na completa falta de exercicios que acostumem nossos soldados ao uso de suas armas: praças que nunca se exercitãrão no tiro ao alvo nem no manejo da bayoneta vivem forçosamente na mais lamentavel ignorancia de quaes sejam seus meios de ataque e de defesa. São obvios os gravissimos inconvenientes de tal estado de causas: a diminuição da efficacia das armas quando chegar a ocasião de serem empregadas por individuos que as

desconhecem, e a *perda da força moral* que seria inerente ao conhecimento de seus efeitos. He entretanto forçoso confessar que não só nossa infantaria, nunca que eu saiba, praticou taes exercicios como até é muito difficil que a elles se dedique em quanto for occupada, como está actual-mente a quasi totalidade d'ella, pelo pesadissimo serviço de guarnições e de destacamentos. Quanto ao tiro ao alvo essencial para se poder aproveitar o alcance das armas de precisão é claro que elle é impossivel para tropas aquarteladas dentro de povoações. (Conde, 1872, 1º Quesito, p.7)

Com isso, verifica-se que houve uma alteração na configuração da infantaria, em grande medida pela incorporação de um novo armamento. Porém, a qualidade técnica continuou a mesma ou, nalguns casos, decaiu, conforme a análise do conde, pela ausência de qualificação e treinamento, cujos problemas e insucessos geravam um profundo desgaste moral da tropa. O armamento utilizado na campanha, dessa forma, representou outro ponto de dificuldades logísticas. Segundo o conde, sobre as armas de carregar pela culatra, verificou-se que

[...] essas armas prestarão excellentes serviços nas mãos dos nossos soldados de cavallaria que nenhuma difficuldade encontrarão no seu manejo. Entretanto o aparelho de repetição que tornava estas armas excellentes para a cavallaria não tem a mesma vantagem na infantaria em que seu emprego seria até bastante incommodo em razão das maiores dimensões da espingarda ou carabina. N'esta arma pois forão experimentados dous outros systemas a saber: as espingardas de agulha prussianas que, se estou bem informado, tinhão vindo para o Brazil em 1851, e as de systema Roberts vindas dos Estados Unidos em 1867 ou 1868. As armas porem d'esses dous systemas que forão enviadas para o nosso exercito no Paraguay, em época aliás anterior ao meu commando, forão ahi reconhecidas por inserviveis em razão sem duvida de sua má fabricaçào. Quando commandei o exercito nomeei uma commissào para novamente examinar algumas centenas de armas Roberts que encontrei nos depósitos da Assumpção; o parecer porem que enunciou esta commissào depois d'algumas experiencias confirmou a opinião anteriormente formada da má qualidade e nenhuma solidez de taes armas e nunca mais forão elles empregadas. (Conde, 1872, 2º Quesito, p.1)

A respeito da Cavalaria, o conde reclamava do despreparo e descuido dos soldados e oficiais na lida com os animais, fato que gerava grande perda de cavalos e onerava os cofres públicos, com a necessidade de constantes compras de animais. Somava-se a isso a quantidade insuficiente de oficiais, especialmente os de médio e baixo escalão, para os serviços da cavalaria.

Quanto à Artilharia, as dificuldades ficaram por conta da “insuficiência numérica da artilharia de campanha” (Conde, 1872, 2º Quesito, p.11), fato que levou à criação do segundo regimento provisório de artilharia a cavalo, dissolvido no fim da guerra, por ter sido composto de voluntários da pátria e guardas nacionais. Assim:

Com o desenvolvimento que tiverão as operações por ocasião do cerco de Humaitá, este accrecimo dado á nossa artilharia a cavallo ainda assim mostrou-se insufficiente e foi necessario dar a organização da artilharia montada ao quarto corpo que ainda hoje se conserva no Paraguay n’este estado não obstante ser qualificado de batalhão de Artilharia a pé pelo plano vigente, e alem d’estes corpos tambem os batalhões 1º e 3º tiverão durante parte da guerra de trabalhar como artilharia montada ou de montanha. Vê-se pois que, á excepção dos duos batalhões que permanecerão em Matto Grosso, todos os corpos d’artilharia do plano do Exercito, e mais o segundo regimento provisorio tiverão na guerra do Paraguay de concorrer para a conducção das necessarias boccas de fogo e de lidar com os respectivos animaes. (Conde, 1872, 2º Quesito, p.11)

Diante disso, d’Eu propôs a criação de outros dois corpos de artilharia montada: um a ser instalado na Corte e outro, na província do Paraná. Esse panorama da organização estrutural militar brasileira se descortinou ao conde, com maior visibilidade, após sua participação na guerra, sem que, no entanto, houvesse soluções de continuidade, ou mesmo ações macroestruturais mais consistentes, que levassem à resolução dos problemas logísticos enfrentados pela força terrestre brasileira.

Em geral, as questões ligadas à logística desgastaram sobremaneira o comando de d’Eu. Este, todavia, mantinha uma visão ampla e flexível de tais elementos. Ponderava não ser conveniente adotar

procedimentos muito rígidos em relação à questão do abastecimento de uma força militar sem considerar algumas outras variáveis da operação. Assim, relata:

[...] penso com effeito que não é possível indicar bases invariaveis a adoptar quanto a materia pela qual tem de ser fornecidos os nossos exercitos em campanha; me parece que as conveniencias variarão a este respeito segundo a natureza e circumstancias da guerra que se tiver de levar á cabo. Se o theatro das operações for deserto ou pouco productivo; se os seus moradores ou os das regiões visinhas nos forem hostis, os generos terão sempre de ser trazidos de longe e naturalmente por meio de contractos convenientemente organisados. Se ao contrario as circumstancias forem outras convirá provavelmente ir adquirindo os generos á medida que se tornarem necessarias e nas proprias localidades do theatro das operações. (Conde, 1872, 3º Quesito, p.2)

Esses fragmentos, anteriormente expostos, vêm mostrar a importância e as consequências da atenção – e desatenção – do comando e da estrutura militar terrestre brasileira mobilizada para uma guerra que, entre 1869 e 1870, atingiu seu momento mais desgastante em termos de esforços, problemas e privações por que passaram todos aqueles diretamente nela envolvidos. A atuação do conde d’Eu, também, gerou controvérsia, a exemplo da batalha de Campo Grande, na qual lhe atribuem dois tipos de comportamento após a batalha: um, de um líder militar convicto de seu trabalho e dos sacrifícios para tal; outro, de um homem traumatizado pelas consequências da luta e das perdas humanas dela decorrentes, situação que será comentada mais adiante. Todavia,

[...] prosseguindo nos trabalhos de seu antecessor, começou desde logo o Conde d’Eu a desenvolver extraordinária atividade para aperceber o exército e encaminhá-lo a novas operações. Com esse intento passou a inspecionar as tropas e os acampamentos, a visitar os hospitais e as enfermarias, a completar o armamento das unidades, a providenciar sobre a remonta e a tomar todas as medidas administrativas indispensáveis, principalmente as referentes aos abastecimentos. (Fragoso, 1959, p.210)

Assim, do universo que compõe a logística, não faltam elementos a serem examinados quanto ao contexto da Guerra do Paraguai. Mesmo tendo decorrido quatro anos de guerra, quatro anos de experiências militares na prática e no calor das batalhas, não foram menores as dificuldades logísticas enfrentadas por d'Eu do que as de seus antecessores. Os dramas da guerra prosseguiram ainda por mais um ano. Em síntese, a segunda metade do século XIX foi um período de ajustes e avanços pontuais na organização estrutural das forças terrestres brasileiras, cujo contingente agregava corpos distintos como a Guarda nacional e o Exército de Linha com propósitos políticos e militares que variaram conforme a força política – liberal ou conservadora – que ocupava o poder e cujos reflexos se fizeram sentir na mobilização para guerra e na convergência de unidades militares distintas, que, amalgamadas na violência do conflito, fomentaram alterações posteriores nas instituições militares nacionais. Enquanto no Brasil a dinâmica política pouco favorecia a profissionalização militar, na Europa as teorias de Jomini e de Clausewitz contribuíam para inovar as estruturas militares, processo do qual destacamos a logística, como terminologia e segmento específico dentre os ramos militares cuja importância se tornou crescente nas organizações militares e passível de ser compreendida como importante fator de entrave e desgaste da estrutura militar brasileira na Guerra do Paraguai.

### 3

## MANUTENÇÃO DA GUERRA PELO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A LOGÍSTICA NO FINAL DA GUERRA DO PARAGUAI

*A arte da guerra é de importância vital para o Estado.  
É uma questão de vida ou morte, um caminho tanto  
para a segurança como para a ruína. Assim, em  
nenhuma circunstância deve ser negligenciada.*  
– Sun Tzu

O conhecimento e as reflexões sobre a guerra alcançaram uma enorme evolução ao longo do século XIX, viabilizando uma série de novidades tecnológicas. Mesmo estando na periferia dos avanços tecnológicos do período e amargando um sintomático estado de deterioração de sua frágil instituição militar de linha, o Brasil se beneficiou amplamente desse processo. Embora sempre de maneira atrasada, constatou-se o devido proveito para seu lento desenvolvimento. Os problemas, quanto à logística militar, em especial as distâncias e dificuldades de comunicação, só começaram a ser resolvidos com eficiência no fim do século XIX. A dinâmica político-econômica em voga para a região platina, com ares liberais para atender as demandas do capitalismo industrial europeu crescente, faziam com que os esforços para modernizar esta região, recém-saída dos embaraços coloniais, fossem mais caros, tardios e setoriais, quando comparados a outros países ou regiões recém-independentes.

Os exércitos sul-americanos tinham sua manutenção encarecida não só pelos custos financeiros, mas também, e sobretudo, pela estrutura orgânica de suas sociedades mantenedoras. As emergentes nações platinas, por causa de suas tendências centralizadoras, personalistas e oligárquicas, faziam uso do aparato militar privilegiando características repressivas e de controle social. Seu objetivo era manter o *status quo* colonial e a segurança interna, sem grandes preo-

cupações em estabelecer alguma estratégia defensiva-dissuasiva consistente contra as ameaças externas.

Assim, e em razão da guerra, o Império procurou buscar a maior quantidade possível de informações sobre organização e funcionamento de outras forças militares estrangeiras. Isso contribuiu para sistematizar estudos sobre exércitos e guerra e para a assimilação de novas ideias por uma parte da oficialidade brasileira. Reflexo sintomático disso será a larga influência das ideias positivistas no meio militar nacional. A oficialidade do Exército brasileiro se mostrava bastante heterogênea quanto às ideologias políticas e à forma de refletir sobre a estrutura do aparato militar, herdada dos idos coloniais: uma parte se apegava ao tradicionalismo da organização militar, outra absorvia a lógica da eficiência, resultante da equação “modernização igual à profissionalização” (Izecksohn, 2002). Mesmo com a sucessiva introdução de mudanças na estrutura militar ao longo do Império visando à profissionalização da carreira pela escolarização técnica e científica dos oficiais, trata-se de um período em que não se pode falar de uma estrutura militar com autonomia interna, pois sua ideologia e autonomia dependiam das flutuações políticas do Estado.

Por outro lado, com relação direta à história do século XIX, o escritor argentino Miguel Angel de Marco comparou a Guerra do Paraguai a outros grandes conflitos do período, tais como as guerras de unificação alemã e a Guerra de Secessão, classificando-as como os três grandes conflitos do século. Segundo de Marco:

[...] los tres fueron un extraordinario campo de experimentación en conducción, armamentos terrestres y navales, sistemas de abastecimiento, transportes, comunicaciones, sanidad, etcétera. A su vez, quienes los condujeron enseñanzas de otros grandes enfrentamientos de las décadas del 50 y el 60 del siglo XIX.<sup>1</sup> (Marco, 1995, p.15)

---

1 [(...) os três foram um extraordinário campo de experimentação em condução, armamentos terrestres e navais, sistemas de abastecimento, transportes, comunicações, saúde pública etc. Por sua vez, conduziram a ensinamentos em outras grandes batalhas das décadas de 50 e 60 do século XIX.]

No dizer desse autor, os contendores sul-americanos conheciam bem as lições desses outros conflitos, mas só as aproveitaram parcial e deficientemente (Marco, 1995, p.16). A aquisição de novos armamentos, a perspectiva de utilização de novas tecnologias (balões de observação, telégrafo e outros engenhos de guerra) e elementos técnicos (como um corpo de engenharia e um corpo médico devidamente organizados) representaram uma discreta modernização na estrutura desses exércitos em contenda no Paraguai. Essa modernização foi um componente essencial da profissionalização militar.

É digna de exemplo da “modernidade material” do período em questão a evolução técnica do armamento (caso dos canhões). Porém, em muitas batalhas, os soldados, inexperientes no exercício otimizado desses equipamentos, perdiam muito da possível vantagem estratégica e tática da relação entre máquina e elemento humano (Gonçalves, 2009). Nas palavras de Dionísio Cerqueira:

O nosso pequeno e mal aparelhado exército deixava muito, senão tudo, a desejar, desde a instrução técnica e o preparo indispensável para a guerra até o comissariado de víveres e forragens, o serviço sanitário, aprovisionamento e armas, fardamento, equipamento, meios de transporte etc. (Cerqueira, 1980, p.63)

Assim, os novos canhões raiados, com impressionante poder de fogo, fizeram parte do cotidiano de muitos soldados brasileiros que, ao longo de sua vida, pouco mais fizeram que cuidar do próprio roçado. Ao retornarem ao Brasil, esses soldados trouxeram muito mais que alguns nomes (por vezes algo distante) de heróis de guerra, trouxeram algo mais importante, principalmente para o exército: a imagem de uma força militar terrestre, um pouco mais digna e respeitável. Na prática, deram voz à experiência e ao treinamento no manuseio de artilharia pesada, o que dificilmente seria possível nos treinamentos comuns no Exército brasileiro.

Em relação aos armamentos, as necessidades da guerra fizeram com que vários tipos de armas, novas e antigas, fossem utilizadas, segundo consta nos relatórios da Repartição dos Negócios da Guer-

ra de 1867 a 1871,<sup>2</sup> em diversas passagens sobre esse tema. Por volta de 1868, foram adquiridas, então, armas de repetição, inicialmente fuzis Robert's, que, por sinal, apresentaram maus resultados nos testes feitos pelo Exército brasileiro devido a um problema com o cartuchame utilizado. Dessa forma,

[...] com o fim de ensaiar a introdução das armas de carregamento pela culatra no nosso exercito, e aproveitar ao mesmo tempo as vantagens do seu emprego na guerra que sustentamos, procurou o governo obter e fazer examinar pela comissão de melhoramentos os differentes modelos das armas desse systema, á proporção que ia tendo noticia dos aperfeiçoamentos que nellas se realisavão. Foi assim que, ouvindo o parecer da referida comissão, e na previsão de que a reserva do armamento de que dispunha não fosse sufficiente para supprir as faltas, caso a guerra se prolongasse por mais algum tempo, resolveu o governo effectuar a encomenda de 5.000 espingardas americanas desse systema, modelo Robert's, para armamento da nossa infantaria, e 2.000 clavinas, modelo Spencer, para a cavallaria. (Paranaguá, 1868)

As clavinas de repetição modelo Spencer, de sete cartuchos, mais apropriadas à cavalaria, foram adquiridas a partir de 1867. Essas armas de repetição foram adquiridas, principalmente, dos Estados Unidos. Foram utilizadas ainda pistolas de pederneira ou fulminante e revólveres franceses Lefauchaux. Algumas Miniés de antecarga e cartucho combustível foram substituídas pelas Comblain, de retrocarga, com cartuchos metálicos e de repetição (Amaral, 1871). Também foram compradas clavinas Winchester, de 14 cartuchos, adquiridas logo após o término da guerra com o Paraguai.

As inovações no armamento tardaram a chegar aos combates no Paraguai, por conseguinte a maior parte do armamento que as forças de terra possuíam já estava tecnologicamente ultrapassada para o período. Os avanços técnicos conseguidos ao longo da Guer-

---

2 Já no relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1858 aparecem instruções para a compra de novos armamentos raiados na Europa, por determinação do ministro Manuel Felizardo.

ra Civil nos Estados Unidos foram pouco aproveitados pelo Império brasileiro.

Na espiral dos esforços de guerra, a atividade industrial bélica brasileira sofreu uma expressiva melhora qualitativa e quantitativa, frente às necessidades do conflito. Os laboratórios pirotécnicos do Rio de Janeiro nunca haviam produzido tanto até então. A produção de canhões foi um dos maiores desafios do Arsenal da Corte. Chegou-se até a montar um arsenal mais próximo ao teatro de operações militares, na Ilha de Cerrito, rio Paraná, perto da confluência com o rio Paraguai. Era uma espécie de base avançada que complementava a produção do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

Concomitantemente aos avanços e à crescente presença de armamento moderno, as armas de fogo conviviam ainda com a utilização constante e tradicional de armas brancas (Reis, 1962), como espadins, sabres, punhais, lanças e sabre-baionetas. A tradicional utilização da lança como um dos armamentos primordiais da cavalaria coexistiu, na Guerra do Paraguai, com a utilização da clavina, um tipo de rifle próprio para a cavalaria, por ser mais curto e de fácil manejo. Os lanceiros ainda eram peças importantes, tanto na cavalaria quanto na infantaria. Porém, nos combates de entrenchamento, nas disputas de habilidade da fuzilaria com canhões, no qual o inimigo permanecia distante, as armas de acutilamento perdiam quase completamente sua função primordial, passando a figurar como instrumentos complementares.

A problemática da logística empregada na Guerra do Paraguai tornou-se um dos elementos mais desafiadores para a jovem e a antiga oficialidade brasileira, boa parte da qual se punha em armas pela primeira vez. Em meados do século XIX, a técnica militar nas plagas sul-americanas ainda caminhava lentamente rumo a um ponto de eficiência considerado como máximo, que era tornar os exércitos sul-americanos tão eficientes quanto os europeus. Isso, entretanto, despendia tempo e investimentos em larga escala nos Estados, em sua infraestrutura e nas forças militares. Tais investimentos que deveriam começar pela educação, passariam pela equipagem material, finalizando com sua profissionalização militar.

O planejamento da guerra em si seguiu o mesmo padrão de organização das forças militares brasileiras, com grande propensão à improvisação, sendo dilatado pela limitação estrutural-funcional das forças postas em operação. A estrutura logística e a utilização de novos equipamentos só conheceram melhora substancial a partir de 1868. De 1868 a 1870, as forças brasileiras terrestres já haviam chegado a um nível razoável de experiência prática quanto ao emprego tático da estrutura que lhes era disponibilizada. Novos armamentos começaram a chegar só no fim do conflito e algumas novas armas adquiridas pelo Império – a exemplo de modelos comprados dos Estados Unidos – não chegaram a ser usadas na Guerra do Paraguai, por terem sido reprovadas em testes feitos diretamente na guerra ou pela Comissão de Melhoramentos dos Materiais do Exército.

Dito isso, trataremos de alguns desses elementos ligados ou demandados pelo esforço de guerra brasileiro, destacando algumas considerações sobre a economia, entraves burocráticos, problemas de escrituração, estrutura telegráfica e corpo de transportes, de forma a exemplificar e realçar os mesmos como componentes do todo logístico mobilizado em função da guerra. Esses componentes devem ser entendidos como ramificações que confluem para um objetivo comum, que são o avanço aliado e a vitória sobre as forças militares de Solano López

## **O Império e a economia de guerra: as necessidades do conflito**

Ante as necessidades, militares ou não, de um conflito entre nações, ocorrem mudanças de toda ordem no tecido social por causa da guerra. Dessas necessidades, a mais visível é a mobilização de homens, a preocupação com seu preparo e armamento, de forma a colocá-los em campo de batalha com as maiores chances possíveis de vitória. Os conflitos do século XIX demonstraram claramente isso em sua escalada de intensidade e abrangência, com profundos efeitos econômicos nas nações que as levaram a termo. Vê-se o despon-

tar de novas e múltiplas necessidades que, por vezes, dominam ou suplantam as vigentes em virtude da busca pela vitória no conflito. Com efeito, ganha destaque o problema econômico da guerra.

O problema econômico da guerra consiste, assim, em afectar à satisfação das necessidades militares o potencial de riqueza – tomada, não na sua expressão monetária, mas na sua essência material – que possa satisfazê-las sejam quais forem os prejuízos ou limitações que daí derivem para os outros consumos nacionais. (Leite, 1943, p.10)

Com isso, no transcorrer das hostilidades, os estados beligerantes têm por obrigação sustentar todo o esforço de guerra, sacrificando até o limite máximo das necessidades individuais a ordem econômica em curso em favor de uma necessidade coletiva maior. Esse processo de coisas ora pode favorecer e fortalecer a economia nacional, ora pode levá-la à completa ruína. Dessa feita, ao tratarmos de economia de guerra, devemos entendê-la como “política econômica de guerra” (Leite, 1943, p.13). Nesse sentido, ao se iniciar um conflito, a

[...] primeira necessidade da guerra é a manutenção dos exércitos, o seu armamento e equipamento. População em condições de manter as hostilidades, armamentos e munições para que possa combater e meios de sustentação dos homens em combate, são as primeiras exigências da guerra, as suas necessidades diretas fundamentais. (Leite, 1943, p.14)

Assim, ao seu início, o Estado vê-se na obrigação de tomar providências para suprir as necessidades de condução, o mais favoravelmente possível, dos esforços de guerra. Tais necessidades podem ser diretas ou indiretas, de modo que

[...] sendo um dos elementos característicos das economias de guerra as que se referem à produção ou obtenção de bens diretamente consumíveis na sustentação das hostilidades e na manutenção dos exércitos, e necessidades indirectas tôdas as mais que, em ordem à boa satisfação das primeiras ou da conveniente distribuição dos bens por ela deixados

disponíveis, passam a ser satisfeitas sob a sua direção ou intervenção. Ficam assim apenas como necessidades puramente civis as que não concorrem com as necessidades directas de guerra, continuam a poder ser satisfeitas no nível costumado pelos processos normais, ou são tão pouco intensas que a sua satisfação é indiferente à vida nacional. (Leite, 1943, p.17)

Dessa forma, nos gastos com a guerra, o Estado tende, num curto espaço de tempo, a ampliar seu controle sobre certos setores da economia nacional ou, em geral, começa a monopolizar, em parte ou no todo, a economia, concomitantemente aos esforços de guerra, sacrificando trabalho, capital e consumo para satisfazer tais necessidades.

Feitas essas considerações, temos que o Brasil, em meados do século XIX, recuperava sua estrutura econômica após um período de grandes desvantagens assumidas em virtude do processo de independência. Na década de 1860, mais relativamente estável política e socialmente, a cafeicultura ganhou espaço e iniciava – um ciclo virtuoso de crescimento econômico só parcialmente obstruído pela eclosão da Guerra do Paraguai. A partir do fim de 1864, o Estado imperial se viu obrigado a estruturar e financiar uma máquina de guerra à altura dos desafios militares impostos pela atuação em um *front* distante e desconhecido. Assim, o período conhecido como Segundo Reinado, entre 1840 e 1889, experimentou, especialmente a partir do desenvolvimento da lavoura cafeeira, um grande impulso rumo à estabilização financeira, com a balança comercial alcançando, sistematicamente, saldos favoráveis. No conjunto, o crescimento e a prosperidade da cafeicultura, mais as denúncias e revisões de tratados comerciais e tarifas alfandegárias, desfavoráveis, somadas as crescentes e contínuas restrições ao tráfico negreiro e do redirecionamento dos capitais antes destinados ao tráfico de escravos, contribuíram para a estabilização econômica de forma geral no período. O crescimento da cafeicultura ia a passos largos, com o aumento anual de produção cafeeira. O Gráfico 3.1, a seguir, apresenta um panorama da produção cafeeira do período 1821-90.

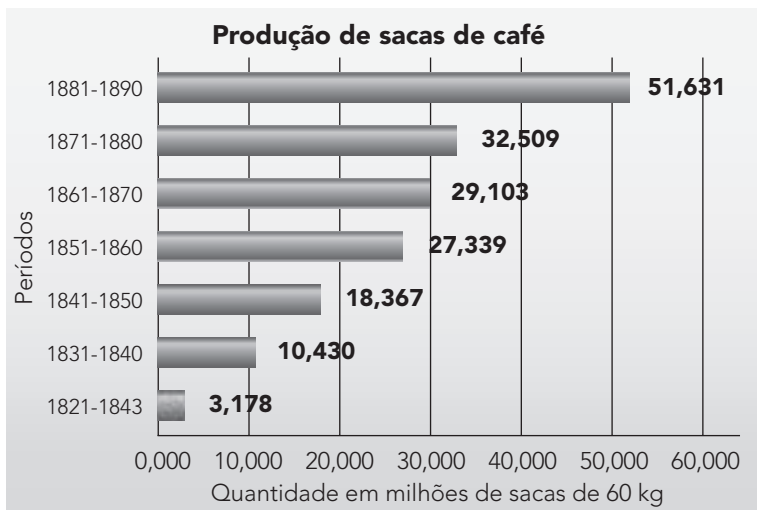


Gráfico 3.1 Produção de sacas de café (Lobo, 1971, p.131).

Esse gráfico demonstra que, mesmo com a guerra e todo o seu elevado custo para o Império, a produção cafeeira manteve seu crescimento na década de ocorrência do conflito com o Paraguai, se comparado com a produção da década anterior. As décadas subsequentes apresentam um crescimento ainda maior.

As despesas com a guerra cresceram exponencialmente à medida que novos arranjos se faziam necessários à estrutura que sustentava a operacionalidade do conflito. No relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1868, na seção “Créditos e despesa”, relatam-se algumas alterações no orçamento como aumento da dotação orçamentária para o Conselho Supremo Militar e de Justiça de 40:000\$000 para 104:741\$326, em razão da criação de “juntas militares de justiça e auditores extraordinários” (Paranaguá, 1868, p.44). Sobre os “arsenais de guerra”, diz o relatório que:

[...] é impossível precisar a despesa por falta de classificação; mas, estando calculada em 21.878:185\$289, cifra que, conquanto avultadíssima, esta em proporção com as remesas que se têm de fazer para o theatro da

guerra, ainda assim é possível que sofra considerável redução, quanto forem presentes os respectivos documentos. (Paranaguá, 1868, p.44)

Nesse relatório de 1868, o relator se preocupa em apontar os elevados números do orçamento destinado aos arsenais de guerra e ao quadro do Exército com a mesma tenacidade com que, após citar o aumento das cifras, prevê o decréscimo futuro e o remanejamento delas como forma de atenuar o impacto do expressivo aumento das despesas de guerra. Ele lembra que a redução do orçamento para os arsenais de guerra implicara no redirecionamento dessas verbas para o “corpo de saude e hospitaes” e para as despesas de “etapas e forragens”, esta última ligada à rubrica “Quadro do Exército” (Paranaguá, 1868, p.44). O gráfico a seguir apresenta uma visão geral do balanço de receitas e despesas totais do Império ao longo do período de guerra.

Verifica-se, segundo os dados no Gráfico 3.2, que as despesas começam a diminuir a partir de 1868, ano efetivamente decisivo para a guerra em termos de operações militares. Fica demonstrado, também, que o Estado brasileiro, entre 1869 e 1870, reduz os gastos com a guerra antes mesmo de tê-la encerrado definitivamente.

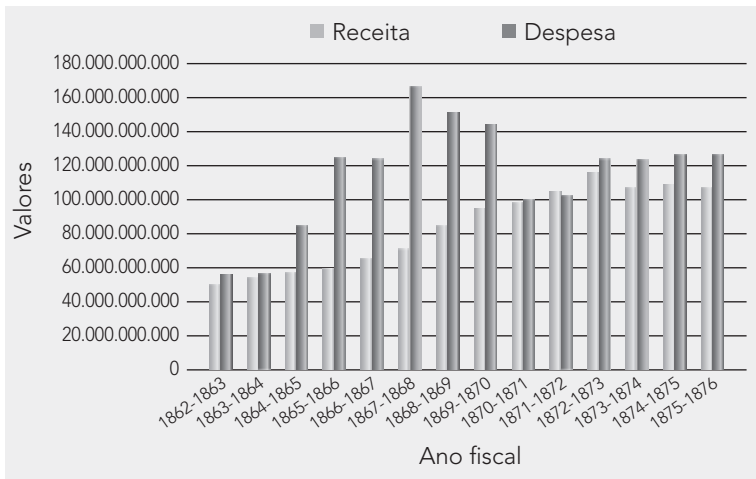


Gráfico 3.2 Receitas e despesas durante a guerra. (Baseado em Carreira, 1980)

O Gráfico 3.3 acrescenta a visualização da flutuação do déficit do Estado imperial no período da guerra. Pelas informações dispostas nesse gráfico, verifica-se que o déficit sofre uma pequena redução no período de 1866-7, possivelmente por ser o período de maior inação das forças aliadas, e volta a subir em 1867-8, com o avanço sobre os paraguaios e a conquista de Assunção.

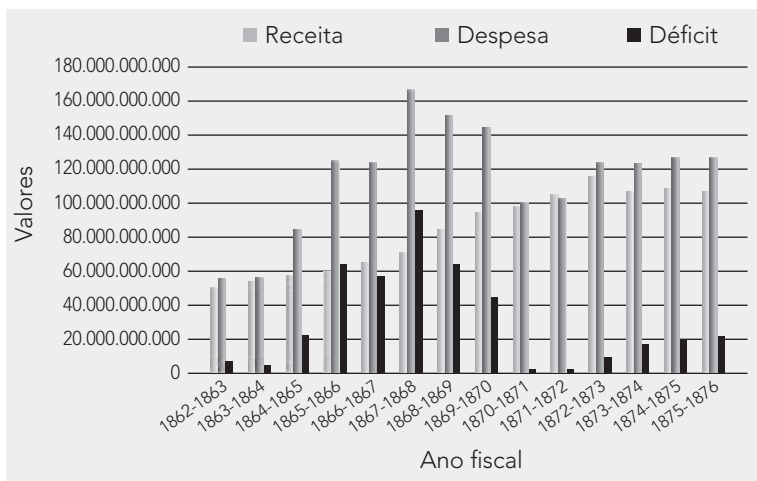


Gráfico 3.3 Receitas, despesas e déficit. (Baseado em Carreira, 1980.)

A par do crescimento da atividade cafeeira e do aumento das exportações de café – que se tornaria o principal produto da pauta de comércio exterior brasileira –, a partir de 1868, especialmente no fim do ano, com o avanço sobre Assunção e sua ocupação em princípio de 1869, as finanças imperiais voltaram a se equilibrar, o que favoreceu a tendência de uma finalização relativamente confortável da economia de guerra, concomitantemente ao fim do conflito, em 1870. O Gráfico 3.4, a seguir, apresenta informações sobre a origem dos recursos do Império durante o período de guerra. Os dados desse gráfico demonstram, diferentemente do que fez parecer a corrente historiográfica revisionista, que a maior fonte de recursos do Estado brasileiro para manter o conflito e o restante da economia do país

em níveis compatíveis com as exigências do momento foi o aumento de impostos, e não os empréstimos estrangeiros. Isso não significa, porém, que os empréstimos não tenham sido necessários, mas demonstra que o Estado buscou alternativas variadas concomitantes ao endividamento externo.

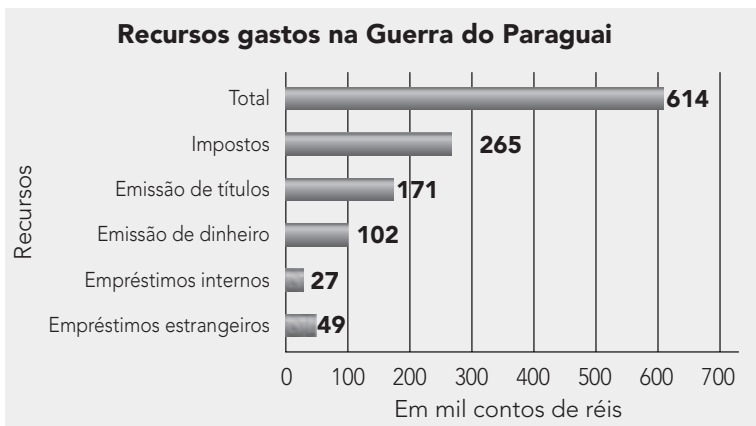


Gráfico 3.4 Origens de recursos utilizados na guerra. (Tesouro Real apud Doratioto, 2002, p.462)

O valor total apresentado no Gráfico 3.4 é bem elevado. Observe-se uma comparação, no Gráfico 3.5, com o valor do orçamento total do Império para o ano fiscal de 1864.

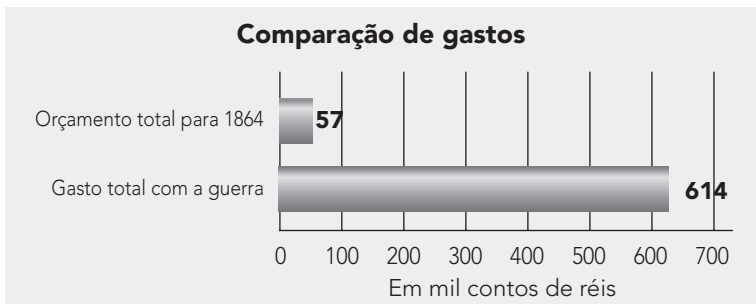


Gráfico 3.5 Comparação dos gastos da guerra com um ano orçamentário. (Doratioto, 2002, p.462)

A preocupação com o esforço de guerra aparecia em acalorados debates na imprensa e publicações do período, a exemplo do que relata José Avelino Gurgel do Amaral, comparando a situação do Brasil com a da Argentina em 1869:

[...] enquanto nós exaurimos os recursos de nosso thesouro, as fontes de nossas riquezas e industrias, arrancando-lhæs [sic] os braços que as allimentavam; enquanto creámos uma situação financeira desesperada, pelas torrentes de papel moeda que inundam á circulação e depreciam todos os valores e fortunas; enquanto lutamos com ás complicações de uma tortuosa e esteril politica interna, que tem viciado pela base todas as instituições e o systema de governo que nos rege; a republica Argentina cuidou de sua paz interna; debellou a caudilhagem de suas provincias; deu incremento a emigração; consolidou, por meio de reformas sabias, seu systema politico, dando pela primeira vez o exemplo de uma eleição tão regular quanto pacifica; levantou, pelo estado lisonjeiro de seu credito, na praça de Londres, um emprestimo, que melhorou consideravelmente a situação de seu mercado e o estado de suas finanças. (Amaral, 1869, p.12)

A ver pelo relato de Amaral, essas preocupações não eram de todo infundadas. A distância do teatro de operações gerava uma demora maior na obtenção de informações, com isso as indisposições com os argentinos iam se arraigando na imprensa como construção cultural, completando o trabalho. Ainda em 1869, ganha destaque na imprensa, segundo Delso Renault, a notícia de que “a Câmara discute o crédito extraordinário solicitado pelo executivo para fazer à guerra: o Ministério da fazenda pede a aprovação do decreto de 5/8/1868, que autoriza o empréstimo de 40.000 contos de réis” (Renault, 1978, p.291).

As solicitações de crédito extraordinário por parte do Ministério da Guerra tornou-se uma constante, mesmo após o fim da mesma. Ocorre que a divisão militar brasileira que permaneceu no Paraguai era paga, via Ministério da Guerra, por essas verbas suplementares. Consta no Relatório de 1875 que:

[...] a divisão estacionada na Republica do Paraguay traz uma despeza que não podia ser prevista no orçamento, porquanto a permanencia des-

sa força fóra do Imperio obrigou a chamar-se em quase todas as Provincias destacamentos da Guarda Nacional para auxiliar o serviço, sendo elles pagos pelo Ministerio da Guerra, dando-se assim, duplicata de despeza, alem de receberem os officiaes e praças vencimentos especiaes. Em todos os exercicios, depois de terminada a guerra, tem-se aberto créditos extraordinários para pagamento dessa Divisão, e ainda no 1º semestre do exercicio ultimo assim se fez, como consta do Decreto n.5,548 de 7 de Fevereiro do corrente anno. Torna-se, pois, necessario abrir agora outro credito para o 2º semestre de 1873-1874, e é o que tenho a honra de propor a Vossa Magestade Imperial. (Junqueira, 1875, anexo I)

Assim, em todo o período de ocupação do Paraguai, que vai até 1876, a guerra ainda cobrava seu preço pelas despesas que acarretava. Os processos e procedimentos de compra feitos para garantir o abastecimento das forças terrestres brasileiras foram diversos, descentralizados e, em muitos casos, conflitantes com as reais necessidades das forças em operação. Eram procedimentos extremamente burocráticos.

## **A administração e a burocracia da guerra como elemento de entrave logístico**

O planejamento e a administração dos esforços de guerra em si seguiram o mesmo padrão de organização das forças militares terrestres brasileiras, com grande propensão à improvisação e à limitação estrutural-funcional das forças postas em operação. Nesse sentido, a estrutura administrativa e o funcionamento do aparato burocrático<sup>3</sup> do Es-

---

3 O termo burocracia teve uma série de variações no decorrer da história. Estima-se sua origem em meados do século XVIII, com várias acepções ao longo do século XIX e XX, destacando-se o conjunto de ideias sociologicamente construídas por Max Weber, que estabeleceu um conceito de burocracia baseado em noções jurídicas do século XIX europeu. Nessa perspectiva, o termo contemplava, fundamentalmente, funções e relação da burocracia com administração pública, mais bem entendida com todo o aparato técnico-administrativo, altamente racionalizado e especializado nas diversas atribuições demandadas por este complexo sistema. De acordo com Weber, foi no Estado moderno que a burocracia atingiu seu ápice de racionalidade

tado imperial brasileiro no decurso da fase final da Guerra do Paraguai contribuíram para prolongar substancialmente seu desfecho. Foge ao escopo deste trabalho uma análise sociológica mais aprofundada ou um estudo da sociologia da burocracia no século XIX brasileiro. Trata-se aqui somente de utilizar algumas percepções possíveis, com base na teoria weberiana de um tipo ideal de burocracia, como suporte para a compreensão de elementos da estruturação administrativa e burocrática imperial, tal qual um componente de entrave à fluidez logística exigida pelos ditames da guerra em curso.

Assim, partindo do princípio weberiano de burocracia como crescente rumo à racionalidade e especialização, temos que esse evento militar, que mobilizou o Estado em múltiplas dimensões, encontrou, no funcionamento de sua administração e na estruturação burocrática para a guerra, um forte elemento de “fricção” nos termos da teoria de Clausewitz (1996, p.83-6). Essa “fricção” se diluía e se espalhava na ocorrência de interrupções na tramitação e no processamento de pedidos, na inexistência de número adequado de funcionários para dadas atribuições administrativas, na má remuneração destes, na corrupção, no descaminho, em superfaturamentos e noutras práticas que tencionavam o esforço bélico na vanguarda das operações pela ineficácia de todo um sistema para atender as forças militares terrestres brasileiras. No Brasil do século XIX, o princípio dessa estrutura administrativa, com reflexos diretos nos procedimentos logísticos, situa-se, em 1853, na criação do Quartel-Mestre-General – repartição pública destinada exclusivamente aos cuidados relativos à administração de materiais do Exército. Posteriormente, em 1857, foi criada outra repartição, denominada

---

e especialização. Nesse sentido, para o autor, sobressaem-se como características da estrutura burocrática moderna: 1) cargos burocráticos, ocupados por funcionários considerados servidores públicos; 2) funcionários contratados por sua competência técnica e qualificações específicas; 3) existência de normas e regulamentos escritos que determinem tarefas e atribuições dos funcionários; 4) dinheiro como remuneração na forma de salário; 5) existência de regras hierárquicas e códigos disciplinares, estabelecendo relações de autoridade, a que funcionários estão sujeitos. Tais elementos servirão, assim, de contraponto às reflexões que apresentaremos a seguir. Ver: Weber, 2002, p.138-70.

Ajudante-General do Exército, com a função de cuidar tanto da fiscalização do abastecimento, como da disciplina e também da movimentação do pessoal do Exército.

Na Guerra do Paraguai, concorria para o descontrole das práticas e providências relacionadas à logística o fato de, até praticamente o fim de 1866, as forças terrestres e navais brasileiras se ressentirem da ausência de um comando unificado. Essa situação atingiu sua expressão máxima com a derrota em Curupaiti e nas desavenças entre Tamandaré, Porto Alegre, Polidoro e Mitre, na condução das operações. A derrota, em uma grande batalha, despertou os comandos a esse problema. A fase final da guerra, além do comando unificado, moveu o Império a trazer para si a preponderância nesse comando unificado. A dinâmica política interna argentina, que forçou o afastamento de Mitre do Comando em Chefe, colaborou para esse processo.

Nesse contexto, é necessário acrescentar e considerar a dinâmica de uma sociedade cujos extratos dirigentes se utilizavam amplamente de práticas clientelistas e patrimonialistas como norte à estruturação administrativa do Estado. Por consequência, estas se refletiam diretamente nos segmentos militares, em sua organização e no delineamento das estratégias a serem postas em prática na guerra. As concepções de profissionalismo, capacidade e conhecimento técnico perdiam, então, espaço para a teia de relações clientelistas,<sup>4</sup> esmorecendo a preocupação com eficiência e rapidez exigidas pelos conflitos a partir de então.

A cadeia logística sofreu com a ineficiência, a partir de sua zona de conforto organizacional no próprio território brasileiro. Ela foi afetada apenas parcialmente e em localizações que não inviabilizavam o grosso da mobilização humana e material exigidos na ocasião. Ambas (mobilização humana e material) oscilaram constantemente em sua eficiência, rapidez e resultados ao longo do conflito. Ao focarmos a fase final da guerra, sob o comando do conde d'Eu, vislumbramos um momento em que já se havia passado quase quatro anos de

---

4 Sobre "clientelismo", ver: Graham, 1997; Faoro, 2000.

conflito com grande oferta de vivências e experiências, e, assim, com possibilidade de catalisar o aprimoramento organizacional e material dos processos e procedimentos de manutenção da força militar em território inimigo. Logo, foi durante o comando de Caxias que as forças brasileiras tomaram contato com padrões organizacionais mais eficientes e pequenos incrementos técnicos, que aumentaram sua eficácia. A partir de 1866, quando assumiu o comando das forças brasileiras na guerra, Caxias demorou praticamente um ano para pôr os efetivos em condições mínimas de luta. Gastou com armamentos e algumas novas técnicas, com destaque para as armas raia-das, em substituição ao armamento de pederneira de carregar pela boca, balões aerostáticos foram utilizados pela primeira vez para espionagem e mapeamento de território, e medidas higienizadoras foram adotadas nos acampamentos. Tudo isso na conturbada estrutura administrativa do aparato estatal imperial.

Na esteira dos esforços bélicos, a administração civil (ligada aos assuntos militares), atuando no Ministério dos Negócios da Guerra durante o Império, e a estrutura propriamente militar lidavam com a demanda administrativa gerada pelo conflito, com marcante imperícia e característica inexperiência nessa seara. Trata-se, nesse sentido, não de buscarmos por uma estrutura burocrática profissional em termos weberianos, impossível de ser encontrada no Estado brasileiro do século XIX, dada sua configuração sociopolítica; mas de localizarmos os pontos-limite que permitiram o esgarçamento da frágil estrutura administrativo-militar em curso, de forma que, à medida que cresciam as demandas, ampliava-se o esforço administrativo. Tal excepcionalidade diluía a eficiência, a qualidade e a agilidade entre uma parcial letargia e premência em finalizar o conflito. Essa situação produzia claros e marcantes reflexos na logística de manutenção da vanguarda das ações militares.

Esse esforço quase exauriu a frágil e desarticulada estrutura estatal imperial. O Império não possuía uma estrutura administrativa puramente militar para fazer frente às necessidades da guerra. A cúpula civil do Ministério dos Negócios da Guerra, logo abaixo do ministro de Estado, não possuía maior experiência do que aquelas

proporcionadas pelo controle das rebeliões ou insurgências regionais no interior brasileiro. Não havia nada que se comparasse à ação militar por rios e terras a longuíssima distância dos centros econômicos e políticos do Império em território estrangeiro. A distância foi a principal aliada dos descaminhos da administração da guerra, prolongando a demora na obtenção de informações e no recebimento e cumprimento dos pedidos. Além disso, ampliava as possibilidades de desvios de mercadorias e verbas destinadas ao provimento das necessidades das forças em operação. Por conseguinte, os processos de deslocamento, pagamento, abastecimento, municiamento, treinamento e serviços médicos eram afetados.

A ineficiência burocrática gerava desencontros em relação às medidas a serem postas em prática em função do conflito. As necessidades materiais imediatas não eram a única preocupação da administração civil-militar na condução da guerra; havia muitas pendências quanto à gestão dos processos de abastecimento de gêneros alimentícios, fardamento, armas e munições e no retorno dos soldados que atuaram no Paraguai. Esse último caso, conforme previa o decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865, que estabeleceu a criação dos corpos de Voluntários da Pátria e seu regresso depois de finda a guerra, gerava pendências relativas às recompensas pelos serviços prestados. Pensões e doações de terras, por exemplo, enfrentavam uma intrincada rede burocrática para se consubstanciar.

Além das dificuldades de deslocamento e fornecimento dos suprimentos necessários à condução das atividades militares, o aparato administrativo-burocrático representou um substancial entrave a uma maior eficiência da estrutura estatal imperial na guerra. Os atrasos, a falta de materiais básicos ou a má qualidade destes, por vezes, reverberava na imprensa diária da Corte. Em maio de 1869, o *Jornal do Commercio* publicava a nota que segue transcrita.

A S. M. o Imperador

Senhor!!... a Vossa Majestade pedimos providencias sobre os nossos pagamentos atrasados! Não recebemos calçados desde agosto do anno passado assim como fardamento!!... estamos scientes dos esforços do

nosso commandante a tal respeito; porém Senhor, já não podemos sofrer tantas faltas.

Os urbanos

Côrte, 1 de maio de 1869. (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, segunda, 3 maio 1869, anno 48, n.122, p.2)

Esse exemplo se trata de uma nota apócrifa publicada no *Jornal do Commercio*, periódico que circulava na Corte, que traz implícita mais que uma simples reclamação pelo não recebimento de pagamentos. Ela corresponde à ponta do icebergue dos problemas com o pagamento das tropas. Confrontando-a com algumas sentenças do Conselho de Guerra e da Junta Militar de Justiça, publicadas em diversas “ordens do dia”, verificam-se vários exemplos de fragilidade na lida com os pagamentos, assim como o caso dos:

[...] Ex-major pagador José Maria de Paiva e Silva e ex-3º official Candido José Ferreira Alvim Junior. – Haverem viciado quatro documentos, subtrahindo dos cofres da fazenda nacional a quantia de um conto e cincoenta e trez mil reis. Julgados pelo conselho de guerra, como incursos o primeiro no grão minimo do art. 17 do codigo penal e art. 5º do mesmo codigo, o ultimo incurso no grao medio do art. 129 § 8º e art. 6º § 1º do dito codigo; sendo condemnado o réo ex-pagador Paiva e Silva, ás penas de perda do emprego com inhabilidade de exercer outro emprego por 28 mezes: 18 mezes e 20 dias de prisão com trabalhos, 13 e um sexto por cento do valor de um conto e cincoenta e trez mil reis; e o réo ex-3º official Alvim, ás penas de perda do emprego com inhabilidade para outro por 3 annos e meio de prisão com trabalhos, por 26 mezes e 10 dias e 15 e cinco sextos por cento da quantia de uma conto e cincoenta e trez mil reis. A junta militar de justiça em 9 de Dezembro passado, confirmou a sentença do conselho de guerra na parte em que condemnou o réo José Maria de Paiva e Silva, ex-pagador do exercito e Candido José Ferreira Alvim Junior, ex-3º official da repartição de fazenda da cidade de Corrientes a soffrerem as penas estabelecidas na mesma sentença, este como autor e aquelle como cumplice, *por haver falsificado diversos documentos concernentes ao pagamento dos officiaes e mais empregados existentes na mesma cidade.* [...] estando provado o crime de peculato de

que também forão argüidos os réos e não se tendo verificado em favor delles o concurso de alguma das circumstancias attenuantes previstas no art. 18 do dito codigo, revoga a mesma sentença para condemnal-os, como condemnão á penalidade de grão médio do mencionado art. 170 na forma prescripta em a referida sentença. E assim julgados os réos, manda que a presente sentença se execute. [...] – Mandou-se cumprir a 17 de Dezembro próximo passado. (Souza, 1877, p.160-2. Grifo nosso)

Ou também:

4º Corpo provisório de artilharia

Alferes addido Ernesto Tavares França. – Haver deixado, na qualidade de quartel mestre do mesmo corpo, de recolher á pagadoria do exercito a importancia de vencimentos do mez de Agosto do anno findo, de praças fallecidas e ausentes e de outras que se achavão destacadas; bem como haver excedido a licença que tivera do commando em chefe. – Condemnado pelo conselho de guerra a ser expulso do exercito, como incurso no art. 28 dos de guerra. – Confirmada a sentença pela junta militar de justiça em sessão de 15 do presente mez. – Mandou-se cumprir em 22. (Conde, 1877. p.6.)

Os julgamentos, todavia, na maioria dos casos, resultava em absolvição dos réus. Como nos exemplos a seguir:

8º batalhão de infantaria.

Capitão Joaquim José Pedro da Silva. – Haver negociado com praças de sua companhia vendendo-lhes fardamento, rebatendo-lhes nos vencimentos, deixando de distribuir o fardamento a quem de direito pertencia e dado provas de cobardia em frente do inimigo. – Condemnado pelo conselho de guerra como incurso no art. 28 dos de guerra do regulamento de 1763. – Reformada a sentença pela junta militar de justiça em 19 de Dezembro do corrente, para absolver o réo, visto não serem contestes e concludentes as provas existentes no processo. Mandou-se cumprir a 26 de Dezembro próximo passado. (Souza, 1877, p.162-3)

E ainda:

Alferes Joaquim José de Sant'Anna. – Ter feito transações com praças do 2º batalhão de artilharia, em seus vencimentos, mediante lucro em seu favor. – O conselho de guerra, tendo em vista o auto de corpo delicto, testemunhas sobre elle perguntadas, e no conselho de investigação, interrogatorios do reo e sua defeza, o absolveu. – Confirmada a sentença pela junta militar de justiça em 30 de setembro de 1868. O Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, Chefe interino do Estado-maior. (Souza, 1877, p.76)

A nota no jornal e os fragmentos das ordens do dia traduzem, na realidade do dia a dia, as disfunções da estrutura administrativo-burocrática do Estado brasileiro, vitimado pelo patrimonialismo e clientelismo endêmicos em sua sociedade (Faoro, 2000; Viana, 1982; Holanda, 1995; Campante, 2003; Uricoechea, 1978).

Logo após a saída do conde d'Eu, que solicitou dispensa do Comando em Chefe aliado em abril de 1870, passou a ocupar esse posto o marechal de campo Victorino José Carneiro Monteiro, o visconde de Pelotas. Mas os problemas com os pagamentos continuaram:

15º batalhão d'infantaria, Alferes Antonio Paula Corrêa. – Haver deixado de pagar integralmente ás praças da 4ª companhia diversos mezes. – O conselho de guerra absolvêo o rêo foi confirmada a sentença por faltada de provas pelo Junta Militar de Justiça e n [sic] sessão de 23 de Abril do corrente anno. – Mandou se cumprir em 30 do mesmo mez e anno. (Monteiro, 1870)

Essas sentenças foram publicadas na seção “Sentenças proferidas em processos de conselho de guerra, que forão mandadas cumprir”, nas “Ordens do dia”. Por elas, ficam demonstradas algumas ocorrências envolvendo oficiais que lidavam mais diretamente com a execução de pagamentos e se aproveitavam dos cargos ou das funções para vantagens pessoais. A consequência, na maioria das vezes, era o atraso ou não pagamento dos soldados rasos. Diante da oscilação de funcionamento da estrutura administrativa, quando esta come-

cava a apresentar momentos de eficiência muito baixos, reclamações e ressentimentos surgiam na imprensa da Corte, como no exemplo da nota assinada pelos “urbanos”, anteriormente descrita. Esses são exemplos pontuais de uma questão mais ampla a respeito das disfunções burocráticas do Estado imperial, este mais patrimonialista que burocrático, agravada pela inexperiência administrativa para eventos bélicos de grandes proporções, como o foi a Guerra do Paraguai.

O Ministério da Guerra, por sua vez, se via diante de uma atuação pendular quanto à aplicação das verbas de que dispunha, ora direcionando-as às reformas das estruturas já existentes no Brasil, ora para atender às demandas imediatas da guerra. A guerra impunha mais dificuldades que o aparato estatal podia solucionar e que a elite imperial, a princípio, imaginava. A preocupação com o retorno das tropas e, por consequência, de armas e equipamentos utilizados no desenrolar do conflito começa a aparecer no Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1868, que remetia às atividades e operações desenvolvidas em 1867. A propósito das obras realizadas na Fortaleza de São João, na cidade do Rio de Janeiro, onde foi criada e aquartelada a companhia de aprendizes artilheiros a partir de 1866, diz o relator:

[...] no meu relatório passado vos patenteei a necessidade da decretação de fundos para algumas obras nas immediações da fortaleza da Praia Vermelha, que servirão para dar aquartelamento ao batalhão de engenheiros, e para depois de terminada a guerra, acomodar o importante material do nosso exercito. Insisto sobre a conveniência, não só da decretação de taes despesas, por me parecerem indispensaveis semelhantes obras, mas ainda por uma outra obra importante no Campo Grande, como seja um bom quartel para o 1º batalhão a pé. (Paranaguá, 1868, p.34)

Desse modo, a fala do relator ressalta a necessidade de reformas nos prédios para abrigar os militares e toda sua parafernália técnica. A guerra deu uma nova e imensa dimensão física e político-social ao contingente militar brasileiro. Além da preocupação com as instalações, aparece no relatório a destinação de verbas para desinfecção, nova caiação e limpeza dos quartéis

em consequência do aparecimento de uma epidemia de *Cholera-morbus* (Paranaguá, 1868, p.35) entre os aprendizes. O relatório de 1868 também alude brevemente a obras feitas em edificações nacionais do morro do Castello e edifícios que serviram de residência a algumas viúvas de militares (Paranaguá, 1868, p.37). Verifica-se, segundo esse relatório, uma série de obras em quartéis, fortalezas e edificações militares, especialmente no tocante à instalação e melhoria da estrutura sanitária e da ampliação dos espaços para acomodação de pessoal.

No laboratório do Campinho, além da construção de dois grandes armazéns para as oficinas e de um quartel para as praças, consta que:

[...] estão quasi a concluir-se as obras de terra e d'arte para um ramal de estrada de ferro que ligue a estação da Cascadura ao laboratório, e ácerca do que já vos fallei neste relatorio, quando em outro lugar tratei deste estabelecimento, para facilitar o serviço de transporte dos materiaes que tenham que ser exportados para a corte, ou importados para o estabelecimento, economisando-se assim sommas que se dependem nesse transporte, e evitando o desvio dos mesmos materiaes. (Paranaguá, 1868, p.38)

Ainda no relatório de 1868 – portanto, com a guerra em curso –, no item “Obras militares das fronteiras”, em relação à situação da Província do Rio Grande do Sul, o relator chama a atenção para o fato de que

[...] não existe no arsenal de guerra de Porto Alegre, nem nos diferentes depositos de artigos bellicos da provincia, artilharia em bom estado, e de calibres convenientes mesmo do antigo systema de alma-lisa, para o armamento de qualquer fortificação; e, finalmente, fez acertadas ponderações sobre a falta que ha de quarteis militares em quase todas as povoações de fronteira, e a insufficiencia ou máo estado dos que examinou no Rio Grande, Jaguarão, Caçapava e São Gabriel. (Paranaguá, 1868, p.41-2)

O planejamento para reformas, adequações e expansão de edificações militares, pelos informes dos relatórios, tendia a se concen-

trar na Corte ou próximo a ela. Era um planejamento precário. A execução e qualidade das obras divergiam muito do “tempo dos relatórios”. Os atrasos e as dificuldades quanto à necessária destinação e execução orçamentária faziam com que tais obras caminhassem lentamente. Nas províncias, esse problema era ainda mais grave.

## Regulamentos e repartições

Os regulamentos ou algo de legislação interna das repartições conectadas ao serviço da guerra, inexistentes ou obsoletos, embaraçavam sobremaneira o fluxo e a tramitação dos diversos ramos e processos da administração de atividades militares para a guerra. As engrenagens do aparato administrativo eram grandes e lentas. Em Montevideu, por exemplo, havia um oficial brasileiro encarregado do movimento do pessoal e do material do Exército em uma repartição montada exclusivamente para tal; era dividida em uma secretaria, um correio militar, um “depósito de convalescentes”, um depósito de artigos bélicos e um hospital militar, funcionando com regularidade ao longo do conflito. Ainda em 1867, o hospital foi convertido em enfermaria militar, a fim de reduzir seus custos. O relatório informa que

[...] o serviço do movimento dos transportes pertencentes ao ministério da guerra está a cargo do official da armada que dirige igual serviço por parte do também ministério da marinha; é feito convenientemente, tendo melhorado a marcha desta importante necessidade da guerra. (Paraguá, 1868, p.43)

Mesmo depois de terminada a Guerra do Paraguai, a burocracia do funcionamento dos arsenais de Guerra demorou a sofrer alterações visando à melhoria de seus serviços. No relatório do Ministério dos Negócios da Guerra de 1875, essa deficiência é reconhecida. Lê-se ainda que,

[...] como, porém, esses estabelecimentos carecessem de um novo systema de escripturação pelo qual se pudesse exercer fiscalisação mais seve-

ra, e conhecer de prompto os objectos existentes em suas arrecadações, e quaes as faltas, que porventura se dessem na carga feita aos respectivos encarregados; e estando demonstrado, pela pratica, a conveniencia de serem nelles arrecadados os fardamentos destinados ás companhias das guarnições, sujeitos a extravios e estragos nos quartéis, onde até então eram recolhidos, tudo conforme vos declarei em meu Relatorio anterior, o governo, com o Decreto n. 5.856 de 3 de Janeiro deste anno, fez baixar um Regulamento com o qual espera conseguir esses resultados. O novo methodo de escripturação, estabelecido para estas estações, não só facilitará a tomada de contas dos artigos arrecadados e fornecidos, como porá também a Repartição central ao corrente das entradas dos ditos artigos, habilitando-a a melhor julgar dos fornecimentos que por ellas devam ser feitos. (Junqueira, 1875, p.34)

Com isso, malgrado o longo período da guerra, o Brasil não possuía uma legislação militar devidamente definida, que desse o suporte jurídico necessário à celeridade que o conflito exigia, tampouco moveu maiores esforços para sanar essa carência. Não havia, por exemplo, Código do Processo Militar nem Código Penal Militar que suprisse as novas demandas da vida militar.

As leis e os regulamentos existentes ainda eram uma herança colonial. Mesmo com as agruras da guerra, os trabalhos para a criação do Código do Processo Militar e Código Penal Militar só principiaram em 1875 (Junqueira, 1875, p.12). Além disso, mesmo tendo passado por uma difícil experiência militar, a Comissão de Exame da Legislação Militar (criada em 18 de dezembro de 1865, por aviso do Ministério da Guerra e já presidida pelo conde d'Eu), ainda tinha em sua pauta de 1875 os projetos de "Regulamentos para o fornecimento do Exército", "Regulamento para as fortificações do Império" e "Regulamento para o uso interno dos corpos do Exército" (Junqueira, 1875, p.13). D'Eu se esforçava para o bom funcionamento das comissões que presidia, atuando ativamente nos serviços administrativo-militares. Mas em tais instâncias concorria com o comodismo e as peculiaridades do sistema político e militar então em voga. Assim, sua experiência europeia e sua juventude, em larga medida, incentivaram sua postura.

É representativo desse esforço o fato de d'Eu, em 8 de agosto de 1866, encaminhar a dom Pedro II 250 exemplares do projeto da Lei do Recrutamento como trabalho organizado na sexta seção da Comissão de Exame da Legislação do Exército, a qual ele presidia, tendo sido aprovado pela maioria de seus membros, com votos divergentes do desembargador José Antonio da Magalhães Castro e do doutor Tomaz Alves Júnior – este divergiu da sinopse; aquele, do projeto. O projeto foi encaminhado ao imperador e depois ao Poder Legislativo para apreciação; também foi encaminhado, junto com uma carta pessoal, ao conselheiro Angelo Muniz da Silva Ferraz, ministro e secretário dos Negócios da Guerra. Posteriormente houve emendas ao projeto por demandas do contador do tesouro Justino de Figueiredo Moraes e do tenente-general visconde de Camamu (Conde, 1866).

Noutra frente – a Corte –, o laboratório pirotécnico do Campinho teve um regulamento provisoriamente promulgado em 1861. Esse regulamento ainda continuava em vigor em 1875, fato que atralhalava, sobremaneira, o eficiente funcionamento e a administração dessa repartição (Junqueira, 1875, p.37). Tais ordenações rápidas, que surgiam, no mais das vezes, como provisórias, acabavam por se tornar quase permanentes, mesmo permeadas por um conflito de grande porte, como no caso da Guerra do Paraguai.

Outro segmento da administração imperial que se sobrecarregou com a guerra foi a Pagadoria das Tropas da Corte. Criada em 1863, teve um crescimento substancial de serviço com a guerra e pelo crescimento natural das instituições militares. A incumbência do pagamento de soldos e pensões a praças de *pret* reformadas, segundo o relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1875, coube ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra João José de Oliveira Junqueira e sua pasta. Este reclamava que “não é, pois, sufficiente o pessoal que há onze annos foi marcado para occorrer ás necessidades do serviço” (Junqueira, 1875, p.58). Todavia, o relatório de 1868 informava que

[...] a pagadoria das tropas da corte continúa, sob a jurisdição do ministério da guerra, a reger-se pelo regulamento de 24 de Dezembro de

1863. Este regulamento vai satisfazendo as necessidades do serviço; pelo que não me aproveitei da autorização concedida ao governo para reformar a repartição de que trato. Bem que a influência extraordinária do trabalho, em consequência das urgências do serviço da guerra, parecesse dever exigir aumento de pessoal na pagadoria das tropas, o zelo de seus empregados dispensou aquella medida. (Paranaguá, 1868, p.9)

Esses fragmentos demonstram que os ministros que se sucederam no Ministério da Guerra prestavam conta das atividades e ações de sua pasta a assembleia geral de forma bastante superficial e genérica, possivelmente para evitar maiores problemas com o legislativo quanto ao esforço de guerra por parte do governo. Somente após o fim do conflito, conforme citado antes, no relatório de 1875, algumas das pendências e dos problemas vivenciados ao longo da guerra ganham ênfase nos relatórios oficiais. O pessoal era insuficiente, e os vencimentos eram muito baixos. As demandas pelo controle contábil e fiscal dos pagamentos cresciam, e os funcionários que se incumbiam desse setor eram os mesmos. Passou-se por um longo período de guerra e quase nada se alterou. Nesses onze anos, a Pagadoria das Tropas da Corte, sabidamente, funcionou no improviso, com episódios de eficiência às lufadas de questões mais urgentes.

A Repartição Fiscal, cuja função era fiscalizar as despesas do Ministério dos Negócios da Guerra, também sofria muito com falta de pessoal, especialmente com um novo regulamento que passou a vigor em 17 de abril de 1868. Diante dessa dificuldade, foram propostos no relatório de 1875 mudanças no regulamento e o restabelecimento do pessoal, determinado para essa repartição pelo regulamento anterior, de 26 de outubro de 1860 (Junqueira, 1875, p.62). Este último também se trata de outro caso de um regulamento interno que quase passou por todo o período da guerra sem agregar a experiência adquirida na mesma. Além disso, quando as alterações foram finalmente feitas, tornaram-se de tal modo incompatíveis com a realidade em curso, que quase não puderam ser colocadas em prática. Diante dos impasses resultantes do novo regulamento, se-

gundo o relatório, propôs-se retroagir quinze anos para que as coisas continuassem a funcionar razoavelmente.

A preocupação com o controle fiscal e a eficiência dos contratos de fornecimento ao Exército foram analisados por d'Eu em 1872, quando perguntado sobre a experiência do commissariado. Segundo sua análise,

[...] 1º Se por criação de um Commissariado entende-se a adopção de um systema de fornecimento que exclua todo e qualquer contracto de longa duração, respondo negativamente: em muitos casos, talvez na maioria, digo, na maior parte dos casos serão convenientes os contractos para o fornecimento da etapa. 2º Convêm evitar a celebração de contractos que entreguem a uma unica firma commercial o fornecimento de todo o exercito. 3º Se por criação de um Commissario entende-se a organização de uma repartição habilitada para regular o fornecimento das forças em operações, quer por meio de contractos, quer por meio de compras directas e isoladas conforme as circunstancias o aconselharem, respondo affirmamente: considero uma necessidade a existencia d'uma tal repartição que possa ter a direção de todas as compras quer de viveres, quer de meios de mobilidade, quer de outros objectos necessarios ao exercito; e que funcionando sempre sob as vistas e as ordens do General em Chefe, possa allivial-o das direcções d'esses serviços e assim auxiliar-o em todas as hypotheses que apresentam as operações de guerra. 4º Embora a Intendencia que encontrei estabelecida no Exercito em operações no Paraguay tivesse até certo ponto as attribuições ora mencionadas e embora os empregados d'essa repartição e das outras repartições de Fazenda me merecessem sempre a maior confiança, comtudo não me pareceu a mais conveniente sua organização nem bastante definidas suas obrigações. 5º Notei principalmente haver lacuna no que diz respeito ás relações d'estas repartições com a do Deputado do Quartel-Mestre-General, ignorando-se onde começava a competencia de cada uma. Julgo pois conveniente a organização de um Regulamento que defina os deveres de todas as repartições de Fazenda e de material d'um exercito em operações, o qual deve ser feito por uma commissão de pessoas que tenham a pratica do serviço da ultima campanha aproveitando-se no que tiverem de exequivel, as disposições dos Decretos nº 768, de 22 de Fevereiro de 1851 e nº 038, de 25 de Novembro de 1857 e

das Instruções expedidas pelo Ministerio da Guerra para a caixa militar e Repartições Fiscal das forças de Matto Grosso em 3 e 19 d'Abril de 1865, para a Pagadoria Militar no Rio da Prata em 3 de Maio do mesmo anno, e finalmente para a Intendencia e repartições annexas em 20 d'Outubro de 1866. 6º Julgo muito conveniente a criação d'um corpo de Fazenda militar analogo ao que existe na Armada. (Conde, 1872. 3º Quesito, p.7-8)

As deficiências no aparato administrativo-burocrático, responsável pela gestão dos negócios da guerra na Corte, afetavam outros elementos importantes das engrenagens que compunham o esforço de guerra. A circulação das informações oficiais relativas ao conflito é um exemplo da fragilidade e precariedade com que a guerra era conduzida.

O extravio de solicitações de compra de produtos para abastecer as tropas, ou mesmo a perda de informações relativas aos produtos adquiridos, dificultavam ou até inviabilizavam a correta destinação de produtos específicos ou peculiares a certas necessidades militares no teatro de operações. Tais dificuldades não eram desconhecidas. Segundo Schulz,

É natural que se espere encontrar muita incompetência e corrupção na administração das operações de guerra, pois temos abundantes exemplos disso nas guerras contemporâneas da Crimeia e dos Estados Unidos. Embora muitas vezes os líderes brasileiros nos altos escalões tivessem conhecimento de subornos generalizados nos escalões inferiores, nada podiam fazer para melhorar a situação. (Schulz, 1994, p.62-3)

Como desdobramento dessa situação, tomando como exemplo os procedimentos de recrutamento, ainda de acordo com Schulz (1994, p.60), “refletindo os sentimentos do corpo de oficiais, o *Anglo-Brazilian Times* [8 ago. 1865] acusou a elite, em geral, e os funcionários públicos, em particular de serem ‘preguiçosos’ e sem patriotismo”. A esse respeito, quando Caxias assumiu o comando das forças brasileiras, a partir de 1866, houve algum esforço para reformular e padronizar, minimamente, a estrutura burocrática que supria as

necessidades brasileiras na guerra. Entretanto, esse esforço, iniciado em 1866, com Caxias, sofreu substancial retrocesso pela falta do devido acompanhamento, entre sua saída e o início da atuação efetiva do conde d'Eu, em 1869. D'Eu sentiu essas dificuldades já em abril de 1869, quando chegou à Assunção, deparando-se com o entrave prático de falta e demora na compra de cavalaria.

Os tentáculos atrofiados da burocracia, no tocante aos pagamentos, tocavam diretamente no bolso da tropa. Os oficiais, quando se engajavam para a campanha, conseguiam deslocar-se ao teatro de operações com um pouco mais de conforto financeiro, coisa que os soldados rasos demoravam a conseguir, quando o faziam. O visconde de Taunay é um exemplo dessa situação; quando seguiu para o teatro de operações acompanhando o conde d'Eu com uma declaração da Pagadoria das Tropas da Corte em que se antecipava o recebimento de seu soldo de primeiro-tenente do primeiro batalhão de artilharia a pé e demais vantagens relativas à função de professor de História e Geografia da Escola Militar (Império [187-]). A soldadesca recebia sua remuneração, em geral, a cada dois ou três meses devido ao corriqueiro atraso. Suas compras dependiam, em regra, de vales assinados por seus oficiais superiores imediatos, quando isso lhes era conveniente.

## **O fluxo de correspondências**

O vaivém das correspondências movia boa parte da burocracia para a guerra e abastecia a elite política do Império com as informações essenciais sobre o conflito. Públicas ou privadas, oficiais e oficiosas, as informações circulavam por meio de cartas, ordens, recados, avisos, contratos e notícias que emanavam do furor bélico. Todavia, esse fluxo não funcionou com a rapidez e eficiência almejada pelos homens a que cabiam as decisões políticas e militares. Em carta ao conde d'Eu informando sobre sua missão especial no Comando em Chefe, Paranhos tece seus primeiros comentários oficiais, reportados diretamente ao conde, em relação ao fluxo de correspondência. Sobre problemas com as correspondências, diz ele:

[...] sinto mais do que Vossa Alteza o não ter mais frequentemente a honra da correspondência que me concede. Para que Vossa Alteza possa notar se houve extravio, menciono aqui que depois das cartas nºs 4 e 5 já escrevi-lhe mais cinco, com as datas de 1, 5, 6 e 9 do corrente e 29 do mez ultimo que é a de nº 6. O meio de facilitar a correspondência desta Missão Especial com o Commando em Chefe é passarem por aqui os transportes da guerra e da Marinha, que subirem e descerem o rio, sempre que a sua urgência ou as circunstancias de transportarem doentes ou tropa, não trouxer sensível inconveniente nessa alteração da escalla ora estabelecida. (Paranhos, 1869e)

Sua preocupação com as correspondências oficiais refletia a relação direta entre o fluxo destas e a dinâmica dos fornecimentos. Pouco tempo depois, em carta ao conde datada de 14 de julho de 1869, Paranhos queixa-se e recomenda providências de d'Eu à responsabilidade e à agilidade no trânsito de correspondências pessoais urgentes, caso, por exemplo, de correspondência que esperava do Império em relação ao acordo sobre a instalação de um governo provisório no Paraguai (Paranhos, 1869k). Sobre a melhoria no fluxo da correspondência, Paranhos reitera em suas cartas a necessidade de o conde d'Eu ordenar que os paquetes brasileiros fizessem paradas no porto de Buenos Aires para dinamizar o trânsito de correspondências. Note-se que Paranhos pede que o conde dê ordens a respeito (Paranhos, 1869d).

Alguns desses problemas com a circulação das correspondências foram equacionados por ordens do conde, a exemplo das paradas nos principais portos entre Assunção e Rio de Janeiro para envio e recebimento das missivas. Outras questões fugiam ao seu controle, como o extravio de cartas e congêneres. Mas é identificável o forte impacto negativo nos procedimentos logísticos, fruto do descaminho e de grandes atrasos de correspondências.

Nesse sentido, tomamos o fluxo de correspondências como importante partícula do todo administrativo. Somem-se a isso os regulamentos ou a ausência destes, a designação insuficiente de verbas para obras de infraestrutura ou a escolha entre ampliar e reformar estruturas e contemplar os gastos diretos com a contenda, além do funcionamento regular das repartições ligadas ao Ministério dos

Negócios da Guerra. Esse conjunto de componentes e instâncias administrativas, em sua desarticulação, demora e ineficiência, gerou transtornos com dimensões eminentemente concretas e reais, pois a morte de tantos dependeu, direta ou indiretamente, do descomunal esforço de guerra contra o Exército paraguaio.

Com isso, a administração-burocracia demandada para a manutenção da guerra gerou um círculo vicioso que foi quebrado apenas em raras ocasiões. Tem-se como exemplo disso a disparidade entre a atuação da Comissão de Melhoramentos dos Materiais do Exército e a contratação dos serviços para a utilização de balões para observação feita por Caxias antes de assumir, de fato, o comando das forças brasileiras. Nota-se que, embora os serviços tenham funcionado efetivamente, a contratação direta que Caxias havia feito não passou pelo crivo da citada comissão. Os balões foram utilizados depois, em algumas ascensões nas proximidades do acampamento de Tuiuti, com relatos positivos quanto aos resultados de sua utilização. Entretanto, nada consta nos trabalhos da Comissão de Melhoramentos que comprove o exame e a aprovação por parte desta da novidade tecnológica contratada por Caxias.

## Problemas de escrituração na guerra

Registrar significa controlar, oficializar e, em larga medida, historicizar. Nessa direção, registrar, documentar, inventariar configura-se como elemento fundamental do fazer burocrático. Ao discurrir sobre os vários aspectos da estrutura burocrática do Estado moderno, Weber destaca que:

A administração de um cargo moderno se baseia em documentos escritos (“os arquivos”), preservados em sua forma original ou em esboço. Há, porém, um quadro de funcionários e escreventes subalternos de todos os tipos. O quadro de funcionários que ocupe ativamente um cargo “público”, juntamente com seus arquivos de documentos e expedientes, constitui uma “repartição”. (Weber, 2002, p.139)

A concepção weberiana de repartição pública, seus documentos escritos e arquivos e, por consequência, a necessidade crescente e dinâmica de registrar e documentar, constituem também uma faceta amplamente conhecida das guerras modernas, suas gestões e suas administrações. Na segunda metade do século XIX no Brasil, o ato de registrar e documentar estava diretamente ligado à imperativa urgência em controlar e fiscalizar minimamente o fluxo de recursos que supria as exigências da guerra. A escrituração de gastos, compras e demais registros necessários ao esforço de guerra foi paralisada em vários momentos ao longo do conflito. Isso se deu, essencialmente, por causa da inexistência de funcionários para cuidar de tais procedimentos, tanto pela dificuldade em contratar pessoal especializado na área contábil quanto pela insuficiência ou pouca destinação de verbas no próprio Ministério da Guerra para a contratação da quantidade necessária de funcionários para tal.

No *front*, as batalhas dizimavam e forçavam a recomposição, extinção ou criação de companhias, batalhões e demais subdivisões do conjunto das forças terrestres. Cabia o devido registro a tais alterações, como forma de acompanhar a situação das forças e gerenciar as tropas. A esse respeito, muitas informações do cotidiano dos soldados e oficiais em combate se perderam justamente por não terem sido registradas. Durante a guerra, com pessoal civil reduzido no setor de contabilidade, controle e fiscalização da execução orçamentária para atender aos pedidos do *front*, muitos assentamentos deixaram de ser escriturados e devidamente fiscalizados, fato que, inevitavelmente, repercutia, em seguida, na vanguarda das operações militares, seja pela quantidade insuficiente dos fornecimentos, seja pela sua questionável qualidade; ou ainda, em termos de finanças públicas, devido ao superfaturamento de compras para desvio de verbas ou mercadorias adquiridas.

O conde d'Eu, ao produzir um relatório detalhando suas considerações a respeito de seis questionamentos<sup>5</sup> amplos destinado ao

---

5 D'Eu foi questionado sobre: "1º QUESITO Que inconvenientes se notarão no pessoal e organização dos corpos das três armas e nos especiaes de Engenheiros e Estados

Legislativo, dedicou algumas páginas aos problemas relativos à escripturação por ele vivenciados ao longo de seu período de comando à frente das forças brasileiras. O conde, inicialmente, comenta:

[...] quanto a mim pelo menos, sendo Commandante do exercito, preferiria não dispôr senão de um pequeno numero de vagas que reservaria para os actos de bravura mais salientes a encontrar-me, como acontecia em Agosto de 1869, com 81 vagas do posto de Tenente só no quadro da infantaria e muito maior numero do de Alferes, vendo-me embaraçado entre a conveniencia que havia para o serviço dos corpos em preencher esse grande numero de vagas, quer effectivamente, quer por commissão e a difficuldade de reunir em campanha todas as informações que me habilitassem a ajuizar dos direitos dos candidatos. (Conde, 1872, 1<sup>o</sup> Quesito, p.4-5)

Essa sua introdução expõe um aspecto das dificuldades vividas por ele na ausência de registros confiáveis para a execução de uma tarefa corriqueira e primordial no andamento das ações de guerra. Na sequência, d'Eu se aprofunda:

[...] quanto ao systema de escripturação, a sua condemnação está, a meu vêr, em que logo no principio da campanha ficou elle quasi inteiramente paralisado. Ao marcharem para fora do Imperio, os corpos forão deixando em diferentes lugares os seus livros mestres e o resto do seu pesado archivo, parte do qual por vezes assim extraviou-se para sempre, e embora ficasse assim suspensa a escripturação de taes livros, nem por isso deixarão mesmo durante a campanha de crescer os archivos de modo que se tornava preciso deposital-os nos pontos que ião servindo de base de operação taes como Humaitá e Assumpção. (Conde, 1872, 1<sup>o</sup> Quesito, p.5)

---

Maiores de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> classe? 2<sup>o</sup> QUESITO Quaes o defeitos notados no armamento e equipamento das praças de pret? 3<sup>o</sup> QUESITO Convêm crear, e por que modo um Commissariado para os fornecimentos de Força em Operações? 4<sup>o</sup> QUESITO As Instruções que regulão as manobras e evoluções militares das trez Armas devem ser alteradas? 5<sup>o</sup> QUESITO Que aperfeiçoamento convêm introduzir no nosso material de guerra, comprehendidos os meios de conducção? 6<sup>o</sup> QUESITO Que reformas reclamão o serviço medico e o ecclesiastico em relação ás necessidades de um exercito em campanha?" (Conde d'Eu, Gaston de Orleans. *Resposta de Sua Alteza o Conde d'Eu ao aviso de 16 de maio de 1872*. Notação: I-TAE; 07.08.1872; Orli.o. Museu Imperial, Petrópolis, RJ)

Assim, a preocupação do Comandante em chefe com os registros e arquivos está na medida de sua compreensão da importância destes. Porém, ainda que em momentos de paralisia prolongada, eram executados registros que formaram uma considerável massa de documentos que, por seu peso e espaço ocupado e constante demanda por atualização e organização, tornou-se incômoda nos tortuosos processos de deslocamento e avanço sobre o inimigo. O conde esclarece também que

[...] não se escripturavão mais os assentamentos nem dos officiaes nem das praças e dos resultados d'esta falta ainda hoje se ressentem os corpos; pois não foi mais possível repor em dia a escripturação interrompida. Em França obvião-se esses inconvenientes pela existencia dos terceiros batalhões chamados de deposito que em occasião de guerra não acompanhão os batalhões moveis mas conservão-se de reserva com os recrutas e a cuja guarda fica confiado o archivo do Regimento. Esta organização de Regimentos com trez batalhões não é porem applicavel entre nós por ser o nosso exercito demasiadamente pequeno em relação á immensa extensão do territorio: nunca ou quase nunca se poderião reunir em um mesmo ponto trez batalhões de um Regimento e seria pois illusoria a existencia de taes Regimentos: demais entendo que todos nossos corpos devem ser moveis. (Conde, 1872, 1<sup>o</sup> Quesito, p.5)

Em seu texto, d'Eu ressalta a “solução francesa” para esse tipo de inconveniente. Porém, não acrescenta qualquer relato de tentativas ou experiências tipicamente brasileiras para a resolução do problema. Sua crítica, a partir da experiência na guerra, imputa um elemento logístico – a inadequação da guarda e da manutenção de arquivos – à impossibilidade de se adotar a solução europeia por ele apontada.

A continentalidade do território brasileiro, a seu ver, concorria contra o funcionamento de instâncias militares de vocação seminômada para atender as demandas de guarda e organização de registros cuja condição de “força reserva” a legaria a um trabalho considerado, por muito tempo, como acessório na condução do conflito. Ele prossegue:

[...] penso pois que a guarda e escripturação dos livros mestres deve ser encarregada ou á Repartição do Ajudante General ou outra repartição central que para esse fim se criar na Côrte ou na Capital da Provincia do Rio Grande do Sul. Para ahi deverião todos os corpos remmeter mensalmente simples relações das alterações occorridas durante o mez, como hoje se pratica para officiaes dos corpos especiaes que não se achão na Côrte, ou em termos ainda mais breves. Não seria esse serviço difficil e com alguma vigilancia dos Quartéis Generaes seria elle desempenhado com regularidade, pois principalmente no nosso continente, as marchas não só em ser tão constantes que não deixem em cada mez pelo menos alguns dias de folga em que se possa cuidar d'esta resumida escripturação. (Conde, 1872, 1<sup>o</sup> Quesito, p.5)

Pelo relato do conde, somente depois de finalizada a guerra este propõe a concentração dos registros básicos e corriqueiros da tropa em alguns centros que gerenciariam essa massa de informações. Tais registros são de suma importância para o soldado raso, especialmente no pós-guerra, por auxiliá-lo na obtenção de benefícios anteriormente prometidos pelo Estado e para este último por agregar todo um conjunto de informações úteis para a administração em um eventual novo conflito. Ainda sob a influência da guerra, os locais propostos por d'Eu para a concentração desses registros foram a Corte e a província do Rio Grande do Sul. D'Eu fez essas observações em 1872, sem apresentar mais detalhes da destinação dos registros efetuados ao longo da guerra após seu fim.

Retomando as considerações acerca das dificuldades vivenciadas na guerra, ele prossegue,

[...] com effeito não há sómente a considerar a impossibilidade de arrastar durante uã campanha prolongada livros mestres e archivos incessantemente acumulados; há a prever eventualidades excepcionaes que se dão na guerra; operações menos felizes podem trazer a perda da bagagem e portanto dos archivos, e porfim conveniencias do serviço tem obrigado por vezes os Generaes em chefe a dissolverem não só os corpos de Voluntarios ou provisorios, como ate corpos do quadro do exercito. O Exmo. Senr. Duque de Caxias dissolveo o batalhão 5<sup>o</sup> e eu mesmo

pratiquei acto analogo em relação ao 18º que dissolvi virtualmente tirando-lhe as poucas praças que lhe restavão e mandando recolher a Côrte do Imperio o Comandante com o archivo. Se taes dissoluções se dão em momento de operações activas e quando o corpo se acha desfalcado pelos combates é muito facil que o archivo se perca e n'este caso desaparecem com elles as garantias do soldado: não há meio de saber se é voluntario ou recrutado, qual o seu tempo de serviço e quaes os vencimentos a que tem direito. (Conde, 1872, 1º Quesito, p.5-6)

Ante o exposto, verifica-se que uma necessidade prática e indispensável – os registros da vida funcional dos soldados – afetava, diretamente, em certas situações o deslocamento da tropa. Entre avançar para finalizar o conflito e preocupar-se com o futuro dos praças, prevaleceu a primeira opção. Um dos desfechos dessa situação no pós-guerra foi o apoio dado pelo conde, sempre que possível, a Voluntários da Pátria, que solicitavam sua intervenção para obtenção de pensões, promoções ou indicações pessoais. A perda ou inexistência de registros funcionais dos soldados, dadas as dificuldades da campanha, parece ter despertado no príncipe certo sentimento de dívida pela atuação abnegada de muitos desses homens. A falta de um mínimo registro apagava, no mais das vezes, completamente a vida do soldado na guerra em termos administrativos aos olhos do Estado. Eis uma das alternativas tentadas:

[...] para guardar e pôr em ordem os numerosos archivos que em consequencia das eventualidades da guerra se tinham accumulado na Assumpção, o meu immediato antecessor o falecido Marechal de Campo Guilherme Xavier de Sousa creou uã intitulado Commissão Archivista. Prestou ella bons serviços ate o fim da guerra extrahindo de taes archivos muitos esclarecimentos que se tornavão precisos; não era possivel porem que essa organização de momento regularisasse um serviço tão complicado. (Conde, 1872, 1º Quesito, p.6)

Essa Comissão Arquivista funcionou apenas durante a guerra e, basicamente, sob o comando de Guilherme Xavier de Sousa. Não encontramos referências a tal tipo de comissão sob as ordens de ne-

nhum outro alto official. Mesmo sabendo da existência de tal comissão, não consta nenhuma providência efetiva de d'Eu para estender seus trabalhos, melhorá-la ou ampliá-la. O conde segue seu relato em defesa da centralização:

[...] para mostrar a conveniencia de se centralisar em uma repartição fixa o registro das alterações occorridas com as praças, citarei um caso muito frequente; é aquele em que uma praça ao ter alta do hospital não podia reunir-se logo ao seu côrpo por se achar este distante e tinha de ficar addida a qualquer outro por tempo as vezes prolongado. Se não a tinha acompanhado guia circunstanciada como sempre acontecia quando a baixa era resultado de ferimento recebido em combate, ficava ella privada de vencimentos em quanto não se reunia ao seu corpo, ou mesmo mais tarde se ao voltar para elle por qualquer circumstancia tambem não trouxessem guia. (Conde, 1872, 1<sup>o</sup> Quesito, p.6)

Por esse relato, verifica-se que o impacto final da inexistência ou descontrole burocrático, geralmente, recaía sobre o soldado raso, com sensível impacto financeiro sobre ele pelo não recebimento ou extremo atraso do pagamento do soldo. Ainda sobre os problemas de escrituração, destaca o conde que “o costume de estarem praças addidas a um corpo e effectivas em outros nos quaes não prestão serviços, só traz complicação e duplo trabalho na escripturação” (Conde, 1872, 1<sup>o</sup> Quesito, p.6). Posto isso, d'Eu insiste na sua argumentação da necessidade de centralização:

[...] já se vê que taes irregularidades serião muito mais faceis de remediar se todos os corpos remetterssem periodicamente à repartição central notas relativas a todas as praças que n'elles se achassem servindo, quer como effectivas, quer como addidas, quer por qualquer outro titulo. Não deixarei o assumpto da escripturação sem mencionar que na relação dos livros estabelecidos pela Ordem do Dia nº 11 de 17, há duplicatas que devem ser supprimidas por trazerem augmento de trabalho sem vantagem que o compense. Assim o livro, que deve estar na secretaria do corpo, de carga e descarga do armamento, equipamento e fardamento me parece ter mesmo objecto que o de sahidias que está á cargo do quartel mestre. Julgo tambem inteiramente desnecessario que alem do livro mestre do côrpo

cada campanha tenha seu livro mestre: taes livros mestres já se achão suprimidos no deposito de Aprendizizes Artilheiros. Tambem o livro de distribuição do fardamento poderia ser substituido pela remessa periodica das competentes relações. (Conde, 1872, 1<sup>o</sup> Quesito, p.6)

Finalizando suas observações quanto às questões da escrituração, o conde acrescenta outro elemento à escrituração básica:

[...] embora os conselhos economicos não tenham directamente influido na guerra do Paraguay, visto que em campanha não funcionavão, direi comtudo, de passagem, que sou contrario a essa instituição. Alem dos resultados desmoralisadores que ella pode ter para o caracter e a reputação da officialidade vê-se logo quanto tempo e trabalho deve absorver a escripturação dos cinco livros necessarios ao andamento de taes conselhos, distrahindo-se assim os officiaes de outras occupações mais proveitosas á disciplina e instruções dos corpos. (Conde, 1872, 1<sup>o</sup> Quesito, p.6)

A menção aos efeitos das atividades desses conselhos econômicos preocupou o conde pela morosidade que imprimiam à sua execução em si e aos demais serviços da guerra. Tratava-se de conselhos de acompanhamento das compras e gastos executados pelos oficiais diretamente na vanguarda das operações. Cabia ao oficial superior presidir, gerenciar e, com alguns poucos auxiliares, proceder à escrituração. Quanto a sua relação com os funcionários da fazenda no período em que atuou no Comando em Chefe, o conde esclarece que,

[...] não tive motivo para me queixar dos empregados de Fazenda que servião sob minhas ordens no exercito em operações: antes notei n'elles bastante escrupulo, inteligencia e pontualidade no desempenho dos deveres a seu cargo. Se depois do fim da guerra se encontrarão difficuldades para ajustar as contas com os fornecedores, não foi isso devido áquelles empregados mais sim ao systema seguido e tambem á ignorancia e desleixo dos Quartéis Mestres dos Corpos que não discriminavão os lugares em que se tinham verificado os fornecimentos, englobando em um só documento rações recebidas em diferentes pontos e datando os vales sem outra designação que "Acompanhamento em marcha". (Conde, 1872, 1<sup>o</sup> Quesito, p.6)

Assim, os relatos do conde d'Eu, escritos dois anos após o fim da guerra, permitem dimensionar melhor a importância e os entraves derivados da inexistência ou mau funcionamento do sistema de escrituração, realizado pelas forças brasileiras. No fazer cotidiano da guerra, o funcionamento mínimo de instâncias básicas da burocracia estatal derrapava na precariedade da condução do conflito e solapava uma parcela substancial da eficiência e equidade, desejável em uma força militar de tipo moderno, a exemplo das mudanças que estavam em curso dentre as forças militares europeias e dos Estados Unidos.

## O telégrafo

Na antiguidade clássica, Arquimedes (matemático e inventor grego que viveu entre 287 e 212 a. C.) desenvolveu uma máquina que permitiu aos romanos medir as distâncias. Posteriormente, ela recebeu o nome de hodômetro. Conhecer e dimensionar as distâncias possibilitou uma enorme vantagem ao Império Romano em seu processo de expansão. O fator distância está diretamente relacionado ao cálculo das possibilidades de abastecimento, monitoramento e mobilização de tropas, importantes elementos de um conjunto de fatores comumente designado como logística militar. Das guerras vividas pelos romanos à Guerra do Paraguai, todas as dificuldades impostas pela distância permaneceram como grande desafio a ser vencido. O telégrafo elétrico, assim como a máquina de Arquimedes, foi mais uma invenção que buscava minimizar os transtornos relacionados à distância. Nos meios militares:

O uso da telegrafia em guerra praticamente teve sua origem no conflito da Crimeia, todavia, esta era utilizada apenas para ligar os governos aos seus generais ou os correspondentes de guerra aos seus respectivos jornais. Em campo, ou seja, no ambiente tático, o telégrafo começou a ser utilizado pelos britânicos na repressão ao Motim Indiano, ou Revolta dos Sipaiois, de 1857-58, e pelos franceses na sua Campanha da Itália, de 1859, contra a Áustria. Todavia, foi na Guerra da Secessão que a te-

legrafia, tanto em comunicações estratégicas quanto nas táticas, ganhou maturidade e projeção. (Ross apud Gonçalves, 2009, p.74)

O telégrafo figurou, nos anos finais das operações no Paraguai, não apenas por ter sido utilizado diretamente no conflito (a partir de uma linha construída junto à estrada do Chaco e a partir de Assunção, acompanhando a linha férrea recuperada), mas também por ser uma tecnologia em franca expansão no mundo naquele período. Até praticamente abril de 1867, o telégrafo ainda não havia sido utilizado pelos aliados e só após Caxias assumir o comando das forças imperiais essa situação começou a mudar; enquanto isso, as forças paraguaias já faziam uso da telegrafia entre suas principais bases e a capital paraguaia. De acordo com informações veiculadas pelo *Jornal do Commercio*, periódico do Rio de Janeiro, o governo imperial estava ampliando os investimentos em linhas telegráficas no Brasil, algo que agilizava o trânsito de informações e, conseqüentemente, de mercadorias. Segundo informações do citado jornal, o Brasil possuía 266 léguas de cabo telegráfico em 1868 (Jornal 1869a), conforme disposto no Gráfico 3.6.

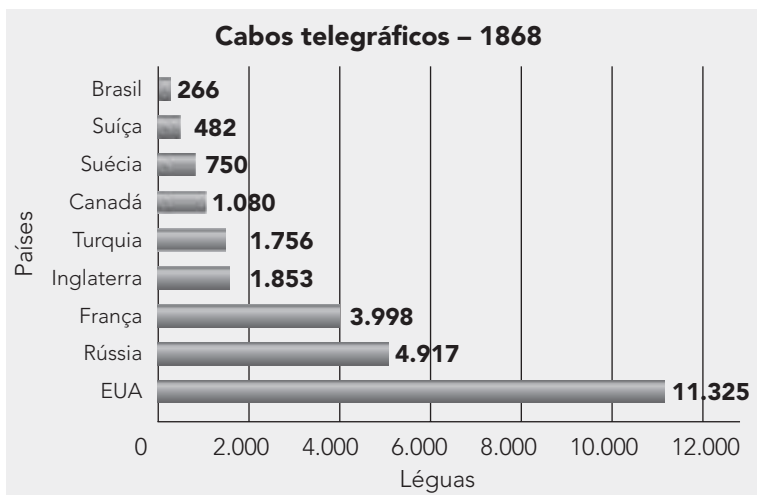


Gráfico 3.6 Cabos telegráficos em léguas, 1868. As distâncias, expressas em léguas no gráfico, correspondem a aproximadamente 1.596 quilômetros, no caso do Brasil, e 60.000 quilômetros quanto aos Estados Unidos. (Jornal 1869a)

Destarte, dadas as possíveis imprecisões nos dados apresentados pelo periódico, trata-se de um importante e decisivo avanço tecnológico em processo de implantação no Brasil, especialmente a partir de 1852. Assim,

[...] em meados do século XIX, o telégrafo elétrico foi apresentado aos brasileiros como uma tecnologia engenhosa capaz de transportar o pensamento humano através do ar, por meio da eletricidade. Levadas por fios metálicos e condutores, as ideias poderiam circular rapidamente pelos lugares mais distantes impulsionadas pelo “fluido elétrico”. Surgiu um invento técnico que prometia encolher o mundo e transportar mensagens através de continentes e oceanos, numa velocidade de 25 mil quilômetros por segundo. (Maciel, 2001, p.128)

A novidade rapidamente impressionou a população. A implantação e a expansão do telégrafo elétrico dinamizaram a transmissão de informações, especialmente de correspondentes jornalísticos que atuavam em Montevidéu e Buenos Aires. O telégrafo, como novidade tecnológica, teve a guerra como campo de testes, de forma que

[...] a utilidade do telégrafo só seria comprovada no “teatro da guerra” com o Paraguai, onde as linhas telegráficas montadas para a campanha mostrar-se-iam eficientes para orientar o rápido avanço das tropas e para a redefinição das estratégias militares. Aqui, ao contrário do que ocorreu na Europa, foi a experiência extrema da guerra que tornou evidente a necessidade de comunicações ágeis para a administração do território. A experiência da guerra evidenciou a precariedade das comunicações com o centro-sul do país, a fragilidade da defesa das fronteiras imperiais e, principalmente, quanto o telégrafo poderia auxiliar na solução desses problemas, o que determinou o início imediato da construção de linhas telegráficas, por iniciativa e sob a responsabilidade da RGT [Repartição Geral de Telégrafos], visando unir e integrar as províncias brasileiras. (Maciel, 2001, p.131-2)

De certa forma, as necessidades da guerra e a utilização do telégrafo em campanha serviram para reduzir, substancialmente, as resistências e o descrédito em relação à tecnologia telegráfica pelo

Império. Além disso, sua aplicação como elemento de integração nacional e de rápida comunicação com o exterior foi estimulada, dado que o primeiro cabo telegráfico submarino intercontinental, ligando a Europa à América do Sul (mais especificamente ao Rio de Janeiro), foi inaugurado em 1866, em pleno curso da Guerra do Paraguai. Nesse sentido,

[...] o período entre 1866-1886 é considerado o momento áureo da expansão da rede telegráfica sob o Império. Nesses vinte anos, o Império construiu 10.969 quilômetros de linhas telegráficas ligando 182 estações, capazes de “estretar num sólido e vigoroso laço de fio telegráfico todo o vasto litoral de um ao outro extremo do país”. (Maciel, 2001, p.132-3)

Todavia, cabe ressaltar que a efetiva ligação telegráfica com a Europa só ocorre em 1874, sob a organização do barão de Mauá – feito que lhe rendeu o título de visconde (Maciel, 2001, p.144).

Especificamente em relação à Guerra do Paraguai, no conjunto de eventos de 1868 após a ocupação de Humaitá, segue-se certo período de inação aliada. Em outubro, apenas os encouraçados forçaram a passagem pelas baterias de Angostura. Os avanços foram retomados somente em dezembro, numa série de combates na “Campanha da Dezembrada”, com as batalhas de Itororó (6/12/1868), Avaí (11/12/1868), Lomas Valentinas (27/12/1868) e Angostura (30/12/1868). Na preparação para as ações e para viabilizar tais batalhas, Caxias determinou o contorno pelo flanco direito do inimigo e encarregou o marechal Argolo de iniciar a construção de uma estrada militar através do Gran Chaco (a famosa estrada do Chaco), com pouco mais de dez quilômetros de extensão.

Esse caminho agilizou sensivelmente o deslocamento das tropas que se envolveram nessa série de batalhas. Como diz Richard Francis Burton, em suas cartas sobre López, nessa campanha:

[...] rechaçado pela combinação de Exército e couraçados ele mudou sua linha de referência para o norte, até encontrar uma posição facilmente defensável. Assim, obrigava os invasores a atravessar o Gran Chaco, abrir uma estrada através de pântanos, construir pontes sobre correntes

e passar por todas as agruras de uma terra sujeita à malária e infestada de mosquitos e outras pragas. (Burton, 1997, p.80)

Concomitantemente à construção da estrada, foi realizado um serviço de posteamento e extensão de uma linha telegráfica em pleno teatro de operações militares. O estabelecimento de linhas do telégrafo era encargo da engenharia. No relato do visconde de Taunay, em seu *Diário do Exército*, de 5 de maio de 1869, lemos que:

Diversos telegramas, anunciando uns a chegada de vapores de Montevideu e de Buenos Aires, outros pedindo ordens e transmitindo disposições de detalhes, são remetidos de Assunção. A telegrafia tem prestado excelentes serviços e trabalha incessantemente, sendo raros os desarranjos nas máquinas eletromagnéticas ou na linha de fios que a atividade do oficial engenheiro imediatamente dispõe, utilizando-se dos postes deixados pelos paraguaios no seguimento da estrada de ferro (estes postes são de lapacho ou pau de arco, faceados nas proximidades das cidades; algumas vezes são simplesmente de carandá. Todos eles estão solidamente fincados e alguns conservam ainda os seus isoladores. Em diversas estações foram encontrados grandes rolos de fios). (Taunay, 2002, p.42)

No trecho de estrada de ferro entre Taquaral e Pirayu, que permanecia em bom estado de conservação, segundo Taunay,

[...] os fios telegráficos foram tirados: entretanto quase todos os postes haviam ficado, de modo que com brevidade foi pelo hábil engenheiro Alvaro Joaquim de Oliveira corrida nova linha, estabelecendo-se a imediata comunicação com a cidade de Assunção. (Taunay, 2002, p.61)

Ou seja, a estrutura telegráfica paraguaia foi rapidamente identificada como de grande importância estratégica para as forças aliadas e reparada para pronto emprego, somando as linhas telegráficas já disponíveis que ligavam a capital paraguaia à Argentina, ao Uruguai e ao Brasil.

O telégrafo passou a ser um importante meio de comunicação ao fim do conflito. Por ele, chegavam e eram enviadas as notícias, a exemplo do que descreve o visconde de Taunay em 23 de abril de 1869:

De Assunção mandaram diversos telegramas, anunciando: um a chegada de duas peças Withwort de calibre 2 que serão enviadas com a possível brevidade; outro a vinda do chefe Elisiário do Alto Paraná, e um terceiro a partida dos ajudantes-de-ordens, Capitão-de-Fragata Salgado e Tenente-Coronel Luiz Alves, que seguem para Buenos Aires a ativarem o mais possível a remessa de cavalos, sobre a qual tanto se tem instado. (Taunay, 2002, p.29)

A transmissão e troca de telegramas conheceu um crescimento surpreendente nos anos finais da guerra. O controle sobre a rede ferroviária paraguaia dinamizou a utilização e constante manutenção da rede telegráfica que corria paralela à linha férrea. Desse modo, os investimentos para recuperação e manutenção da rede ferroviária no Paraguai e da estrutura de telégrafo se tornaram altamente estratégicos para as forças aliadas. A preocupação com a vigilância e a manutenção das estruturas férreas e telegráficas passaram a ser uma constante. Prioritariamente, vinha a atenção com a linha férrea, pois ela não garantia apenas os deslocamentos de efetivos, mas também o envio e recebimento de víveres. A manutenção da estrutura telegráfica tornava-se, assim, uma consequência direta da integridade da rede ferroviária. Em 1<sup>o</sup> de maio de 1869, Taunay relata que “[de Assunção anunciou-se a chegada do vapor *Annicota*, que conduz de Humaitá 1.000 praças saídos do hospital e trem bélico, assim como a do *Presidente*, que trás de Buenos Aires uma locomotiva, seis vagões e fios elétricos para o telégrafo” (Taunay, 2002, p.37). Com efeito, Taunay descreve em diversas passagens de seu *Diário do Exército* os esforços das forças comandadas pelo conde. O objetivo era manter o funcionamento da ferrovia e da telegrafia pelo dinamismo que esses meios fomentavam no trânsito de tropas e informações sobre a guerra.

A telegrafia, para fins exclusivamente militares, se mostrou eficiente na Guerra do Paraguai. Todavia, tal eficiência se prestou quase que totalmente ao imediatismo das necessidades do conflito. Somente em 1875, após o fim da campanha do Paraguai, surge, no relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, a preocupação do ministério em estruturar uma companhia de telegrafistas militares. Segundo o relatório,

[...] para que, porém, fique elle regularmente organizado em nosso Exercito, e possa na occasião precisa produzir resultados efficientes, acho conveniente a creação de uma Companhia de Telegraphistas Militares, organizada sob as seguintes bases: Compôr-se-há ella de um commandante, quatro officiaes subalternos, commandantes de secções, oito officiaes inferiores para chefes de turma e para telegraphistas, dezeseis cabos de esquadra, sessenta e quatro soldados e dezeseis conductores. (Junqueira, 1875, p.19)

A guerra mostrou, nesse sentido, a necessidade de tais investimentos. No entanto, a mesma página do relatório cita como exemplo de utilização necessária e bem-sucedida da telegrafia na guerra as campanhas da Abissínia (1868), da Itália (1861), da Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1860-4), da franco-prussiana (1871-2) e, por último, a campanha do Paraguai. Esta, quanto à situação da telegrafia militar, teve menos relevância que as experiências europeias. Fica subentendida aí a desvalorização da própria experiência militar brasileira no Paraguai, que, por si só, bastaria para justificar maiores investimentos na tecnologia telegráfica. Contudo, os exemplos europeus parecem ter um apelo qualitativamente melhor do que a própria vivência nacional.

O Mapa 3.1 mostra, em vermelho e azul, a extensão de cabos telegráficos instalados em território paraguaio. O trecho em azul corresponde a uma linha telegráfica instalada pelos paraguaios, com finalidades militares, entre Assunção e Villeta, em 1864, que se estendeu até Cerrito, em 1865, porém, com o recuo das forças paraguaias esta foi desmontada para que não caísse em mãos aliadas. Os aliados, por sua vez, aproveitaram o traçado da ferrovia já existente no Paraguai para recompor trechos de ligação telegráfica e criar novos trechos, de forma a ampliar o potencial de controle sobre as localidades já livres do controle de Solano López. Os demais pontos mostrados no mapa indicam localidades percorridas e conquistadas pelos aliados quando no enalço de Solano López, adentrando no interior paraguaio.



Sua instalação, porém, era muito prestigiada. Em 28 de outubro de 1869, em carta particular ao conde, Paranhos esclarece um desses momentos. Segundo o futuro visconde do Rio Branco, “o material do telegrapho já seguiu, ficou o Sr. Alvaro com os seus dezesseis cavallos, o Sr. General Polydoro tem cuidado de dar-lhe transporte. Eu estou ancioso por saber que já há telegrapho do Rosário até S. Estanisláo” (Paranhos, 1869q).

Como diz Paranhos, ávido pela rapidez das comunicações via telégrafo, entre 1869 e 1870 todo esforço ou incremento técnico que levasse ao fim da guerra agradava a todos os implicados. Mesmo assim, os avanços conseguidos com instalação e manutenção de uma linha telegráfica no teatro de operações militares não foram levados adiante no pós-guerra com a intensidade e importância com que o desenvolvimento das estruturas e organizações militares do período necessitava. O crescimento da telegrafia no Exército se arrastou e esperou o desenvolvimento da telegrafia em geral no país.<sup>6</sup> A criação da companhia de telegrafistas militares foi sugerida no relatório de 1875 e aguardava apreciação imperial.

Os argentinos, a partir de abril 1869, assinaram vários contratos de construção de linhas telegráficas. Em 1870 a Argentina possuía aproximadamente 836 milhas (cerca de 1.345 quilômetros) de cabos telegráficos em funcionamento e mil milhas (1.609 quilômetros) em construção.

Nas figuras 3.1 e 3.2, é possível distinguir alguns elementos de uma estrutura telegráfica instalada no acampamento de Rosário em 1870. Na Figura 3.1, vemos o cabo teleográfico e, na Figura 3.2, o poste teleográfico.

---

6 O telegrama rapidamente se tornou um eficiente meio de comunicação. São muito comuns, na troca de correspondências entre os principais personagens que comandaram a guerra, as referências ao envio e recebimento de telegramas. As menções aos telegramas em geral não trazem mais detalhes sobre seus procedimentos de envio e recebimento quando feitos em campanha nem se verifica preocupação maior com o sigilo das informações que vão e vêm como elemento estratégico ou como forma de melhorar sistematicamente a comunicação.



Figura 3.1 Cabo telegráfico no acampamento aliado em Rosário. Fonte: Museu Imperial/Ibram/MinC.



Figura 3.2 Poste telegráfico no acampamento aliado em Rosário. Fonte: Museu Imperial/Ibram/MinC.

As figuras 3.1 e 3.2 fazem parte de uma sequência de cinco que mostra o acampamento de Rosário antes de receber as tropas e, posteriormente, com a presença delas. Nessa sequência de figuras destacamos as duas aqui apresentadas, nas quais é possível reconhecer os elementos indispensáveis de uma instalação telegráfica, nesse caso

os postes e o cabo telegráfico instalados no acampamento. Tratam-se de raros exemplos de imagens que nos permitem identificar a efetiva utilização desse moderno meio de comunicação como parte do aparato logístico mobilizado para guerra.

O próprio Caxias, em 1877, ao considerar a importância do telégrafo militar, relata que:

Os resultados que delle obetivemos na campanha do Paraguay tem feito com que o Governo brasileiro preste a maior attenção a este assumpto; assim é que tendo já mandado fazer aquisição do preciso material, e habilitar-se alguns officiaes em tal especialidade na Repartição de Telegraphos do Ministerio da Agricultura [...] Concordando com o que expendeu o meu antecessor em seu relatório de 1875, julgo conveniente a criação de uma companhia de Telegraphistas Militares, que deverá fazer parte do Batalhão de Engenheiros. (Caxias, 1877, p.21)

Sobre a utilização dos telegramas, numa de suas cartas a d'Eu, Paranhos informa que “as noticias dos nossos triumphos teem soado por meio de telegrammas que expeço pelo Rosario para Buenos Ayres, além das communições directas” (Paranhos, 1869o). As vantagens proporcionadas pela agilidade de comunicação das linhas telegráficas e da utilização das linhas férreas foram, em grande medida, anuladas ao longo da guerra – em especial, na sua fase final – por causa dos problemas de gestão administrativa no trato com as informações, nas deficiências de suporte e manutenção, no funcionamento de uma estrutura civil que descompassava da estrutura militar e no extravio de pedidos de compras e das ingerências políticas em todas as instâncias.

As necessidades da guerra, contudo, contribuíram para acelerar a implantação e a extensão da rede telegráfica elétrica de uso geral em território brasileiro. Com isso, as desconfiças em relação ao telégrafo elétrico foram vencidas à medida que se ampliava a extensão da linha telegráfica. Em 1865, já estava em funcionamento na Corte uma oficina para conserto de aparelhos telegráficos e, em 1866, uma linha de telégrafo já ligava a Corte ao Rio Grande do Sul. Em 1870, já havia cerca de 2 mil quilômetros de linhas telegráficas instaladas no Brasil (Silva; Moreira, 2007, p.47-62). A instalação, em territó-

rio brasileiro, dos equipamentos ligados a telegrafia seguiram “a repetição de um certo padrão encontrado no mundo todo, que era a contratação de pessoal experiente, normalmente, europeu ou norte-americano” (Silva; Moreira, 2007, p.51), ao passo que na Guerra do Paraguai esses equipamentos foram manejados e instalados sob a orientação de engenheiros brasileiros. Após o término da guerra, a estrutura para telegrafia se expandiu com a criação e atividades da empresa The Western & Brazilian Telegraph Company.

## O corpo de transporte terrestre

Da rapidez do telégrafo ao deslocamento de homens, equipamentos e mercadorias por terra, destoavam os meios e sobravam problemas. Um dos entraves ao abastecimento por terra, além da utilização do gado bovino encontrado ou tomado na sequência das batalhas e do avanço das tropas, deu-se com a disposição de linhas de suprimento muito longas, o que dificultava, sobremaneira, o abastecimento da vanguarda. Faltava às forças brasileiras terrestres um esquadrão de transportes devidamente organizado, segundo o general Guilherme Xavier de Sousa. Como resposta a essa preocupação organizacional, só em 1865 formou-se um esquadrão de transportes que deveria existir, no Sul, desde 1860. Somava-se a essa dificuldade o fato de as forças imperiais disporem de uma artilharia com peças extremamente pesadas e seu transporte não ser feito por muares, como em outros exércitos do período. Nas forças brasileiras, esse transporte era feito por cavalos ou parselhas de bois.

O êxito da “Campanha da Dezembrada”, ao fim de 1868 e, depois, ao chegar à Assunção deixou como rastro uma série de dificuldades no transporte terrestre. Desse modo, meses depois o conde d’Eu, a 23 de abril de 1869, ordenou que

[...] o mesmo Chefe-de-Esquadra [Elisiário, do Alto Paraná] foi por Sua Alteza encarregado de despachar o primeiro transporte disponível, com o pessoal idôneo, a fim de recolherem-se, nos campos de ação e anti-

gos acampamentos entre o rio Tebicuary e Assunção, todos os objetos que constam terem sido abandonados por falta de condução durante as penosas marchas de setembro a dezembro do ano próximo passado [1868]. (Taunay, 2002, p.29)

A Tabela 3.1 mostra dados do início de fevereiro de 1869. Em abril de 1869, logo que o conde d'Eu chegou ao Paraguai para assumir o comando das forças aliadas, no relato do visconde de Taunay contava-se com um efetivo de 18.340 homens. Desses, 284 compunham o corpo de transporte e 489, o batalhão de engenharia (Taunay, 2002, p.24). Verificava-se, portanto, um efetivo muito pequeno para os serviços de transporte terrestre.

Tabela 3.1 Mapa da força pronta do Exército em operações contra o governo do Paraguai, em 9 de fevereiro de 1869. (História, 1871, p.163)

<b>1º Corpo</b>						
	Oficiais	Praças	Soma	Oficiais	Praças	Soma
Corpos especiais	98		98			
Cavalaria	336	3.228	3.564	886	9.629	10.515
Infantaria	452	6.401	6.853			
<b>2º Corpo</b>						
Corpos especiais	100		100			
Cavalaria	146	1.184	1.330	727	8.268	8.995
Infantaria	481	7.084	7.565			
<b>Força avulsa</b>						
Brig. de artilharia	90	1.482	1.572			
Bat. de engenheiros	24	458	482	171	2.613	2.784
<b>Corpo de pontoneiros</b>	<b>26</b>	<b>220</b>	<b>246</b>			
Corpo de Transportes	31	453	484			
Brigada de infantaria auxiliar a divisão oriental				87	1.350	1.437
<b>Soma geral</b>				1.871	21.860	23.731

Algumas soluções se apresentaram, dentre os despojos de guerra repartidos entre Brasil e Argentina com base em dispositivos do Tratado da Tríplice Aliança. Uma delas foi ter favorecido o deslocamento de mercadorias, pessoas e equipamentos em território inimigo por meio da rede ferroviária paraguaia e o que restou de sua maquinaria após a conquista de Assunção. De acordo com o relato de Taunay, no *Diário do Exército*, em 25 de maio de 1869,

[...] na estação de Pirayu encontram-se os restos de uma locomotiva, que fora completamente desmanchada e cujas peças mais importantes ou tinham sido atiradas ao arroio ou transportadas para as fundições que o ditador mantém nas suas montanhas. Uma outra quase completa e só com os êmbolos sacados e os freios arrancados achava-se na estação de Cerro Leon, suspensa dos trilhos por dois macacos para mais facilmente ser destruída. Além desta máquina, existiam seis vagões em bom estado, três dos quais foram mandados, por causa do comparecimento do Regimento S. Martin, entregar ao General Mitre, por serem despojos arrecadados por força unida das duas nações, conforme o protocolo em apêndice ao tratado da Tríplice Aliança. (Taunay, 2002, p.59)

Ainda, de acordo com os relatos de Taunay, no dia seguinte, prosseguindo no avanço ao interior do Paraguai, logo após os achados ferroviários na estação de Pirayu, outras composições foram encontradas mais adiante, na estação de Paraguay. Assim, no dia 26 de maio de 1869,

[...] na estação foram encontrados 29 carros de condução, três vagões de primeira classe, nove de segundo, três de terceira, um de cargas com bordas, dois pequenos de aterro e seis de cargas ainda não acabados. À meia légua para cá da estrada achava-se uma ponte de 40 palmos de vão destruída pelo fogo, tendo sido outro pontilhão inutilizado pela queima dos encontros. Difícil era, pois, a vinda de todos esses carros para Pirayu; entretanto, a atividade e inteligência do capitão de Engenheiros Jeronymo de Moraes Jardim, que acompanhara a expedição, venceram perfeitamente tais tropeços, e por meio de pontes volantes e mui ligeiras pôde todo o trem vir se reunir ao já tomado na estação de Pirayu. (Taunay, 2002, p.60)

Desse modo, à medida que os aliados avançavam no encalço de López, logo se verificou o potencial da estrada de ferro e a viabilidade de reativar, com relativa presteza, seu funcionamento, de forma a colaborar com a marcha. Nesse contexto, o transporte de mercadorias, especialmente aquelas destinadas ao abastecimento da vanguarda em combate, a ser feito por terra, era complexo, problemático e ineficiente.

Sobre as necessidades de um corpo de transporte devidamente organizado, em 1872, o conde d'Eu esclarecia que

[...] foi também muito sensível na guerra do Paraguay a falta de um corpo de transporte que tivesse a seu cargo as bestas destinadas á condução da reserva de munições quer para infantaria quer para artilharia e ao transporte de qualquer outro material necessario ao exercito. Tal corpo teve de ser creado por meus antecessores e organizado com praças e officiaes da guarda nacional: o seu serviço apresentou pois os mesmos defeitos que acabo de mencionar ao fallar da conservação dos animaes da cavallaria, e estes inconvenientes formarão por vezes um lamentavel contraste com o estado dos corpos da artilharia sempre prompta nos ultimos tempos da guerra para qualquer serviço. Creio pois que deve ser adicionado ao quadro do exercito um corpo d'esse genero que tenha por missão, por occasião dos preparativos para uma guerra, receber, amansar e tratar os animaes necessarios á condução de trem bellico e ter guarda do respectivo material. Seus officiaes não carecendo de outras habilitações que as da arma de cavallaria penso que devem pertencer a esta arma, cujo quadro deve, n'esse caso, receber o correspondente augmento. (Conde, 1872, 1º Quesito, p.10)

Verifica-se, no relato do conde, que o componente central dos problemas com o transporte terrestre estava no tipo de animal utilizado para tração. Bois e cavalos mostraram-se inadequados, fosse pela pouca força ou pela lentidão no deslocamento.

Terminada a guerra, em 1870, ainda em 1875 a Comissão de Melhoramentos de Material do Exército nada havia definido acerca da criação de um corpo especial de transportes para o Exército (Junqueira, 1875, p.16). O transporte constituía-se de pesadas car-

retas puxadas por bois, de tração difícil e morosa, impróprias para estradas construídas sem as mínimas condições técnicas. As carretas eram utilizadas na condução de feridos, como ambulâncias, para transporte de “trem de pontes”, de material de sapa, munições de boca e de guerra. No Relatório dos Negócios da Guerra de 1875, a comissão ainda discutia um projeto de implantação de um corpo e esquadrões de transporte com base em um projeto apresentado pelo coronel José Joaquim de Lima e Silva fundado no sistema norte-americano. Com as adaptações sugeridas pela comissão, este serviria para atender a um exército regular de 32 mil homens em tempo de guerra. As adaptações trabalhadas pela comissão teriam se baseado nas dificuldades vivenciadas na Guerra do Paraguai, e o projeto aguardava a chancela do imperador e verbas para sua execução (Junqueira, 1875, p.18). Pelo projeto apresentado em 1875, o corpo de transporte ficaria sediado na Província do Rio Grande do Sul, com mais dois esquadrões – um em São Paulo, outro no Amazonas – vinculados à arma de cavalaria e diretamente ao Quartel-Mestre-General, quando em campanha. No relatório de 1877, a questão ainda permanecia sem resolução. O próprio Caxias, então ministro da Guerra, relata que:

Escusado é encarecer-vos a urgente necessidade que há de melhorar o systema de transportes do Exercito: o ultimo Relatório do meu illustre antecessor vos mostrou quanto convém dar outra organização a esse ramo de serviço, e vos deu notícia do projecto que para esse fim foi elaborado pela Comissão de Melhoramentos, a quem o Governo havia encarregado de estudar essa questão, tendo em vista uma memória apresentada pelo Coronel José Joaquim de Lima e Silva. Na campanha que ultimamente sustentamos no Paraguay, tive occasião de reconhecer quanto são imperfeitos e incompletos os meios de condução usados no Exercito; e uma vez que no trabalho apresentado por aquella Comissão tem o Governo uma base segura para dar uma organização mais conveniente a essa parte do serviço, só me resta pedir-vos que concedais os meios para levar a effeito esse melhoramento, e para esse fim vos será apresentado opportunamente o respectivo orçamento. (Caxias, 1877, p.20)

Assim, mesmo com Caxias tendo vivenciado *in loco* toda a dificuldade relativa à estruturação e ao funcionamento de um corpo de transporte terrestre eficiente, finda a guerra ficaram os problemas a serem corrigidos, e pouca foi a iniciativa do Império, especialmente em termos de dotação orçamentária para realizar os melhoramentos necessários. Nessa fase do conflito, com a interiorização das forças aliadas e a distância dos grandes rios, a atuação da Marinha restringia-se ao apoio logístico. Assim, além do transporte terrestre, o envio constante de efetivos ao Paraguai aumentou, substancialmente, o transporte por navios. Com isso, as companhias de navegação privadas que cobriam o trecho entre o Rio de Janeiro, Montevidéu, Buenos Aires e, posteriormente, Assunção, ampliaram significativamente seus lucros. O transporte de pessoas e mercadorias por navios era razoavelmente eficiente, especialmente no transporte fluvial ponto a ponto, entre portos seguros, como foi o caso de linhas entre Rio de Janeiro e Montevidéu, Rio de Janeiro e Buenos Aires, Montevidéu e Buenos Aires, Montevidéu e Corrientes, Buenos Aires e Corrientes e, após a conquista de Assunção, entre Montevidéu e Assunção, e Buenos Aires e Assunção, conforme ilustrado no mapa 3.2. Nas palavras do visconde de Ouro Preto:

Numerosos vasos de vela ou a vapor, pertencentes uns ao Estado e outros fretados, partiam constantemente do Rio de Janeiro para o ancoradouro da esquadra e vice-versa, de modo que eram frequentes as comunicações entre a sede do governo e os que a tamanha distância se batiam pela causa nacional. Cumpria, porém, torná-las periódicas, em dias certos e determinados, para maior regularidade e facilidade dos fornecimentos. Assim se fez, estabelecendo-se uma linha de transportes quinzenal, zarpando simultaneamente os vapores da esquadra para a capital e desta para o lugar em que se achasse o navio almirante, nos dias 15 e 30 de cada mês, de modo que cada vapor demorar-se-ia nos dois pontos terminais alguns dias, durante os quais poderia receber os reparos de que precisasse, a carga e passageiros que devesse conduzir. (Visconde de Ouro Preto apud Fragoso, 1960, p.252)

Os percalços com o transporte terrestre, especialmente naquilo que atendia à infantaria e artilharia na fase final do conflito, sob o co-

mando de d'Eu, conheceu melhorias, em particular na velocidade e celeridade de seu fluxo, em função da recuperação e da utilização de trechos da rede ferroviária construída antes pelos paraguaios. Carretas, carros e armões tracionados por cavalos e bois eram onerosos e dependiam de um fornecimento regular de animais para seu serviço, dadas as constantes perdas desses animais por doenças, maus-tratos e nos combates em si. Mesmo ante a necessidade premente de tais serviços, passou-se todo o período da guerra com arranjos improvisados e diferenciados, de acordo com a organização implementada pelos generais e seus comandados. A logística de abastecimento e transporte terrestre estava distante da eficiência necessária, e os atrasos e a falta de fiscalização contribuíam, das pequenas às grandes instâncias, para prolongar a duração do conflito.



**Mapa 3.2** Principais pontos de suporte logístico para deslocamento por mar e rios. Fonte: Arquivo pessoal.

Resumidamente, podemos constatar que o Brasil teve sua economia intensamente afetada pelo prolongado conflito, fato particularmente vinculado ao amplo esforço logístico mobilizado e gerenciado pelo Estado para suprir as demandas da guerra. Esse esforço, por sua vez, na fase final da campanha se diluía em diversos fatores que impediam a superação, mesmo transcorrido longo tempo de experiência e aprendizado prático, de toda uma série de dificuldades que persistiram até o fim desse evento bélico. Concorriam para a persistência dessas dificuldades a inexperiência e os desarranjos do aparato administrativo, a exemplo dos entraves perceptíveis por meio dos regulamentos internos de determinadas repartições, compreendidos em sua inexistência ou inadequação, nos problemas com o fluxo de correspondências e informações, nas dificuldades técnicas e posterior descaso com o potencial estratégico da telegrafia militar e, por fim, nos desacertos quanto à implementação de um corpo de transporte terrestre eficiente, a partir do momento em que o distanciamento dos grandes rios inviabilizou a logística por essas vias. Esses elementos, no todo, contribuíram para a extensão da duração do conflito e, de forma indireta e variável, repercutiram nas decisões e ações do comando militar e nas gestões diplomáticas, para além do controle de seus protagonistas.

## 4

# O CONDE D'EU, A GUERRA E SUAS QUESTÕES LOGÍSTICAS

*Faz-se a guerra quando se quer,  
põe-se-lhe termo quando se pode.*

– Nicolau Maquiavel

A Guerra do Paraguai teve início no final de 1864, após a invasão paraguaia de áreas que faziam parte da Província do Mato Grosso. Mas a intensificação do conflito ocorreu efetivamente a partir de 1865. Os anos de 1865, 1866 e 1867 foram de grandes e trágicas batalhas, intercaladas por longos períodos com pouca ação entre os contendores. Todavia, os combates ao longo desses anos marcaram a reconquista de territórios brasileiros e argentinos e o avanço das forças da Tríplice Aliança, revertendo a situação de uma conjuntura defensiva para um avanço ofensivo sobre os efetivos paraguaios. De acordo com o Tratado da Tríplice Aliança, a guerra somente seria encerrada sob certas condições e perante o atendimento de alguns pleitos, especialmente aqueles relativos a questões fronteiriças e à navegação nos rios da região. A guerra só findaria, por exemplo, com a deposição ou morte do presidente paraguaio Francisco Solano López – e tanto o Brasil como a Argentina cobijavam consideráveis extensões de terra que os paraguaios consideravam suas. De acordo com o artigo 6º do Tratado da Tríplice Aliança:

Os aliados se comprometem solenemente a não deporem as armas senão de comum acordo, e somente depois de derribada a autoridade do atual governo do Paraguai, bem como a não negociarem separadamente com o inimigo comum, nem celebrarem tratados de paz, trégua ou armistí-

cio, nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, se não de perfeito acordo entre todos. (Bonavides; Amaral, 2008)

Foi uma guerra cruenta, longa e tremendamente dispendiosa para o Império do Brasil. Uma guerra que trouxe inúmeras inovações – umas técnicas, outras organizacionais –, mas que ainda seguiu os mesmos padrões no que se refere a estratégias e táticas militares da Guerra da Crimeia<sup>1</sup> (1853-6), por exemplo.

Num enorme esforço militar, o Império recrutou homens, ora voluntariamente, ora a pau e corda (Castro; Izecksohn; Kraay, 2009, p.179-208; Carneiro, s.d., p.115-30; Salles, 1990), juntou corpos militares terrestres distintos num mesmo esforço e teatro de operações, caso do Exército de Linha, da Guarda Nacional, dos Voluntários da Pátria e das milícias rio-grandenses. Em 1869, após invadir e adentrar território paraguaio até sua capital, Assunção, Caxias – o oficial brasileiro de maior prestígio com o imperador e comandante das forças aliadas – considerou cumprida sua tarefa militar, alegando problemas de saúde e retirando-se da guerra. Assumiu seu lugar o marido da princesa Isabel, o conde d’Eu, que conduziu as operações até a morte do presidente paraguaio, Francisco Solano López, pondo fim ao conflito.

Alguns autores, na análise da geopolítica platina de meados do século XIX, asseveram a preocupação do Império quanto a uma “situação de inferioridade estratégica no contexto geográfico convinghante das nações do Prata” (Mello, A.; Mello, N., 1980, p.264) como elemento norteador das ações diplomáticas e militares brasileiras na região platina, ante as dificuldades de acesso por terra à província do Mato Grosso e para reduzir os entraves à navegação pelo sistema fluvial do Prata. As negociações para firmar tratados de livre

---

1 Conflito ocorrido entre 1853 e 1856 envolvendo a Rússia e uma coalizão formada por França, Reino Unido, Piemonte-Sardenha (atual Itália) e Império Turco-Otomano, com o apoio do Império Austríaco, visando conter a expansão russa na região da península da Crimeia (ao sul da atual Ucrânia), no sul da Rússia e nos Balcãs. Derrotada, a Rússia aceitou os termos do Tratado de Paz de Paris, compreendidos na devolução do sul da Bessarábia e da embocadura do rio Danúbio para a Turquia e na proibição de bases navais no mar Negro.

navegação esbarraram nas pendências fronteiriças e pouco avançaram até a eclosão da guerra. Nesse contexto, o conflito toma uma nova dimensão a partir de 1868. Com as tropas paraguaias severamente desarticuladas, os aliados adentraram praticamente até Assunção, tomada em princípio de 1869. O final de 1868 e o princípio de 1869 marcaram a etapa final do conflito; esse período, que vai da finalização das atividades militares contra o inimigo paraguaio até a desocupação total do território paraguaio em 1876, constitui, num recorte temporal, um mosaico de fatos históricos extremamente relevantes para a vida política, econômica, social e militar brasileira.

Os anos entre 1868 e 1870 pareceram uma eternidade para os homens que faziam a guerra no Prata. Após muita ação e muito avanço até quase a derrota completa das forças paraguaias no final de 1868, a condução da guerra pareceu perder força com a saída de Caxias, de tal forma que “a guerra não acabou e a guerra não continua: tal é em synthese a nossa situação política e militar nas margens do Paraguay” (Guerra, 1869, p.4), resume uma carta anônima publicada em Montevidéu em 1869. Tratava-se de uma crítica ao descontrole e à inação das forças aliadas no Paraguai frente às sucessivas fugas de Solano López. Ainda segundo essa carta:

Como toda guerra de invasão, a guerra que fazemos hoje a López encontra mais obstaculos na muda hostilidade do solo, do clima e dos demais accidentes physicos do que na resistencia que nos possa oppor escalavrado despojo do grande exercito que aniquilamos quasi totalmente. A distancia, o calor, as florestas, os arroios, os pantanaes, as enfermidades, multiplicam em uma proporção assombrosa os fracos recursos do inimigo, e quando se pensa na dificuldade de organizar o transporte de viveres e munições para as tropas expedicionárias; e no apoio moral que decididamente encontra o tyranno paraguayno no representante da União Americana, vacilla um pouco a crença no exito glorioso e *final* desta afadigada campanha. (Guerra, 1869, p.7)

Desse modo, com grande sacrifício, o fim da guerra culminou num período de ocupação militar do Paraguai por tropas aliadas (a maioria brasileira) de 1870 a 1876, período no qual foi negociada e

gestada a composição da nova estrutura política que governaria a república paraguaia.

A fase final do conflito tem, na sua extensão temporal e em suas dificuldades logísticas, os reflexos da condução militar e política da campanha. A nomeação de um jovem comandante revigorou o ânimo da atuação militar brasileira, engessada nesse ínterim pelo cumprimento de uma cláusula do Tratado da Tríplice Aliança. Por consequência, ocorreu a interiorização de forças militares em território paraguaio desconhecido e inóspito aos aliados. De acordo com Izecksohn:

A Campanha da Cordilheira, que se iniciou em abril de 1869, foi longa e desgastante. Enquanto os exércitos da Tríplice Aliança ainda permaneciam parados nas cercanias de Assunção, a presença de López nas montanhas criava um problema para o império. Acreditava-se que daquela posição o ditador paraguaio poderia reorganizar seu exército e voltar ao poder, forçando o império a negociar uma paz que àquela altura seria humilhante. (Izecksohn, 2009, p.413)

Nesse sentido, o transcorrer dessa campanha, a condução militar de d'Eu e as questões logísticas ensejadas nela representaram um dos principais componentes da extensão do conflito para além das expectativas do comando militar e da condução diplomática, cujo desfecho propiciou, conseqüentemente, todo um trabalho político pelo Império para minorar o trauma de longos anos de combate e da morte de Solano López e, ainda, preservar, política e socialmente, um membro da família imperial.

## **A saída de Caxias**

O duque de Caxias, ou Luís Alves de Lima e Silva, nascido a 25 de agosto de 1803 e falecido a 7 de maio de 1880, foi marechal do Exército, presidente das províncias do Maranhão e do Rio Grande do Sul, comandante das forças imperiais e comandante-chefe das for-

ças da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Foi senador, ministro da Guerra, presidente do Conselho de Ministros, barão, conde, marquês, duque e tido como pacificador do Maranhão, de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul; depois foi patrono do Exército brasileiro. Foi Presidente do Conselho entre 1856-1857, 1861-1862 e entre 1875-1878. Também foi ministro da Guerra entre os anos de 1855-1857, 1861-1862 e de 1875 a 1878. Em 1866, foi nomeado comandante em chefe das tropas brasileiras contra López. Foram 26 meses comandando diretamente as forças brasileiras e, em alguns momentos, as aliadas como um todo (Fragoso, 1959, p.188) – segundo o próprio duque, em discurso no senado de 15 de julho de 1870, foram 27 meses (Caxias apud Fragoso, 1959, p.189).

Caxias foi à Guerra em 1866 ao sabor das flutuações partidárias do Império. Chegou à vanguarda das operações com a incumbência de resolver o problema da falta de um comando unificado, além de reorganizar e colocar em marcha as forças brasileiras. A princípio, via Mitre com desconfianças, todavia, tinha uma experiência militar maior que a de seu aliado. Caxias chegou à guerra com amplas reservas e saiu dela profundamente decepcionado.

Em setembro de 1866 deu-se a batalha de Curupaiti, que se transformou na pior e maior derrota aliada na guerra até aquele momento. Essa derrota retardou os avanços aliados até julho de 1867. Nessa batalha, os aliados foram rechaçados com terríveis perdas, especialmente para o Exército argentino. Além das perdas humanas, a derrota causou modificações no comando aliado. Até então, o comando supremo das forças aliadas era nominalmente exercido por Mitre, mas na prática havia muitas divergências e a ausência de um comando unificado. De fato, havia cinco comandos separados entre os aliados, com Osório e Porto Alegre comandando o primeiro e o segundo corpos de exército respectivamente, Tamandaré à frente da esquadra, Flores junto às unidades uruguaias e Mitre no comando da aliança e dos efetivos argentinos. Curupaiti demonstrou, na prática, a necessidade de uma boa estrutura de comando entre os aliados. É justamente nesse momento que o Império nomeia Caxias para sanar o desencontro de comandos nas forças brasileiras.

As mudanças nos comandos, como a saída temporária de Osório e a substituição de Tamandaré no comando da Marinha, acabaram por fortalecer a posição de Caxias.

Para infelicidade do Império, Caxias só conseguiu resultados mais expressivos nos combates e no avanço das tropas em território paraguaio depois que reorganizou as forças terrestres brasileiras, o que levou mais de um ano para se efetivar. Os exércitos aliados só retomaram o avanço, praticamente, a partir de fevereiro de 1868, após Bartolomé Mitre ter passado o comando das forças da Tríplice Aliança para Caxias em 13 de janeiro do mesmo ano. A ascensão de Caxias iniciou uma nova fase no conflito. A participação argentina na guerra diminuiu sensível e progressivamente a partir dessa data. Da mesma maneira, a participação uruguaia, que já era pequena, diminuiu.

Até 1868 havia um panorama no qual o presidente argentino (participando com quase um quarto dos efetivos) era o superior hierárquico máximo, comandando todas as forças da aliança, e Caxias, em segundo no comando geral, comandando a maioria dos efetivos – três quartos. Esse fato repercutia de forma indelével entre a oficialidade brasileira. A justificativa de Caxias para a demora no avanço era a espera pela chegada de novos navios encouraçados, para que a armada imperial pudesse atuar de forma mais segura no conflito. Segundo Doratioto,

[...] a longa duração da guerra – cinco anos – causou desconfianças mútuas entre homens públicos argentinos e brasileiros. Cada parte suspeitava de um suposto interesse do aliado em enfraquecê-la por meio da prolongação da luta. Em 1868 ascenderam ao poder Domingo Faustino Sarmiento, na Argentina, e o Partido Conservador, no Brasil, ambos adversários da política de cooperação entre os dois países. A partir de então, a diplomacia imperial esforçou-se para evitar que a Argentina ficasse com a posse de todo o Chaco Boreal. (Doratioto, 1994, p.62-3)

Foi nesse contexto, sob as ordens de Caxias, que se executaram a manobra de cerco do complexo de fortificações de Humai-

tá e as manobras de flanco, que alguns militares convencionaram chamar de manobra de Santo Antônio, possibilitando um avanço mais rápido sobre o território paraguaio rumo à Assunção mediante as batalhas que ficaram conhecidas como “Campanha da Dezenbrada”. Mesmo durante essa campanha, Caxias teria sacrificado excessivamente os contingentes aliados, por falta de um planejamento tático-estratégico mais cuidadoso, como a escolha dos melhores locais para transpor os pequenos afluentes e investir contra as posições inimigas. Essa mesma série de manobras levadas a termo por Caxias fazia parte, segundo os argentinos, de um planejamento tático-estratégico elaborado por Mitre, quando ele assumiu o comando das forças aliadas. Caxias teria sido, assim, um mero executor de um planejamento preestabelecido. As análises oriundas do meio militar brasileiro tendem a supervalorizar os feitos de Caxias na “Dezenbrada”:

A manobra concebida e executada por Caxias foi uma manobra de ala com movimento envolvente integral em que sobressaíram:

- A surpresa estratégica com o desembarque do grosso na região de Santo Antônio.
- A velocidade, apesar das dificuldades e desconhecimento do terreno e do mau tempo, foi obtida pelo acionamento vigoroso dos meios em Itororó e Avaí, embora o inimigo se defendesse com energia e donôdo. Cumpre ainda ressaltar a busca intensa de informações, quer em relação ao terreno, quer sobre a localização dos elementos inimigos, servindo de base a progressiva elaboração da manobra e eficiente execução. (Lima, 1967, p.69)

No debate historiográfico brasileiro, esse mesmo episódio é descrito por Izecksohn da seguinte forma:

Entre agosto e dezembro de 1868 o Exército brasileiro contornou as trincheiras paraguaias pelo processo conhecido como “marcha de flanco”. Ideia originalmente concebida por Bartolomeu Mitre, a marcha foi executada com precisão por Caxias, apoiado em seu corpo de engenheiros e no trabalho incessante dos soldados. (Izecksohn, 2009, p.412)

As batalhas dessa campanha ainda ensejam acalorado debate sobre as atitudes de Caxias. Um exemplo disso é a batalha de Itororó, pela oportunidade desperdiçada de tomar aquele reduto com facilidade e com menos perda humana e pela polêmica que envolve a fuga de López, à vista de muitos soldados e oficiais brasileiros, fato que possibilitou ao dirigente paraguaio reorganizar sua resistência e continuar a guerra (Doratioto, 2002, p.374-82). Assim, ao fim de 1868, após a “Dezembrada”, Caxias, comandando todas as forças aliadas, chega a Assunção. Logo no início de 1869, entre 1º e 5 de janeiro, as forças brasileiras ocuparam a capital paraguaia. Tendo consolidado a ocupação da capital guarani, Caxias dá por encerrada sua participação no conflito: amaldiçoa e declara terminada sua participação na guerra, fazendo várias críticas às dificuldades de consecução dos combates e do teatro de operações, externando seu descontentamento com a insana guerra que estava em curso. Mas o conflito ainda não estava encerrado. Segundo Schulz (1994, p.56), “por volta de 1868, os paraguaios sofreram graves perdas de homens, munições e alimentos; mas graças ao seu fanatismo, López conseguiu manter unidas suas tropas quase até a sua morte”. Para Doratioto,

[...] Caxias retirou-se do Paraguai sem esperar ordens superiores, atitude que foi imitada, em fevereiro, pelas cúpulas do Exército e da Marinha. Essa retirada, acrescida do cansaço da guerra por parte das forças brasileiras sentimento aprofundado após os duros combates de dezembro do ano anterior, levaram à imobilização militar até meados de 1869. (Doratioto, 2002, p.383)

Este fato reduz drasticamente o ritmo das operações militares e dá a Solano López a oportunidade de formar um novo Exército paraguaio, uma tropa improvisada e precária, entre janeiro e agosto de 1869. Enquanto Caxias desistia da guerra e Solano López recompunha suas tropas, os percalços do conflito fervilham na imprensa da Corte e, de acordo com Delso Renault,

[...] O fluminense colhe informações contraditórias. Pelos barcos que aqui atracam chegam informações do teatro do conflito. Pululam os

insensatos panfletos sobre o estado das finanças do Império, sobre a morosidade dos exércitos aliados. Sempre mal informada a imprensa estrangeira concorre para excitar os ânimos e confundir a opinião pública. Esses rumores já vinham de algum tempo. Há cerca de dois anos o *Anglo-Brazilian Times* publicara um artigo sobre Caxias. A imprensa da Corte esclarece alguns tópicos insidiosos: mostra como a prolongação do conflito não é devida à inatividade do general em chefe, mas a uma dura necessidade das circunstâncias, que é preciso vencer à custa de novos esforços e sacrifícios. Por outro lado, nada há a recear quanto aos rumores de desentendimento entre o Imperador e o Conde d'Eu. Os boatos se interligam formando uma corrente que não leva a nada. De outra feita, circula o rumor de uma intervenção forçada por parte do governo dos Estados Unidos, com o objetivo de ultimar o conflito. A imprensa desmente, também, a notícia de um comício organizado por nacionais e estrangeiros, no qual o povo pediria ao governo providências para “acabar com o conflito e com a baixa do câmbio”. E necessária a publicação da carta do Visconde de Erval para desfazer a intriga espalhada *urb et orbe* sobre a desavença entre Caxias e Osório. (Renault, 1978, p.292)

A par do que corria na imprensa (Reis, 2008; Pascal, 2007) da Corte com relação à guerra, havia também considerável preocupação do governo imperial, ainda que mal terminada a guerra, com as pretensões argentinas. Mas a saída de Caxias foi uma inesperada e desagradável surpresa para as expectativas imperiais. Ele foi não só um destacado militar, mas também, e antes de tudo, um hábil “general-político” – muitas vezes mais político que general – a atuar na Corte, circulando com desenvoltura no emaranhado dos interesses e jogos políticos daquele contexto. Ao início da guerra, sob a batuta de um governo liberal, ofereceram-lhe o comando das forças brasileiras que atuariam no Paraguai;

[...] mas Caxias condicionou a aceitação do comando à sua nomeação como presidente da Província do Rio Grande (Senado, Anais, 15 de julho de 1869 apud Schulz, 1994, p.66). Como, porém, um presidente provincial controlava os altos postos locais e dominava a política da

região, os liberais acharam impossível aceitar a exigência do general conservador. Após a derrota de Curupaiti, o governo mais uma vez recorreu a Caxias, que aceitou o convite em troca da demissão do ministro da Guerra, Ferraz. O precedente de um general determinar a remoção de um ministro, seu superior, já foi citado como uma das primeiras manifestações de militarismo. Mas tendemos a acreditar que este evento, único na história imperial, foi simplesmente uma jogada política de um senador conservador, cujos talentos especiais eram requisitados pelos seus oponentes. (Schulz, 1994, p.66)

Com isso, Caxias soube caminhar no palco político imperial de forma a determinar o melhor momento e as condições para entrar em cena quanto aos esforços de guerra. No jogo entre liberais e conservadores, Caxias soube, naquele momento, usar a guerra como um estratégico elemento de força política. Em 1868, o gabinete liberal foi substituído por um gabinete conservador. Caxias e a guerra não foram as únicas razões para a troca, mas contribuíram decisivamente para tanto. Caxias acusava o gabinete liberal de não lhe dar o apoio necessário à condução das operações de guerra. Já os liberais se viam de certa forma reféns de Caxias, especialmente por não terem um nome à altura a ser indicado para substituí-lo. Some-se a esse quadro o fato de Caxias conseguir um expressivo avanço nas operações militares ainda em 1868, conquistando a capital paraguaia no alvorecer de 1869.

No desenrolar da guerra, a conquista de Assunção foi motivo de alívio para Pedro II, de tal forma que

[...] foi grande a euforia causada pelo feito, a do imperador maior que todas. Mas ela foi logo substituída por enorme desapontamento quando chegou a notícia de que Caxias decidira declarar a guerra terminada, abandonar o comando aliado e regressar ao Brasil. O general alegava que do ponto de vista militar a guerra já estava vencida, acrescentando razões de saúde. “Não lhe dou o direito de adoecer”, escreveu-lhe irritado D. Pedro. Ao presidente do Conselho, Itaboraí, afirmou ser inconveniente o fim da guerra. López podia reunir mil homens e forçar o Brasil a negociar com ele “depois da afronta que ele nos fez e das crueldades que

praticou contra tantos brasileiros”. Em carta particular a Osório, Caxias deu outras razões para seu comportamento: “Já estou safo do comando do Exército”, e assinalou que não achava digno dele “dar caça ao López em sua fuga com o que sobrava de suas tropas e capturá-lo”. No entanto, a tarefa revelou-se muito mais difícil do que o próprio Caxias podia imaginar. (Carvalho, 2007, p.119)

Essa atitude de Caxias aborreceu profundamente o imperador e toda a alta esfera política do governo brasileiro. Porém, mesmo como militar experiente, Caxias não soube avaliar com precisão as implicações estratégicas e táticas de sua decisão, especialmente diante de um inimigo ainda ativo, plenamente capaz de se reorganizar e, naquele momento, dependendo dos encaminhamentos políticos em relação à saída dele, ainda forçar negociações com os aliados. Caxias, consciente de sua atitude, não quis entrar para a história como o general que perseguiu um inimigo tido como vencido, mas acabou marcando seu lugar nela como aquele que abandonou a guerra por se cansar dela.

Posteriormente, a historiografia paraguaia procurou explorar esse momento e a polêmica decisão de Caxias. Segundo um dos exemplos da análise paraguaia, nas palavras de Efraím Cardozo,

[...] así lo creyó Caxías, que en vez de perseguir a los últimos restos del ejército que con López a la cabeza se refugiaron en la Cordillera de Azcurra, prosiguió hasta Asunción, que estaba desguarnecida, donde entró el 5 de enero de 1869. No encontraron un alma. Las fuerzas argentinas acamparon en los alrededores, mientras las brasileñas se entregaban a implacable saqueo, sin respetar templos, sepulcros ni legaciones. Poco después, Caxías abandonó el teatro de operaciones, descontento por la insistencia del Emperador en llevar la guerra hasta la destrucción total del Paraguay.<sup>2</sup> (Cardozo, 1965, p.105-6)

---

2 “[...] assim acreditou Caxias, que, em vez de perseguir os últimos restos do exército que, encabeçado por López, se refugiaram na Cordilheira de Azcurra, prosseguiu até Assunção, que estava desprotegida, onde entrou em 5 de janeiro de 1869. Não encontraram uma alma. As forças argentinas acamparam nos arredores, enquanto as

Pelo relato de Efraím Cardozo, Caxias abandonou a guerra para não afrontar diretamente a Pedro II e por discordar da necessidade de “destruição total” do país inimigo. Por outro lado, na historiografia brasileira sobre a guerra, segundo a perspectiva revisionista, a saída de Caxias é apresentada da seguinte forma:

Ao longo da Guerra do Paraguai, os desacordos entre os comandantes brasileiros normalmente culminavam com o afastamento por motivo de doença. Assim fora com Polidoro, Tamandaré e Osório; era assim agora com o Visconde de Inhaúma que, a 16 de janeiro, passou o comando da esquadra ao Barão da Passagem e viajou para Montevidéu. Na verdade, o afastamento de Caxias veio muito a calhar para a política geral do império. Seu substituto, nomeado a 22 de março, era o conde d’Eu, Luis Felipe Maria Fernando Gastão d’Orleans, genro do imperador e figura notoriamente impopular no Brasil. Num país em que o imperador dispunha de um formidável poder – o poder Moderador – assegurado pela Constituição, a eventualidade do coroamento da Princesa Isabel era temida justamente por causa do marido. Com a guerra ganha, pouco lhe restaria fazer; mas seria sempre o comandante afinal vitorioso. (Lage, 1982, p.253-4)

Nota-se que as duas citações são consensuais apenas na polémica que circunda o abandono ou afastamento de Caxias. No mais, permanecem destoantes as razões que motivaram Caxias a tanto.

Nas incertezas das névoas políticas, logo após a guinada de 1868, com a saída dos liberais e o retorno dos conservadores ao poder, a saída de Caxias da guerra no início de 1869 arranhou sensivelmente a imagem do Império na condução e na conclusão da campanha contra o Paraguai. Esse ato de Caxias foi muito criticado por liberais e conservadores e coincidiu, no âmbito das operações militares, com o retorno de Mitre ao comando *in loco* das forças argentinas, além de gerar mais um período de inação militar até a indicação e

---

brasileiras se entregavam ao implacável saque, sem respeitar templos, sepulcros nem casas oficiais. Pouco depois, Caxias abandonou o teatro de operações, descontente com a insistência do imperador em levar a guerra até a destruição total do Paraguai.”]

chegada do conde d'Eu para comandar as forças brasileiras e finalizar a guerra.

No Rio de Janeiro, o debate e a agitação em torno do assunto tomaram o cotidiano da Corte. Antes mesmo da polêmica sobre Caxias, a sequência de vitórias entusiasmava os leitores. De acordo com a imprensa, segundo Delso Renault:

Com olhos voltados para a zona do conflito a população vive dias de expectativa. Levada pela crença nos rumores oficiais e nas comunicações reservadas, chega a crer que a campanha do Paraguai está decidida. Atrasadas de vários dias, as notícias do conflito confundem os espíritos mais sensatos. Assim se dá há meses com a “notícia faustosa” da tomada de Humaitá. São onze e trinta da noite. O jornal já se acha no prelo – conta do redator. Os paraguaios abandonaram a fortaleza no dia 24 para 25 de julho. A população recebe a notícia no dia 3 de agosto, nove dias após! A uma hora da noite as casas se iluminam. Hasteiam-se bandeiras nas janelas. Estão acesos todos os edifícios públicos. Centenas de foguetes espocam nos céus do Rio de Janeiro deste ano [1869] outros acontecimentos vêm alegrar a alma fluminense. Angostura cai em poder das forças aliadas e López, com o restante de suas forças, se entrincheira em Lomas Valentinas, tendo à sua frente o exército aliado pronto a atacá-lo. (Renault, 1978, p.291)

Conforme a citação acima, a comunicação, pela sua demora e, em muitos casos, pela sua imprecisão, fomenta e aumenta polêmicas quanto ao final do conflito e os personagens nele envolvidos até então. Assim, como relata Delso Renault:

Mal informada, a imprensa estrangeira espalha notícias infundadas: o *Nacional*, de Buenos Aires, diz que “Lopes se rendera à discrição, sob a condição de ser tratado com as honras de guerra”. No dia 7 de janeiro o diário do Rio de Janeiro abre a primeira página com outro fato importante: Caxias desfechara o golpe mortal em Lomas Valentinas! “Viva a nação brasileira! Vivam os aliados!”. López refugia-se num capão de mato, onde se acha cercado. Intimado a render-se, respondeu “que trataria, mas não se renderia. Da minha parte estou disposto a tratar da terminação da guerra, sob bases igualmente honrosas para todos os be-

ligerantes” – diz o ditador na sua resposta – “mas não estou disposto ouvir uma intimação de deposição de armas”. (Renault, 1978, p.292.)

A demora das informações, de certa forma, favorece a Caxias, que só mais tarde é cobrado a dar explicações. Enquanto isso, as informações que circulam na imprensa da Corte são confusas e ao sabor de boataria:

Neste ano de 1869, os boatos fervem. Sua ação é maléfica. O fluminense colhe informações contraditórias. López tentara o suicídio, mas faltou-lhe o ânimo necessário. Em fins de janeiro, outro boato ganha corpo nas casas, nas ruas nas repartições do governo: a corveta americana *Guerrière* não recambiara do Paraguai dois prisioneiros americanos, mas, o próprio López em carne e osso. Como um fio d’água, que se infiltra insidiosamente, o boato circula até entre os Ministros que estão reunidos na Secretaria da Agricultura para tratar da “grave questão internacional”. É inimaginável o efeito da notícia. Durante vários dias, como um segredo que se passa de boca em boca, indaga-se nos salões, nos teatros, e a resposta é segredada sem vacilações: – “É verdade. Não há dúvida. Está aí o López”. (Renault, 1978, p.293)

Com alguma demora, por fim, entre o final de janeiro e meados de fevereiro de 1869, começam a circular na imprensa da Corte e nos periódicos estrangeiros as informações sobre a saída de Caxias. No caso da imprensa brasileira, com agressivos ataques à postura de Caxias e à situação da condução dos esforços de guerra:

Informações procedentes de Humaitá contam que Caxias passara o comando ao Marechal Guilherme Xavier de Sousa e viera a Montevideú “procurar alívio a seus sofrimentos”. Naquela cidade alojara-se numa casa de campo que Mauá põe à sua disposição. O militar está doente e cansado. Caso seus “incomodos prolongassem” tenciona regressar à Corte. Isto ocorre no dia 15 de fevereiro: “a bordo do vapor *S. José* chegou ontem à corte o Marechal de Exercito Marquez de Caxias”. Dias depois Caxias é recebido pelo monarca no Paço de São Cristóvão e condecorado com a medalha do mérito militar por atos de bravura praticados no Estabelecimento, Itororó do Avaí e Lomas Valentinas. Três dias

depois, a bordo da corveta *Niterói*, chega ao Rio o Visconde de Inhaúma, almirante e ex-comandante da esquadra em operações. Mais uma vez, a imprensa estrangeira critica o desempenho do Exército brasileiro, provocando a intervenção de José Cândido Gomes, que defende o soldado brasileiro das injustas e graves acusações contidas no artigo sob o título “Saque de Assunção”. A carta de Cândido Gomes é publicada em Buenos Aires a 21/1/1869 e nela desmentem-se de forma inelutável as levianas acusações. Assunção está deserta e abandonada. Como saqueá-la? (Renault, 1978, p.293)

Num refluxo de nacionalismo, a imprensa brasileira parecia dar mais atenção aos ataques via periódicos estrangeiros do que propriamente à situação da guerra no Paraguai. A impressão do fim do conflito iludiu a muitos. Nesse sentido, a imprensa da Corte procurava aproveitar o máximo possível os cacos de informação que chegavam do teatro de operações. As notícias enviadas por alguns correspondentes de Montevidéu ou Buenos Aires eram fundamentais nesse processo. Mais que isso, junto aos textos desses correspondentes, além das informações sobre os brasileiros em particular, e sobre os aliados em geral, há uma preocupação com as notícias e informações que circulam na imprensa do Prata, especialmente a de Buenos Aires. No regresso de Caxias ao Rio, verificam-se as seguintes informações e reações:

O *colera morbus* assola as forças aliadas na bacia do Prata. Caxias tem o conflito por terminado. O comércio antecipa-se às comemorações. Anunciam-se as “Iluminações a Giorno – Viva o Brazil!! Para festejar as grandes festas da paz que devem ter lugar. Todos! Nacionais! Como estrangeiros! Amigos do Brazil! Devem fazer por antecedência seus preparativos para honrar e festejar a volta do Exm. Preclaro Marques de Caxias” [...]. O comércio vende biografias, hino de victoria, música e poesia de José Vieira de Couto, dedicado a Caxias. (Renault, 1978, p.293-4)

Em sua viagem de retorno ao Brasil, quando Caxias chegou a Montevidéu, conforme relato de Paranhos a Cotegipe, “ao perce-

ber a má impressão que sua retirada do Exército causara, continua o relato, Caxias afirmou que se sua morte assegurasse a captura e a expulsão de Solano López, retornaria a Assunção para morrer” (Doratioto, 2002, p.389). Caxias, que chegou à Corte próximo ao fim fevereiro de 1869, foi agraciado com o título de duque, 24 horas após a nomeação do conde d’Eu para a chefia das forças brasileiras, em 23 de fevereiro de 1869. No dia 22 de março, saía a seguinte publicação:

Hei por bem conceder ao marechal de exercito Marquez de Caxias a demissão que pedio do commando em chefe de todas as forças em operações contra o governo do Paraguay, à vista do soffrimento de moléstia que o impossibilita de continuar n’aquelle comando; louvando-o pelos relevantes serviços que n’elle prestou. O Barão de Muritiba, conselheiro d’estado, senador do Império, ministro e secretario d’estado dos negocios da guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de março de 1869, 48º da independência e do Imperio. – Com rubrica de S. M. o Imperador. – *Barão de Muritiba*. (História, 1871, p.178)

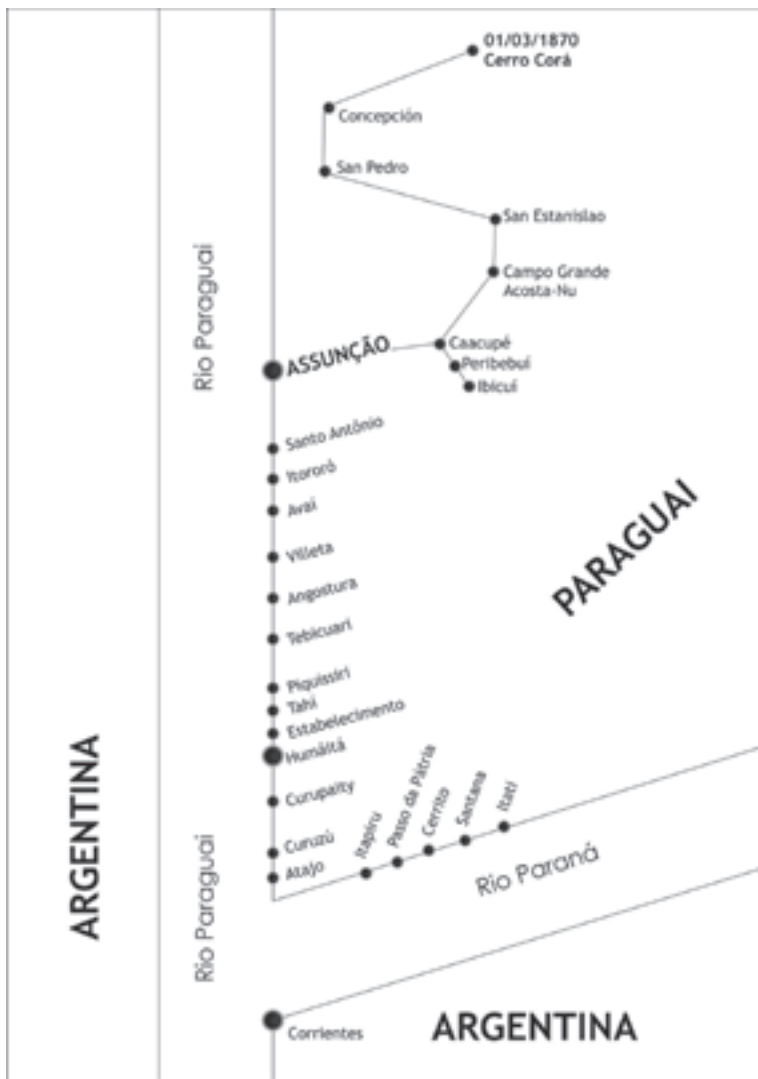
Em julho de 1869, quando interpelado no Senado sobre sua saída, a capacidade de resistência de López e a extensão do conflito, respondeu indagando seus opositores: “Qual foi o ato que pratiquei, quais as forças que mandei retirar das posições em que se achavam, dando por finda a guerra? Não há nenhum” (Fleiuuss, 1942, p.17). Assim, mesmo com críticas por ter avaliado erroneamente o cenário que se delineava para a guerra após a ocupação de Assunção, mesmo continuando a editar ordens do dia a distância ao longo de janeiro de 1869 e tendo deixado em duvidosa situação o marechal Guilherme Xavier de Sousa no comando interino das forças brasileiras, Caxias saiu-se *no e do* conflito em condições de continuar a usufruir de considerável capital político junto ao imperador e à elite política. Exemplo emblemático disso foi sua nomeação, posteriormente, para ocupar novamente o Ministério da Guerra, em meados da década de 1870.

Para Oliveira Lima, ainda que Caxias “declarando finda a guerra ao entrar em Assunção e recusando, por não querer ser ‘capitão do mato’, continuar na perseguição de Lopes que o conde d’Eu levou a termo, procede contra a disciplina” (Lima, s.d., p.424). Noutros termos, a atitude de Caxias pode ser lida como ato de indisciplina, não muito distante daquilo que se via dentre a soldadesca.

Tasso Fragoso defende Caxias. Ele considera injustas as acusações que lhe imputaram. Para esse autor, geravam “mágoa no coração essas acusações mesquinhas e imperdoáveis, feitas a quem acabava de escrever páginas brilhantes e imorredouras da história de sua pátria” (Fragoso, 1959, p.190). De certa forma, Doratioto concorda com Fragoso ao dizer que

Caxias, porém, conseguiu transcender suas limitações, impôs-se grandes sacrifícios pessoais e incorporou em si a responsabilidade de cumprir o *objetivo do Estado monárquico de destruir Solano López, de eliminar definitivamente o agressor*, para que ele não se recuperasse e, no futuro, voltasse a ser ameaça. Essa eliminação também era um alerta a inimigos externos do Império, a mostrar qual seria o preço de uma agressão ao território brasileiro. Nesse contexto, Caxias foi, sim, um herói; trazia em si, é verdade, preconceitos sociais e políticos de sua época, mas não se pode cobrar do passado a observância dos valores do presente. (Doratioto, 2002, p.393; grifo nosso)

O problema foi que Caxias, em que pese sua eficiente atuação militar, não destruiu nem eliminou Solano López como preconizava o tratado. Essa atribuição coube a seu sucessor. Doratioto, numa breve comparação entre ambos, considerou Caxias “mais digno do posto de comandante brasileiro que seu sucessor, o conde d’Eu” (Doratioto, 2002, p.392). Pouco tempo após sua saída, José Maria Paranhos chegou a Assunção, em 20 de fevereiro de 1869, para tratar dos acordos de paz com o novo governo paraguaio e ficou chocado com a condição das tropas brasileiras e a situação de estagnação geral das forças da aliança.



Mapa 4.1 Indicação das localidades percorridas pelos aliados em território paraguai. Fonte: Arquivo pessoal.

## O conde d'Eu vai à guerra

O conde d'Eu, após se casar com princesa Isabel, teve o primeiro contato com o conflito com os paraguaios ainda em 1865, quando acompanhou o imperador Pedro II em viagem à frente de batalha no sul, então invadido. A viagem ocorre entre julho e novembro de 1865. Segundo Barman, “quando Isabel enviou ao sogro uma fotografia [Figura 4.1] de d'Eu com farda de Voluntário da Pátria, ela observou: ‘Na minha opinião ele fica *charmant* [atraente] com essa farda’” (Barman, 2005, p.122). A atenção e o carinho de Isabel pelo conde os mantinham muito ligados. Mesmo com o charme da farda, não era do agrado de Isabel que d'Eu fosse à guerra. Ele, porém, insistia na carreira militar como algo de vocação familiar.



Figura 4.1  
O conde d'Eu,  
fardado, em 1865.

Luis Filipe Maria Fernando Gastão, o conde d'Eu, nasceu em Neuilly, na França, a 28 de abril de 1842. Era príncipe francês de nascimento, membro da Casa Real da França, como parte da Casa de Orléans, segmento cadete dos Bourbon. Em 1855 iniciou sua carreira militar, aos 13 anos de idade, seguindo o curso de artilharia na Escola Militar de Segovia, Espanha, donde saiu com a patente de alferes do Exército espanhol. Em sua primeira grande experiência militar, participou da campanha do Marrocos, em 1859, sob o comando do general Leopoldo O'Donnell (Fleiss, 1942, p.8), destacando-se na batalha de Tetuan, regressando à Espanha ao fim dessa campanha para finalizar seu curso militar, obtendo a patente de capitão.

Dom Pedro II nunca se desatentou a suas pretensões de fortalecer a imagem do Brasil no exterior (Mattos, 2006, p.25). Após acertar as famílias reais do Império do Brasil e da França, o conde d'Eu casou-se com a princesa Isabel, filha de dom Pedro II. Transcorrido o casamento, o conde d'Eu e dona Isabel estavam viajando pela Europa em lua de mel quando forças paraguaias invadiram as províncias brasileiras do Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Dom Pedro II, então, enviou uma carta ao casal em 1865, solicitando a presença do conde no Brasil, mais precisamente que se dirigisse à cidade de Uruguaiana para se juntar ao imperador e às forças brasileiras que promoviam a defesa e a ofensiva brasileira em razão da ocupação paraguaia. O conde d'Eu embarcou para o Rio Grande do Sul em 1º de agosto de 1865, onde presenciou o episódio da rendição de Uruguaiana, posteriormente relatado em diário de viagem publicado com o título de *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* (1981). Por essa obra, posteriormente, d'Eu chegou a ser homenageado com o cargo de presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Retornou à Corte a 9 de novembro do mesmo ano.

O ano de 1869 mudou a essência do conflito. Estava em prática a partir daí não apenas a efetivação da capacidade bélica de conquistar o território inimigo e o submeter ao domínio aliado, mas também e, antes de tudo, o poder de determinar o conteúdo da vida política e econômica posterior à conclusão do conflito (Bonanate, 2001, p.26)

na região do Prata. Cumprir ou não cumprir o que dispunha o Tratado da Tríplice Aliança quanto a Solano López? Caso este escapasse, qual seria sua influência no Paraguai pós-guerra? Aliás, como ficaria o Paraguai pós-guerra? Por essas questões, tão somente a conquista de Assunção não satisfazia os objetivos dessa guerra do ponto de vista do império brasileiro. Os combates estavam longe de terminar, e algumas questões do pós-guerra insistiam em atropelar as prioridades militares. Havia ainda um rescaldo de exército a combater, um governo a ser militarmente vencido, soldados em terra estrangeira que precisavam comer, beber, dormir, deslocar-se e lutar, além de um novo governo a se estabelecer no Paraguai derrotado.

No seu novo cotidiano da vida na Corte, a propósito do casamento com a princesa Isabel, junto com o contrato nupcial foi enviada a assembleia legislativa a proposta de graduação do conde d'Eu como marechal do Exército brasileiro (Correia, 1865). Até a aprovação na assembleia, ainda no fim de 1865, após o retorno de d'Eu do Rio Grande do Sul, ele já havia sido nomeado comandante-geral de artilharia. A situação de guerra, assim, despertou o interesse de d'Eu, que se

[...] redobrava de argumentos, junto ao Imperador, que lhe resistia sempre, para convencê-lo de sua pretensão de partir para o Paraguai, em qualquer carater, embora sem chefia alguma, ou sob as ordens de qualquer comandante, mesmo, no último caso, como soldado. Mas por trás da resistência do Imperador, nesse sentido, outro obstáculo mais forte surgia – o carinho da esposa dona Isabel que não concebia de modo nenhum vê-lo ausentar-se para tão grave risco de vida. (Fleiuß, 1942, p.10)

O primeiro pedido por escrito de d'Eu para se engajar nos esforços da guerra foi feito no dia 13 de outubro de 1866, preferencialmente como oficial de artilharia. Esse primeiro pedido tramitou pelo Parlamento, pelo Conselho de Ministros e pelo Conselho de Estado, sendo negado pelo visconde de Itaboraí, então presidente do Conselho de Estado, e pelo visconde de Muritiba, então ministro da Guerra. A razão para a primeira recusa era evitar que a presença do

príncipe no conflito pudesse vir a significar, no exterior, um desejo de conquistar territórios alheios. A segunda solicitação foi negada sob a alegação de ser inaceitável que o esposo da herdeira do trono estivesse subordinado a um militar brasileiro – nesse caso, Luís Alves de Lima e Silva, marquês de Caxias, recém-nomeado comandante em chefe aliado.

Posteriormente, no dia 17 de março de 1867, o conde encaminhou correspondência aos ministros do Conselho de Estado, solicitando autorização para tomar parte na Guerra do Paraguai. Trata-se de uma nova tentativa do conde de partir para o teatro da guerra. Solicitou, por carta, a dom Pedro II, por duas vezes ao longo do conflito, autorização para combater no Paraguai. Porém, em ambas as ocasiões, para sua grande decepção, o Conselho de Estado votou contra os desejos do conde de ir à guerra. Em uma correspondência ao Conselho de Estado, assim solicita d’Eu:

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sñr Conselheiro d’Estado Visconde de Itaboraahy.

Em presença das circunstancias que obriga o Governo Imperial a fazer, pelo Decreto nº 3809 de 13 do corrente mez, hum novo appello ao patriotismo de um crescido numero de cidadãos, sinto-me impellido a renovar o pedido que em outras ocasiões official ou verbalmente dirigi ao Governo Imperial para prestar meus serviços no theatro da guerra. Em resposta communicou-me o governo, por officio datado de hontem, que saberá ouvir sobre este assumpto o Conselho de Estado. Nestas circunstancias, julgo poder ponderar a V. Ex.<sup>ia</sup> que sempre foi este o objecto [dos meus] mais ardentes desejos depois que a nação brasileira tem se visto empenhada na presente guerra. Tal entendo ser o meu dever desde que o Poder Legislativo tanto me honrou, conferindo-me posto effectivo no Exercito nacional e admitindo me assim no seio da sociedade brasileira, nem poderão portanto estes desejos ficarem extintos emquanto durar a contenda que sustentamos contra o governo do Paraguay, embora elles emudeção nos cazos em que se lhes oppuserem os interesses da nação, aos quaes tudo hei de sacrificar. Tendo-se, depois que o governo imperial por ultima vez julgou de ver recusar meu pedido, dado algumas mudanças no estado das couzas tanto fora como dentro do Brazil, suppus que talvez possão ter desaparecido alguns dos motivos que poderião

n'aquella ocazião actuar sobre a resolução do governo e por isso espero que V. Ex.<sup>ia</sup> não [ilegível] que novamente insista neste pedido.

Deus guarde V. Ex.<sup>ia</sup>

Paço Izabel – 17 de março de 1867

Gastão d'Orléans. (Conde, 1867)

Na sessão do dia 18 de março de 1867, o Conselho de Estado Pleno negou o pedido do conde. Em seu parecer, o conselheiro Nabuco de Araújo assim justificava a negativa:

Não se fundou o Conselho de Estado em que os serviços do príncipe não eram ainda necessários; se fosse esse o motivo o acordo poderia ser hoje outro pelas circunstâncias que porventura se dessem. O Conselho de Estado fundou-se nas incompatibilidades da presença do príncipe no Exército após de outro general ou sob outro general. Esta incompatibilidade ainda se dá; reconheço que o príncipe poderia praticar como já praticou atos de bravura e que a glória que sua alteza adquirisse nos combates, repito, seria mais um prestígio para o reinado da futura imperatriz, porque a glória é o móvel mais poderoso da admiração e do entusiasmo do povo. Já fui de opinião outrora que seria conveniente e muito política a nomeação de sua alteza para general em chefe do nosso Exército, porque a sua qualidade de príncipe imporia saliência às rivalidades dos generais e influências políticas. Nomeado, porém, como está o Marquês de Caxias, a conveniência que eu antolhava está satisfeita pela posição prestigiosa e dominante desse general. A ida de sua alteza hoje me parece inconveniente. Ou sua alteza vai numa posição subordinada que repugna com sua patente superior, ou vai com uma posição independente que infringe a unidade que se teve em vista na nomeação do Marquês de Caxias. Em todo caso e atendendo à fisiologia das paixões humanas, tenho medo das questões de amor próprio, que são fáceis, concorrendo no mesmo exército e achando-se em contacto posições por sua natureza rivais, a do príncipe e a do general. As etiquetas e as conveniências devidas ao príncipe hão de perturbar e embaraçar o serviço. O general deverá ouvir ao príncipe; pode contrariá-lo; deve contrariá-lo e aí estão motivos de desgosto que podem ser especulados pela intriga. Sou da opinião de que o príncipe não deve ir – Nabuco. (Parecer do conselheiro Nabuco de Araújo apresentado na sessão do Conselho de Estado Pleno em 18 de março de 1867 apud Fleiuss, 1942, p.11-3)

O Conselho de Estado havia optado, então, pela política da cautela e preservação da família real. Ao mesmo tempo, evitava possíveis constrangimentos à família real, também no jogo da política palaciana, e evitava, naquele momento, uma publicidade e visibilidade política maior à figura do conde d'Eu, especialmente ante a hipótese de Isabel assumir, posteriormente, o trono e o comando do país.

Ainda em março de 1867, em resposta ao príncipe, acusam e assinam o recebimento do pedido do príncipe e agradecem seu interesse o marquês de Olinda, em 19 de março de 1867, o visconde de Abaeté, em 17 de março de 1867, o visconde de Itaboray, no dia 18, o visconde de São Vicente, no dia 18, Bernardo de Souza Franco, no dia 18, e José Maria da Silva Paranhos, no dia 21 de março de 1867. O visconde de Itaboray, em resposta à carta do conde sobre seu pedido de tomar parte na guerra contra o Paraguai, agradece ao conde e considera que, qualquer que seja seu voto quanto a essa questão no Conselho de Estado, jamais deixaria de reconhecer os elevados sentimentos de lealdade e patriotismo e o ardente desejo de prestar serviços ao Brasil por parte do conde d'Eu. A carta está datada de 18 de março de 1867 (Visconde, 1867). Em carta de 28 de janeiro de 1868 (Conde apud Fleiuss, 1942, p.14) dirigida ao ministro da Guerra, o conde reforçava sua intenção e seu pedido inicial de tomar parte no conflito.

Por ser um oficial de alto escalão com suficiente prestígio, d'Eu foi convocado para liderar, como comandante em chefe, os exércitos aliados em 1869, após o marquês de Caxias ter-se demitido da função. Nesse momento, o conde d'Eu já não demonstrava tanto entusiasmo em tomar parte na guerra. O momento entre a saída efetiva de Caxias e a escolha do conde ainda guarda algumas incógnitas em relação à maneira e às discussões políticas que levaram a sua escolha, justamente nesse momento em que o Paraguai já estava quase impossibilitado de promover alguma inesperada reviravolta no rumo dos acontecimentos.

Em carta do conde d'Eu a M. Buarque de Macedo datada de 23 de março de 1869, o conde dá a entender que a saída de Caxias

e os ferimentos de Osório – estes como os principais militares de confiança do imperador – contribuíram para sua decisão de aceitar então o pedido de Pedro II para comandar as forças brasileiras no Paraguai.

Nessa correspondência, ele afirma:

No dia 20 de fevereiro com efeito, e achando me eu em Petrópolis, Sua Majestade me pediu que eu fosse tomar o commando das forças que se achão no Paraguay. Nenhuma proposta me podia causar maior surpresa nas actuais circunstancias. [...] Mas perante a demonstração da necessidade de meu concurso tive de ceder e hontem annui a que se publicasse minha nomeação. Não precisarei demonstrar lhe que, apesar das affirmações do Sr. Marquez de Caxias, *a guerra não esta acabada*. Para termina-la appresentao se duas vias a seguir. A *primeira consiste em perseguir o ditador López sem a menor perda de tempo, em acoisa-lo, em conquistar-lhe uma por uma as novas trincheiras que porventura já tenha levantado até que não lhe reste outro recurso que o deserte*. A outra via consistirá em entregar o Paraguay novamente a este mesmo López, o assolador de nossas provincias, o algoz de nossos irmãos prisioneiros, o general a quem, não obstante a sua incontestavel tenacidade nossos heroicos soldados tem, cem vezes feito fugir covardemente, o homem enfim que entre si e o Brasil cobrio, com um mau de sangue eterno abismo. Haverá brasileiro que possa encarar de 'longe' faço semelhante hypothese? Resta pois a primeira. Para esta pois é que a enfermidade de quase todos os nossos primeiros cabos de guerra, e sobretudo do Visconde do Herval obrigou-me a prometer meu concurso. Em tão grave contingência, não podia eu fazer questão do ministério. Tenho fé que, graças a dedicação do nosso invicto exército, sou muito dado conseguir em alguns meses o triumpho indispensável á segurança futura do Brasil, e que então entrara o nosso paiz numa era de paz que será também, assim o espero, a era de tão necessárias reformas. (Conde, 1869)

Em um comentário feito em 1921, quando de sua última visita ao Brasil e antes de sua morte no ano seguinte, d'Eu relatou que “só em fim de fevereiro de 1869, achando-me eu em Petrópolis fui

repentinamente convidado por carta do Imperador a ir tomar o comando do exército, paralisado depois das brilhantes vitórias do mês de dezembro anterior e da ocupação de Assunção” (Fleiuus, 1942, p.15). Para Doratioto (2002, p.384), a história foi diferente; ele afirma que d’Eu foi para a guerra “contra a vontade”. Segundo esse autor, “em 1869, o príncipe consorte mudara de ideia, talvez por perceber que o conflito não permitia glórias fáceis e exigia, sim, grandes sacrifícios” (Doratioto, 2002, p.398). De forma que:

Os ardores militares do conde d’Eu eram voltados para as glórias que antes ele imaginara fáceis nessa guerra e não para o comando da difícil reorganização do exército e levá-lo, novamente, à luta. D’Eu já saiu do Rio de Janeiro com os ardores militares esfriados; no Paraguai eles congelaram. (Doratioto, 2002, p.399)

O texto de Doratioto sobre d’Eu permite supor que ele era apenas figuração na condução militar da campanha, ao relatar em seu texto a insistência do conde no regresso de Osório como mantenedor da ordem moral e da retomada das operações (Doratioto, 2002, p.400). Seu texto parece incorporar certas impressões que corriam nas disputas políticas na Corte, entre conservadores e liberais especialmente, a partir do momento em que d’Eu começa a parecer ao público brasileiro como *persona non grata*, avarento e impopular, entre o início de sua participação na guerra e os anos finais do período monárquico. Possivelmente, a base para tais afirmações está em trechos de sua correspondência pessoal, como neste fragmento retirado de sua carta no qual o conde relata a seu interlocutor que

[...] V. S. comprehendera que eu hesitasse, até relutasse a assumir a responsabilidade duma tarefa que, talvez mais ardua hoje que nunca, não tem mais para realizala aos olhos do publico, aquelle brilho militar que caracteriza a guerra das fortalezas e dos assaltos. (Conde, 1869)

A referida carta não enfatiza somente sua relutância, de certa forma razoável, pelas reiteradas negativas do Conselho de Estado e da indisposição do próprio imperador em liberá-lo e nomeá-lo a par-

tipicar do confronto. Posto isso, na mesma correspondência, d'Eu declara ter plena consciência do enorme desafio deixado por Caxias, ao relatar que “a guerra não esta acabada” (Conde, 1869) e que sua primeira alternativa, para não dizer, praticamente, a única, era avançar sobre as forças de López e minar-lhe os recursos, forçando este a desertar.

Poucos dias depois, em carta enviada de Recife, em 1º de abril de 1869, M. Buarque de Macedo manifesta apoio ao conde em sua decisão de ir à guerra e o informa da popularidade de tal medida na imprensa. O amigo de d'Eu manifesta certa indignação por certos grupos que, em vez de comemorarem o herói do dia – o conde d'Eu –, inexplicavelmente dão vivas a Caxias. Ele manifesta seus votos de que o restante da campanha seja rápido e o retorno do conde, glorioso (Macedo, 1869b). Nessa última correspondência, obviamente, destaca-se a bajulação do amigo com um membro da família real que, de repente, ganhou destaque no cenário político nacional. Nesse sentido, em um manual didático de 1874, poucos anos após o término da guerra, a nomeação do conde é descrita como

[...] bem acolhida pelo exército, e pelo povo, que folgou de ver o esposo da sua futura soberana ir partilhar os trabalhos e os perigos dos valerosos soldados, que derramavam o seu sangue pela causa da pátria, nas margens do Paraguay. (Chagas, 1874a, p.98-9)

A abordagem desse manual se circunscreve ao tímido esforço de aproximar a figura do conde da população e situá-lo como herói de guerra. Fato que se tornou difícil, dados a personalidade do conde e o contexto político do pós-guerra.

Voltando ao contexto de sua participação no conflito, no fim de março a questão da nomeação do conde já havia sido apresentada oficialmente. Em carta ao conde, o visconde de Itaboray se expressa de maneira mais protocolar, evitando entrar em maiores detalhes sobre a decisão do Imperador e do Conselho de Estado naquele momento, de modo a relatar, sucintamente:

Senhor

A carta q [sic] Vossa Majestade Imperial se dignou de escrever-me, e a necessid.<sup>de</sup> q tenho de comunica-la ao Minis<sup>o</sup> do Império, me dispensão de ir hoje tomar o precioso tempo de Vossa Majestade Imperial.

Sou, Senhor,

De Vossa Majestade Imperial

Subdito m.<sup>to</sup> fiel e serven<sup>e</sup>

31 de m<sup>co</sup> de 1869

Visconde de Itaboray. (Visconde, 1869)

Com isso, aos 27 anos de idade, após a publicação do decreto de sua nomeação, em 22 de março de 1869, d'Eu partiu rumo ao Paraguai no dia 30 do mesmo mês. Passou por Montevidéu e Buenos Aires. Chegou a Assunção em 12 de abril e, já no dia 16 de abril, assumiu o comando geral em Luque. Em território paraguaio, a saída de Caxias ainda repercutia em relação à nomeação de d'Eu. O mesmo M. Buarque de Macedo, em carta ao conde, comenta algumas informações a ele repassadas em correspondência anterior:

Não me surpreheendo o que me dis do exército. Os erros do Sr. Caxias deviam leval-o a essa debandada criminosa. E não foi de balde que elle d'ahi sahio quase occultam<sup>e</sup>. Só hoje é que se avalia devidam<sup>e</sup> o seu descaso, deixando a nossa honra a mercê dos ventos de Assumpção. Causou profunda impressão saber-se que o inimigo se tinha servido das armas brasileiras deixadas ao abandono em Lomas Valentinas. Também não é novidade o comportamento do governo. Não manda p<sup>a</sup> ahi os necessários reforços, mas conserva na corte dous mil homens p<sup>a</sup> abafar uma revolução em que ninguém pensa. (Macedo, 1869a)

Na troca de correspondências, outro importante personagem dessa fase final da guerra começa a contatar o príncipe consorte. Em carta de 15 de março de 1869, pouco antes da chegada do conde d'Eu à frente de batalha, Paranhos o põe a par da situação em Assunção. Explica-lhe as deliberações anteriores e seu voto no Conselho de Estado relativo à participação do príncipe na guerra. Fala do cansaço e desgosto de alguns oficiais, dos problemas de saúde do general Gui-

lherme, acrescentando que o cansaço e o desgosto afetavam, também, os argentinos e orientais. Informa ainda que o oficial mais prestigiado entre os brasileiros e aliados é o visconde do Herval. Enfim, discorre sobre o início das atividades do conde: “O terreno das operações, eu o asseguro á Vossa Alteza, está bem conhecido, e a estrada de ferro será de grande auxilio, mas isso não basta para dispensar uma autoridade de grande força moral que seja a mola real de todo esse movimento” (Paranhos, 1869). Essa autoridade de força moral a que Paranhos se refere era o conde d’Eu, porém, aproveitando a indicação anterior sobre o prestígio de Osório, deixa subentendido que a presença do visconde do Herval seria desejável. Tal percepção não era só de Paranhos. O ministro da Guerra, barão de Muritiba, assim escreveu o seguinte a um amigo: “V. Exa. Compreende o empenho que pode haver na presença do sr. Visconde no Exército; há de influir e muito no rigor das operações empreendidas e no ânimo dos oficiais e soldados” (Muritiba apud Doratioto, 2002, p.400). Dessa feita, parecia não haver muita confiança de alguns membros do Conselho de Estado na capacidade militar do conde antes mesmo de ele aceitar sua nomeação para o cargo de comandante em chefe.

O visconde de Taunay também registrou sua impressão sobre o momento entre a saída de Caxias e a assunção de d’Eu:

Em geral, no Brasil, inclinava-se a opinião pública e até o gabinete Itaboraá, então do poder, pois subira em julho de 1868, no sentido da probabilidade de um ajuste de paz com o Paraguai, mas totalmente contrário pendia o Imperador, que julgava imprescindível dever continuar-se ativamente as operações de guerra, até que Solano López se entregasse ou saísse do país por ele tiranizado. (Taunay, 2002, p.24)

Pelo texto de Taunay, e considerando-se as palavras de Muritiba e a cautela de Paranhos, como a preocupação em ter Osório presente na frente de batalha, a nomeação de d’Eu pareceu algo instrumental, com a prevalência da posição do imperador à margem da avaliação política e militar do Conselho de Estado. Nesse sentido, d’Eu fluía como podia ante as lufadas conservadoras e liberais, sem di-

mentencionar com mais concretude a conjuntura do jogo político entre imperador, conservadores e liberais via Conselho de Estado.

Paranhos, no início de suas correspondências com o príncipe consorte, já em território paraguaio, assevera que aquela fase da campanha deveria ser rápida, por motivos econômicos e políticos, procurando pôr o conde a par de todas as informações possíveis. Assim, sobre Mitre e dom Henrique Castro, Paranhos afirma a d'Eu:

O actual general argentino, D. Emilio Mitre, não é coração aberto e de trato muito ameno, mas parece ser bem disposto com nosco. Sua capacidade é medíocre. D. Henrique Castro, general oriental, é como se fosse brasileiro, e tem experiencia e tino aproveitáveis. (Paranhos, 1869a)

Na sequência das correspondências, Paranhos sempre se portou atento e diligente em relação ao conde. Seus cuidados foram indispensáveis na manobra da relação entre o império e seus aliados e, depois de agosto de 1869, um alento para o imperador em seu trabalho de garantir a presença de d'Eu no Paraguai até um desfecho em relação a López.

Entremeios, a máquina militar não podia parar enquanto López ainda assombrasse Pedro II. Nesse sentido, grandes guerras exigem engrenagens complexas e, à exceção dos sulistas cujo imaginário e certa cultura e prática militares já lhes eram comuns, nesta, de um modo geral, a complexidade e a urgência das demandas tomou tal vulto, que paralisou os controles e as cautelas básicas que canalizam os esforços e as finanças para a consecução de seu propósito.

## **Atuação militar do conde d'Eu**

A conquista de Assunção em si mesma, por não atender aos objetivos político-militares estabelecidos no Tratado da Tríplice Aliança, afetou as relações entre o comando militar brasileiro e as diretrizes políticas do Império em relação à guerra. De acordo com Schulz,

Durante vários meses os soldados aliados permaneceram mais uma vez em inatividade. Enquanto isso, López organizou um novo exército em Ascurra, longe dos rios. Em abril, o novo comandante aliado, o conde d'Eu, começou a coordenar a última ofensiva. Após algumas dificuldades de suprimento, atacou e aniquilou as guarnições paraguaias em Peribebui e Campo Grande (agosto) forçando López a abandonar Ascurra a retirar-se para o norte. A partir desse momento até sua morte, López viu-se reduzido à posição de um líder guerrilheiro perseguido. (Schulz, 1994, p.58-9)

A partir desse contexto, para garantir o cumprimento dos objetivos do tratado e finalizar o conflito, entra em cena o conde d'Eu. Paralelamente a esses episódios, os aliados analisaram e entenderam os acontecimentos pesando o Tratado da Tríplice Aliança ora como norte às ações, ora como obstáculo, especialmente no campo diplomático. Por conseguinte, a guerra só findaria com a defenestração pública e notória de Francisco Solano López, de modo que os combates se sucederiam até alcançar tal intento.

No tocante à participação específica do conde d'Eu, encontramos suporte e subsídios, em especial, no registro das ordens do dia, nos relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra, em cartas, em correspondências pessoais de d'Eu e nos relatos da atuação do conde pelas anotações e posteriores publicações do visconde de Taunay, em obras como *A campanha da cordilheira* (Taunay, 1926), *Cartas de campanha* (Taunay, 1922), *Diário de Exército 1869-1870* (Taunay, 2002) e *Recordações de guerra e de viagem* (Taunay, 2008). Trata-se de uma farta descrição do cotidiano da guerra pela atuação do visconde de Taunay como chefe do gabinete-general do estado-maior, comandado pelo conde d'Eu. Também encontramos relatos sobre o conde em textos de Dionísio Cerqueira – *Reminiscências da campanha do Paraguai* (Cerqueira, 1980); Juan Crisóstomo Centurión – *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay* (Centurión, s.d.); Augusto Tasso Fragoso – *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* (Fragoso, 1959; 1960); e em duas biografias, uma de Luis da Câmara Cascudo – *Conde d'Eu* (Cascudo, 1933) –, outra de Alberto Rangel – *Gastão de Orléans – o último con-*

*de d'Eu* (Rangel, 1935). Dentre esses, destaca-se o visconde de Taunay, que, após a campanha do Mato Grosso, participou ativamente no período final do conflito acompanhando o conde d'Eu como seu secretário. Seus escritos buscam sempre a melhor combinação entre desprendimento literário e apresentação cuidadosa de dados.

Nessa fase da campanha, independentemente dos trabalhos diplomáticos para findá-la, a guerra prosseguia. O conde d'Eu comandou a atuação das forças nas duas últimas grandes batalhas da guerra, a de Peribebeú e a de Campo Grande (para os brasileiros) ou Acosta Ñu (para os paraguaios) e, de forma mais indireta, a perseguição e morte de Solano López. Em geral, o debate historiográfico em torno da atuação do conde situa entre o herói que finalizou a guerra e liquidou as ameaças megalomânicas de Solano López e aquele que simplesmente comandou a caça e execução deste último. Dionísio Cerqueira, militar que lutou na Guerra do Paraguai, assim se refere ao conde d'Eu, em 1869:

Regressamos a Assunção. Já não estava ali o exército, cujo comandante era o jovem Príncipe de Orléans, o bravo marechal de exército, o Senhor Conde d'Eu, que se revelou um dos nossos melhores generais, não só pela bravura peculiar à raça de Henrique IV, como por elevadas qualidades de comando, entre as quais destacavam-se a rapidez dos movimentos e a certeza dos golpes estratégicos. (Cerqueira, 1980, p.308)

O visconde de Taunay, mais próximo de d'Eu, também enfatiza qualidades semelhantes no conde. Nas palavras de Taunay, o conde demonstrou, em muitas ocasiões, “grande habilidade estratégica, paciência de experimentado capitão, indiscutível coragem e sangue-frio” (Taunay, 2008, p.43). Para não nos atermos a referências contemporâneas ao evento, convém citar Doratioto (2002, p.406-7), que reconhece o sucesso das manobras diversionistas planejadas e executadas pelo conde antes das batalhas de Peribebeú e Campo Grande. O conde saiu-se bem ao reanimar a tropa e prosseguir com a guerra. Estudou a situação, debateu com seu *staff*, traçou planos e mobilizou, com destreza, as forças de que dispunha entre abril e agosto de 1869.

Após as duas últimas grandes batalhas da fase final da campanha, em outra correspondência de Paranhos ao conde d'Eu, de 25 de agosto de 1869, o primeiro comenta a situação de Solano López:

Mais uma vez cumprimento a Vossa Alteza pela sua enérgica perseguição contra o exercito inimigo em fuga. É, como disse ao governo imperial, o ato de mais assinalado patriotismo que se tem praticado nesta campanha. Concordo inteiramente com Vossa Alteza sobre a necessidade de levar quanto antes a perseguição ao ultimo refúgio do inimigo, que tenho por certo ser Curuguay. Toda demora aumentará as dificuldades e tornará sem fim a presente campanha. O inimigo tem provado que sabe aproveitar o seu tempo. (Paranhos, 1869o)

Tem início, por parte de Paranhos, um acompanhamento cauteloso da disposição do príncipe consorte para prosseguir com as atividades no encalço de López. Nessas batalhas, d'Eu vivenciou a carnificina da guerra com uma intensidade como nunca vira antes, considerando sua juventude e curta experiência militar nos confrontos marroquinos. Isso abalou o jovem príncipe – tanto quanto já havia abalado Caxias –, que caiu em depressão.

O texto de Efraím Cardozo, em larga medida, coincide com as teses da fase revisionista brasileira. Nesse sentido, a descrição da última fase da campanha apresenta os vencedores como responsáveis por atrocidades, como as ocorridas após a batalha de Peribebugui. Segundo Cardozo:

López organizó un nuevo ejército en Azcurra, casi por milagro, con niños, ancianos, mutilados, heridos y mujeres, hasta 12.000 almas. Instaló un nuevo arsenal en Caacupé y protestó por el uso de la bandera paraguaya en las filas aliadas por los legionarios. El Imperio decidió poner el máximo esfuerzo en la prosecución de la guerra, que ya fue sin cuartel. Argentinos y orientales fueron prácticamente eliminados. El Conde D'Eu, yerno del Emperador, se puso al frente de las tropas brasileñas, considerablemente reforzadas. Las operaciones se reanudaron con el cerco y toma de Piribebugui, el 12 de agosto de 1869. Los vencedores incendiaron el hospital repleto de heridos y degollaron al comandante

de la plaza, mayor Pedro Pablo Caballero. López, al conocer el nuevo desastre, abandonó Azcurra, y los brasileños se lanzaron en su persecución. Fueron contenidos el 16 de agosto en Acosta Ñú por batallones de niños disfrazados con largas barbas y que se dejaron matar uno por uno.<sup>3</sup> (Cardozo, 1965, p.107)

O detalhe importante do texto acima está no fato de o autor não culpar diretamente o conde d’Eu pelo incêndio no hospital – o que também é corroborado por Taunay – e por não individualizar a culpa pela degola de Pedro Pablo Caballero – essa, sim, autorizada por d’Eu, transtornado pela morte do general Mena Barreto em Piribebuí. Nesse episódio, reside um foco de controvérsia quanto ao comando do conde d’Eu e de seu comportamento em batalha. Para a historiografia clássica,<sup>4</sup> especialmente a contemporânea ao evento, tratou-se tão só da derradeira grande batalha do conflito. O confronto foi eternizado posteriormente no quadro *A batalha de Campo Grande*, de Pedro Américo, pintor que, aliás, tomado pela liberdade artística, inseriu-se no cenário da batalha na pele de um soldado fictício. Segundo tal corrente historiográfica, esse momento final da história do conflito se consubstancia em homens e feitos que venceram mais um obstáculo rumo à vitória final na guerra.

Para a historiografia revisionista, as tropas paraguaias foram massacradas pelas forças aliadas nessa batalha, um massacre de

---

3 [“López organizou um novo exército em Ascurra, quase por milagre, com meninos, anciãos, mutilados e mulheres, completando 12 mil almas. Instalou um novo arsenal em Caacupé e protestou contra o uso da bandeira paraguaia por legionários nas filas aliadas. O Império decidiu pôr o máximo esforço no prosseguimento da guerra, que já ia sem trégua. Argentinos e orientais foram praticamente eliminados. O conde d’Eu, genro do Imperador, se pôs à frente das tropas brasileiras, consideravelmente reforçadas. As operações se reiniciaram com o cerco e a tomada de Piribebuí, em 12 de agosto de 1869. Os vencedores incendiaram o hospital repleto de feridos e degolaram o comandante maior da praça, Pedro Pablo Caballero. López, ao saber do novo desastre, abandonou Ascurra, e os brasileiros saíram em sua perseguição. Foram contidos em 16 de agosto em Campo Grande por batalhões de meninos disfarçados com longas barbas que se deixaram matar um por um.”] [tradução nossa]

4 A historiografia que chamamos de clássica abarca as reminiscências, as memórias e os relatos dos envolvidos diretamente no conflito e as publicações posteriores contemporâneas ao evento.

velhos, crianças e mulheres que faziam parte de um improvisado e desesperado exército organizado por Solano López. No entanto, apesar da crueza da batalha, López conseguiu fugir de novo. Pesa sobre o conde d'Eu, segundo alguns autores (Chiavenato, 1982; Pomer, 1968), a ordem para incendiar a macega de um campo repleto de soldados inimigos, em sua maioria crianças, mulheres e velhos e, em seguida, aprisionar outros tantos em uma igreja e incendiá-la. Os relatos de Taunay e Juan Centurión Crisóstomo indicam que o incêndio do referido episódio teria partido dos próprios paraguaios e como consequência dos disparos da artilharia.

As abordagens posteriores à onda historiográfica revisionista ainda estão se fazendo. Para Mario Maestri, trata-se das “narrativas apologéticas”. Mas, mesmo ao tratarmos dessas narrativas como um emblemático sintoma da mudança de monarquia para república a partir de uma intervenção militar, ganham destaque as figuras mais proeminentemente ligadas ao Exército e à Marinha, em detrimento de personagens que pudessem lembrar ou destacar a antiga situação monárquica. Nesse sentido, a figura do conde d'Eu é exemplar na historiografia sobre a guerra, sobretudo pelo esmaecimento da sua participação, especialmente se considerarmos sua ligação de parentesco com a família imperial. Dessa forma sobram alusões a personagens como Caxias, Osório e Tamandaré e são escassas as referências ao conde d'Eu, geralmente justificadas por seu curto período de atuação.

Nesse contexto de uma acirrada batalha pelas memórias da Guerra do Paraguai travada no embate historiográfico, a figura do conde d'Eu ficou marcada na historiografia do conflito a certa distância da glorificação e do heroísmo atribuídos a outras personagens. Todavia, seu interesse pessoal em participar do conflito e mostrar-se engajado na defesa dos interesses brasileiros o fez atuar por outras frentes que não a militar propriamente dita. Ao fim de 1865, d'Eu foi nomeado comandante-geral da artilharia, presidente da Comissão de Melhoramentos do Exército e também na Comissão de Exame da Legislação Militar. Mesmo sem ir à guerra num primeiro momento, o conde buscou se colocar a par de possíveis novidades

que circulavam no meio militar europeu; prova disso é uma carta enviada de Manila e recebida, em 3 de julho de 1866, por François Ferdinand Philippe Louis Marie d'Orléans, com detalhes sobre uniformes militares filipinos, de oficiais de artilharia, infantaria e cavalaria, contendo detalhes e especificações destes (Maço 138 — Doc. 6780; MFN 14810, Museu Imperial, Petrópolis, RJ).

Em sua atuação, mesmo antes de comandar efetivamente as forças aliadas em operação em território paraguaio, a partir de 1869, o conde d'Eu contribuiu para o esforço de guerra. Um exemplo disso está na troca de correspondências entre o Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra e a Legação Brasileira nos Estados Unidos. A pedido de d'Eu e como parte do trabalho nas comissões em que atuava, foi solicitado, por meio de ofício encaminhado a Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, representante da Legação Brasileira nos Estados Unidos, a aquisição de qualquer obra ou publicação a respeito dos serviços internos dos corpos do Exército, arsenais, depósitos e campos de instrução. Esse pedido fazia parte das atribuições do conde na Comissão de Melhoramentos dos Materiais do Exército e Comissão de Exame da Legislação Militar. No dia 12 de maio de 1866, a Legação Brasileira nos Estados Unidos reporta o envio das seguintes obras para o Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra:

- 1 – Táticas de infantaria dos Estados Unidos por Cosey, argumento de autoridade – 1862 – 3 volumes;
- 2 – Táticas de Cavalaria dos Estados Unidos, argumento de autoridade – 1841 – 1 volume;
- 3 – Instrução para a artilharia pesada preparado por um conselho de oficiais para o uso do exército dos Estados Unidos, argumento de autoridade – 1862 – 1 volume;
- 4 – Instruções para artilharia de campo, elaborado por um conselho de oficiais de artilharia, ao qual se acrescenta as evoluções das baterias traduzido do francês pelo General R. Anderson, do Exército dos Estados Unidos – 1864 – 1 volume;
- 5 – Manual de exercícios de baioneta preparado para o uso do exército dos Estados Unidos por George B. McClellan, comandante em chefe do Exército dos Estados Unidos – 1862 – 1 volume;

- 6 – Um sistema de tiro ao alvo para o uso de tropas quando armado com mosquete, mosquete-rifle, ou carabina, elaborado principalmente a partir do francês – 1862 – 1 volume;
- 8 – Instruções para reunir oficiais – 1863 – 1 volume;
- 9 – Instruções para oficiais e oficiais não comissionados no posto e dever de patrulha a tropas em campanha – 1863 – 1 volume;
- 10 – Regulamento para serviço de recrutamento do exército dos Estados Unidos, tanto regular e voluntário – 1864 – 1 volume;
- 11 – Instruções para oficiais do Ajuntos ao Departamento Geral – 1865 – 1 volume;
- 12 – Regulamentos de 1861 do Exército dos Estados Unidos Revisados com um apêndice contendo as alterações e leis que afetam os regulamentos do Exército e artigos de guerra para 25 de junho – 1863 – 1 volume;
- 13 – Relatório do Secretário de Guerra – 1864-1865 – 1 volume;
- 14 – Relatório do Secretário de Guerra – 1865-1866 – 2 volumes. (Arquivo Nacional, Códice 547 – Documentos Diversos. Texto original em inglês – tradução nossa)

Não foram encontrados relatos posteriores sobre recebimento, destino e utilização dessas publicações. Mesmo assim, tratou-se do esforço de d'Eu de contribuir para a melhoria qualitativa das forças brasileiras, mesmo que no *front* administrativo. Eis uma faceta muito pouco explorada pelo debate historiográfico em torno da figura do conde d'Eu. Na análise dos fatos propriamente militares, sua atuação à frente da Comissão para Melhoramento dos Materiais do Exército é quase nula, não apenas no que diz respeito ao conde, mas também ao funcionamento e às consequências dos trabalhos dessa comissão como um todo. Ela já existia desde meados da década de 1850, mas ganhou mais importância com a guerra, pois grande parte dos novos armamentos adquiridos pelo Império e enviados às frentes de combate ao final do conflito passou pelo trabalho da comissão.

D'Eu teve participação e importância na guerra maior que o exposto na historiografia. No relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1870, assim se relata o momento em que ele assumiu o comando das forças aliadas:

Congratulo-me com a Representação Nacional pela gloriosa terminação da guerra, que por mais de cinco annos fomos obrigados a sustentar em desaffronta da honra nacional e dos altos interesses do paiz. O dictador Francisco Solano López, levado de derrota em derrota desde Iatahy até Lomas Valentinas, onde o valente Exercito alliado destroçou nos sempre memoraveis dias de Dezembro, as principaes forças inimigas e a ultimas fortificações que então lhe restavão, achando-se sem material de guerra, e tendo perdido quasi toda sua artilharia, ainda assim, não obstante confessar-se vencido, foi com pertinacia embrenhar-se nas Cordilheiras, julgando-as talvez inexpugnaveis, para ahi fortificar-se e continuar a resistir com o que pudesse reunir dos restos do seu numeroso exercito. Era, pois, forçoso desaloja-lo, através de grandes obstaculos, d'essas agrestes e alcantiladas serranias, e aniquilar inteiramente os meios de resistencia de que ainda dispuzesse, obrigando-o por este modo a render-se ou abandonar para sempre o territorio paraguay. Foi nesta fase da guerra que o Augusto Principe o Sr Marechal de Exercito, Conde d'Eu, chegando a Assumpção a 14 de abril do anno proximo passado, seguiu sem demora para Luque, e assumiu a 16 o comando em chefe de todas as nossas forças em operações, para desempenhar a difficil, porém muito honrosa e gloriosissima commissão que lhe fôra confiada. Desde logo occupou-se o General em Chefe em preparar com actividade louvável os meios de acção, e prover do necessario as forças a cuja frente tinha de continuar as operações de guerra, fazendo ao mesmo tempo explorar os terrenos que devia percorrer, a fim de serem batidas, como com effeito o forão, quaesquer partidas inimigas que nelles se encontrassem. (Muritiba, 1870, p.7-8)

Os documentos officiais glorificam e enaltecem a breve participação do conde d'Eu. Algo semelhante só aparece, com esse grau, nos relatos do visconde de Taunay. De toda forma, a nomeação do conde àquela altura e com apenas 27 anos de idade reanimou momentaneamente a combalida opinião pública brasileira. Logo que d'Eu chegou ao Paraguai, tratou de reorganizar o Exército brasileiro segundo suas necessidades e, na tentativa de coibir os excessos da tropa, chegou a dispensar officiais acusados de promover saques em território paraguaio. De acordo com relatos do visconde de Taunay, o conde d'Eu se mostrou paciente e habilidoso nas estratégias e táticas para suplantar

as forças paraguaias, participando ativamente de alguns combates. Para o meio militar do período restou-lhe a fama de atuar com agilidade e eficiência. Segundo Josefina Plá, partiu do conde a iniciativa de extinguir a escravidão no Paraguai (Plá, 1972), que à época possuía quase 25 mil escravos. D'Eu tomou tal iniciativa e atuou com Paranhos para que ocorresse a abolição no Paraguai (Fleiss, 1942, p.23), algo que se mostrou incoerente com o desenrolar do tratamento dispensado à problemática da escravidão no Império brasileiro. Seu pedido inicial está em ofício enviado ao governo provisório do Paraguai, em 12 de setembro de 1869, onde se lê:

Senhores.

Sobre diversos pontos do território desta republica, que já percorri à frente das forças em operações contra o dictador López, aconteceu por vezes de encontrar individuos dizendo-se escravos de outros e entre elles numerosos dirigiam-se a mim para pedir-me de lhes conceder a liberdade e de fornecer-lhes um verdadeiro motivo de se associarem à alegria, que experimentava a nação paraguaya vendo-se libertada do governo que a opprimia. Conceder-lhes o objecto de seu pedido fôra para mim uma doce ocasião de satisfazer os impulsos de meu coração, si tivesse eu poder para fazel-o. Mas o governo provisorio, do qual estão Vossas Excellencias encarregados, estando felizmente constituído, é a elle a quem incumbe de decidir todas as questões, que interessam a administração civil do paiz. Não posso, pois, melhor agir do que dirigindo-me a Vossas Excellencias, como o faço, para chamar vossa atenção sobre a sorte desses infelizes no momento exactamente em que se trata da emancipação para todo o Paraguay. Si lhes concedeis a liberdade, que elles imploram, rompereis solemnemente com uma instituição, que foi desgraçadamente legada a varios povos da livre America por muitos seculos de despotismo e de deploravel ignorancia. Tomando esta resolução, que pouco influirá sobre a produção e os recursos materiaes deste paiz, Vossas Excellencias inaugurarão dignamente um governo destinado a reparar todos os males causados por uma longa tyrannia, e a conduzir a nação paraguaya pelo caminho desta civilização que felicita os outros povos do mundo. Deus guarde a Vossas Excellencias.

Gastão D'Orleans. (Cascudo, 1933, p.106-8)

Ao assumir o comando, após sua chegada ao Paraguai, o conde enfrentou as dificuldades de retomar a ordem e disciplina nos acampamentos e prover a tropa de ânimo para continuar as operações. Em 29 de abril de 1869, por exemplo,

O General Mitre veio visitar Sua Alteza e falar-lhe de um conflito havido na noite antecedente entre soldados brasileiros e uma guarda argentina que ficou com dois soldados seus feridos. A tal respeito já o Chefe de Estado-Maior argentino oficiara ao oficial brasileiro de igual categoria, narrando o incidente e pedindo providências imediatas para o castigo dos delinquentes e repressão de fatos idênticos para o futuro. Foi logo resolvida a sindicância minuciosa deste acontecimento, sabendo-se, no entanto, pela parte que dele dera o encarregado da polícia, ter ficado um soldado nosso mal ferido. (Taunay, 2002, p.34)

O relato do visconde de Taunay expõe a fragilidade das relações entre os aliados na condução das ações de guerra. Os problemas disciplinares que deveriam ser resolvidos pelos oficiais intermediários chegavam à mesa dos comandantes máximos como embaraços diplomáticos. Taunay, no afã de registrar fidedignamente os fatos e no correr do relato, discretamente, parece dizer que houve um sério desentendimento entre soldados. Todavia, os brasileiros saíram-se melhor da situação. Foi solicitada, em ordem do dia posterior, a apuração dos fatos. Verifica-se, nesse exemplo, que os acampamentos, mais que os acertos diplomáticos maiores entre o Estado brasileiro e o Estado argentino, possuíam e vivenciavam cotidianamente problemas de ordem militar que, sem receberem a devida atenção, geravam melindres diplomáticos muito maiores. Os acampamentos eram distintos, cada um dos aliados possuía o seu, cujos limites geográficos, mesmo que provisórios, eram os limites da atuação de cada Estado, com o agravante da convivência armada entre ambas as partes, transpassada e mediada por elementos quase transnacionais, como o comércio.

No desenrolar das ações contra López, à medida que as forças se interiorizavam e se distanciavam dos principais rios, verdadeiras veias do abastecimento aliado, a logística de suprimentos tornava-se mais

onerosa e ineficiente. O aumento das privações afetava todos os envolvidos. Com isso, segundo Cardozo, na campanha da cordilheira:

Dos veces cruzaron los restos del ejército paraguayo la Cordillera de Amambay, sufriendo enormes privaciones. Y así como los brasileños ponían inaudita ferocidad en sus acciones militares, así también López, enloquecido por la derrota, ya no refrenó sus instintos sanguinarios. Le bastaba la menor delación para ajusticiar a sus más fieles y heroicos jefes. Su propia madre fue objeto de monstruosos maltratos. Su hermano Venacio murió a palos. Pancha Garmendia, un viejo amor de López que le había desairado en su juventud, fue ejecutada, lo mismo que las hermanas Barrios y muchas damas de la antigua sociedad. Las principales familias de Villa Concepción sucumbieron lanceadas por haber establecido contacto con la escuadra brasileña, que ya se había enseñoreado de todo el río Paraguay.<sup>5</sup> (Cardozo, 1965, p.107-8)

As análises de militares sobre a condução da campanha da cordilheira, também chamada manobra de Peribebuguí, tendem discretamente a inferiorizá-la em termos táticos e estratégicos em relação àquelas manobras conduzidas por Caxias. Nesse sentido, o general Flamarion Barreto Lima, sobre a execução da manobra de Peribebuguí, diz que:

O movimento envolvente tinha pouca profundidade e a ação de fixação não teve o efeito que dela se esperava deixando o inimigo retirar-se tranquilamente. Na continuação da manobra o exército aliado travou a batalha de Campo Grande em 16 de agosto em que o inimigo completamente cercado foi batido. (Lima, 1967, p.76)

---

5 [“Os restos do exército paraguaios cruzaram a Cordilheira de Amambay duas vezes, sofrendo enormes privações. E, assim como os brasileiros colocavam inaudita ferocidade em suas ações militares, também López, enlouquecido pela derrota, já não refreava seus instintos sanguinários. Bastava-lhe a menor denúncia para castigar seus mais fiéis e heroicos chefes. Sua própria mãe foi objeto de monstruosos maltratos. Seu irmão Venancia morreu a pauladas. Pancha Garmendia, um velho amor de López que o havia enlouquecido em sua juventude, foi executada, o mesmo aconteceu com as irmãs Barrios e muitas damas da antiga sociedade. As principais famílias de Villa Concepción sucumbiram lanceadas por terem estabelecido contato com a escuadra brasileira, que já se havia assenhorada de todo o rio Paraguai.”] [tradução nossa]

Trata-se, nesse exemplo, do peso maior atribuído pela historiografia republicana e eminentemente militar aos ícones favoráveis aos novos signos republicanos, em detrimento de qualquer referência substancial à monarquia por meio de um membro direto da família real. Na descrição do general Lima, as manobras de Caxias foram sempre adequadas e eficientes; as do conde d’Eu, nem tanto. As dificuldades amplificavam a desumanidade das ações militares, tanto do lado paraguaio quanto em relação a algumas atitudes dos aliados. O cansaço, as privações e a intenção de finalizar rapidamente a guerra prevaleciam sobre o senso de racionalidade. Nesse contexto, dentre os paraguaios, de acordo com Efraím Cardozo:

No fueron menores las privaciones que sufrió en su última campaña el ejército de López, convertido en una legión de espectros. Les acompañaban las “residentas”, mujeres de tan heroico temple como los varones. Sin víveres ni municiones, vestidos de harapos, hombres y mujeres iban detrás del mariscal, resueltos a luchar a muerte. Una última intimación de los brasileños para que capitularan ni siquiera fue contestada. Cuando el 8 de febrero de 1870 hicieron alto en el extremo oriental del país, ya no eran sino 500 hombres. El Conde D’Eu organizó una gran expedición para dar con los restos del ejército paraguayo.<sup>6</sup> (Cardozo, 1965, p. 108)

Ainda segundo Cardozo,

La última batalla se libró en Cerro Corá el 1º de marzo de 1870. El mariscal López se puso al frente de su pequeña tropa. En el primer choque resultó herido. Buscó refugio en las orillas del arroyo Aquidabán, donde

---

6 [“Não foram menores as privações que sofreu em sua última campanha o exército de López, convertido em uma legião de espectros. Acompanhavam-nos as ‘residentas’, mulheres de temperamento tão heroico como os varões. Sem víveres nem munições, vestidos com farrapos, homens e mulheres iam atrás do marechal, decididos a lutar até a morte. Uma última intimação dos brasileiros para que capitulassem nem sequer foi contestada. Quando, em 8 de fevereiro de 1870, pararam no extremo oriental do país, já não eram mais que 500 homens. O conde d’Eu organizou uma grande expedição para encontrar os restos do Exército paraguaio.”] [tradução nossa]

personalmente el general Correia da Câmara, que comandaba las tropas brasileñas, le intimó rendición. Aunque exánime por sus heridas, López le dirigió una estocada y dijo: “Muero con la patria”. Correia da Câmara ordenó que lo mataran, y un balazo dio término a la vida del Mariscal y a la guerra entre el Paraguay y la Triple Alianza.<sup>7</sup> (Cardozo, 1965, p.108-9)

Nesse momento da perseguição a López, o conde d’Eu já não mais acompanhava a vanguarda que perseguia o primeiro. Delegou essa atribuição ao general Câmara, cujas forças eliminaram López, selando o fim das atividades militares de maior envergadura. Em livro recente sobre essa guerra, Doratioto, com base em variadas fontes, assevera que a morte de López foi causada por tiro de fuzil de um soldado comandado por Câmara, à revelia deste último (Doratioto, 2002, p.451-2).

A pressão e as críticas ao conde d’Eu foram além de sua atuação na guerra. Mas sua atuação militar parece ter sido acompanhada com mais atenção em certos episódios; por exemplo, a ordem para degolar o coronel paraguaio Pablo Caballero após a vitória na batalha de Peribeubú e após a notícia da morte do general Mena Barreto nessa batalha, além do posterior estado de depressão que acometeu o conde. Entre setembro de 1869 e março de 1870, não houve mais guerra de fato, apenas uma perseguição desesperada a Francisco Solano López, que foi, enfim, encurralado e morto em Cerro Corá, no nordeste do Paraguai. A guerra só terminou em 1º de março de 1870, com a morte de López. No fim de abril, ao retornar ao Rio de Janeiro, d’Eu foi recebido com homenagens e posterior nomeação como conselheiro de Estado.

---

7 [“A última batalha foi travada em Cerro Corá em 1º de março de 1870. O marechal López se colocou à frente de sua pequena tropa. No primeiro choque ficou ferido. Buscou refúgio nas margens do arroio Aquidabán, onde o general Correia de Câmara, que comandava as tropas brasileiras, pessoalmente o intimou à rendição. Ainda que desfalecido com as feridas, López dirigiu-lhe uma estocada e disse: ‘Morro com a pátria’. Correia de Câmara ordenou que o matassem, e um tiro terminou a vida do marechal e a guerra entre Paraguai e a Tríplice Aliança.”] [tradução nossa]

As diversas leituras da participação do conde d'Eu no conflito com o Paraguai focam pouco em sua atuação militar e política propriamente dita, além de trazerem pouco das adversidades enfrentadas por ele ao assumir o lugar de uma figura emblemática da vida político-militar do Império – o marquês de Caxias – e, de imediato, comandar forças estrangeiras em ação conjunta com as forças brasileiras. Constitui, assim, um personagem eclipsado pelas construções historiográficas republicanas e pelos estudos revisionistas. Some-se a essas dificuldades o fato de o conde ser de origem francesa – um estrangeiro –, algo que lhe gerou transtornos após retornar à Corte por conta das especulações em torno da possível sucessão de dom Pedro II.

Nas ações militares, o conde soube mostrar talento de comandante, a exemplo do episódio que ocorreu no caminho para Valenzuela. Numa localidade chamada Sapucaí, d'Eu e o primeiro corpo de Exército se depararam com uma trincheira inimiga. Nesse episódio, Osório, comandante do 1º corpo de Exército, sugeriu ao conde um ataque frontal, ao passo que d'Eu mostrou-se mais cauteloso, ordenando a abertura de picadas pelas laterais que atingiram as trincheiras, evitando um ataque frontal. Na sequência, rumo à cordilheira ainda no caminho para Valenzuela, d'Eu mandou executar ações diversionistas, fazendo que López acreditasse que o ataque aliado viria de outro ponto – Ascurra. A operação diversionista de d'Eu obteve sucesso. Nas palavras de Doratioto, “enganado por essa ação diversionista, Solano López perdeu a oportunidade de utilizar-se do terreno da subida para Valenzuela, favorável a uma defesa bem preparada, pois os aliados, em sua marcha para cima, estavam vulneráveis” (Doratioto, 2002, p.407). Antes do ataque a Peribebuí, d'Eu intimou o comandante paraguaio coronel Pablo Caballero, primeiramente a se render, ao que obteve resposta negativa; depois, ordenou que evacuassem as mulheres e crianças da posição paraguaia, de novo obteve resposta negativa (Centurión, s.d., p.70-1). Segundo Centurión,

Al amanecer del día 12 de agosto de 1869, envía otro parlamento a intimar a Caballero que retirarse del recinto del reducto a las mujeres e los niños que allí se encontraban y expuestos a perecer inútilmente,

Caballero contestó con la misma energía que la primera vez: “*Decid a vuestro jefe que las mujeres y los niños están seguros, y que él mandará en territorio paraguayo cuando no haya uno que lo defienda!*”.<sup>8</sup> (Centurión, s.d., p.71)

Centurión, com a mesma convicção com que condena as crueldades e os excessos da guerra, especialmente a conduta do conde d’Eu na batalha de Peribebuí, exalta, de maneira entusiástica, a resistência dos comandantes paraguaios, com destaque para Caballero, degolado por ordem do príncipe. Esse autor ressalta que:

La nación recordará siempre con gratitud y orgullo la defensa de Piribebuy. El nombre del valiente mártir, Pablo Caballero, y los de sus bravos compañeros quedan grabados con letras de oro en el templo de la inmortalidad. Allí irán generaciones venideras a inspirarse en el ejemplo sublime de patriotismo, de abnegación y de valor que dieron prueba sacrificando generosamente sus vidas en ara de la patria.<sup>9</sup> (Centurión, s.d., p.73-4)

As informações de Centurión, quando somadas às de Taunay, Dionísio Cerqueira e outros que participaram da fase final da campanha, contribuem para tornar mais claro o grande mosaico que foi essa etapa final. Porém, o texto de Centurión em si demonstra ampliada identificação com alguns chefes e comandantes militares paraguaios em comparação aos aliados. Destaca-se, das informações prestadas por Centurión, a persistência de d’Eu em enviar estafetas

---

8 [“Ao amanhecer do dia 12 de agosto de 1869, envia outro parlamentar para intimar Caballero que retirasse do recinto do reduto as mulheres e as crianças que ali se encontravam e estavam expostas para morrer inutilmente, Caballero contestou com a mesma energia que da primeira vez: ‘Digam a seu chefe que as mulheres e as crianças estão seguras aqui, e que ele mandará em território paraguaio quando haja um que o defenda!’”] [tradução nossa]

9 [“A nação recordará sempre com gratidão e orgulho a defesa de Peribebuí. O nome do valente mártir, Pablo Caballero, e o de seus bravos companheiros estão gravados com letras de ouro no templo da immortalidade. Ali irão gerações vindouras para inspirar-se no exemplo sublime de patriotismo, de abnegação e de valor que deram prova sacrificando generosamente suas vidas no altar da pátria.”] [tradução nossa]

e solicitar a Pablo Caballero que retirasse mulheres e crianças de Peribebeú antes de travar a batalha.

Na relação com os aliados, Paranhos advertia a d'Eu e considerava problemático o fato de a legião paraguaia estar acomodada entre as forças argentinas. Todavia, tendo em vista a redução dos efetivos argentinos, pelo menos considerava que isso impedia uma dissipação maior das forças militares argentinas (Paranhos, 1869h). Posteriormente, em carta a d'Eu, Paranhos demonstra acompanhar com muito cuidado os procedimentos argentinos no teatro de operações, de modo que, em suas palavras:

Esquecia-me dizer que o general Mitre acaba de comunicar-nos oficialmente que vai estabelecer autoridade argentina na Vila Occidental. Eu e o General Polydoro lhe daremos uma resposta conveniente. Pobre Paraguay! De tudo será Vossa Alteza informado oficialmente. (Paranhos, 1869s)

Todavia, ambos não recusavam os mimos argentinos, a exemplo da ocasião em que, de Buenos Aires, o doutor Mariano Varela enviou ao conde d'Eu uma caixa contendo uma maca, conforme carta de Paranhos de 1º de maio de 1869.

Sobre as “ideias” de Paranhos quanto às atividades militares:

A força do Rosario, além de seus fins transitórios, não terá também o que se prende às operações da Cordilheira de Ascurra? Isto é, não incumbirá a essa força dominar a passagem do inimigo por san Estanisláo para Caraguaty ou Iguatemy (povoações do norte)? Não são perguntas, mas ideias que suscito, na liberdade de conversação que Vossa Alteza me permite. (Paranhos, 1869e)

Paranhos lidava com naturalidade e desenvoltura com as demandas militares tanto quanto o fazia com as questões e com o serviço diplomático. Com relação às operações militares, considerando o estado de coisas que encontrara quando chegou a Assunção em fevereiro, procurou intervir, ao máximo e da melhor forma, na condução das ações.

A indicação de Paranhos para atuar no Paraguai antes da nomeação de d'Eu para o comando das forças brasileiras foi fruto da sagacidade política de d. Pedro II, e Paranhos se viu diante da possibilidade de aproveitar essa oportunidade para aumentar seu capital político junto à elite imperial.

As dificuldades em finalizar a campanha fustigaram tanto Paranhos quanto d'Eu. Mesmo com Paranhos, como mediador, conselheiro, “auxiliar militar” e amigo pessoal, d'Eu ficou profundamente desanimado com a campanha após a batalha de Peribebuy. Com um bom desempenho militar no início de sua atuação, os serviços prestados pelo conde d'Eu ao Império passaram por momentos difíceis ao fim da campanha. D'Eu, mesmo permanecendo pouco tempo à frente das forças brasileiras, cogitou desistir da empreitada, tendo sido dissuadido por Pedro II. De acordo com José Murilo de Carvalho:

A caça a López prorrogou a guerra por mais de um ano, até março de 1870. O governo teve dificuldades com o próprio conde, que, a certa altura, quis voltar ao Brasil à frente dos batalhões vitoriosos, faturando o êxito em seu proveito. O imperador precisou intervir chamando-o à responsabilidade: “Estou certo”, escreveu-lhe, “de que você não me abandonará nesta empresa de honra”. Ao ministro da Guerra, apontou o grande mal que faria a retirada do conde. Já bastavam os prejuízos causados pela saída de Caxias. (Carvalho, 2007, p.120)

Convém notar que vários autores de matizes diversos da historiografia sobre a guerra caracterizam prioritariamente essa etapa do conflito como “caçada” a Solano López, e não propriamente como guerra. Desse modo, do ponto de vista militar, a compreensão do evento como um todo passa a ter relevância até a conquista efetiva de Assunção, ou, no máximo, até a batalha de Campo Grande (Acosta Ñu para os paraguaios). Os eventos posteriores, quando caracterizados como “caçada”, deixam de ter o brilho de uma difícil vitória militar, distancia-se das glórias pelo encerramento de uma longa guerra. Contudo, o desânimo do conde quanto a um propósito militar mais

concreto em terras paraguaias era grande, como indica este trecho de uma comunicação do comandante em chefe ao imperador:

[...] Eu pois não estou disposto a aceitar a tarefa *não interrompida* [grifo do autor] dessa caçada sem termo palpável. Mal podiam os redactores do tratado de Alliança prever que o governo viria o qual não se satisfaria com ver na Assumpção um governo amigo e este governo reconhecido em todas as povoações do Paraguay sem a menor excepção e por toda sua população; nossas armas triumphantes em todo o território paraguay desde o Passo da Pátria até as cabeceiras do Iguatemy e desde a foz do Apa até Caazapa e Ijuty; López fora desse mesmo território e reduzido a um número insignificante de sequazes, a poucas centenas de homens; mas não contente com uma vitória tão completa, forcejasse em perseguir, com o nome de guerra na exploração dum deserto sem limites. *Eu estou resolvido, por um sentimento de honra e de companheirismo, a ficar enquanto houver por aqui Voluntários da Pátria*; [grifo nosso] mas, depois disso, considerarme hei moralmente livre, porque a tarefa actual de certo não é a que prévio o tratado de alliança nem a que esperei quando vim para este paiz. (Conde, 1870a)

A insistência e a pressão do Imperador, acrescidas da proximidade e do acompanhamento de Paranhos, controlaram os impulsos do conde d'Eu de abandonar a perseguição a López. Paranhos se tornou guardião das cautelas políticas do Império naquele momento, em relação tanto à permanência do conde quanto à organização de um repatriamento parcelado e politicamente seguro dos efetivos que atuaram na guerra.

No encaço de López, dá-se um episódio exemplar da variedade de erros cometidos pelos altos oficiais aliados, e não somente por d'Eu. Na perseguição à retaguarda de López, o general argentino Emílio Mitre, irmão de Bartolomé Mitre, quando alcançou o inimigo, em vez de dar-lhe combate, enviou parlamentar com nota, incitando-lhes a se render, nos seguintes termos:

Ao Sr. Major Olsura y Hermosa, comandante da retaguarda do exército do Marechal López.

Acampamento em Bageí, 21 de agosto de 1869.

Como comandante da vanguarda e por ordem do Exmo. Sr. General em chefe do exército argentino, convido-vos a render-vos a discricção, com as forças às vossas ordens, garantindo-vos a todos a vida e a retirada para vossos lares ou para outro ponto que mais vos convenha. Se, porém, não for aceita esta proposta de modo pronto e terminante, o exército de que sou vanguarda carregará ato contínuo e o castigo será severo, pois não damos quartel a nenhum soldado e sobretudo aos chefes e oficiais. Coronel Carlos Neri. (Fragoso, 1959, p.366)

O conde d'Eu manifestou desconhecer totalmente esse incidente, sobretudo – em seu entendimento – a descabida decisão de mandar um “parlamentário” (função semelhante a do estafeta) ao inimigo antes de atacá-lo, considerando o contexto do curso das ações militares. Pouco tempo depois, López foi morto e a guerra, encerrada.

D'Eu retornou à Corte com a pecha de “marechal decorativo” e “capitão marroquino” (Fleiuuss, 1942, p.19), mesmo com todas as dificuldades e com o empenho pessoal para encerrar a difícil campanha. Em geral, na historiografia da guerra, ele também permaneceu à sombra dos demais atores brasileiros. De acordo com Oliveira Viana,

[...] o Conde d'Eu não conseguira nenhuma popularidade, nem mesmo sequer a simpatia dos círculos políticos e sociais do País. Era ele um tipo acabado de gentil-homem, mas a quem faltava o fato preciso para entremostrear as muitas riquezas ocultas da sua alma, os seus grandes dons aristocráticos de caráter e de inteligência. Ninguém foi mais mal compreendido no seu meio do que ele; a maledicência tomou-o à sua conta para impopularizá-lo, projetando a sua personalidade na imaginação das massas, não numa imagem exata, mas numa imagem deformada e caricatural, em que não eram escassos os traços de antipatia e de grotesco. É assim que, sendo um bravo nos campos de batalha, diz uma testemunha daquela época, nunca se fez um herói estimado e consagrado pelos seus companheiros de armas; sendo um homem de maneiras simples, nunca se fez popular, um verdadeiro “mãos largas” em favor dos necessitados, mas que passava, entretanto, pela suspeita de avareza e sordidez. (Viana, 2004, p.160)

A guerra lhe arejou politicamente perante o Império, porém não o bastante para incorporá-lo de forma incontinenti ao panteão de líderes e heróis nacionais. Mesmo assim, permaneceu alta a consideração do conde com aqueles que lutaram na guerra, especialmente os Voluntários da Pátria. Logo após o término do conflito, vez por outra, circulava alguma correspondência do conde endossando o pedido de algum militar, a exemplo de um registro de 10 de agosto de 1870 em que ele encaminhou, ao visconde de Itaboray, então presidente do Conselho de Ministros, pedido de intervenção em favor do major honorário do Exército Rodrigo Augusto da Gama Costa, que pedia emprego de conferente na alfândega do Pará (Paço Izabel 10 de agosto de 1870... ; Museu Imperial, I-DVI 10.8.1870 Orl.d, MFN 14572; Petrópolis-RJ).

O que a juventude do conde lhe favoreceu, a sua empolgação inicial em tomar parte do conflito e, em função disso, na atenção e esmero que dedicou aos assuntos militares antes de participar pessoalmente dos combates, posteriormente lhe faltou, em maturidade e experiências concretas na atuação em batalhas na função de marechal de exército, posto que até então nunca havia exercido.

A decisão de mandar degolar Caballero também destoou da parcimônia com que procurava agir em relação às apelações que recebia de militares condenados pelo Conselho Militar de Justiça. Também permanece controversa sua decisão de revisão de contratos de fornecimento, logo que assumiu o comando, fato que contribuiu para o agravamento da relação das dificuldades com os fornecimentos e abastecimento da tropa. Enfim, à medida que se amplia o acesso a documentação e a diversidade desta, vai ficando mais clara a dimensão humana desse conflito, com as falhas e os sucessos de seus protagonistas.

## **D'Eu, a logística e os percalços da guerra**

A partir da década de 1860, de acordo com Caio Prado Júnior (1982, p.358), a balança comercial brasileira deixa de ser deficitária. Isso contribui substancialmente para ampliar investimentos

em infraestrutura, cuja melhoria visava, de preferência, suprir demandas da expansão cafeeira. Todavia, no tocante aos transportes, a melhoria de estradas, a construção de ferrovias e portos, embora insuficiente para atender a demanda brasileira, teria, ainda que minimamente, reflexos posteriores no esforço de guerra. Paralelamente ao crescimento da produção cafeeira e contribuindo, sobremaneira, para a melhoria dela, o capital inglês atuou intensamente nos investimentos em portos e na ampliação de ferrovias (Prado Júnior, 1982, p.169) e, de forma indireta, no próprio processo da incipiente e futura industrialização do país. Elemento importante aos fatos da guerra posteriormente e dentro de um quadro geral de crescimento e desenvolvimento econômico de vários setores, como afirma Caio Prado Júnior (1982, p.192), as companhias de navegação a vapor aumentaram em quantidade e serviços num período pouco anterior à guerra. Essas companhias de navegação a vapor desempenharam tarefa essencial na comunicação entre o centro político brasileiro e o teatro de operações militares.

A produção industrial brasileira entre as décadas de 1850 e 1860, por suas características mais manufatureiras e, em grande medida, artesanais, não eram suficientemente organizadas e dinamicamente produtivas para sustentar, em todas as suas dimensões, os fornecimentos e abastecimentos das forças militares brasileiras ao longo da guerra. Fato exemplar dessa situação foi o fechamento, no início da década de 1860, de duas importantes fábricas nacionais. Para Divalte Garcia Figueira,

[...] a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, localizada nas imediações de Sorocaba, mantida pelo Ministério da Guerra, foi desativada no final da década de 1850, porque vinha dando muito prejuízo. A outra era o estaleiro e fundição da Ponta da Areia. Localizado em Niterói, entrara em declínio no início dos anos 1860, em virtude da introdução das tarifas Silva Ferraz (1860) e a consequente queda do protecionismo, conforme explicação de seu proprietário, o barão de Mauá. (Figueira, 2001, p.36)

Para completar, de acordo com Figueira (2001, p.37), “quando a guerra contra o Paraguai teve início, a ‘nossa indústria manufatureira’ não só era ‘muito limitada’; pior que isso, estava em retrocesso”. Complementando essa situação, a prioridade dada aos itens de exportação mais rentáveis, como o café, encareceu a produção de alimentos básicos como o arroz e o feijão (Costa, 1966, p.133-4). Esses eram alguns dos principais aspectos do panorama econômico brasileiro ao início da guerra.

Com a guerra, as necessidades militares agigantaram os gastos com armamento, fardamento, transporte, alimentação e manutenção das forças brasileiras no Prata. Até a conquista de Assunção, o rio Paraguai constituiu a grande estrada por onde transitavam as forças brasileiras e sua logística. Dali em diante, o desafio da logística por terra tornou-se diferente do longo período anterior de guerra, com as facilidades do rio Paraguai. O quadro da situação militar brasileira no Paraguai, de acordo com Doratioto, demonstrava que:

A desordem administrativa do Exército completava e simultaneamente explicava seu quadro crítico. A tropa estava mal alimentada, devido ao precário serviço de fornecimento de víveres, monopólio da firma argentina Lezica & Lánus, que cobrava altos preços por seus fornecimentos. O mau estado de saúde das forças imperiais “era clamoroso” e a falta de ambulâncias fazia com que os soldados ficassem nos campos de batalhas até oito dias sem curativos. Faltavam fuzis, e mil soldados estavam desarmados, apesar de Caxias ter informado ao Ministério da Guerra não haver necessidade de nenhum armamento. (Doratioto, 2002, p.395)

Nesse contexto, as dificuldades para manutenção de equipamentos eram tantas ou maiores que as dos processos de compra. Muitas vezes, as informações que chegavam aos relatórios oficiais estavam aquém das dificuldades percebidas no cotidiano da guerra, algumas dessas informações, por vezes, também chegavam à imprensa diária da Corte e encontrava eco especial nos jornais que esboçavam oposição política à facção que ocupava o poder.

Como já estava ciente da situação no Paraguai, Paranhos encaminhava relatos dos acontecimentos oficiais em suas cartas ao conde, além de indicar ações a serem efetivadas pelos militares, recomendar pessoas, analisar perfis de representantes aliados, defenestrar militares e, nalguns casos, alguns fornecedores (Paranhos, 1869n). Logo que o conde chega ao teatro de operações, em 22 de abril de 1869, em carta a d'Eu, Paranhos faz suas primeiras recomendações acerca das providências da guerra e dá conselho em relação à lida com os fornecedores. Diz ele: “Regra geral: encomendas importantes e urgentes aos fornecedores não convem: o seu interesse é que o carro da guerra ande de vagar. Já eu o dizia ao Sr. General Guilherme, e agora leio esse conselho numa carta do Ministro Mathew ao Sr. Barão de Cotegipe” (Paranhos, 1869b).

O abastecimento e a organização das forças terrestres precisavam ser reorganizados em função do prosseguimento das operações. Com a nomeação do conde e após sua chegada à vanguarda das operações militares, em maio de 1869, Paranhos já o informava, por carta, o mais detalhadamente possível sobre as providências relativas aos fornecimentos:

Pelas minhas ultimas cartas, n<sup>os</sup> 9 e 10, dei conta a Vossa Alteza de todas as providencias que adotei ou aprovei para a *adquisição de cavallhada, e transporte da mesma e da locomotiva e wagons*. O Sr. Varela veio hoje muito afflicto prevenir-me de que no Par a nossa Comissão não quis examinar-lhe dusetos e tantos cavallos, que erão do seu contrato, fora os quaes fretára elle um vapor, que por esse motivo seguira sem aquella carga para Assumpção. Fica Vossa Alteza sem esse supprimento de cavallhada, falta o Sr. Varela ao seu contracto por nossa causa e tem um prejuizo que talvez devamos idenisar, posto que elle mostrasse não querer reclamar e se limitasse a selar o cumprimento de sua palavra, solicitando ao mesmo tempo providencias para o futuro. É verdade que eu não tinha ainda communicado officialmente ao Sr Tenente Coronel Luiz Alves os prazos daquelle contracto, quando o Sr. Varela expedio as suas ordens; mas essa communicação official, que eu fiz para prevenir os effeitos do máo humor que mostrou-me o Sr. Tenente Coronel Luis Alves, desde que não me mostrei disposto a subscrever o que elle fizesse só por si, não era

essencial. Não era essencial, vejo eu, attento a urgencia e as relações frequentes em que devia estar commigo o official mandado por Vossa Alteza para auxiliar-me naquella Commissão. Disse-me também o Sr. Varela que uma remessa de quinhentos cavallos, que elle comprára a Galvan, por ter o Sr. Luiz Alves declara que o contracto deste fora rescindido, a Commissão de Zárote ou do Par (não me recordo bem do lugar) não quis aceita-los em nome do Sr. Varela mas sim de Galvan. O fim fica preenchido, ou seião os cavallos recebidos em nome de Galvan ou em nome de Varela, mas Vossa Alteza comprehenderá que a intenção dos que assim procedem pôde ser a de prejudicar, no conceito de Vossa Alteza, o crédito do Sr. Varela. O Capitão Cabral que aqui esteve, um dos atos unificados de cavahada, não se cançava em fallar-me dos bons cavallos que tinha em Zárote Eduardo Gomes, que é irmão do Commissário escolhido pelo Sr. General Guilherme. (Paranhos, 1869e; grifo nosso)

Os fornecedores também passavam por apertos em relação ao cumprimento de suas obrigações contratuais, a exemplo do que cita a carta de Paranhos sobre o exame e a liberação de cavahada ou, noutro exemplo, a demora no fornecimento de alfafa em razão do encalhe do navio que a transportava. A referida carta dá o tom de um dos maiores problemas dessa fase final da campanha, que foi o fornecimento de cavahada e rezes para as demandas regulares das operações. Outro grave problema, que atingiu seu auge entre outubro e novembro de 1869, foram os fornecimentos destinados à alimentação da tropa. As dificuldades começavam com os processos de compra e se estendiam à fragilidade da logística de transporte e distribuição dos produtos necessários à manutenção da tropa.

O abastecimento das tropas que atuaram na guerra, pela sua amplitude e pelo seu quantitativo, propiciou uma série de problemas, seja pelas reclamações do comando militar brasileiro pelos constantes desabastecimentos e significativos atrasos dos fornecedores ou pelos reclames dos fornecedores por causa dos valores ou das quantidades negociadas e contratadas. As compras podiam ser feitas por diversas autoridades: comandantes dos corpos de Exército celebravam contratos de compras; presidentes de província – sobretudo o da província do Rio Grande

do Sul nesse caso – assinaram contratos; o ministro da Guerra realizava compras; alguns representantes diplomáticos também celebraram contratos de compras de produtos para as necessidades da guerra. Desse modo, não houve muita preocupação da organização militar e da estrutura político-administrativa do império em centralizar os procedimentos de compra e fornecimentos de forma a torná-los logisticamente mais adequado às rotinas administrativas e de combate na atuação militar. O prolongado período de guerra parece ter ensinado pouco à administração civil e militar quanto aos apuros logísticos da campanha.

Do estabelecimento do quartel-general em Luque à posterior interiorização nas ações contra López, a manutenção de linhas seguras e constantes de abastecimento, embora constituíssem fonte constante de solicitações, debates e reclamações nas correspondências oficiais, fugiram ao controle e escopo de preocupações da eficiência e da organização militar. Na relação com os fornecedores, mais do que o conde, o próprio Paranhos começou a reorientar o estabelecimento dos contratos, demonstrando que não havia interesse e vantagens, de sua parte e, no seu entender, para o Império, em continuar a relação com a principal firma de fornecimentos, que era argentina. Para ele:

Digão o que disserem os defensores do contrato actual, estou persuadido de que foi um erro entregar esse serviço a especuladores estrangeiros. Não obstante o bom conceito em que os Generaes D. Bartolomé Mitre e Gelly y Obes teem os Sr.<sup>es</sup> Lanús e Lezica, eu duvido do seu patriotismo e da sua finalidade como fornecedores. (Paranhos, 1869h)

Paranhos recomendou a d'Eu fazer negócios com os senhores Mauá & Amorim, e não com estrangeiros, e sugeriu ainda separar o fornecimento dos hospitais do de víveres (Paranhos, 1869h). D'Eu parece ter seguido o máximo possível as orientações do conselheiro diplomata. Com isso, na relação com outros fornecedores, como no caso do fornecimento de cavallada pelo senhor Juan Cruz Varela, por exemplo, que apresentou muitos problemas, com destaque

para o atraso ou não envio de cavallhada e, por consequência, o não cumprimento dos contratos com o Exército. Esses contratos foram firmados tanto com Juan Cruz Varela e Charles de Matt, quanto com o senhor Oliveira Gomes, a 32 patações cada cavallo. Este último cumpriu o contrato (Paranhos, 1869c). Na sequência, Paranhos recomenda contemplar o senhor Jarbas Barreto com algum contrato de fornecimento para o Exército. Ele declara, em carta, que o senhor Jarbas, sabedor da urgência, pode fornecer grande quantidade de barracas ao Exército (Paranhos, 1869l).

Os problemas de logística quanto aos animais a serem utilizados em campanha não se davam somente em sua compra e seu transporte; estavam também nos cuidados e na manutenção pela tropa. Quanto a isso, a grande necessidade de compra de animais decorria, em grande medida, conforme relatado em 1872 pelo conde, de problemas com a cavalaria:

Não só porem erão elles absolutamente alheios a quaesquer noções litterarias ou scientificas; mas tambem os habitos de muitos d'elles se tornavão em certos detalhes do serviço por demais refractarios aos sãos preceitos da disciplina e ás regras de uma boa administração militar. O resultado d'estes defeitos revelou-se principalmente na falta de cuidado sufficiente para o tratamento e conservação dos cavallos e bestas confiados á nossa cavallaria. A rapida destruição d'estes animaes e a necessidade de renova-os constantem<sup>e</sup> figuram sem duvida entre as causas que maiores onus impozerão aos cofres publicos augmentando de alguns milhares de contos a divida nacional. (Conde, 1872, p.9)

Além do trato e da manutenção dos animais, o problema se conectava à questão dos transportes e às dificuldades de aproveitamento das apreensões realizadas no avanço das forças. É exemplar, nesse sentido, um episódio envolvendo o general Câmara. No avanço das tropas rumo às cordilheiras, foram ocupadas Cerro León e Paraguairí, e Câmara foi enviado ao interior. Após batalha em San Pedro e Tupi-hu, ele se apossou de 18 canhões, ouro, prataria e milhares de reses (Doratioto, 2002, p.403). Também mandou degolar a maioria dos prisioneiros (Doratioto, 2002, p.404). Depois disso, “antes das

tropas brasileiras embarcarem, *sacrificaram reses e grande quantidade de cavalos, cabras e ovelhas*, pois não havia meios de transporte para levá-los; também foram incendiadas carretas e pequenas carroças” (Doratioto, 2002, p.404; grifo nosso). Por conseguinte, muitos componentes da oficialidade comandada pelo conde, diante dos problemas de transporte, pouco contribuíam para amenizar ou equacionar o problema, fato que se agravava quando se somavam o clima, a geografia e a natureza, que incidiam diretamente na manutenção de linhas de abastecimento.

Ao relatar as dificuldades da cavalaria na lida com os animais como diferencial, d’Eu contrapõe o exemplo da artilharia e completa que

[...] estes males não podião na verdade ser inteiram<sup>e</sup> evitados tratando-se de marchas forçadas por regiões aonde muitas vezes faltava aos animaes a conveniente alimentação. A prova porem de que a fiscalisação dos chefes, o zelo dos officiaes, o cuidado no tratamento dos animaes e o estudo intelligente dos meios de conserval-os podião em grande esca-la diminuir estes inconvenientes encontra-se na muito maior duração que apresentavão as bestas entregues á artilharia, vantagem devida ao cuidado dos seus distinctos chefes e briosia officialidade, chegando-se a observar o factor de figurarem ainda na expedição final do Cerro Corá, depois de terem ido até os sertões de Capivary, e regressarem ainda depois para a Provincia do Rio Grande do Sul alguns dos mesmos animaes que tinhão acampado em Tuyuty quatro annos antes e não sei mesmo se tomado parte o anno anterior na longa marcha de Paysandú ao Passo da Patria. (Conde, 1872, 1<sup>o</sup> Quesito, p.10)

Nesse caso, cabe a ressalva de a cavalaria usar muito mais animais do que a artilharia. Mas vale destacar na fala do príncipe consorte a diferença entre o trato e a manutenção dos animais nas diferentes armas.

Gado e cavalos constituíam o principal problema de abastecimento. As perdas desses animais, no mais das vezes, começavam na demora do desembarque de tais mercadorias dos vapores para o transporte terrestre. Ante os reiterados pedidos de d’Eu para que

Paranhos providenciasse a remessa de mais cavallhada, o último responde ironicamente que:

O que é preciso é que no Rosario haja actividade em desembarcar o que for. Junto aqui um officio do Commandante do “16 de Abril”, o qual diz que no porto de Rosario perdeu dezoito rezes, porque não desembarcou logo, tendo esperado 24 horas. Eu não sei se isto é assim, mas elle o diz. Receio que nos vapores e em terra haja quem engula bois inteiros, como há quem não se engasgue com fardos de alfafa. (Paranhos 1869r)

Concomitantemente à preocupação com fornecimento de animais, estava a alimentação deles, cujos principais produtos eram alfafa, forragem e milho. Os problemas com a cavallhada geralmente eram resolvidos com aquisições parciais, como no caso do lote recebido em 19 de abril de 1869, em que:

Foi mandada da Esquadra comunicação de haver chegado o vapor Leopoldo com 400 cavalos remetidos de Buenos Aires por Eduardo e Candido Gomes. Com exceção de 30 reservados para o quartel-general, e 6 para o ex-comandante interino, os outros foram mandados marcar com ferro da nação, devendo esses ser entregues 120 ao Sr. General D. Henrique de Castro, comandante da força oriental, conforme promessa anterior, e seguir o resto para Rosário, apenas de lá voltar o vapor Paysandu, que esperará ordem para nova viagem. (Taunay, 2002, p.27)

Na correspondência entre Paranhos e d’Eu, o primeiro relata que o fornecimento de forragem apresentava dificuldades – segundo justificativas dos fornecedores – por causa do encalhe de navios que a traziam do rio da Prata e Paraná. Em suas referências ao fornecimento de gado, Paranhos relata a expectativa de normalização do fornecimento, a despeito da grave crise por que passaram as forças em 1869 (Paranhos, 1869t).

Diante desses problemas, d’Eu, ao considerar a atuação da repartição fiscal e de outras experiências de controle e execução de procedimentos de compras e contrato para abastecer um exército em operações, com base na experiência da Guerra do Paraguai,

considerava extremamente necessária a formação de um corpo especializado nesse tipo de atividade. Ele cita a criação de um serviço de intendência a partir de 1866, porém salienta que tal setor não se mostrou efetivamente funcional para suprir as necessidades dos exércitos em deslocamento em território inimigo. Por isso ressalta a necessidade da presença atuante de representantes da arma de cavalaria nesse tipo de serviço ou repartição, desde que devidamente preparados para tal, de forma a garantir maior celeridade e qualidade, em especial na compra de animais como muares, cavalos, mulas e gado para alimentação ou tração. O serviço de intendência, nesse contexto, foi criado ante uma necessidade premente dos esforços de guerra. No entanto, funcionou precariamente de 1866 até o final do conflito, como um setor exótico diante da falta de centralização dos procedimentos e da multiplicidade de competências e atribuições de celebração de contratos e compras em funcionamento ao longo da guerra.

Os problemas com animais, especialmente cavalos, utilizados em combate foram diversos e expressivos no cotidiano das armas. Mesmo apresentando a Artilharia como exemplo da lida com os animais, d'Eu não deixou de apontar os problemas verificados nessa arma ao longo da guerra. Diz ele em seu relatório que:

Basta apontar que exclusivamente ocupados com o serviço das guarnições das cidades no qual alternão com a infantaria, não tem ocasião de se exercitar nem no tiro das boccas de fogo, nem no tratam<sup>to</sup> dos animaes, no modo de conduzir o respectivo material e de conservar o arriamento. Hum corpo n'estas condições, no qual officiaes e praças são totalm<sup>e</sup> ignorantes dos mencionados assumptos, se por ocasião d'uma guerra se lhe confiarem boccas de fogo e muares para marchar contra o inimigo, mostrar-se-ha sem duvida incapaz de desempenhar esse serviço, tornando-se um verdadeiro empecilho á marcha do Exercito. É o que se observou nos batalhões de artilharia no primeiro periodo da guerra do Paraguay e principalmente na longa marcha que levou nosso Exercito das margens do Uruguay ás do Paraná. Estes factos vem discriptos com vivas cores no folheto publicado no corrente anno sobre a organização da arma de artilharia em que varios distinctos officiaes ex-

puserão suas vistas sobre este ponto e o resultado de sua experiência. (Conde, 1872, p.12)

Defendia o conde que os corpos de artilharia melhorassem seu treinamento e que fossem treinados sem uma destinação específica, ou seja, tanto em artilharia de campanha quanto de montanha, por exemplo. A experiência prática na guerra e suas necessidades possibilitaram à artilharia, em alguns momentos, realizar experiências que não deixaram de trazer dificuldades e inconvenientes a essa arma. D'Eu, quanto a isso, cita que

Durante a guerra do Paraguay o Arsenal de guerra da Côte apromptou para as baterias de montanha reparos especiaes destinados a serem puchados sem armão, tornando-se assim o material mais leve. Este systema porem foi condemnado pelos officiaes de artilharia na campanha, por não apresentar sufficiente estabilidade virando-se com facilidade nos movimentos rapidos, e as peças de montanha trabalharão sempre com armão como as outras. Estas peças de montanha, de systema Lahitte, tambem nunca forão levadas nas costas de bestas, como o é em outros paizes a artilharia propriamente de montanha. A este respeito apenas, no tempo em que commandei o Exercito, fez-se um ensaio com as peças de systema Whitworth, colibre dous, as quaes assim como os seus reparos carregavão-se sobre o lombo dos animaes e descarregavão-se do mesmo modo sem grande difficuldade. Com tudo, e não obstante a grande leveza d'estas bocas de fogo, foi julgado preferivel conduzil-as nos seus reparos sendo estes puchados, e assim praticou-se na marcha das cordilheiras. Reconheceo-se tambem que mesmo as munições erão melhor acondicionadas e mais commodamente condusidas nos armões e carros manchegos do que nas costas dos muares por quanto n'este ultimo caso os animaes mostrarão-se difficeis de conter e mais sujeitos a se assustarem introduzindo assim a desordem nas fileiras. Conclue-se pois que a conducção da artilharia e material em costas de bestas não é conveniente senão quando as tropas tenham de galgar serranias inteiram<sup>e</sup> inacessiveis a viaturas como vi praticar por fracções do exercito Hespanhol na Africa. Taes alturas porem não se encontrarão nas provincias fronteiras do Brazil nem nas regiões limitrophes que mais possibilidade offerecem de virem a ser theatro de guerra para nosso Exercito. (Conde, 1872, p.13)

Mesmo com essas dificuldades, para o conde, alguns elementos de artilharia se mostraram vantajosos, a exemplo dos procedimentos:

Quanto aos foguetes entendo que devem-se exercitar no seu manejo certas baterias dos corpos de posição, duas por exemplo. Creio não ter sido ainda negado a vantagem que este genero de projectis apresenta em certas occasiões contra a cavallaria e que se reune a grande facilidade de transporte. Convem pois que uma bateria de foguetes, pelo menos, acompanhe o Exercito; e me parece entretanto que não deverá ella ser entregue aos corpos montados visto que assim serião estes desfalcados, distrahindo-se do serviço que lhes é proprio parte do seu pessoal. (Conde, 1872, p.13-4)

D'Eu acompanhou a movimentação da guerra desde seu início e vivenciou suas dificuldades entre 1869 e 1870. Boa parte dessa experiência e da avaliação do conde sobre o desempenho das forças brasileiras está nesse seu relatório de 1872.

## **Outros elementos da logística: arsenais e compra de materiais para guerra**

O início da Guerra do Paraguai, pelo inesperado de tal acontecimento, surpreendeu o Império brasileiro, que se encontrava quase completamente desaparelhado para fazer frente a um inimigo que avançou rapidamente e que lutava decidida e aguerridamente. Por conta das dificuldades iniciais do conflito e, principalmente, da distância e dos meios de transporte – os navios – utilizados no deslocamento de homens e mercadorias, durante a maior parte do tempo do conflito os principais fornecedores foram os comerciantes argentinos de Buenos Aires.

No entanto, o fornecimento de certos produtos e serviços, a exemplo de armas, sua manutenção e seus reparos foram executados por segmentos do governo brasileiro ligados aos ministérios da

Guerra e da Marinha, na maioria dos casos. Dentre esses, os arsenais de guerra foram peças muito importantes no sistema militar do Brasil imperial. Cabia-lhes suprir, naquilo que fosse necessário, as forças de terra e mar. Para tanto, havia dois arsenais centrais: o da Corte, que servia às forças de terra, e o da Marinha, que atendia à armada brasileira. Esses arsenais tinham uma lei, de 1832, que regulava as bases de seu funcionamento e que sofreu posteriores adequações. Desse modo, o Arsenal de Guerra da Corte,

[...] tinha a função de fornecer para o Exército armamento, todas as munições de guerra, fardamentos e equipamentos ali fabricados ou vindos do exterior. Era, portanto, fábrica e depósito. Desde o começo da década de 1860, os ministros da guerra reiteravam em seus relatórios reclamações quanto à localização do Arsenal de Guerra, e quanto à necessidade de transferi-lo para local mais amplo e mais seguro. Desde 1856 havia uma lei autorizando o governo a proceder à reforma do Arsenal, tanto das instalações quanto do regimento. Ano após ano, os ministros iriam reclamar essa reforma que, todavia, não se fazia e o motivo alegado era sempre a falta de dinheiro. (Figueira, 2001, p.89-90)

Essas dificuldades de investimento nos arsenais repercutiriam posteriormente nas necessidades da guerra. Em caráter experimental e complementar, além do Arsenal de Guerra da Corte, surgiram outros dois laboratórios pirotécnicos: o do Castelo, que funcionou até 1861, quando foi desativado, e o do Campinho, em funcionamento desde 1852, porém com sua criação oficial datando de 1860 (Figueira, 2001, p.93). Esse laboratório produzia, principalmente, cartuchame e cápsulas fulminantes, e, com a guerra, da mesma forma que o arsenal, teve suas instalações ampliadas, de modo que:

Em 1868, as obras de ampliação continuavam e o laboratório havia recebido, entre outras melhorias, um ramal ferroviário e uma estação telegráfica. Nele trabalhavam diariamente de quatrocentos a quinhentos empregados, fazendo munição para o armamento portátil e outros artifícios de guerra. Fabricava inclusive o cartuchame para as novas armas da marca Spencer e Roberts, recentemente compradas dos Estados

Unidos. E o ministro manifestava esperanças que viesse a fabricar os artefícios de guerra que ainda tinham de ser comprados no exterior. (Figueira, 2001, p.93)

Os laboratórios também funcionaram a todo vapor no período de guerra. A partir de 1868, sobretudo em razão do trânsito constante de navios entre o Rio de Janeiro e a região do conflito, da inauguração, em 1867, da estrada de ferro Santos-Jundiaí<sup>10</sup> (que cobria trecho de oito quilômetros e vencida aproximadamente 800 metros de altitude) e do desgaste das relações com o comércio argentino, houve aumento nas relações de comércio de compras realizadas na Corte pelos arsenais de guerra. Com a ampliação das demandas de produtos e serviços da Corte, o trabalho dos arsenais se amplia na fase final do conflito, de modo que o funcionamento do arsenal de guerra, de acordo com o relatório de 1868, no início da seção dedicada aos “Arsenais de Guerra e laboratorios”, informa que:

Por acasão de uma guerra tão importante, como a que sustentamos em desafronta da honra nacional, bem se pôde avaliar qual deve ter sido o movimento dos nossos depositos e arsenais: remessas continuas se fazem de armamento, equipamento, fardamento e munições para o teatro das operações, e nem por isso se tem deixado de exercer a necessária fiscalisação dos dinheiros publicos. Apesar de seu diminuto pessoal, e não obstante as circunstâncias extraordinárias do momento, a secretaria do arsenal de guerra da corte tem em dia *quasi todos os seus trabalhos*, sendo muito regularmente feita a escripturação das classes, em que se acha dividido o almoxarifado. (Paranaguá, 1868, p.11; grifo nosso)

O aumento do trabalho dos arsenais e o direcionamento a estes para realização de compras e outros procedimentos e suprir os fornecimentos para a campanha nessa fase da guerra têm como termômetro de seu crescimento as chamadas públicas para aquisições. Era

---

10 Essa estrada de ferro passou a ser denominada, da sua inauguração em 16 de fevereiro de 1867 até 1946, de São Paulo Railway Company.

muito comum os jornais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro publicarem chamadas públicas para aquisição de produtos ou serviços pelo Arsenal de Guerra da Corte. Exemplo disso se verifica no *Jornal do Commercio*:

Comissão de Compras da repartição da Guerra

De ordem do Sr. Conselheiro director da repartição fiscal, faço público que, em virtude do despacho de S. Ex. o Sr. Conselheiro de Estado ministro da guerra, datado de hontem, a comissão de compras tem de contratar no dia 6 de maio próximo futuro, 4,000 capotes de panno, destinados ás praças do exército. Os pretendentes á concorrência do fornecimento deste artigo deverão apresentar suas propostas ás 10 horas do referido dia 6, na sala da repartição fiscal onde funciona a comissão; na intelligencia de que se tem de conformar com as disposições do regulamento de 23 de junho do anno próximo findo, e especialmente com o determinado nos arts 9 a 13 e 16 a 22, devendo os capotes entrar de prompto para o arsenal de guerra da côrte. As amostras estão expostas na sala desta comissão. Sala da comissão de compras da repartição da guerra, 30 de abril de 1869. – O secretario, J. A. Viscente Coaracy. (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno 48, nº 120, sábado, 1/5/1869c, p. 2)

Ou ainda,

Arsenal de Guerra da Côrte

A comissão de compras recebe propostas no dia 3 de maio proximo futuro, ás 11 horas da manhã, para a compra dos artigos abaixo declarados:

- 1,629  $\frac{3}{4}$  côvados de panno azul regular
- 1,494 ditos de dito encorpados para capote
- 182 ditos de dito cor de rapé ou verde escuro
- 1,819 ditos de hollanda de linho ou de algodão
- 1,824 varas de brim escuro trançado
- 300 ditas de lona da Russia igual a mostra existente na sala da comissão
- 40 escarradeiras de metal, conforme a amostra do arsenal
- 1 terno de tachos de diversos tamanhos, de 5, 4  $\frac{1}{2}$  e 4 palmos de boca e 2, 1  $\frac{3}{4}$  e 1  $\frac{1}{2}$  de fundo

1 alambique do antigo systema, próprio para o fabrico de assucar, tendo a capacidade para conter meia pipa de caldo

Adverte-se que as propostas serão em duplicata e cada uma delas deverá tratar de um só dos referidos artigos, e serão firmadas pelos próprios fornecedores e estes ou seus prepostos, competentemente autorizados, deverão achar-se presentes na occasião da abertura das mesmas propostas, a fim de fazerem qualquer declaração que nelas se torne necessario; devendo os proponentes guiar-se pelas disposições da commissão de compras da secretaria da guerra de 23 de junho do anno passado, e pelas ordens ainda em vigor na commissão de compras deste arsenal. Secretario do arsenal de guerra da corte, em 29 de abril de 1869. – O secretario, José Antônio Frederico da Silva. (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno 48, n.122, segunda-feira, 3/5/1869a, p.2)

Além das chamadas no *Jornal do Commercio*, há várias outras de concorrência para o fornecimento de produtos aos arsenais. Como neste exemplo do *Diário do Rio de Janeiro*:

Arsenal de Guerra da Côrte

Marmita de folha para uma praça e cantis também de folha

A directoria do referido arsenal recebe propostas no dia 3 de janeiro proximo vindouro, as 10 horas da manhã, para a promptificação de nove mil marmitas de folha para uma praça, e dez mil cantis também de folha. Não se aceitam propostas que não tenham declaração do menor preço e praso em que pôdem ser fornecidos os ditos artigos; cujos modelos acham-se na portaria da secretaria deste arsenal para serem vistos pelos interessados. Adverte-se que os proponentes, ou pessoas por elles competentemente habilitadas, deverão estar presentes na occasião da abertura de suas propostas; não se abrindo as daquelles que deixarem de comparecer. Secretaria do arsenal de guerra da Côrte, em 30 de dezembro de 1867. – O secretario, José Antônio Frederico da Silva. (*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, nº 2, quinta-feira, 2/1/1868, p.3)

Tais chamadas públicas demonstram a ampliação das atividades dos arsenais. Contudo o caminho dessas mercadorias do arsenal até

a vanguarda das operações era mais complexo e, muitas vezes, imprevisível.

A comissão de compras do Ministério da Guerra, criada em meados de 1868 e extinta em 1876, administrou grande parte das compras dos gêneros que abasteciam as tropas brasileiras nos anos finais do conflito. Complementando, ou por vezes suprindo, os trabalhos da comissão de compras, havia um escritório do governo imperial em Montevideu, Uruguai, que também procedia a compra de fornecimento, conforme consta na sub-rubrica “etapas e forragens”, rubrica “quadro do exército” (Paranaguá, 1868, p.44), para parte das despesas com abastecimento. Essa comissão de compras do arsenal de guerra da Corte foi criada para auxiliar a aquisição de uma extensa e complexa gama de itens relacionados às necessidades da guerra. Em geral, os funcionários que executavam os processos de compras eram civis, com poucas exceções, contratados pelo arsenal. Havia uma diversidade grande de matérias que eram compradas, de tecidos e materiais para construção ou reforma de fortificações a itens para celebrações religiosas católicas e componentes para apetrechos básicos dos soldados. Mesmo assim, as demandas da guerra sempre foram maiores que a capacidade de ampliação dos serviços dos arsenais. Uma parte dos calçados utilizados pelo Exército, por exemplo, vinha de oficinas que funcionavam em presídios e colônias militares, como o presídio de Fernando de Noronha, que, segundo o relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1875, com algumas adequações, poderia suprir toda a demanda do Exército com produção exclusivamente nacional (Junqueira, 1875, p.48).

Havia, também, grande dificuldade orçamentária em subsidiar os arsenais de guerra das províncias (Junqueira, 1875, p.31), de tal sorte que, geralmente, eram destinadas apenas as verbas necessárias a sua manutenção mínima e pequenas reformas. Desses arsenais provinciais, o que se envolveu mais diretamente no conflito foi o da província do Rio Grande do Sul. Permanecia, no entanto, a situação de a maior parte dessas instalações ser inadequada ao seu funcionamento regular. Somente em 17 de maio de 1874 o imperador lançou a pedra inaugural das obras para construir um novo arsenal de guer-

ra na Corte, no Realengo do Campo Grande. Apesar de todos os investimentos feitos no Arsenal de Guerra da Corte e dos substanciais avanços em sua produtividade ao longo do período de guerra, os relatos oficiais a respeito valorizam, sobremaneira, a ampliação do potencial quantitativo das oficinas e da fundição do arsenal. O aumento progressivo das quantidades de reparos e da produção de novas peças de artilharia se destaca nas palavras dos ministros da Guerra em seus relatórios anuais. Todavia, parece não ter havido igual valorização do saber técnico ou do aprimoramento desse saber quanto à produção e aos trabalhos do arsenal ao final do conflito e depois de firmada a paz entre os beligerantes.

O problema de espaço para o adequado armazenamento da produção se transformou na falta de espaço para o adequado armazenamento dos produtos e equipamentos que retornavam com o fim do conflito. Somavam-se a isso a carência de regulamentos modernos e a equalização da estrutura burocrática e salarial dos trabalhadores desse arsenal. Outro ponto problemático dos fornecimentos diz respeito à alimentação. O rancho das praças do Exército ainda era regulado por legislação de 1828. De acordo com o relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1875,

O fornecimento da ração de etapa às praças do Exército ainda é regulado pelas tabellas que acompanharam a Carta da Lei de 24 de Setembro de 1828. Designam aquellas os generos que devem constituir o alimento diario das praças; e como o valor dos mesmos é variavel nas diversas localidades, segundo as circunstancias especiaes de cada uma, procede-se semestralmente ao calculo de uma avaliação, que nas Provincias é feito pelas Thesourarias de Fazenda, e na Côrte pelo Arsenal de Guerra, e só depois de examinado o mesmo calculo na Repartição Fiscal é que este Ministério marca, tanto para a Côrte, como para cada uma das Provincias, a etapa que deve vigorar em cada semestre. As referidas tabellas não tratam sinão de uma refeição, o jantar; mas os generos marcados para esta são em tal quantidade que deixam bem vêr a intenção do legislador de estabelecer uma base da calculo, tratando da etapa em absoluto, e nunca de impedir que se distribuisse mais de uma refeição durante o dia, como é mister para a boa alimentação, maximè

dos individuos destinados ao pesado serviço do Exercito. Assim é que, em os Corpos bem administrados, as caixas do rancho têm apresentado, mais ou menos, saldos, deixando vêr que, apezar das tres refeições diarias, como é de uso em todos os Corpos, a etapa avaliada pela tabella que marca uma unica refeição, não só deu lugar a que as praças fossem bem alimentadas, mas ainda a que houvesse sobras. (Junqueira, 1875, p.54)

Passado todo um longo período de guerra e, pelo teor dos relatórios do Ministério da Guerra, a mesma legislação de 1828 era considerada adequada às necessidades do Exército. As dificuldades com o fornecimento de alimentação à tropa na etapa final da Guerra do Paraguai foram enormes, com destaque para os meses de outubro e novembro de 1869. Não apenas o conde, mas também o ministro da guerra e o próprio imperador tiveram ciência dessa dificuldade. Porém, somente a partir de 1875, após muitas reclamações sobre as tabelas de refeição única, o governo flexibilizou sua utilização, especialmente nos locais onde a execução do orçamento destinado ao pagamento das refeições dos soldados era deficitário.

O acampamento de Passo da Pátria em 1868 já se configurava como espécie de central de abastecimento para os aliados, local onde os fornecedores concentravam mercadorias para enviá-las à vanguarda das operações. No relato biográfico sobre Arthur Oscar, soldado que chegou ao Paraguai em fevereiro de 1868, aos 17 anos de idade, verifica-se que

No Passo da Pátria, dependência da base de operações, havia depósitos de armamentos, de gêneros, de forragens e de outros couros. Foi ali que ele viu pela primeira vez alfafa e couros estaqueados, couros estes que empestevam o ambiente com o cheiro repugnante, a que visivelmente estavam já habituados os homens que guarneciam aquela posição, entre os quais muitos empregados no serviço do fornecedor, quase todos argentinos e orientais. (Guimarães, 1965, p.52)

Essa central de abastecimento, apesar de não ser a única, tornou-se extremamente importante e fruto de preocupações para os

comandantes aliados quando se verificavam problemas em seu funcionamento.

As dificuldades com o abastecimento afligiam até a esquadra, a exemplo da expedição ao rio Manduvirá, depois pelo rio Iagui, que até as proximidades da Vila de Caraguatay, onde:

Além de tudo, começavam a manifestar-se nos navios grandes faltas, tais como de azeite, carvão, graxa e mantimentos, de modo que o comandante viu-se logo na necessidade de despachar, a pedir aqueles indispensáveis recursos, primeiramente duas de suas lanchas e posteriormente, no dia 20, uma terceira, tendo elas chegado à foz do Manduvirá ontem à noite. (Taunay, 2002, p.31)

Ainda em abril de 1869, o conde começou a despachar seus pedidos para regularização de fornecimentos das forças em campanha, de forma que, em uma sua correspondência, ele diz:

Tomei muito em consideração o que me diz V. S<sup>a</sup> da falta de fardamento de que se rescentem as tropas sob seu commando, e ser lhe-há remetido o mesmo logo que existir disponível nos depósitos deste Exercito, cabendo recommendar lhe que V. S<sup>a</sup> não deixe de rementter tambem os pedidos relativos aos corpos de cavallaria da sua brigada. (Comando, 1869)

Além do abastecimento de gêneros alimentícios, o fornecimento de cavallada ficava aquém das necessidades. O conde d'Eu, já em meados de maio de 1869, sentia a seriedade desses problemas e apresentava o seguinte balanço da remessa de cavalos feita pelo Império desde sua chegada, de acordo com os dados dispostos no Gráfico 4.1.

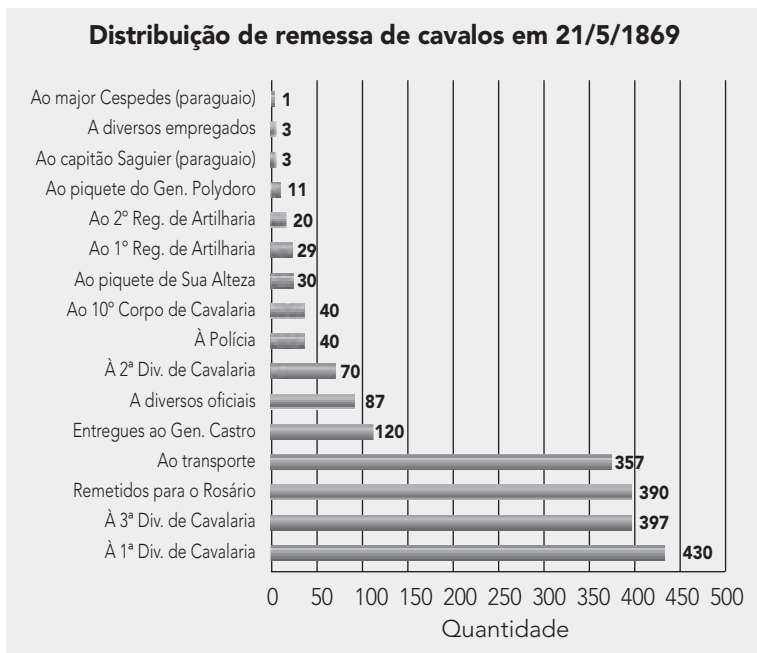


Gráfico 4.1 Distribuição de remessa de cavalos em 21/5/1869. (Taunay, 2002, p.54)

O Gráfico 4.1 perfaz um total de 2.028 cavalos. Esse balanço, que consta do *Diário do Exército*, a cargo do visconde de Taunay, são seguidos da seguinte constatação:

Como se vê, o número de cavalos recebidos não podia senão preencher as faltas mais sensíveis e de modo algum constituir reserva para acudir de pronto às necessárias vagas da cavalaria, um dos mais poderosos elementos na campanha que vai ter começo. (Taunay, 2002, p.54)

Como se percebe no relato de Taunay, os problemas com o abastecimento em geral estavam relacionados a uma frágil e complexa teia de contratos, com alguns sendo cumpridos e outros, nem tanto. Alguns dias antes, mais precisamente em 15 de maio de 1869,

Taunay registrava, no *Diário do Exército*, o pedido de fornecedores argentinos, de forma que:

O Sr. General Mitre veio ao Quartel-General pedir a Sua Alteza a revogação da ordem que recebera o comandante da guarnição de Humaitá para impedir a livre passagem de gado entre o Passo da Pátria e o rio Tebicuary; fundamentando tal pedido na impossibilidade que tinham seus fornecedores de transportar por água as reses do contrato por se acharem os vapores presentemente desarranjados. (Taunay, 2002, p.46)

Logo após a batalha de Campo Grande, em 1869, por ser fato marcante, registra o irmão de Arthur Oscar, tenente em comissão, que “Chegou a 20 de setembro a Arecutaguá. Embarcou a 6 de outubro, chegando à vila do Rosáio, depois esteve em Capivari e em São Joaquim, onde passou *sérias privações, como todo o exército*, por falta de gêneros” (Guimarães, 1965, p.73). Em 1870, o conde d’Eu escrevia ao ministro da guerra relatando o estado das coisas,

[...] hoje em dia tive a satisfação de deixar em depósito nas imediações daquele ponto, ou em caminho para lá, não menos de 4.554 cabeças de gado vacum e 133.245 libras de farinha. Êste último algarismo não dá uma reserva proporcional àquela que asseguram as existências do gado, desproporção que é devida à imensa dificuldade de conservar em estado de serviço os comboios de mulas destinadas a transportar aquêles gêneros. Como, porém, os esforços para multiplicar estes meios de condução não cessarão, tenho tôda a confiança que as remessas dêsse gênero de primeira necessidade continuarão a ser proporcionais ao consumo das forças de Curuguay. (Correspondência do conde d’Eu ao Ministro da Guerra, de 14/1/1870 apud Fragoso, 1960, p.147)

As dificuldades no fornecimento de gêneros de alimentação básica iam passando dos ofícios da oficialidade para as memórias e reminiscências da campanha, com destaque para recorrência, tempo de privação ou sensação de esquecimento pelos altos comandantes militares e civis.

Outro mecanismo para realização das compras necessárias às forças militares brasileiras foi o sistema de comissariado. Trata-se do “nome que se dava a um particular que se encarregava de fazer as compras” (Figueira, 2001, p.73). Há o registro de, pelo menos, uma experiência com o sistema de comissariado na Guerra do Paraguai, porém foi anterior ao período de comando de d’Eu. A utilização do comissariado ocorreu em 1866, com a contratação do negociante Manoel Antônio da Rocha Faria para comprar remédios, produtos hospitalares e fazer seu transporte até os hospitais de campanha (Figueira, 2001, p.74). Em 1869, depois dos graves problemas com o abastecimento entre setembro e novembro, d’Eu enviou ofício ao ministro da Guerra, no qual expressa que:

[...] a presente crise é mais uma prova da necessidade da organização de um comissariado, que permita à administração militar prover por si mesma o fornecimento das forças em operações, para que os movimentos do Exército não estejam dependentes de uma poderosa casa comercial, cujos interesses, por maior lealdade que se suponha em seus representantes, nunca podem ser identificados com os interesses na Nação Brasileira. (Reis, E. [1973?], p.100)

Posteriormente, ponderando sobre as experiências da guerra, d’Eu apresentou um relatório ao Conselho de Estado no qual desenvolve uma série de considerações sobre os problemas e as possíveis melhorias para o funcionamento da forças terrestres brasileiras. Questionado sobre a conveniência de se criar ou continuar utilizando a prática do comissariado para abastecer os exércitos em operações, esclareceu que:

Na guerra do Paraguay, pelo menos de certa epoca em diante, ficou esse importante serviço confiado á Intendencia, repartição creada por umas Instruções que forão assignadas pelo Ministro da Guerra em 20 de Outubro de 1866 e remettidas para o exercito, que não se encontrarão porem na legislação militar, sem duvida por terem tido character transitorio. Parece-me incontestavel que foi de grande utilidade a medida contida em taes Instruções em virtude das quaes a In-

tendencia, de conformidade com as ordens do General em Chefe não só celebrava contractos com fornecedores como procedia a quaisquer outras compras que se tornavão precisas; nem concebo mesmo como podia funcionar anteriormente o serviço do fornecimento do exercito sem uma repartição que d'elle fosse incumbida quer se chame Commissariado ou Intendencia. Parece-me porem que aquellas instrucções não forão sufficientemente explicativas ao regular as attribuições da Intendencia e forão omissas na parte em que devião estabelecer as relações das repartições de Fazenda com a do Quartel Mestre General e discriminar os deveres de cada uma. Seria pois de intuitiva utilidade a existencia de um Regulamento que desenvolvesse aquellas Instrucções e tornasse claros os deveres de cada repartição, estabelecendo a esse respeito principios genericos attendendo aos diversos casos que se podem apresentar de compras a effectuar directamente e de contractos a celebrar, quer para fornecimento de longa duração, quer para aquisição repentina de objectos que se tornem necessários. (Conde, 1872, 3º Quesito, p.2-3)

Por ter acompanhado a guerra desde seu início e lidado com a administração militar entre 1865 e 1869, d'Eu foi instado a comentar esse tema em 1872. Assim, quanto à experiência com o commissariado, ele relatava se tratar de uma questão de difícil solução, de modo que:

Em toda legislação do Exercito que consultei nas compilações existentes não encontrei uma só disposição relativa a Commissariados ou a assumptos connexos como este. Apenas no regulamento para as repartições dos Deputados do Ajudante General e Quartel Mestre General dos Corpos do Exercito de Operações que baixou com o Decreto nº 2.038 de 25 de Novembro de 1857 (e que parece ter sido uma forma de outro aprovado pelo Decreto nº 762 de 22 de Fevereiro de 1851), menciona-se no Art. 9º e 5º e 6º que são deveres do Deputado do Quartel Mestre General: “Fiscalisar a recepção, distribuição, conservação e consumo do armamento, fardamento e equipamento, cavahada, munições de guerra e de boca” e bem assim “Fiscalisar as Repartições do Commmissariado e Pagadoria anexas ao corpo de Exercito e toda a sua escripturação”. (Conde, 1872, 3º Quesito, p.1)

Sobre as conveniências do sistema de comissariado na guerra do Paraguai, especialmente em sua fase final, o conde relata que:

[...] Se houve ocasião em que pudesse parecer vantajoso semelhante systema foi sem duvida a guerra do Paraguay; pois por um lado o paiz que se invadia não offerecendo por assim dizer recurso de nenhum genero, tornavão-se de necessidade os contractos de longa duração, por outro tinhamos na retaguarda a poderosa Praça de Buenos Ayres, cujas firmas commerciaes, cada vez mais enriquecida pela guerra dispunhão de grandes meios para poder satisfazer as necessidades do Exercito e substituir quasi inteiramente a administração militar; finalmente os transportes, pelo menos até o anno de 1869 erão feitos quasi unicamente por agua, serviço para o qual os particulares não se achão menos habilitados que as repartições do exercito. Inclino-me entretanto a crêr que mesmo nestas condições favoraveis não foi vantajosa ao exercito a concentração nas mãos de um só particular, de todo o serviço do fornecimento. Quando em 1869, a natureza das operações se achou mudada em consequencia da retirada do inimigo para o interior do paiz, os fornecedores nem sempre dispuzerão dos convenientes meios de transporte terrestre para acompanhar as marchas do exercito; por vezes foi preciso recorrer aos animaes do estado para buscar os generos que se tornavão necessarios ao sustento das forças em operações em differentes pontos. (Conde, 1872, 3º Quesito, p.3-4)

Percebe-se pelo relato que 1869, como marco de uma nova etapa do conflito, demandou outra reorganização do sistema de abastecimento, de maneira que viabilizasse a interiorização das forças aliadas em franco domínio inimigo.

Já se vê que este serviço ter-se-hia feito de modo muito mais vantajoso se durante os primeiros annos da guerra nossa administração tivesse adquirido a esse respeito a conveniente pratica e o corpo de transporte tivesse sido organizado de modo a attender a essas necessidades; cousa anologa se deu em relação ao fornecimento de gado. Depois que o exercito em Setembro e Outubro de 1869 sentio falta d'este alimento de primeira necessidade, deliberei-me a mandal-o comprar a diversos commerciantes independentemente de contracto existente com forne-

cedores e tirei grande proveito d'esta providencia que não só proporcionou a nossos soldados gado mais gordo que aquelle ordinariamente entregue pelos fornecedores como, assegurando-nos uma reserva d'este artigo facilitou grandemente as operações que trouxerão o aniquilamento das ultimas forças inimigas. (Conde, 1872, 3º Quesito, p.4)

Por conseguinte, refletindo sobre os procedimentos quanto à celebração de contratos para fornecimentos para as forças brasileiras em operação na guerra, d'Eu diz que:

Fornecem exemplo instructivo os factos que se derão no principio da guerra do Paraguay, em 1865. De todas as partes reunião-se as forças destinadas á invasão do territorio inimigo. O exercito principal marchava do Estado Oriental por Entre rios e Corrientes em direção ao Paraguay e outro organisava-se na Provincia do Rio Grande do Sul com contingentes ás pressas armados e reunidos. Para sustentar toda essa gente não havia, ao que parece, outro systema que o de contractos celebrados com fornecedores e entretanto nem por isso deixavão de ser immensas a difficuldade e a confusão que d'elle nascião. Pode-se apreciar o estado de cousas que então reinava, percorrendo os volumosos annexos que acompanhão o Relatorio do Ministerio da Guerra de 1866. Principalmente na Provincia do Rio Grande do Sul parece ter havido um verdadeiro chaos. Celebrava contactos o Ministro da Guerra que ahi se achava n'essa occasião; celebrava-os o General em chefe Barão de Porto Alegre, celebrava-os a Presidencia da Provincia em Porto Alegre, celebravão-nos até Commandantes de Divisões Provisorias como o Barão de Jacuhy e o Brigadeiro Portinho; e comtudo isso não cessavão as ansias do Ministro o qual não via assegurando o fornecimento das forças, ansias que se revelão na sua correspondencia official publicada entre os ditos annexos. (Conde, 1872, 3º Quesito, p.5)

Desse modo, o conde afirma, em seu relatório de 1872:

Persuado-se não obstante que aquelle importante serviço se teria realisado com mais regularidade e efficacia se tivesse estado centralizado junto do General em Chefe e entregue sob as vistas d'este a uma repartição convenientemente organisada que fosse por elle responsavel e desta-

casse os necessarios empregados para as diversas divisões ou columnas isoladas. (Conde, 1872, 3º Quesito, p.5)

Por ocasião desses problemas verificados nos procedimentos e processos de abastecimento é que, em 1866, foi criada, como reparição complementar, a comissão fiscal. Assim:

No exercito que n'aquella mesma epoca atravessava o territorio Argentino os inconvenientes não forão salientes porque havia mais unidade no Commando e não se achava tão dessemnadas as forças. Entretanto ahi também apparecerão difficuldades: é notavel a este respeito, entre outros, o officio, publicado entre os referidos annexos, dirigido ao Ministro da Guerra em 13 de Dezembro de 1865 pelo General em Chefe Manoel Luiz Ozorio o qual termina lembrando a criação de uma Comissão de inteira confiança do Governo e com exclusão do General em Chefe para promover e regular o fornecimento do exercito. Não concordo com a exclusão do General; pois este deve necessariamente ser sempre a primeira autoridade em todos os ramos da administração do exercito e o primeiro responsavel por elles. Porem, salvo esta restricção, o que havia de ser essa Comissão lembrada pelo General Osorio, para promover e regular o fornecimento senão uma especie de Commissariado? Essa lembrança revela que a repartição fiscal annexa ao Commando do Exercito era, quer por sua organização, quer por suas attribuições menos bem definidas, insufficiente para preencher convenientemente a esse serviço; e tanto o era que um anno mais tarde foi ella completada pela criação da Intendencia a qual ainda assim não tinha a meu vêr a organização mais propria para acudir a todas as necessidades das operações. (Conde, 1872, 3º Quesito, p.6)

Assim, as atividades bélicas iam se conformando às necessidades ou aos problemas enfrentados pelos fornecedores de víveres e produtos. Note-se que nos registros de Taunay encontram-se, propositadamente ou não, várias referências à intermediação da autoridade máxima argentina em favor de seus fornecedores conterrâneos na celebração de contratos com as forças aliadas, especialmente com as forças brasileiras, que eram maioria. Nesse sentido, verificam-se menos ocorrências dessa ordem em relação à intermediação das autoridades

brasileiras que atuavam na guerra em favor de seus conterrâneos – ou, pelo menos, esta intermediação não ocorria nas proximidades do teatro de operações –, atendo-se, desse modo, mais à Corte e aos portos mais movimentados, como o de Montevidéu e o de Buenos Aires.

O visconde de Taunay (2002) registra fornecedores de gado e cavalo. Cita excepcionalmente uma situação onde foram utilizadas ovelhas devido à escassez de gado; registra problemas com transporte, especialmente os relacionados à manutenção e ao funcionamento de trens e trechos de ferrovia que se prestaram à comunicação e ao abastecimento dos aliados; cita, a todo instante, a chegada e, de vez em quando, a partida de vapores ou paquetes. Mas não ultrapassa isso. Como era engenheiro, Taunay concentra certa quantidade de relatos do vaivém de peças de artilharia (chamadas na ocasião de “bocas-de-fogo”) em medidas e quantidades, em quantitativos de efetivos que chegam, sem delongas, seus destinos, e do mais imediato momento de incorporação às forças que já estavam atuando. No mais, não há relatos ou detalhamento de outros tipos de fornecimento. Raras são as referências nesse sentido. Não se relata fornecimento de fardamento, calçados, correspondências ou encomendas; nem de gêneros alimentícios para a tropa, gado, material de cozinha e acampamentos, abarracamento, material para cerimônias religiosas realizadas nos acampamentos ou demais produtos e serviços que deveriam ser comuns nos acampamentos militares. Tais vazios nos relatos de Taunay fazem parecer que as tropas já dispunham de tais coisas ou que elas nunca foram necessárias ao cotidiano militar.

Na diversidade de agentes que podiam realizar compras para suprir as necessidades da guerra, muitas eram feitas diretamente pelos representantes diplomáticos, por meio de uma comissão especial ou com acompanhamento de algum oficial designado para tal. Dependendo da relação desse oficial com o representante diplomático, a compra poderia ser mais ou menos vantajosa para o governo brasileiro em termos de preço e quantidade. Porém, quanto à cavalhada, a qualidade do que era adquirido e os procedimentos de envio à vanguarda das operações não recebiam o devido acompanhamento pelos oficiais e pela representação diplomática, que se restringia a

cobrar, pressionar e interpelar os fornecedores quanto ao cumprimento dos contratos ou sugerir-lhe ressarcimento quando havia falhas administrativas dos representantes do governo brasileiro entre os fornecedores.

A representação diplomática, especialmente Saraiva, contentava-se em se desculpar oficialmente ao Comando em Chefe e pressionar os contratados em relação aos fornecimentos diante dos eventos de *fricção* (Clausewitz, 1996, p.83-6) comumente ocorridos numa guerra. Assim, mesmo com os problemas de fornecimento sabidamente ocorrendo pela interferência de uma série de eventos imponderáveis, os militares não se preocuparam em designar gente de seus quadros específicos para gerenciar e aprimorar os procedimentos de fornecimento de cavahada, por exemplo. Limitaram-se, na maioria dos casos, a reclamar oficialmente e cobrar providências de outras partes envolvidas, recomendando, no mais das vezes, um aumento nas quantidades a ser contratadas a fim de reduzir a carência desse tipo de fornecimento nas atividades da vanguarda. Terminada a guerra, em telegrama ao imperador em 1875, Paranhos assim relata: “não me arrependo de ter concorrido para dar mais algum armamento ao Exército e a Armada, impondo assim respeito e prudencia ao visinho que se armava a todo o custo” (Paranhos, 1875).

Em diversas ocasiões, os fornecedores se aproveitavam dessa desorganização das forças brasileiras relativa aos procedimentos de compra para tratar ora com a diplomacia, ora diretamente com os militares a fim de ampliar a vigência dos contratos e, dependendo do risco envolvido no envio da cavahada até a frente de batalha, aumentar substancialmente o preço cobrado pelo transporte e por unidade de animal fornecida viva. Desse modo, tanto os fornecimentos de cavahada como outros produtos ditavam o tempo e a intensidade de algumas operações. Os fornecimentos se tornaram, muito cedo, um elemento de controle indireto, influenciando inexoravelmente na duração do conflito, além de terem favorecido, pretensa e inicialmente pela proximidade, o comércio do rio da Prata de modo geral e, em especial, os argentinos de Buenos Aires. Quanto a esses, eis o que diz Doratioto:

[...] comerciantes de Buenos Aires enriqueceram com o ouro brasileiro que chegou à cidade como pagamento de fornecimentos ao Exército imperial, e o governo argentino aproveitou para cobrar impostos de mercadorias em trânsito do Brasil para o Paraguai. Os ganhos financeiros dos aliados políticos de Mitre com a guerra levaram o mitrismo a ser apelidado de “partido dos fornecedores”. (Doratioto, 2002, p.463)

Se por um lado a Argentina obteve um inequívoco lucro comercial com a guerra, por outro lado, a administração imperial não apenas deixou de fomentar a incipiente base industrial no Brasil, como não ampliou sua base comercial de acordo com as demandas da guerra. A guerra foi um evento lucrativo para o desenvolvimento econômico da região do Prata. Isso se deu não apenas pelo comércio direto em si, mas por outros fatores secundários. Por exemplo, o processo de transporte da cavahada, que compreendia uma parte feita por navios e outra por terra, era crivado de problemas que impactavam diretamente no preço contratado. Em termos logísticos, a dinâmica de fornecimento a partir do comércio da região platina tinha seu ponto mais frágil no processo de transporte, com profundos impactos na qualidade e quantidade dos produtos fornecidos. Por conta disso, o transporte de fornecimentos se tornou uma grande preocupação de d’Eu e Paranhos. Esse deslocamento por terra, em algumas ocasiões, foi feito por trem nalguns trechos do percurso; nos demais, pela condução dos rebanhos de animais por tropeiros ou militares até os acampamentos que necessitavam deles. Eram viagens difíceis, que não agregaram melhorias substanciais ao longo do conflito.

A saída de Caxias e o período sem comando central forte levou ao esmorecimento de certos procedimentos administrativos, com repercussão nos contratos de abastecimento de forragens, gado e cavahada, sentidos com mais intensidade posteriormente, a partir do período de comando do conde d’Eu. Os problemas de abastecimento quanto ao fornecimento de rezes, mulas e cavalos se tornaram recorrentes na correspondência trocada entre Paranhos e d’Eu, o que demonstra ser essa questão mais grave do que supõem autores que

relataram o período de atuação do conde à frente das forças brasileiras, impactando diretamente na condução das operações (Doratioto, 2002; Fragoso, 1959; Fragoso, 1960; Cascudo, 1933; Rangel, 1935). De acordo com Doratioto,

[...] em todas as praças comerciais do Prata, construíram-se fortunas, graças “à reconhecida tolerância da administração brasileira”, ou seja, das intendências militares, com o alto preço que se lhes vendiam os mantimentos. Somente os gastos com alfafa, comprada em Buenos Aires, ascenderiam à enormidade de dois milhões de libras esterlinas por ano. Parece um número excessivo e o próprio autor da informação, o representante espanhol na capital argentina, a relata no condicional. Escreve, porém, de modo taxativo, que havia “abusos” com os gastos de guerra brasileiros, ao indicar a existência de corrupção nos fornecimentos às tropas brasileiras, mas sem apontar os responsáveis. (Doratioto, 2002, p.351-2)

Com isso, a longevidade do conflito gerou pouquíssimo aprendizado quanto ao controle e gerenciamento qualitativo dos fornecimentos, facilitando a geração de grandes fortunas a partir do comércio para a guerra, temática ainda pouco explorada na historiografia brasileira sobre esse evento.

Na Corte, vez por outra, ao sabor dos debates que corriam na imprensa carioca entre jornais liberais e conservadores, apareciam algumas notas com reclames sobre pagamentos e a situação das tropas que nos permitem ter uma dimensão maior das dificuldades do governo imperial em comprar e fazer chegar as mercadorias necessárias à vanguarda da luta. Muitas dessas reclamações publicadas na imprensa eram feitas sem identificação ou com a utilização de pseudônimos. Ainda que mais difíceis de se comprovar, também não era incomum a formação de cartéis para atender às chamadas de concorrência do arsenal de guerra.

O avanço da vanguarda destoava da capacidade de organização em se manter uma linha de abastecimento constante de gêneros alimentícios de primeira necessidade, mesmo levando em consideração o fato de a alimentação da tropa ser provida por gado tomado

ao longo do avanço ou da recorrência à caça para conseguir alimentação. Desse modo, o comprometimento da eficiência e rapidez das operações se via diretamente ligada à sustentação logística das linhas de abastecimento, que, por uma série de vulnerabilidades, afetou significativa e negativamente a atuação militar de d'Eu.

Sinteticamente, a transição de comando de Caxias para d'Eu compreendeu um período de alto desgaste político interno para o Império em relação à guerra. O conde, disposto a tomar parte no conflito, viu seus esforços nesse sentido se esvaziarem nas decisões do Conselho de Estado. Só após a surpresa pela saída de Caxias, com as tropas estacionadas na capital paraguaia já conquistada, o imperador solicitou a d'Eu que assumisse o comando das forças brasileiras. Ao assumir, o conde encontrou as tropas cansadas de uma guerra que parecia interminável e graves problemas de fornecimento e abastecimento. Tais dificuldades logísticas contribuíram para estender o tempo da guerra, afligindo diretamente o cotidiano militar.

A guerra teve uma dimensão diferente daquela vivida nos anos anteriores, com forte pressão por algum desfecho em relação a López, fato que se consumou só um ano após a retomada das operações militares pelo conde. O desconhecimento do terreno, o clima e o próprio comportamento de López tornou o conflito mais dramático, em especial quando ele se afasta de suas vias preferenciais – os grandes rios – e a logística por terra se tornava mais complexa. A morte de López encerrou a guerra, mas não resolveu os problemas logísticos que os beligerantes passaram a enfrentar.



## 5

# D'EU, PARANHOS E AS PROVIDÊNCIAS AO FINAL DA GUERRA

*Motte*

*O cabo Chico diabo  
Do diabo Chico deu cabo*

*Gloza*

*Sanhuda fera faminta  
De sangue que derramar,  
No próprio pátrio palmar,  
Foi-lhe a negra vida extinta:  
Negro fado o castigou,  
Pois com a vida pagou,  
Foi um valente soldado,  
O cabo Chico Diabo,  
Que n'um esforço mais qu'ousado  
Do diabo Chico deu cabo.  
– Mote do *Jornal do Commercio**

O histórico da campanha em 1868 colocou, na pauta prioritária das preocupações imperiais, o Sul, o conflito com o Paraguai e novos perigos em potencial no Prata. Em carta ao imperador de dezembro de 1868, Paranhos escreve sua impressão relativa à situação argentina, em que considera que “tão expressivo é o discurso de Sarmiento quanto reservado se mostrou o de Mitre, em relação à guerra” (Paranhos, 1868). Além da atenção sobre Argentina, as cartas de Paranhos ao imperador no final de 1868 revelam grande preocupação com os representantes estrangeiros que se faziam presentes no Paraguai e em contato com López, em especial o general norte-americano Mac-Mahon.

O início de 1869 foi preocupante para o Império, pois a saída de Caxias e o lapso de tempo transcorrido até a chegada do conde d'Eu

semearam, nos efetivos brasileiros, além do desânimo pela falta de ação, um enorme descontrole, a ausência de um comando firme e a convivência com os descaminhos e abusos de soldados e oficiais. Concomitantemente às ações militares ainda em curso, a pressão diplomática imperial se fazia constante. Nesse sentido, as representações diplomáticas da França e da Itália faziam gestão com os aliados e, mais especificamente, com Paranhos para resolverem as questões sobre sua permanência e o estabelecimento de seus consulados em Assunção.

Em razão do vácuo de comando então ocorrido, o efetivo terrestre em território paraguaio, que vinha de uma série de vitórias em batalhas e avanços, estagnou em Assunção. A tropa, então, foi tomada pelo desânimo e pela desordem. Mesmo com a chegada do conde d'Eu, a retomada das ações em relação a López demandou algum tempo e muito esforço do novo comandante. O conde d'Eu imprimiu, após pequena reorganização das tropas, nova ordem às ações da guerra. Todavia, o período de transição entre a saída de Caxias e a chegada de d'Eu deixou marcas que latejariam até o fim do período de ocupação.

Enquanto a perspectiva de finalizar a guerra e as discussões acerca do novo governo paraguaio tomavam corpo, vez por outra atritos nas relações entre militares e diplomatas surgiam nas correspondências do alto escalão brasileiro, a exemplo de um breve relato de opinião sobre o marechal Victorino em carta de Paranhos a d'Eu:

Vossa Alteza falla-me na vinda do Marechal Victorino. Este general tem o mérito da bravura, mas creio que lhe falta intelligencia e que não é dos mais prudentes. A elle se attribue no todo ou em parte, o inútil e sangui-nolento ataque de 18 de julho em Tuyuty, depois do brilhante feito do General Polidoro no dia 16. (Paranhos, 1869e)

Acrescente-se o fato de Paranhos, quando estava em Buenos Aires, em maio de 1869, ter conhecimento de uma série de boatos sobre possíveis complôs que estariam em curso em Assunção e que essa praça apresentava enorme fragilidade quanto ao controle da circulação de pessoal, em especial com demérito para as atividades militares propriamente ditas. Essas circunstâncias reforçaram a opção

imperial por um intenso e acurado trabalho diplomático concomitante às ações militares.

Como representante diplomático e plenipotenciário brasileiro, Paranhos devia garantir a prevalência dos interesses do Brasil no Paraguai, sobretudo ante os interesses argentinos. O país só estabeleceu uma legação diplomática oficial no Paraguai em 1872; até então, o representante brasileiro, o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário conselheiro dr. José Maria da Silva Paranhos, em geral ficava em Buenos Aires, embora já atuasse diretamente em solo paraguaio desde 1868.

Como as discussões no parlamento eram em geral acaloradas e pouco consistentes, as definições na política externa brasileira advinham de poucas cabeças, de forma que, em pouco tempo:

[...] o centro do pensamento político brasileiro aplicado às relações externas girava em torno de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, que aglutinava a maioria dos homens públicos em favor da “neutralidade limitada”, uma formulação política moderada e enérgica ao mesmo tempo, sensível ao conceito de soberania e mais ainda ao do interesse nacional a defender. Correspondeu essa corrente à sustentação ideológica da política externa no período. (Cervo; Bueno, 2002, p.126)

Ainda em 1869, o governo imperial começou a tomar providências diplomáticas referentes à fase final da guerra. Para tanto, Paranhos trabalhava em Buenos Aires e, seguindo instruções do barão de Cotegipe, fazia gestões para formar um governo provisório paraguaio. Tal governo, no entender de Paranhos, obviamente deveria cumprir os dispositivos do Tratado da Tríplice Aliança e manter atenção cautelosa quanto aos interesses da Argentina e de outros países ditos neutros, a exemplo dos Estados Unidos.

Ao considerar o processo de implementação do governo provisório no Paraguai pós-guerra, Efraím Cardozo sustenta que

Los aliados comenzaron a divergir sobre el modo de encarar la liquidación diplomática de la guerra. El Brasil destacó a Asunción a su principal diplomático, José María da Silva Paranhos, quien promovió

la constitución en el territorio ocupado de un gobierno paraguayo con autoridad para ajustar la paz y los límites sobre la base del Tratado de Alianza. El canciller argentino Mariano Varela combatió este criterio. Adujo que “la victoria no da derechos” a los aliados a imponer límites, y que éstos debían ser negociados con los poderes constituidos por la soberanía popular, terminada la guerra y de acuerdo con los títulos de las partes. Finalmente, el 15 de agosto de 1869 se constituyó un gobierno provisorio integrado por Cirilo Antonio Rivarola, Carlos Loizaga y José Díaz de Bedoya. Una de sus primeras medidas fue poner al mariscal López fuera de la ley, “como asesino de su patria y enemigo del género humano”.<sup>1</sup> (Cardozo, 1965, p.106)

Nesse sentido, após a ocupação de Assunção, enquanto as tropas brasileiras se instalaram na cidade, as argentinas acamparam em seus arredores. Todavia, antes do fim da guerra e da morte de Solano López, em despacho a Paranhos, datado de 1º de fevereiro de 1869, o barão de Cotegipe chamava a atenção da representação diplomática brasileira em Buenos Aires em relação ao cenário do fim da guerra:

V. Exa. conhece perfeitamente todos os compromissos da presente guerra e a gravidade da situação atual. Por um lado, o inimigo está inteiramente vencido, arrasadas as suas fortificações, aprisionado o seu material de guerra e dominado todo o seu litoral. Por outro lado, parece certo que o general López ainda permanece no território paraguaio e tenta manter-se no interior. Presume-se também, e com fundamento, que o general Mac-Mahon, Ministro dos Estados Unidos da América

---

1 [“Os aliados começaram a divergir sobre o modo de encarar a liquidação diplomática da guerra. O Brasil enviou para Assunção seu principal diplomata, José Maria da Silva Paranhos, que promoveu a constituição em território ocupado de um governo paraguaio com autoridade para ajustar a paz e os limites de acordo com a base do Tratado da Aliança. O chanceler argentino Mariano Varela combateu esse critério. Argumentou que “a vitória não dá direitos” aos aliados de impor limites e que esses deveriam ser negociados com os poderes constituídos pela soberania popular, terminada a guerra e de acordo com os títulos das partes. Finalmente, em 15 de agosto de 1869, constituiu-se um governo provisório integrado por Cirilo Antonio Rivarola, Carlos Loizaga e José Díaz de Bedoya. Uma das suas primeiras medidas foi colocar o marechal López fora da lei, ‘como assassino da sua pátria e inimigo do gênero humano.’”] [tradução nossa]

do Norte, se acha junto ao ditador e o anima com sua presença. (Barão apud Fragoso, 1960, p.281-2)

As possíveis repercussões dos ajustes para o encerramento do conflito, a presença suspeita de estrangeiros em contato com López e a considerável preocupação do governo imperial ainda que mal terminada a guerra com as pretensões argentinas ensejavam ação cautelosa e segura do Brasil. Entretanto, na mesma correspondência, o barão de Cotegipe orienta Paranhos a respeitar integralmente o Tratado da Tríplice Aliança como forma de garantir os interesses brasileiros e, ao mesmo tempo, manter as boas relações com a Argentina, de forma que:

Do tratado da Tríplice Aliança umas disposições já estão de fato realizadas, outras o podem ser desde já e definitivamente. As que tem sua execução no futuro e as que consistem sómente em franquezas de navegação e comércio, tão valiosas, serão negociadas hoje, como se o forem depois que tenha cessado de todo a resistência do general López. Pelo contrário, mais tarde, quando o governo provisório se sinta inteiramente desassombrado do inimigo comum, pode ser muito difícil o seu assentimento as disposições de limites e outras que importam em ônus para o seu país. Haveria algum perigo em encetar-se desde já essa negociação se pretendêssemos modificar o tratado da Tríplice Aliança no que toca a limites da República Argentina. Mas o Governo Imperial reconhece que a base dessa negociação deve ser o compromisso solene que estabeleceu o tratado de 1 de maio de 1865. (Barão apud Fragoso, 1960, p.283)

A essa altura, um grupo de paraguaios que havia se organizado encaminhou correspondência aos representantes diplomáticos dos aliados em Buenos Aires, José Maria da Silva Paranhos, pelo Brasil, Mariano Varela,<sup>2</sup> pela Argentina, e Adolfo Rodriguez,<sup>3</sup> pelo Uruguai, solicitando a formação de um governo provisório

---

2 Ministro das Relações Exteriores da Argentina entre outubro de 1868 e agosto de 1875.

3 Enviado especial e ministro plenipotenciário da República Oriental do Uruguai na Argentina entre fevereiro de 1869 e outubro de 1875.

civil no Paraguai. Nesse mesmo sentido, Paranhos apresentou, em Buenos Aires, um “apontamento e bases para os ajustes preliminares com o governo provisório” (Fragoso, 1960, p.284) no Paraguai. Aos apontamentos de Paranhos, o representante argentino questionou a adesão do governo provisório paraguaio ao Tratado da Tríplice Aliança e mesmo a formação de um governo provisório paraguaio sem que todo o território guarani estivesse ainda livre das influências de López. O representante uruguaio concordou com o ponto de vista argentino. Para resolverem a questão, o termo “adesão”, presente no “apontamento e bases para os ajustes preliminares com o governo provisório” (Fragoso, 1960, v.5, p.284), foi suprimido e substituído, sem prejuízo de seu claro entendimento e dos interesses aliados, por “tendo presentes as prescrições do referido tratado” (Fragoso, 1960, p.284). E assim seguiram-se os ajustes e arranjos diplomáticos para as providências do término da guerra.

Convém notar que, nas correspondências entre Cotegipe e Paranhos, ou mesmo entre este e o representante argentino, quando se referem às providências quanto a López, falavam sempre em aprisioná-lo ou expulsá-lo do território paraguaio. Da mesma forma, compreendiam que a guerra era dirigida ao governo paraguaio consubstanciado na figura de Solano López, e não contra o povo paraguaio, tido nos documentos oficiais como vítima do “despótico governo de López”. Essa disposição aparece até em uma troca de notas, em plena perseguição dos aliados ao que restou do exército lopizta, entre Solano López e o conde d’Eu. Em nota de 29 de maio de 1869, López reclama, ao comandante das forças aliadas, da utilização de uma bandeira paraguaia:

Mas esta mañana ha amanecida al frente de mi línea una descubierta de cuerpos de cabalaría e infantería del ejercito aliado, tremulando la sagrada enseña de la patria que V. A. I. combate. La profunda pena, que como magistrado y como soldado me ha causado esto será fácil a V. A. I. medir en la honorabilidad de sus sentimientos. Ahora vengo a roga a V. A. I. quiera tener la dignación de mandar entregar en mi línea, de aquí a mañana, esa bandera, y prohibir que en adelante flameen los colores na-

cionales en las filas de su mando, ya que ni siquiera los desgraciados prisioneros nunca fueron respetados.<sup>4</sup> (Trecho de nota de Francisco Solano López enviada ao conde d'Eu em 29/5/1869. In: Muritiba, 1870, p.10)

López reclamou, Paranhos analisou, e d'Eu refutou a referida nota. Diante da reclamação de Solano López a d'Eu – muito provavelmente para ganhar tempo e satisfazer seus caprichos pessoais, questionando uma bandeira paraguaia hasteada na frente aliada junto a um contingente de soldados paraguaios, arregimentados pelos aliados e chamados de Legião Paraguaia –, Paranhos, instado pelo conde, orienta-lhe nos seguintes termos:

A pretensão de López e a do Sr. Mac-Mahon são esquisitas. A do primeiro revela fraqueza, a do segundo desejo de servir ao seu hospede a todo custo. Eu diria a Mac-Mahon que a bandeira paraguaya não esta ali arvorada pelos Alliados, e que nunca seria junto a estes com ardil de guerra. Que essa bandeira é conduzida por paraguayos e como symbolo de sua nacionalidade. Que os aliados não forçarão os paraguayos a cooperar contra o Marechal López, mas que também não impedirão que eles defendão o que julgão ser a causa da salvação e liberdade de sua pátria. Em quanto a ameaça de vingança nas pessoas dos prisioneros, não póde ella destes os Alliados em seos legítimos propositos, como não o tem conseguido tantas crueldades já comettidas pelo inimigo nesta guerra. Que o Marechal López, se realizar tão barbara ameaça, chamará sobre si toda a responsabilidade desse novo martyrio imposto aos prisioneros dos Alliados. (Paranhos, 18769d)

Noutros termos, mais do que a inesperada atitude de López, esse episódio demonstrava a preocupação de Paranhos com Mac-Mahon, um militar e representante diplomático norte-americano

---

4 [“Mas esta manhã amanheceu à frente da minha linha uma descoberta de corpos de cavalaria e infantaria do exército aliado, tremulando a sagrada bandeira da pátria que V.A.I. [Vossa Alteza Imperial] combate. A profunda pena que, como magistrado e como soldado, isso me causou será fácil para V.A.I. medir na honorabilidade de seus sentimentos. Agora venho pedir que V.A.I. queira ter a dignidade de mandar entregar na minha linha, de aqui para amanhã, essa bandeira, e proibir que doravante tremulem as cores nacionais nas filas de seu comando, já que nem sequer os desgraçados prisioneros nunca foram respeitados.”] [tradução nossa]

que estaria induzindo López a observar a dita bandeira nas hostes aliadas. Após o aconselhamento de Paranhos, em resposta à reclamação, o conde d'Eu envia uma nota a López, onde lemos:

Limitar-se-ha por ora, a fazer observar que o apparecimento da bandeira paraguaya nas fileiras alliadas tem sua explicação no facto, publicamente mencionado em numerosos documentos officiaes, de que a presente guerra nunca teve fins hostis á existencia da nacionalidade paraguaya, e que consideravel numero de paraguayos tem-se manifestado desejosos de cooperar com as forças alliadas á pacificação de sua patria. [...] Ao concluir, o abaixo assignado chama sobre o Sr. Marechal López a inteira responsabilidade de qualquer augmento de maos tratos com que porventura este julgue dever agravar a sorte dos prisioneiros de guerra sob o pretexto mencionado na nota que ora fica respondida. – Gastão de Orleans, conde d'Eu. (Resposta do conde d'Eu à nota de Solano López em 29/5/1869. In: Muritiba, 1870, p.11-2)

Assim, ao mesmo tempo em que a guerra era efetivamente finalizada no que tange às operações militares, já estava em curso, política e diplomaticamente, a construção de uma distinção clara entre um governo contra o qual se moviam uma guerra e um estado; uma república, que já existia e continuaria a existir após o fim da guerra. Tratava-se da enorme preocupação do governo e da diplomacia imperial de que a Argentina se arrogasse restabelecer as antigas disposições territoriais do Vice-Reinado do Rio da Prata e também sobre como essa guerra era vista na Europa e nos Estados Unidos.

Em 2 de junho de 1869, em Buenos Aires, foi concluída e assinada pelos representantes da aliança a “formulação definitiva das condições para o reconhecimento do governo provisório paraguaio” (Fragoso, 1960, p.295). Em 8 de junho de 1869, por meio de uma nota coletiva dos representantes aliados, a resolução final foi comunicada à comissão paraguaia. Depois de formada uma comissão com cinco nomes, em 5 de agosto de 1869, antes de ser encerrada a guerra, foi escolhido um triunvirato que seria, na prática, o novo governo paraguaio. No discurso, por ocasião da solenidade de posse desse triunvirato em 15 de agosto, Paranhos disse:

Tem sido quase sempre uma desgraça para a América do Sul independente que suas grandes crises políticas não sejam *desde o princípio bem compreendidas pelas potências chamadas a defender a civilização* e a prestar por toda parte o seu apoio moral à causa do direito e do progresso. Desta vez, senhores, nesta porfiada luta, que ainda dura porque o Marechal López abusou horrivelmente do seu poder despótico e de uma população ignorante de seus destinos, na Guerra do Paraguai, senhores, *não só europeus, mas até americanos se iludiram em suas apreciações, contribuindo destarte, sem o quererem, para prolongarem o martírio do povo paraguaio e os sacrifícios enormes de três nações*, que se aliaram em nome de sua honra audazmente ofendida e de direitos incontestáveis e essenciais à sua segurança e prosperidade. (Fragoso, 1960, p. 297; grifo nosso)

Verifica-se que a fala de Paranhos atribui uma parte significativa dos sofrimentos da guerra às “ilusões” das potências europeias e dos Estados Unidos com o Paraguai. Esse artifício visava legitimar a ação brasileira, em primeira instância, e a aliada, em segunda, além de propagandear diplomaticamente quem representava a civilização e a barbárie, respectivamente, nesse conflito sul-americano.

A preocupação com a repercussão da guerra no exterior é vista, desde o início do conflito, em alguns ofícios do Ministério da Guerra. Num ofício destinado aos Estados Unidos datado de 25 de junho de 1866 (Arquivo Nacional, anotação IG1 436, códice 547), o ministério encarrega a representação brasileira em Nova York de fazer circular notícias sobre a guerra na imprensa daquele país, as quais favoráveis ao Brasil, pois os norte-americanos mostravam ser pró-Paraguai. A preocupação da diplomacia brasileira reverberava a divulgação do Tratado da Tríplice Aliança e a desconfiança de europeus e norte-americanos relativa à guerra. A atenção aos norte-americanos era necessária, visto que se apresentavam e vendiam seus produtos e serviços aos dois lados. A presença de representantes norte-americanos se destaca em vários momentos da correspondência de Paranhos. Em trecho de uma carta de 21 de maio de 1869 endereçada ao conde d’Eu, o diplomata brasileiro diz que “Worthington e Mac-Mahon são dous ministros que não merecem confiança ao governo actual dos Estados Unidos, e que por isso de-

sejarião, se lh’o facilitássemos, recomendar-se por algum serviço a López” (Paranhos, 1869g).

Antes, em carta de 14 de maio de 1869, Paranhos relatou queixas quanto a informações publicadas na imprensa argentina com relação a um incidente com o general Mac-Mahon, que, no relato da imprensa portenha, teria sido recebido a tiros ao tentar passar pelas linhas brasileiras. Paranhos classificou a história como embuste, que teria partido de López (Paranhos, 1869f). Mas a demora de Mac-Mahon em se retirar da região de conflito preocupava Paranhos. Em sua avaliação, “a demora de Mac-Mahon é um facto inesperado, porque tenho como certo que elle recebeu ordem de retirar-se. O homem esta sem duvida retido pelas fadas das cordilheiras do Paraguay, ou absorto na contemplação das suas riquezas” (Paranhos, 1869f).

Posteriormente, de acordo com Doratioto, após desertar das fileiras paraguaias, o alferes da Marinha Ángel Benítez

[...] afirmou ter assistido, em Ascurra, à entrega de 28 mil patações em prata e seiscentas onças de ouro, feitas pelo chanceler Camiños ao ministro norte-americano Mac-Mahon, às vésperas de este retirar-se do Paraguai. [...] Mac-Mahon teria se retirado do Paraguai com o ouro e a prata pertencentes ao Tesouro Nacional, distribuídos em “trinta e tantos caixões pesadíssimos”, para os quais pediu e obteve guarda da força brasileira que ocupava Assunção. Esses baús não podiam ser revistados pois, afinal, faziam parte da bagagem de um representante diplomático. (Doratioto, 2002, p.347-8)

Os representantes norte-americanos, de acordo com a historiografia sobre a guerra, venderam armas e munições aos paraguaios, mas nunca entregaram os produtos. O embaixador Charles Washburn foi acusado de lucrar com a travessia de mercadorias pelas linhas de defesa brasileiras, fornecendo informações aos aliados para viabilizar suas ações (Lage, 1982, p.238). Distante dessas obscuras relações com os representantes diplomáticos norte-americanos, outros cidadãos dos Estados Unidos prestaram serviços ao Brasil, a exemplo de técnicos que atuaram nas forças aliadas, dentre os quais o engenheiro e capitão James Hamilton Tomb (Cotner, 2007, p.125-

40), que serviu na marinha confederada construindo torpedos e experimentando submarinos. Como contratado a serviço da Marinha brasileira, trabalhou no desarme de torpedos flutuantes que os paraguaios colocavam no rio Paraguai.

Os anos imediatamente posteriores à guerra, além de demandarem mais atenção quanto ao possível ressurgimento de lopiztas e do estado de prevenção em relação a tendências argentinistas, também ensejavam um esforço logístico contínuo para repatriar os contingentes que atuaram na guerra e grande parte do aparato bélico lá utilizado.

As forças brasileiras foram, sabidamente, o maior contingente militar a atuar na etapa final da campanha e a permanecer em território paraguaio como força de ocupação, tanto pelas preocupações estratégico-militares e diplomáticas quanto pela superioridade numérica dentre os efetivos aliados desde o princípio do conflito. Ao longo do período de ocupação, a força militar propriamente dita sofreu uma considerável variação numérica em seus seis anos de presença em solo guarani e envolveu o Exército de Linha e a Marinha imperial. O Gráfico 5.1 apresenta a variação dessa força de ocupação.

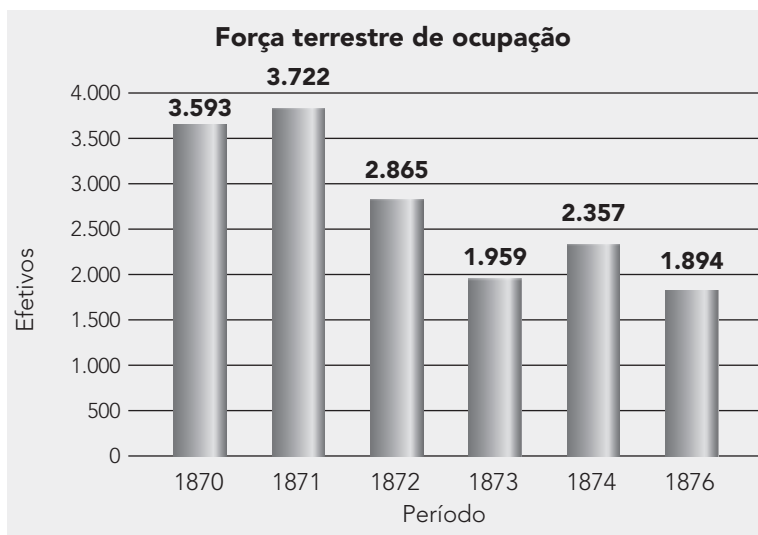


Gráfico 5.1 Força militar terrestre brasileira em território paraguaio entre 1870 e 1876 (Fragoso, 1960, p.225-7).

De acordo com o relatório do Ministério dos Negócios da Guerra de 1877:

A última fração de forças brasileiras deixou Assunção a 22 de junho de 1876, antes de expirar o prazo marcado na 5ª Conferência. Só a 11 de junho participou o Governo argentino à legação imperial que o Congresso havia aprovado o tratado de 3 de fevereiro. (Barão de Cotegipe apud Fragoso, 1960, p.227)

Segundo Fragoso (1960, p.225-7), entre 1870 e 1873 ficou em território paraguaio um pequeno contingente militar que nunca ultrapassou 4 mil homens. Entre 1872 e 1876, os efetivos totais do Exército imperial variavam de 15 mil a pouco menos de 18 mil homens, já contabilizado o contingente de ocupação no Paraguai, caracterizando redução substancial dos efetivos do Exército de Linha, que retornou aos patamares pré-guerra. Além da força terrestre, a Marinha brasileira mantinha, no mínimo, seis navios no porto de Assunção no início desse período de ocupação. Sobre os aliados, as notas oficiais indicam a permanência de uma força argentina não superior a dois mil homens e a completa retirada dos efetivos orientais após a morte de López. Aliás, sugere-se a possibilidade de o governo imperial contribuir para rearmar alguns efetivos paraguaios conforme as necessidades do governo provisório e dos interesses brasileiros no Prata.

Os efetivos no Paraguai só aumentaram, posterior e pontualmente, quando foi necessário apoiar o governo paraguaio para controlar os ânimos da oposição ao governo estabelecido no Paraguai, a exemplo do que ocorreu em 1874, quando foi deslocado para Assunção o 2º Batalhão de Artilharia, com 398 homens oriundos de Corumbá. Nesse sentido, para Doratioto,

No plano regional, terminada a guerra, a política externa do governo imperial, exercida pelo Partido Conservador, atuou de forma a evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como estava determinado no Tratado da Tríplice Aliança. Os governantes conservadores bus-

cavam, com isso, evitar a ampliação da fronteira argentino-brasileira, pois consideravam que, em algum momento, haveria uma guerra entre os dois países. O governo do presidente Sarmiento, por sua vez, temia pretensões expansionistas do Império em relação ao país guarani. Por esse motivo, o chanceler argentino Mariano Varela declarou, em dezembro de 1869, que a vitória militar não dava direitos às nações vencedoras de imporem ao Paraguai a definição de fronteiras. (Doratioto, 2002, p.463-4)

Enquanto o jogo diplomático se tornava mais acirrado com as perspectivas de encerramento do conflito, no plano militar as dificuldades eram mais concretas e imediatas. Após assumir em Luque, d'Eu trabalhou para estabelecer uma linha de comunicação entre Assunção e Pirayú, prolongando-a depois por Valensuela até Peribeubí. O conde, após as duas últimas grandes batalhas, segundo cópia de ofício encaminhado a Mitre, a Paranhos e ao governo imperial, recomendava a formação de um exército expedicionário proporcional à estimativa das forças remanescentes paraguaias entre 1869 e 1870 para se encarregar de perseguir e livrar todo o território paraguaio de focos de resistência ou de reorganização de grupos lopiztas (Paranhos, 1869v). A perseguição a López dependia em grande medida da linha de abastecimento de recursos alimentícios, avançando conforme o recebimento destes.

Com a morte de López e sem descuidar da dinâmica política imperial, em carta a d'Eu, Paranhos chama a atenção do conde para alguns pedidos de títulos que não deviam ser esquecidos, como os autos de José Luis, Bento Martins, Salustiano e Portinho, para as distribuições de graças do Império no pós-guerra. Informava também dos problemas de saúde do general Câmara, que comanda as forças de ocupação no Paraguai, com a possibilidade de ser substituído pelo general Auto Guimarães (Paranhos, 1870). Paranhos se encontrava em Assunção para os ajustes definitivos do tratado de paz com o Paraguai.

Entre 1870 e 1876, realizaram-se cinco conferências envolvendo Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, a fim de combinar os devidos

tratados de paz e resolver as demais questões relativas a ocupação, fronteiras, navegação e comércio na região. Em 9 de janeiro de 1872, o Império do Brasil já havia assinado, em separado, um tratado de paz com a República do Paraguai. Entretanto, por divergir das reivindicações territoriais na fronteira com o Paraguai e considerando a pressão diplomática brasileira, a Argentina só reconheceu e assinou a paz com a República do Paraguai, em 1876, após a arbitragem e a mediação do presidente norte-americano Rutherford Birchard Hayes, que deu ganho de causa ao Paraguai no tocante à definição do controle da área entre o rio Verde e o braço principal do rio Pilcomayo. Assim, a Argentina só ratificou um tratado de paz com o Paraguai após resolver, mesmo que desfavoravelmente, as questões fronteiriças com o Estado guarani.

## Percepções sobre a figura do conde d'Eu

Esse conflito forjou diversas imagens da figura do conde d'Eu, com graus variados de veracidade, conforme o período e a dinâmica política. A vinda para o Brasil, o casamento com a princesa Isabel, com pompa e gala de uma grandiosa cerimônia real, e sua participação na Guerra do Paraguai, em pouco tempo, transformaram-no em uma importante figura do Império e personagem constante na imprensa da Corte e nos debates sobre política imperial no pós-guerra.

Por ser membro da família real brasileira, qualquer relato de episódio envolvendo o conde d'Eu que chegava à Corte era motivo de debates na imprensa e despertava a atenção do público. Foi assim que Pedro Américo conseguiu fama ao transpor para uma pintura um pequeno episódio da batalha de Campo Grande, onde certo capitão chamado Almeida Castro salva o conde de um ataque paraguaio e depois é punido pelo próprio conde por tal feito. Nesse aspecto, as pinturas de Pedro Américo e Victor Meirelles, no contexto do fim do século XIX, são excelentes exemplos do complexo constructo de uma seleta gama de vultos nacionais em função da guerra.

Para Armelle Enders, em texto que discute as facetas da produção dos vultos nacionais durante o Império, foi emblemática a Exposição Geral de 1872, na qual se veem

[...] assim se defrontarem dois pintores em torno de um único tema. A *Batalha de Campo Grande*, de Pedro Américo, evoca “a bravura do general [d’Eu], a dedicação do soldado brasileiro [capitão Almeida Castro], e o momento em que se torna decisiva a nossa vitória. (Enders, 2000, p.26-7)

A exposição de grandes obras, grandes pinturas cuja temática destacou algumas batalhas da guerra, concomitantemente ao desenvolvimento e à difusão da fotografia, começavam a construir uma memória visual desse conflito que ia além dos relatos pessoais e das publicações da imprensa então. Nesse processo, cristalizavam-se as construções em torno das principais figuras do Império que participaram da guerra, a exemplo do conde d’Eu na pintura de Pedro Américo. Ao voltar da campanha e comentar a pintura de Pedro Américo, Taunay esclarece que era:

Inverossímil sem dúvida, nas posições forçadas, impossíveis até dos cavalos representados mas onde o risco foi, na realidade, muito grande para os que lá figuram. O príncipe montava um bonito cavalo rosilho, animal, porém, muito manso, dócil e calmo no meio do fogo e que nunca se lembraria de empinar-se todo tomando visos de verdadeiro repuxo, como imaginou o pintor. O capitão de voluntário Almeida Castro pegou de certo, no freio desse animal para embargar o passo do Conde d’Eu mas se bem me lembro, estava ele então a pé e não cavalgava o fofosíssimo e agachado bucéfalo desenhado no grande painel. Enfim, exagerações de artista. (Taunay, 2008, p.70-1)

A Figura 5.1 mostra a pintura de Pedro Américo. Um exemplo de como as mínimas ações de d’Eu provocavam farta discussão no centro político do Império:



Figura 5.1 Pedro Américo de Figueiredo e Mello. Batalha de Campo Grande. Óleo sobre tela. Fonte: Museu Imperial/Ibram/MinC.

Da pintura à literatura, no curso da escrita da história e da produção historiográfica em torno da figura do conde d'Eu e sua participação na Guerra do Paraguai, não se verifica o entusiasmo ou o mesmo interesse dispensado a outros vultos nacionais. Ao retornar do Paraguai, o conde se tornou peça mais visada no jogo político monárquico, e sua insistência no distanciamento da vida política, acrescido do fato de ser um francês com possibilidade de governar o país ao lado de Isabel, acirrava os debates e os achaques da imprensa da Corte.

A charge da Figura 5.2 faz referência a um episódio ocorrido na Escola Militar em 18 de julho de 1882, quando o conde teria interferido na aula de Alfredo Moreira Pinto, professor de História daquela academia, a propósito de uma informação inverídica exposta pelo referido professor envolvendo a realeza francesa (Rangel, 1935, p.341-3). Improcedente ou não, a atitude do príncipe se tornou objeto de debate político e galhofa de revista. A legenda da charge dizia:

Precauções que aconselhamos a S. A. o conde d'Eu quando tiver que visitar escolas. Se S. A. imitasse o seu Augusto e Imperial Sogro, não teria nunca ocasião de contestar factos históricos. (Revista *Semana Illustrada*, Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1882 apud Rangel, Alberto, 1935, p.345)



Figura 5.2 Charge da revista *Semana Illustrada* de 29 de janeiro de 1882. Fonte: Biblioteca Nacional.

Entre o fim da guerra e o fim do período imperial, d’Eu se tornou alvo de incontáveis críticas, algumas delas à sua postura pessoal e à indiferença aos aliados políticos da família imperial. Sua imagem pessoal se destaca na produção historiográfica do fim do século XIX como herói de guerra, logo após o término do conflito, e como o príncipe mal-humorado e avaro do fim do império. Posteriormente, d’Eu e sua vida no Brasil são reavaliados e rerepresentados com outro enfoque (Fagundes, s.d.). As biografias sobre d’Eu publicadas na década de 1930 procuraram reparar as críticas e injustiças imputadas ao conde, revalorizando sua figura como herói militar nacional (Casculo, 1933; Rangel, 1935).

Durante a guerra, entretanto, d’Eu se destacou como líder militar em alguns momentos e desapontou noutros. Em meio a erros e incertezas do conde na guerra, sobressaiu-se a figura de Paranhos, atento e disposto a auxiliar d’Eu. Nesse particular, ao analisarmos a troca de algumas correspondências entre Paranhos e o d’Eu, verificamos que as recomendações de Paranhos sempre pareceram ultrapassar a simples atuação diplomáti-

ca, pois contém indicações específicas e pontuais de ações a serem observadas ou realizadas e sua urgência, a exemplo da recomendação para aproveitar melhor a legião paraguaia e deslocar tropas na perseguição a López para que ele não escapasse para outro país. O uso da legião paraguaia pelas forças contra López, no entender de Paranhos, estava diretamente relacionado ao fortalecimento do novo governo provisório e ao enfraquecimento da influência lopizta sobre a população que ia sendo “libertada” (Paranhos, 1869t).

As figuras 5.3 e 5.4, a seguir, ambas do início de 1870, mostram o conde d’Eu com Paranhos a sua direita, na perspectiva do observador. As datas prováveis dessas imagens são, respectivamente, 22 de janeiro e 13 de janeiro de 1870.

Paranhos foi o responsável por uma série de providências antes da chegada de d’Eu e, em especial, quando o ânimo deste esmoreceu, no final de 1869. Contudo, a relação entre o diplomata e o conde, apesar da grande atenção de Paranhos com d’Eu, nem sempre foi sinônimo de confluência de ideias e opiniões. O processo de repatriamento dos Voluntários da Pátria exemplifica isso.



Figura 5.3 Conde d’Eu, José Maria Paranhos, oficiais e soldados em Vila do Rosário. Fonte: Museu Imperial/Ibram/MinC.



Figura 5.4 Conde d'Eu, José Maria Paranhos, oficiais e soldados em Vila do Rosário. Fonte: Museu Imperial/Ibram/MinC.

Em princípio de 1870, à medida que o conflito se interiorizava, em fase de franca perseguição a López, o Império tratou de iniciar o retorno de parte do efetivo que se estabeleceu em Assunção. No xadrez da diplomacia, Paranhos, para dinamizar e subsidiar o governo provisório do Paraguai, mandou transferir as rendas provenientes do aluguel de casas em Assunção para o novo governo, em especial para tentar amenizar as dificuldades de víveres e alimentação da população paraguaia em Assunção (Paranhos, 1869p), e influir no difícil processo de consolidação do novo governo paraguaio, preferencialmente cerceando a influência argentina.

Depois de finalizada formalmente a guerra, progressivamente, a exceção do ano de 1871, os efetivos de ocupação terrestre foram anualmente reduzidos até restar um contingente mínimo em território paraguaio. No princípio do período de desocupação, os soldados eram deslocados por terra até o porto de Assunção, onde tomavam algum navio que partia, geralmente com escalas em Buenos Aires ou Montevideu, para a cidade do Rio de Janeiro; de lá, alguns seguiam

para suas províncias de origem, ou, por vezes, iam diretamente para estas. Paranhos considerou como perigo político permitir o regresso de grandes contingentes de soldados. Articulou, por isso, o regresso parcelado e misturando sempre contingentes de unidades diferentes para as viagens de retorno. D'Eu não aprovou essa ação de Paranhos pela simpatia que desenvolveu pelos Voluntários da Pátria. Considerou que proceder assim apagaria da “memória nacional” todo o sacrifício que eles fizeram pelo país. Prevaleceu a sugestão de Paranhos.

O retorno era lento, especialmente para grupos que estavam mais interiorizados no Paraguai. Compreendia, por vezes, longas marchas até o porto de embarque, para o início do retorno, que geralmente era feito em etapas, até o regresso do soldado a sua província de origem, quando era o caso. Sobre a retirada das forças do Paraguai, Paranhos recomenda ao conde d'Eu:

As forças que primeiro devem ser retiradas, em virtude de um principio de rigorosa justiça, são os Voluntários da Patria. Estes militares devem, a meu vêr ser remetidos todos para o Rio de Janeiro, e d'ahi distribuidos por suas províncias. Ora, a repentina accumulção de um grande numero delles na corte, pode ser muito inconveniente, quer por falta de acomodações e previas disposições para sua manutenção quer por quaesquer circunstancias politicas que d'aqui não me é dado cabalmente apreciar. (Paranhos, 1869u)

Sobre as tropas de linha, Paranhos recomenda remetê-las à Província de Mato Grosso para ampliar a população e “civilizar” a região. Isso serviria também como elemento de dissuasão militar ante as novas demandas políticas que se apresentavam na região platina em virtude do fim da guerra e da reorganização política do governo provisório paraguaio. Nesse sentido, ele chama a atenção para a necessidade de melhorar as linhas de abastecimento para essas tropas, caso as mesmas sejam enviadas para Mato Grosso. Outra possibilidade aventada foi a concentração dessas tropas no norte do Paraguai ou mesmo em território brasileiro próximo ao rio Paraguai. Paranhos ressalta os cuidados com a presença de efetivos argentinos e orientais

em território paraguaio, não devendo as forças brasileiras ser inferiores a tais, especialmente em termos de armamento e municiação.

D'Eu, todavia, não se mostrou alheio a esse processo de regresso dos soldados. Dentre as providências para a desmobilização das forças militares brasileiras, em carta a Pedro II, ele solicita:

Tomo a liberdade de lembrar a conveniência de se espediram instruções a presidência da Província do Rio Grande do Sul sobre as arrecadações dos armamentos e mais material que tem de levar os corpos de guarda nacional que para ahí regressão. Os nossos cavallarianos são um pouco fáceis em tudo botar fora. De todos modos vou tomar o cuidado que elles não levem consigo as preciosas clavinas Spencer. (Conde, 1870a)

O conde, considerando sua experiência anterior na Comissão de Melhoramentos do Material do Exército, demonstrou uma preocupação maior com a logística do retorno, especialmente no que se referia ao armamento e aos demais equipamentos. D'Eu prestou mais atenção às questões práticas e eminentemente militares no processo de desmobilização.

Após a morte de Solano López, em 1870, a cidade de Assunção, ainda ocupada, fervilhava com o afluxo cada vez maior de soldados em deslocamento, estrangeiros que chegavam e paraguaios que tentavam reorganizar suas vidas. No cotidiano da cidade, para além da ordem diplomática, da disciplina militar e em razão dos grandes contingentes de brasileiros e argentinos que ali permaneciam, “havia, nessa época, forçoso é confessar, certa rivalidade entre brasileiros e argentinos, apesar da cordialidade com que ostensivamente se tratavam e muitas vêzes deram-se conflitos entre soldados das duas nações” (Guimarães, 1965, p.73). Tais rivalidades representavam mais que a simples antipatia entre pessoas das duas nacionalidades. Trazia em si um germe de disputas e desconfianças mútuas, anteriores às independências e agora por elas catalisadas.

Estava na pauta desses dias de 1870 a atenção aos despojos de guerra, ao reflorescimento e às oportunidades econômicas e comerciais que o Paraguai agora oferecia. A logística de regresso era

complexa e acompanhada dos devidos cuidados políticos para que o retorno de um grande número de soldados com considerável experiência militar não viesse a ser um transtorno para o Império.

Desde a independência até a guerra, houve um grande esforço político, legislativo e jurídico para desarticular o aparato militar português que permaneceu no Brasil, o que afetou profundamente a postura política e econômica do Império com relação ao Exército de Linha.

Independentemente da corrente política à frente do poder – ora conservadores, ora liberais –, a ação política no tocante ao Exército consistiu num esforço de descentralização do controle do aparato militar, ao longo do primeiro reinado e do período regencial, fato posteriormente consubstanciado na criação da Guarda Nacional e que perdurou até quase o início do reinado de Pedro II. No segundo reinado, ao longo dos períodos nos quais os conservadores retomaram o controle político, estes buscaram trabalhar e direcionar o projeto de força militar nacional, mesmo que lentamente, para uma melhor formatação institucional do Exército de Linha. O Gráfico 5.1, a seguir, mostra a projeção dos efetivos no Exército segundo dados disponibilizados pelo próprio Exército.

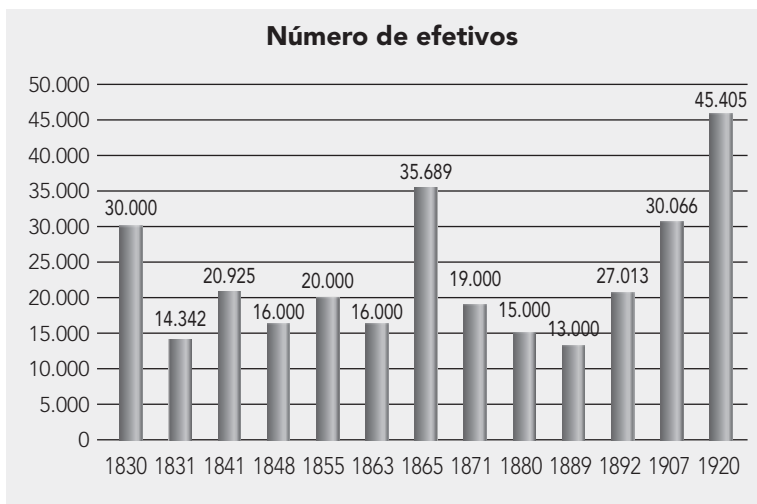


Gráfico 5.1 Projeção de efetivos do Exército. (Coelho, 1976, p.40)

Enquanto a redução dos contingentes se efetivava com o retorno das tropas, as comemorações e homenagens (Rodrigues, 2009) aos que regressavam distraíam a atenção pública e trabalhavam elementos de patriotismo e civismo entre as camadas populares. O retorno das tropas foi festivo em muitas províncias. A da Bahia, que forneceu o maior número de Voluntários da Pátria, anunciou amplos preparativos para tanto. Segundo a história do Corpo Policial da Bahia:

Os preparativos para receber os corpos que voltavam do Paraguai eram grandes. As constantes vitórias fizeram com que os brasileiros antevíssem o término da guerra. O presidente da Província da Bahia, José Bonifácio Nascente de Azambuja, a 17 de março de 1868, nomeava uma comissão para cada freguesia e uma dita central, com o fim de organizar os festejos, que deviam ser realizados quando terminasse a guerra. (Araújo, 1997, p.52)

Os festejos se espalharam por várias localidades. As cidades faziam festa e recebiam seus soldados-heróis, que, quando não se estabeleciam na Corte, se esparramavam por suas províncias de origem o mais rapidamente possível.

Ainda em terras paraguaias os negócios acompanhavam a diplomacia e os militares e sua atenção ao novo Estado paraguaio. Quando do regresso dos soldados baianos, houve grande festa:

No dia 11 de maio de 1870, chegou a Bahia, comandado pelo Coronel Joaquim Maurício Ferreira, o 41 Corpo de Voluntários da Pátria. A Fortaleza da Gambôa deu salva quando o vapor Anicota veio entrando, trazendo no seu bôrdô, aquele batalhão. O povo no cais aclamava os seus heróis conterrâneos. No Arsenal de Marinha estavam formados os 3º e 4º Batalhões da Guarda Nacional e o Corpo de Polícia Provisório. Na Praça do Palácio, onde Joaquim Maurício esteve rodeado de altas autoridades, o Presidente da Província dirigiu-lhe a palavra. (Araújo, 1997, p.53)

A tropa em retorno, nesse caso, o Corpo Policial da Província da Bahia, teve em sua recepção discursos inflamados, declamação



Figura 5.5 Rótulos de cigarro com referência ao conde d'Eu . Fonte: Fundação Joaquim Nabuco.

de poemas em sua homenagem, coroa de flores ao coronel que comandou o 41º batalhão de Voluntários da Pátria, um jantar oferecido a todos os policiais que retornaram e, por fim, em homenagem ao dito glorioso regresso, foram assinadas quatro cartas de alforria: uma de um escravo com 3 meses de idade, outra de um escravo de 3 anos, a terceira de um escrava de 2 anos e a última de um escravo de 40 anos.

Seguiram-se, nos dias posteriores à chegada, felicitações e discursos da “corporação acadêmica”, comissões populares, pessoas e destaque no *Jornal da Bahia* (Araújo, 1997, p.52). Mas as grandes comemorações em homenagem aos Voluntários da Pátria, como esperava o conde, acabaram não ocorrendo. Os monumentos e as homenagens surgiram aos poucos, e o próprio d’Eu não foi muito lembrado. As imagens da Figura 5.5 representam um pequeno exemplo das discretas referências dirigidas ao conde no pós-guerra. Outras homenagens a d’Eu só voltaram a ocorrer quando ele retornou ao Brasil, em 1921 – elas, porém, encontravam-se essencialmente em páginas de jornal e em publicações contemporâneas à sua visita e ao seu falecimento no ano seguinte.

Enquanto comandante das forças militares brasileiras, ainda no Paraguai, em sua última ordem do dia em 1870, d’Eu se despediu e agradeceu:

Nesta hora de nossa separação, mais uma vez vos agradeço o muito que vos esforcastes pela causa da nossa pátria; a abnegação com que oficiais-generais, superiores, subalternos, inferiores e soldados, quer em frente aos canhões inimigos, quer em frente ao sertão, cumpristes minhas ordens; a imensa satisfação que me destes. Também as repartições não combatentes de saúde e de fazenda contribuíram para o triunfo geral, trabalhando a remediar os padecimentos inerentes a guerra. Na expressão destes sentimentos, não esqueço a nossa benemérita esquadra que, privada, pela natureza da nova fase da guerra, de compartilhar nossos perigos, nem por isso deixou de ser-nos um auxiliar tanto mais essencial e prestimoso, quanto nossas operações tiveram de abranger, de um extremo a outro, os litorais dos rios Paraguai e Paraná. (Fleiss, 1942, p.16)

Posteriormente, em carta ao imperador datada de 1º de junho de 1870, o conde reforça seu pedido de ser exonerado do posto de comandante-geral da artilharia, posto que exerceu de 20 de novembro de 1865 a 20 de janeiro de 1868, fora algumas intermitências até agosto de 1870. A carta faz supor que o conde voltou bastante abalado de sua experiência no Paraguai e que necessita de tempo para

se recompor. Ele sustentou que já havia encaminhado o pedido ao barão de Muritiba, então ministro da Guerra (Conde, 1870b). Um mês depois, em nova carta ao imperador, o conde volta atrás na sua decisão de se exonerar do Comando Geral da Artilharia, mas informa ao imperador que não exercerá plenamente suas funções nesse cargo em razão de outras atribuições (Conde, 1870b). Após essas correspondências, o conde viajou à Europa.

No Brasil, no rol das providências quanto ao encerramento do conflito, ganhou importância o debate sobre a adoção de um sistema de recrutamento universal e da extinção gradual da Guarda Nacional (Izecksohn, 2001, p.27). Além disso, no panorama interno brasileiro, a guerra desenhou novos contornos para o Exército regular. Logo

Depois da guerra com o Paraguai, entretanto, o cenário fica mudado inteiramente. Na proporção do envolvimento de cada figura ilustre de chefe militar na vida política existia o fato ou a possibilidade de envolvimento do Exército. E o Exército, agora, tinha importância. (Sodré, 1965, p.141)

Mesmo diante do processo de desmonte da estrutura voltada especificamente à guerra, retornaram com os soldados os fragmentos de uma cultura de vivência e experiência militar prática, além do contato com a alteridade, seja o inimigo ou o aliado. Ao contrário do que se observa na instituição militar europeia, relativamente independente de interferências políticas (Keegan, 1995, p.32-3), no caso brasileiro constatamos uma situação de intensas trocas entre a instituição militar e o âmbito político, sendo inclusive frequentes a eleição ou indicação de militares para cargos executivos e parlamentares, assim como a concessão de títulos de nobreza aos mais ilustres membros da instituição (Seidl, 1999, p.15). Essa peculiaridade marcou profundamente a atuação das forças militares brasileiras na Guerra do Paraguai.

## D'Eu e suas reflexões sobre a guerra

Na trajetória de encerramento do conflito, mas antes de seu encerramento, o espólio da guerra já gerava atritos e inconveniências à diplomacia e aos militares. Um ano marcante para o rescaldo da guerra é 1869, quando os episódios envolvendo a destinação de objetos e bens confiscados a título de reparação e segundo os ditames do tratado anteriormente celebrado entre os aliados. No dia 5 de maio de 1869, o visconde de Taunay relata, em seu *Diário do Exército*, que

Ao comandante de Assunção, remeteram-se cópias do acordo feito pelos generais aliados a respeito não só dos produtos existentes naquela cidade e que deverão ser apreendidos por não terem sido denunciados, senão da criação da comissão subsidiária destinada a arrecadar os objetos paraguaios que se achem em depósitos afastados da capital. (Taunay, 2002, p.41)

Assim, a contabilidade dos objetos arrecadados e sua destinação quase não aparecem nos documentos oficiais. Dessa forma, as principais cidades paraguaias foram vistoriadas à medida que Solano López era obrigado a adentrar o interior paraguaio. No dia seguinte, há um novo registro, relatando que:

O Sr. Chefe-de-Esquadra comunicou a Sua Alteza que havia proibido a saída de navios carregados dos produtos do país ou de gêneros tirados de Assunção sem prévia licença da respectiva comissão e recebeu ordem para deixar sair aqueles objetos, cujos proprietários provassem tê-los comprado à comissão internacional incumbida da venda dos despojos inimigos. (Taunay, 2002, p.41)

Para quem e como eram vendidos esses objetos foge ao escopo das preocupações de Taunay. Como se tratava de uma comissão internacional, após o acordo entre os chefes militares, entra em cena a diplomacia. Pouco tempo depois, Taunay destaca novamente que:

Ao Cônsul do Brasil em Assunção e ao Conselheiro Paranhos, foram remetidas cópias do acordo dos generais aliados acerca da consulta feita pelo tribunal administrativo daquela cidade relativamente à posse de propriedades a mulheres que estejam retidas em poder do inimigo. Essas propriedades ficam por ora garantidas àqueles que provarem ser parentes chegados a elas ou tiverem algum documento que lhes permita o usufruto. (Taunay, 2002, p.43)

Conforme aumentava o afluxo de pessoas em Assunção, aumentavam também as dificuldades dos aliados de lidar com as ambições e os problemas relativos à posse e à propriedade de bens paraguaios, agora sob tutela aliada. Não houve, além de algumas comissões, nenhuma estrutura organizada a fim de apoiar a recomposição do tecido sociopolítico paraguaio.

Em 1872, o conde d'Eu foi instado a relatar ao Conselho de Estado do Império uma série de questões às quais os relatórios dos oficiais e da Repartição dos Negócios da Guerra não cobriram ou pouco esclareceram, de forma que a experiência militar brasileira pudesse ser aproveitada com o maior ganho possível (Conde, 1872). A essas questões o conde d'Eu respondeu entre agosto e setembro de 1872. Trata-se de um documento dividido em seis quesitos, com algumas dezenas de páginas, conforme consta em nota anterior.

Considerando alguns pontos mais próximos à atuação do conde abordada neste livro, convém destacar a avaliação feita por ele sobre o desempenho militar brasileiro no conflito. Sobre a infantaria, em relatório de 1872, o conde d'Eu ressaltou que seu principal problema era o

[...] systema até hoje empregado para preencher o numero das fileiras do exercito, systema que, salvo excepções, só traz para ella os homens vadios ou criminosos que constituem por tanto a escoria da sociedade e são por sua ignorancia, sua falta de qualidade moraes e ás vezes até por sua constituição physica os mais improprios para o bom desempenho dos honrosos misteres do soldado, desempenho que exige robustez, intelligencia e abnegação nos soffrimentos e perigos. Para remediar este

mal de modo efficaz não vejo outro meio senão a adopção d'um systema de alistamento que, tenha por base o sorteio entre todos os moços que annualmente chegarem a idade de 18 anos. Não é proprio d'este lugar estender-me sobre esta materia que já foi objecto do estudo de pessoas competentes e se acha hoje affecta ao poder Legislativo. (Conde, 1872, 1º Quesito, p.7)

Na análise relativa à infantaria, o conde destacou problemas com treinamento das praças de *pret*, especialmente no manuseio de armas de fogo. Ele, porém, ressaltou que o fervor patriótico do início da campanha e as demandas de ação eminente face às batalhas, de certo modo, equilibraram o problema do preparo para o emprego da infantaria. Outro problema dessa arma residia na dificuldade em se conseguirem bons oficiais. Assim,

[...] da impropriedade do pessoal que cumpunha os corpos de infantaria de linha decorreo naturalmente a dificuldade de se acharem bons Officiaes visto que o numero dos sahidos da Escola Militar era por demais insufficiente para preencher os quadros d'essa arma. Pode-se mesmo dizer que durante a guerra do Paraguay, os officiaes que tinham completado o curso da Escola ou mesmo uma porção deminuta se quer dos respectivos estudos serão quasi exclusivamente absorvidos pelos corpos d'artilharia, pelos empregos dos quarteis generais, e só se encontram nas outras armas como commandantes ou fiscaes, não havendo talvez um só na fileira dos corpos de infantaria. (Conde, 1872, 1º Quesito, p.8)

Diante disso, para ampliar a qualidade e a eficiência dos oficiais desses corpos, o conde pondera que:

[...] para dar a um exercito a conveniente efficiencia, é essencial que a generalidade dos seus officiaes tenham cursado a Escola Militar e assim recebido uma educação inteiramente distincta da das praças de *pret* a quem elles tem de comandar. Só por excepção e em virtude de actos de bravura comprovados ou outros feitos distinctos devem ser promovidos os officiaes inferiores que se achão em serviço nos corpos. O olvido d'este principio no exercito francez e a admissão no quadro dos officiaes, de sar-

gentos sem estudos, tirados da fileira em muito maior escala que outr' ora, é hoje reconhecido como uma das causas da inferioridade que esse exercito revelou na guerra com a Prussia. (Conde, 1872, 1º Quesito, p.8)

E completa, afirmando que:

[...] entre nós é ainda mais sensível este mal, pois nas armas de infantaria e cavallaria os officiaes que tem o respectivo curso constituem infelizme ainda uma excepção ao contrario do que deveria ser: segundo o ultimo Almanak do Ministerio da Guerra de 21 majores de infantaria, tinhão curso de sua arma apenas 8; de 175 Capitaes apenas 25; de 186 tenentes apenas 2 e de 289 alferes então existentes em um quadro de 406, nem um só. (Conde, 1872, 1º Quesito, p. 8-9)

D'Eu destacou problemas semelhantes para a arma de cavalaria, que apresentara um quadro de praças com melhor qualidade técnica, muito em função da larga experiência desses homens nos conflitos de fronteira da região Sul. Mas a oficialidade incorria, segundo sua avaliação, nos mesmos problemas de preparação específica para o comando de sua arma (Conde, 1872, 1º Quesito, p.9).

Dentre as sugestões de d'Eu após a guerra, consta a criação de um depósito específico para arma de cavalaria semelhante ao de aprendizes artilheiros já existentes, com curso específico de letramento, exercícios de arma e elementos de hipiatria, a fim de favorecer a formação de oficiais para essa arma. Sobre a engenharia, ele destacou que:

[...] o batalhão de Engenheiros continua a não ter officiaes effectivos, tirando-se seus officiaes, por comissão, de quaesquer outros corpos com graves inconvenientes para estes [...] a força do batalhão de Engenheiros tal qual o estabeleceu o Decreto nº 1535 de 23 de janeiro de 1855 e subsiste no plano vigente mostrou-se insufficiente para as necessidades da campanha. Não só tornou-se preciso crear no 2º Côrpo de Exercito um segundo batalhão provisório com attribuições analogas e a denominação de pontoneiros, como no proprio batalhão de Engenheiros, organizar em 1867 mais duas companhias; e ainda assim, não obstante ter grande numero de praças addidas de diferentes corpos não podia o batalhão vencer os muitos trabalhos da sua especialidade, nos quaes se

incluião, além dos de fortificação os de melhoramento dos caminhos, estabelecimento de pontes, passagem de rios e construção de linhas telegraphicas. Parece pois de necessidade, ampliar-se o plano d'esse côrpo, elevando-o a 8 companhias, numero que tem todos os outros batalhões do Exército. (Conde, 1872, 1<sup>o</sup> Quesito, p.14)

Quanto aos problemas com o armamento utilizado, d'Eu inicialmente respondeu que o “ principal defeito de que se sentio durante a guerra do Paraguay esse ramo do serviço foi sem duvida a falta de armamento de carregar pela culatra que por sua muito maior celeridade do tiro apresenta incontestavel superioridade sobre o de carregar pela boca” (Conde, 1872, 2<sup>o</sup> Quesito, p.1).

Para o conde d'Eu, os novos sistemas de armamento representavam mais que o puro avanço tecnológico. Em suas palavras:

É forçoso pois dotar a nossa Infantaria de outras armas de carregar pela culatra visto que um exercito que só dispusesse de armamento de carregar pela boca como o nosso a Minié se encontraria, em relação ao seu adversario provido de arma de tiro rapido, em condições de notavel inferioridade não só quanto á força moral inherente á posse do armamento mais perfeito, mas mesmo quanto á efficiencia para a resistencia ou o ataque. Só em certos casos especiaes como o serviço de guerrilhas ou para o tiro de caçadores isolados pode, a meu vêr, o armamento de carregar pela boca prestar os mesmos serviços que o dos novos systemas. (Conde, 1872, 2<sup>o</sup> Quesito, p.1)

Ao avaliar os problemas com armamento, é interessante notar que a experiência do conde com o estudo de novos armamentos é anterior ao seu período de comando das forças brasileiras entre 1869 e 1870. Pouco antes da desastrosa derrota aliada em Curupaiti, “o ministro da Guerra encarregava o Príncipe do estudo da escolha de uma espingarda [de] retrocarga, para decidir da indecisão official entre a de agulha prussiana, a Chassepot francesa e a Snider inglesa” (Rangel, 1935, p.135).

Concomitantemente ao problema do armamento, havia o do cartuchame. Nas palavras de d'Eu:

[...] julgo o cartuxame metallico, por sua mais facil conservação, muito preferivel a qualquer outro e que tambem prefiro os modelos denominados de *block descendente* como o bomblain, aos de ferrolho ou corame entre os quaes se comprehendem o prussiano, o de Chassepot e o de Berdan. Mesmo quando provido de cartuxame metallico, este genero de construcção apresenta os seguintes inconvenientes: maior superficie exposta a oxydação, fraqueza da mola em espiral e da agulha ou do percutor e por fim facilidade de dar lugar a accidentes se o soldado não tiver, ao carregar a arma, muito cuidado em empurrar com o dedo o cartucho até dentro da camara: se quizer fechar o ferrolho antes de ter tomado esta precaução, dar-se-ha prematuramente o contrato entre o percutor ou a agulha e o cartucho e resultará a inflação d'este antes de fechado o aparelho, com grave perigo para o atirador. Este facto é ao contrario impossivel de se dar nos modelos de *block descendente*. (Conde, 1872, 2º Quesito, p.1-2)

Além desses problemas apontados pelo conde, nota-se que, como a medida de calibre de algumas armas era muito próxima, a mistura de cartuchame de diferentes calibres não apenas danificou o armamento, como também gerou sérios problemas em batalha e ferimentos graves ou fatais nos soldados.

Após a experiência com a Guerra da Paraguai, o conde observou vários outros elementos que compuseram o material básico de um soldado brasileiro em campanha, tais como o correame, as mochilas, os cantis e as marmitas. Na sua análise sobre esses materiais, ele disse:

[...] embora a patrona, segundo a tecnologia militar não faça propriamente parte do equipamento vem ao caso fallar d'ella por que tem forçosamente de sofrer alterações para se adaptar ao cartuchame do novo armamento que se adoptar. A nossa actual patrona só pode conter sessenta cartuchos a Minié. Na guerra do Paraguay foi esse numero reconhecido insufficiente e os soldados forão providos de bolsas de couro crú que continhão mais quarenta cartuchos e erão levados a tiracolo, na frente. Como com o novo armamento o consumo de munição nunca pode ser menor que com o antigo torna-se necessaria a adopção de alguma providencia analogá á que acabo de mencionar visto que qualquer

que seja a forma dada á patrona, não poderá ella provavelmente conter os cem cartuchos sem tomar dimensões excessivas e por demais incommodas. [...] A adopção do armamento de carregar pela culatra torna sem serventia a mal denominada cartucheira que hoje é levada na frente do cinturão e é destinada a conter as capsulas fulminantes. Dando-se-lhe dimensões um pouco maiores que as actuaes, poderia ella conter alguns cartuchos. [...] Depois da patrona occorre fallar das outras partes do correame: julgo a este respeito a côr preta muito preferivel á branca por sua mais facil limpeza e conservação. Quanto ao equipamento pouco me occorre dizer. Prefiro as mochilas com caixilho ás que não o tem por que estas immediatamente se deformarão. Este objecto qualquer forma que se lhe dê é sempre pesado e incommodo ao soldado, o que tem dado lugar a ser geralmente em occasião de combate lançado ao chão e assim irremediavelmente perdido com todo o seu contheudo. Entretanto não vejo meio de obviar este mal a não ser quando o general preveja de antemão a probabilidade do combate: então ou por occasião de seprehenderem expedições rapidas de pouca duração, deve mandar que as mochilas fiquem depositadas em lugar seguro, havendo-o. [...] Os cantis de madeira forão julgado preferiveis aos de folha por conservarem a agua mais fresca e serem tambem de maiores dimensões. Creio porem que não devem ser pintados e ainda menos de verde como o são, por ser isso muito insalubre. A marmitta usada entre nós não contem, alem do seu fundo, senão dous pratos um dos quaes é formado pela tampa. No Arsenal de guerra existe um modelo que já foi assumpto de estudo da Commissão de Melhoramentos em epoca em que eu não exercia a respectiva presidencia, e que, sem ter dimensões muito maiores comprehende não só as trez referidas peças como mais um copo e uma chaleira com sua tampa o que é sem duvida vantajoso para o soldado: pois lhe permite preparar separadamente por um lado o café ou outras bebidas quentes e por outro os alimentos gordurosos. (Conde, 1872, 2<sup>o</sup> Quesito, p.1-2)

Nessa análise do material básico do soldado, além da facilidade em se constatar as inúmeras dificuldades da logística individual de um soldado, é interessante notar que, apesar de as compras de alguns desses materiais incluírem uma série de produtos nacionais, a Comissão de Melhoramentos do Material do Exército, segundo as

referências do conde, trabalhava preferencialmente com produtos importados. Não houve qualquer indicação dos militares brasileiros de utilizar a experiência dos longos anos de guerra para aprimorar os similares nacionais nem instigar sua produção e adaptação às necessidades locais. Os parâmetros técnicos para a tralha de campanha de um soldado eram os dos equipamentos europeus. Nesse ponto, a avaliação de d'Eu não segue um rumo diferente.

Apesar da criteriosa análise feita pelo conde, pouco se alterou nas forças militares brasileiras nos anos imediatamente posteriores à guerra. Isso marcou d'Eu como soldado. O pós-conflito não lhe correu tranquilamente, como se esperaria a um herói de guerra. Ele se esforçou e buscou

[...] o que era possível fazer para conquistar o título de brasileiro, ele o fez: regulamentos, projetos de lei para melhor organização do Exército e aperfeiçoamento do seu material de guerra; escolas, bibliotecas, colônias orfanológicas para a infância desamparada; tudo, enfim, quanto podia falar à gratidão das massas mais desprotegidas da sorte, ou às diversas classes da sociedade, ele planejou ou executou na maior parte. Tudo era inútil; a sua surdez, a sua incorreção de trajes, a desordem dos seus gestos, a frase gritada e travada de *rr* ásperos, a falta de esplendor nos seus palácios, a ausência de ações grandiosas e brilhantes, certo tom pretensioso no modo de tratar com os homens públicos, a sua posição, aliás, natural, de conselheiro da Princesa, recebida em todos os círculos como uma intervenção intrusa, eis aí os verdadeiros óbices a qualquer tentativa de 3º Reinado, mesmo no tempo da Monarquia. Por todos esses motivos, o Conde d'Eu jamais conseguiu ser brasileiro; foi sempre para todos – o *Francês*. (Avelino apud Viana, 2004, p.161)

Além do conde, deslocado no cenário palaciano brasileiro, o próprio Imperador sentiu na pele as amarguras da guerra. O desfecho o marcou profundamente e fragilizou sua saúde. Além disso, o destino de López o atormentou até o momento final do conflito e mesmo a morte do paraguaio não foi de seu inteiro agrado. Quando o general Câmara alcançou Solano López com suas forças,

[...] o general ordenou-lhe que se rendesse. Respondeu: “Morro com a minha espada e pela minha pátria”. Foi desarmado por um soldado, mas, sem ordem do general, outro soldado lhe deu um tiro fatal. Pedro II não gostou do desfecho. Parecia execução. Achava que López poderia ter sido feito prisioneiro, não lhe desejava a morte. Depois de levar o país à ruína com seus loucos sonhos de grandeza e lutar com obstinação, López morreu com dignidade e bravura, dando talvez razão ao imperador em sua percepção de que, enquanto permanecesse no Paraguai, ou enquanto fosse vivo, seria capaz de manter acesa a chama do combate. (Carvalho, 2007, p.121)

Mesmo assim, Pedro II parece nunca ter se arrependido dos movimentos dessa guerra, tão cara ao Brasil, porém necessária, de acordo com sua compreensão. A família real pode vislumbrar nesse conflito alguns indícios de futuras demandas dos militares.

Fermentada pela guerra, a força militar terrestre, mesmo tendo formado um espírito corporativo mais atuante, manteve nas casernas por longo tempo certo rancor contra os letrados de farda e contra a falta de maior reconhecimento da sociedade em geral pelos sacrifícios feitos em nome do Brasil em terras estrangeiras. Permaneceu, ainda com grande força na dinâmica política do Império, a figura do militar político – notadamente oficiais – que dedicava mais esforços à desacreditada política de um país, cujo imperador perdia cada vez mais sua expressividade política, do que ao próprio meio militar. A guerra contra o Paraguai teve algo mais que as contendas fronteiriças e alianças políticas como caudal: tratou-se de uma oportunidade para extravasar os ânimos regionais e dissimular ressentimentos e aversões político-culturais seculares, talvez para um equilíbrio pontual das relações platinas.

Diferentemente do marcante impacto das guerras ocorridas em outras regiões, sobretudo na Europa, as famílias dos personagens diretamente envolvidos no conflito parecem não ter perpetuado, ao longo de suas gerações, qualquer resquício de envolvimento familiar, trágico ou não, com essa guerra. Sobressalta, no despontar do século XX, ao longo de uma construção historiográfica republicana,

um processo de apagamento do impacto humano no conflito com o Paraguai, com a guerra sendo dissecada, classificada e categorizada, nas suas diversas e mais importantes batalhas, na sua abrangência política e no seu enorme dispêndio financeiro. O turbilhão de emoções humanas que dela emanou foi assepticamente apartada dessa historiografia.

Ainda hoje, decorrido um longo tempo, é necessário esforço sobre-humano para juntar os cacos de memórias e histórias das pessoas que vivenciaram a guerra direta ou indiretamente. Restaram algumas poucas datas comemorativas e homenagens que os meios militares sempre buscam manter em dia, seja batizando um navio, inaugurando uma sala ou nomeando algum grupo em louvor a uma série de oficiais que tomaram parte no conflito.

As Forças Armadas, em especial o Exército brasileiro, têm um sério problema em relação às homenagens a esses homens da guerra: a insistência numa visão unidimensional e restrita sobre os principais homens que foram alçados à condição de heróis de guerra. Unidimensional por se recusar a expor a dimensão humana dessas personagens, num esforço incompatível com a era de informações que rege o desenrolar do princípio do século XXI de mostrar só os feitos dignos de menções honrosas e esconder erros e descomposturas dos altos oficiais que lutaram na guerra. Os feitos heroicos desses homens foram convertidos no muro de arrimo da dignidade militar do pós-guerra, cuidadosamente velada ainda na primeira década do século XXI. Exemplo disso encontra-se no texto do coronel Manoel Soriano Neto, *Guerra do Paraguai* ([1973?]), ao final do tópico “Algumas considerações relevantes”, destaca-se que:

Após a guerra, foram revistos os regulamentos da Infantaria; foram multiplicados e espalhados pelo Brasil, os Arsenais e Hospitais; a tropa terrestre foi rearticulada no território nacional; houve a preocupação com os “Inválidos da Pátria” e iniciou-se a discussão acerca do Serviço Militar Obrigatório. E foram criadas novas tradições e místicas, robustecendo o Moral da Força, pelos exemplos de bravura e determinação e os memoráveis feitos marciais da Guerra, hoje cristalizados nas de-

nominações históricas concedidas às OM [organizações militares] do Exército, a maior parte delas referente à Campanha do Paraguai. (Soriano Neto, [1973?])

Nesse sentido, no debate historiográfico sobre a Guerra de Secessão, ocorrida nos Estados Unidos entre 1860 e 1864, são pesados e discutidos à exaustão os erros e acertos, dos soldados aos oficiais comandantes; o que se traduz em uma compreensão humanizada de homens e feitos. No caso da Guerra do Paraguai, sobressaem-se as reflexões sobre acertos; os erros são varridos para debaixo da gloriosa capa do patriotismo. No Brasil, isso se agrava com as dificuldades de acesso à documentação, com o peso de um passado recente de controle político por parte de militares e o distanciamento da academia em relação a essas temáticas.

Quanto ao caso brasileiro do imediato pós-guerra, a manifestação de signos patrióticos em si já se configurava como nova dimensão do imaginário político e dos novos eventos que estavam por sacudir a vida nacional.

Quando assumiu, d'Eu, ao reorganizar os procedimentos e a relação com os fornecedores, acabou por gerar mais dificuldades do que economia propriamente dita para as finanças imperiais. A experiência prática na Guerra do Paraguai se mostrou muito diferente e além das expectativas de sua juvenil experiência militar, quando de sua formação e atuação no Marrocos, e de seu entusiasmo em participar diretamente no conflito desde o seu início. A guerra mostrou-lhe seu lado mais sombrio e, tanto quanto Caxias, lhe impingiu desânimo e o cansaço que diluíram as glórias das vitórias em batalhas em um final de campanha somenos importante.

Enfim, o conde d'Eu e Paranhos estiveram intensamente envolvidos tanto na finalização militar do conflito quanto nas gestões diplomáticas e na consecução das diretrizes políticas do Império para a região do Prata. D'Eu assumiu uma tarefa militar sabidamente inglória, em que Paranhos lhe auxiliou e, nalguns momentos, o tutelou, buscando o melhor encaminhamento possível diante dos meandros das relações diplomáticas e da vida política da Corte. Finda

a guerra, d'Eu, a pedido do Conselho de Estado, produziu uma rica análise de alguns problemas vivenciados pelas tropas brasileiras e algumas possibilidades de melhoria, considerando a experiência prática na guerra. Essa avaliação da guerra é parte de sua contribuição para a melhoria organizacional e estrutural das forças terrestres brasileiras, a exemplo de sua atuação em comissões destinadas a tal, antes e depois da guerra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma guerra tão longa e tão sofrida como a Guerra do Paraguai envolveu uma quantidade enorme de pessoas em uma mobilização militar sem precedentes na história brasileira. Homens e mulheres de quase todas as regiões do Brasil tiveram seu cotidiano afetado em algum grau pela mobilização demandada pelo conflito. E a história de muitos daqueles que se tornaram soldados ainda está por ser contada, especialmente no que se refere ao período imediato depois da guerra. Fica ainda no ar a inquietação sobre quais lições as forças militares tiraram desse conflito. Os dirigentes políticos do Império promoveram alguma movimentação nesse sentido, considerando o comando do conde d'Eu na última fase da guerra.

Em geral, após mais de 140 anos do fim do conflito e ao sabor dos ventos da memória e do balé historiográfico, a Guerra do Paraguai se perde em nomes de ruas, praças e outros logradouros, destituídos, *a priori*, de outro significado senão o da indicação de localização espacial. A guerra dita “moderna” incorporava aceleradamente, além da disciplina e tradição militar, poderosos incrementos tecnológicos e, quando da utilização eficiente desses três elementos, ampliavam-se proporcionalmente as tragédias e perdas humanas nos conflitos.

Jacques Le Goff diz que:

À dimensão histórica, cronológica, da cultura material soma-se pois uma dimensão social e uma dimensão espacial. [...] poderíamos pensar

que a história da cultura material se confundia com a história das técnicas. Embora Fernand Braudel diga que “tudo é técnica”, ele também escreve: “a técnica nunca está só”. (Le Goff, 2005, p.249)

Desse modo, ao refletir sobre a última fase da guerra e sobre o comando do conde d’Eu, bem como sobre suas especificidades logísticas e suas conexões diplomáticas, buscamos explorar mais essa dimensão social e, ao mesmo tempo, material, técnica e espacial de um evento complexo e multifacetado.

Em essência, o conde d’Eu permaneceu quase doze meses à frente do comando das forças brasileiras. Recebeu como herança a organização dada às forças por Caxias, além do peso político da atuação deste, tendo cometido tantos erros quanto seu antecessor ou Mitre, guardadas as devidas proporções. Os erros de d’Eu e dos demais comandantes militares que atuaram no conflito aparecem, em maior ou menor grau, nas flutuações historiográficas, variando conforme o país em que são publicados estudos sobre a guerra. Assim, na historiografia brasileira, a atuação de d’Eu face às batalhas de Campo Grande e Peribuy, a revisão de contratos de fornecimento e a transferência da incumbência de perseguição a Lopez no final da guerra, lhe pesam como ações controversas. Em relação às batalhas, cotejando as informações de Taunay e Centurion, verifica-se que algumas das acusações que lhe são imputadas não procedem, noutras se faz necessário buscar mais subsídios históricos para que sejam esclarecidas.

Como chefe militar a ocupar um alto comando, pesou-lhe a pouca idade, apesar da empolgação inicial, do empenho pessoal e da experiência em batalha, e, por consequência, a pouca maturidade e experiência de vida na tormentosa tarefa de assumir uma incumbência militar em um momento cujas circunstâncias políticas tornavam delicados os caminhos entre o desafio e o sucesso. Sua participação na Guerra do Paraguai o forçou a incorporar, de fato, as atribuições de um marechal de exército, posto que havia conseguido tal patente sem ter até então experiência específica nessa função.

Antes de ir à guerra, d’Eu já lidava, mesmo que administrativamente, com demandas fortemente relacionadas à logística militar.

O ápice da sua atuação militar se deu nos cinco primeiros meses em que esteve no Comando em Chefe; desse período, cerca de três meses e meio foram gastos na preparação das forças para as ações a partir de agosto de 1869.

Ao longo de todo o período em que esteve no comando, d'Eu se empenhou na superação dos entraves logísticos que se avolumaram ao longo dos quatro anos anteriores da guerra. O aprendizado prático em relação aos elementos logísticos foi acanhado quando confrontado com a estrutura e contingentes humanos mobilizados para o conflito.

A logística demandada na fase final do conflito se diferenciava substancialmente das etapas anteriores. Nessa fase, mesmo com toda a logística naval funcionando plenamente, os caminhos fluviais, embora continuassem indispensáveis, não eram suficientes como vantagem estratégica ou tática. O avanço sobre o inimigo agora se dava exclusivamente por terra, em pleno território inimigo – desconhecido dos aliados e favorável aos paraguaios –, exigindo a manutenção de linhas de suprimento longas e extremamente vulneráveis ao clima e ao inimigo. O conde tomou contato com essa nova dimensão do conflito logo que chegou às terras paraguaias e se defrontou com problemas sérios de transporte e de fornecimentos.

Os problemas logísticos se aprofundaram com o avanço por terra. A busca de soluções para as questões logísticas contribuiu para a aproximação de d'Eu e Paranhos no cotidiano dos anos finais do conflito, com vantagens políticas e militares a ambos. Nesse sentido, a pequena amostra de documentação aqui apresentada nos fornece uma série de elementos que permitem dimensionar e situar alguns dos vários aspectos relacionados à logística na Guerra do Paraguai.

As dificuldades da campanha, pelas vidas que custaram e outros tantos sacrifícios pessoais, afetaram profundamente os comandantes brasileiros. Caxias mal considerou terminada a guerra e voltou para o Rio de Janeiro. O conde d'Eu também procedeu de forma muito parecida: após as duas últimas grandes batalhas, também passou a considerar sua contribuição para o sucesso bélico brasileiro praticamente encerrado, antes mesmo de um desfecho final em relação a

López. Paranhos se tornou, então, peça fundamental na fase final da guerra. Chegou antes de d'Eu ter assumido e permaneceu atuando ora como diplomata, ora como se fosse “comandante militar” e, direta e indiretamente, tornou-se suporte ao príncipe-comandante e o homem forte do imperador na garantia dos interesses políticos e econômicos brasileiros no Prata. Nesse sentido, é possível considerarmos que Paranhos tutelou a atuação do conde d'Eu naquilo que lhe foi possível, ao longo dos meses em que d'Eu comandou as forças brasileiras. A postura de tutor, veladamente assumida por Paranhos, pode ser percebida em dois níveis, sendo o primeiro em relação aos assuntos oficiais e aos melindres políticos e diplomáticos, decorrentes ou não da ação militar propriamente dita; e o segundo, de maneira mais pessoal e quase familiar, de alguém mais experiente em relação a um jovem, estrangeiro, recém-casado e com o agravante de ter uma personalidade introspectiva.

Por conhecer a dinâmica política da Corte, ter participado da negativa – via Conselho de Estado – da autorização para d'Eu ir à guerra e acompanhar, de perto, mas na segurança de estar fora do combate, Paranhos foi, mais que um diplomata, uma sombra constante do príncipe consorte, mais próximo ou distante, conforme as circunstâncias exigissem.

O conde d'Eu, contudo, não se mostrou uma marionete do diplomata. Ele demonstrou boa habilidade na condução estratégica e tática das principais batalhas, apesar de ter se tornado refém de graves problemas logísticos que levaram a tropas a sofrimentos excessivos, ao extremo desgaste moral e à indisciplina, incluindo parte considerável da oficialidade. A atuação do conde nos procedimentos administrativos, em comissões e nos procedimentos para melhorias materiais e organizacionais nas forças terrestres brasileiras foram expressivas, tanto quanto seu relatório pós-conflito sobre os principais problemas verificados na organização militar brasileira para a guerra e seus apontamentos de alterações e melhorias necessárias.

Considerando o detalhamento, a dissertação sobre minúcias e especificidades das Armas, contidas em seu relatório de 1872, percebe-se ainda traços muito mais fortes da postura, vivência e atribuições de

um capitão do que das preocupações e visões de um estrategista, mais afeitas às atribuições de um general ou, seguindo a hierarquia militar brasileira do período, de um tenente-general ou marechal de exército.

D'Eu, em sua formação militar, se destacou em batalha no Marrocos, alcançando rapidamente a patente de capitão. Sua experiência no Marrocos não foi muito distante no tempo, de sua empolgação na Guerra do Paraguai. O sentimento de agressão, pela invasão paraguaia, e as manifestações de um incipiente patriotismo no início da guerra lhe conquistaram o espírito.

Outras influências nesse sentido situam-se no fato de d'Eu, a partir de seu casamento com Isabel, ter se ocupado de uma série de cargos e atribuições essencialmente administrativas e por ter sido designado Comandante de Artilharia, Arma que demandava, cada vez mais, um elevado nível de conhecimentos técnicos e científicos.

D'Eu cumpriu suas funções administrativas com afinco, conquanto tentasse, com o Imperador e Conselho de Estado, sua nomeação para algum cargo ativo nos trabalhos de guerra. A partir de 9 de novembro de 1865, passou a exercer o Comando Geral da Artilharia, cargo que, segundo o próprio d'Eu, "a ser exercido no Rio de Janeiro, seria sem eficácia enquanto durasse a guerra" (Reis, [1973?], p.90). Foi um administrador militar atuante, servindo no comando, presidindo os trabalhos da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército e da Comissão de Exame da Legislação do Exército. Da administração militar à guerra, quando no comando, d'Eu sofreu com

[...] o aproveitamento ao máximo do terreno pelo inimigo, um terreno de características peculiares e mais do que isto, desconhecido, terminou por impedir o emprego de grandes forças e, conseqüentemente, terminou por converter a Campanha, uma guerra de pequenas frações. (Reis, [1973?], p.92)

Dessa maneira, ele se distanciava, por exemplo, das figuras de Osório, reconhecido à época como destemido homem de ação, e de Caxias, que construiu sua ascensão militar e política debelando revoltas e insurreições pelo interior do Brasil.

Assim como Caxias e outros chefes militares brasileiros, d'Eu vivenciou *in loco* a chocante distância entre a construção ideal, ou minimamente necessária, de uma “força militar nacional” ante a tipologia, a postura e os horizontes políticos, econômicos e ideológicos da imensa e heterogênea massa de soldados rasos que lutaram na guerra. O choque entre as expectativas do comandante em chefe e o despreparo e comportamento do soldado raso decepcionou e desanimou tais chefias, que – para se verem livres do fardo e da incapacidade de melhor adaptação às especificidades sociais do capital humano de que dispunham – preferiram imputar a culpa de grande parte da ineficiência militar nacional à inaptidão do “tipo-soldado” brasileiro. Caxias culpou o tipo de soldado que havia nas fileiras brasileiras pela ineficiência da máquina militar nacional; d'Eu, do alto de sua origem europeia, também o fez. Terminada a guerra, procurou se redimir valorizando a abnegação dos Voluntários da Pátria.

O conde d'Eu, pelo momento e estado das tropas e operações cujo comando ele assumiu, não tinha como horizonte viável promover grandes e impactantes alterações na estrutura militar à sua disposição. Reativar uma força moralmente abatida foi seu primeiro grande desafio ao chegar às terras paraguaias, seguido das providências estratégicas e táticas – tudo isso somado ao agravante dos entraves logísticos e de suas flutuações ao longo da campanha.

Entre abril e julho de 1869, o conde tratou do planejamento estratégico e tático com ênfase no controle da linha ferroviária que ligava Assunção a Paraguari e na interrupção das linhas de abastecimento e de fuga de Solano López. Com esses objetivos, as manobras de flanco foram bem exploradas por ele, num claro exemplo de que a formação em linha para os ataques frontais não supria mais as necessidades militares em uma guerra de entrenchamentos e uso massivo de artilharia de ambos os lados.

Em Peribebeu e Campo Grande, d'Eu procurou reconhecer o terreno e evitar acessos mais curtos. Usou os mais longos, porém mais seguros, além de recorrer a manobras diversionistas para driblar a vantagem defensiva paraguaia. Após essas duas últimas grandes batalhas da guerra, na condição de comandante em chefe, d'Eu

se perdeu diante dos procedimentos militares a serem adotados a partir de então, quando a guerra passou a exigir movimentos rápidos e de pequenas unidades.

Após essa etapa, d'Eu – já descrente na continuidade das operações e pressionado a prosseguir nas ações contra López – buscou efetuar uma série de manobras de envolvimento. Nesse sentido, o principal problema que ele enfrentou foi a distância em que as forças brasileiras estariam em relação à capacidade logística de manutenção de uma linha de abastecimento regular. Como consequência da interiorização e das manobras de envolvimento, entre o fim de setembro e novembro, as forças aliadas ficaram por longo período sem receber suprimentos, fato que retardou o avanço, abateu profundamente o moral da tropa e gerou diversos episódios de indisciplina. A logística de abastecimento falhou por problemas no transporte e na entregas dos fornecedores. Os caminhos e a organização dos meios de transporte terrestre de então se mostraram ineficientes ao suporte a unidades militares menores, em constante deslocamento em território inimigo desconhecido.

Para d'Eu, a luta por uma estrutura logística funcional e menos onerosa aos cofres imperiais principiou, em sua plenitude, no momento em que ele pisou no teatro de operações. A ausência de compromisso de fornecedores, o descaso deles com o transporte dos fornecimentos por terra e a má qualidade daquilo que era entregue, à revelia do comandante em chefe, subvertiam a estratégia em curso e alteravam a tática das ações. A demora nos suprimentos retardava as operações e, em alguns momentos, forçava a paralisação delas, conforme se verificou entre o fim de setembro e o fim de novembro de 1869. Mesmo com todo um investimento para garantir a comunicação rápida e um transporte eficiente, por meio do telégrafo e da linha férrea, o desconhecimento da geografia paraguaia acabou por equilibrar essas vantagens tecnológicas, evidenciando a capacidade de liderança e a experiência militar dos beligerantes.

Vários interlocutores trocaram informações – fornecendo-as ou absorvendo-as – com o conde. Há um volume enorme de correspondências, notas, cartas e recados que circularam entre d'Eu, a família

imperial e amigos e parentes destes, no Brasil e na Europa. Muito dessa correspondência ainda está por ser analisado, o que poderá tornar mais nítido o grande mosaico chamado Guerra do Paraguai, assim como o envolvimento da família imperial nela.

Foram poucos os aprimoramentos técnicos que efetivamente evoluíram do início ao final do conflito. Restou uma boa experiência com a mobilização de grandes contingentes e eficiência maior ainda na desmobilização dos mesmos. A logística de transportes conheceu um crescimento substancial enquanto utilizou os rios como estradas privilegiadas. Na medida em que as forças se interiorizavam no território paraguaio essa mesma logística perdeu sua expressão qualitativa e quantitativa, por toda uma série de dificuldades que o desconhecimento do terreno, os deslocamentos e a manutenção de linhas de abastecimento terrestre ensejaram.

Os procedimentos de abastecimento melhoraram na medida em que se ampliavam exponencialmente a quantidade de produtos e serviços contratados, em detrimento do aprimoramento dos procedimentos de transporte, entregas e da qualidade do produto que chegava ao soldado, como seu destino final. Nesse sentido os aprimoramentos foram pontuais, como a melhoria, pela experiência acumulada, dos produtos e serviços efetuados pelos laboratórios pirotécnicos e arsenais, como reparos de armamento, confecção de munição e armamentos diversos. No teatro de operações, também pela experiência acumulada desde o início das hostilidades, houve aprimoramento na engenharia dos deslocamentos, acampamentos e fortificações, porém, os aprimoramentos e avanços técnicos eram compensados, a favor dos paraguaios, com tendência a certo equilíbrio, pelo conhecimento e domínio do território, pelas flutuações climáticas e o baixo nível de instrução e preparo das forças brasileiras, de modo geral.

Nesse quadro o conde d'Eu contribuiu, em grande parte, nos trabalhos administrativos levados a termo na Corte e, posteriormente, no ano final da guerra, em especial do momento de sua ascensão ao comando até as duas grandes batalhas finais da campanha, de Peribeubú e Campo Grande. Da experiência na guerra ao aprimo-

ramento posterior, com destaque para o aspecto técnico e material, das instituições militares brasileiras, como demonstraram os dados e informações apresentadas, não houve incrementos ou ampliações suficientemente qualitativas que impactassem na força em curto prazo. O Império pouco se aproveitou, em termos militares, da rica experiência prática e dolorosa da Guerra do Paraguai.

Ao olharmos a historiografia recente em busca de informações sobre o conde d'Eu, tomamos como expoente o livro *Maldita guerra*, de Francisco Doratioto. Mas vemos que este, embora esmiúce vários aspectos do conflito, não cobre uma série de lacunas sobre esse importante evento militar da história brasileira. A obra de Doratioto, ao relatar o desenrolar do conflito após a nomeação de d'Eu ao comando das forças brasileiras, alterna sucessivamente informações disponibilizadas pelo visconde de Taunay, pelo general Tasso Fragoso e, aqui e ali, por alguns outros autores que deixaram relatos porque participaram diretamente da guerra – Dionísio Cerqueira e Juan Crisóstomo Centurión, por exemplo; porém, a essência do relato sobre d'Eu se ampara basicamente em Taunay e Fragoso. No todo da obra de Doratioto e no debate historiográfico que procura abarcar a totalidade da guerra, d'Eu permanece fundamentalmente como tema acessório: o fim da trajetória de um conflito somenos importante, esmaecido pelas fases e flutuações da historiografia republicana.

A figura do conde teve mais profundidade na condução desse conflito do que se supõe à primeira vista, a partir única e exclusivamente de seu período de atuação direta no *front* em um ano de serviço no comando militar aliado. No apagar das luzes da guerra, muito por causa da postura do próprio imperador Pedro II, não foram feitas grandes e entusiásticas homenagens. O próprio Pedro II “não aceitou a espada de López e outros objetos que lhe tinham mandado. Quando a Câmara votou 36 contos para construção de um monumento em sua homenagem, rejeitou a proposta” (Carvalho, 2007, p.122). Quanto ao conde, em março de 1879, Osório, o marquês do Herval, enviou-lhe carta consultando-o quanto à possibilidade de assumir o lugar do visconde de Santa Tereza no comando da Escola Militar. O conde declinou ao pedido alegando, além de problemas

de saúde, a incumbência de aconselhar e auxiliar a princesa Isabel, o cuidado da educação dos filhos e, por fim, a licença que o imperador lhe concedeu para ficar dois anos na Europa por conta de assuntos familiares (Conde, 1879).

Por conta da atuação, por vezes, nada patriótica de algumas personalidades do Império, dentre diplomatas e militares, envolvidas nas complicadas negociações com o Paraguai ao fim da guerra, ainda em 2008 o Itamaraty, a título de prevenção de atritos diplomáticos, insiste em classificar como ultrassecreta e sob sigilo eterno a documentação referente à Guerra do Paraguai, em especial aquela sobre a demarcação de fronteiras. À luz das pesquisas mais recentes e na opinião de historiadores, tal atitude visa apenas esconder ações, procedimentos e posturas inconvenientes à construção histórica de certas personagens como heróis nacionais e demais subterfúgios usados pelos governos brasileiro e argentino, a exemplo do suborno de árbitros internacionais que mediarão a resolução de conflitos fronteiriços e das vantagens econômicas e comerciais para militares e diplomatas brasileiros que atuaram no Paraguai por esse período.

Todavia, percebemos, ao longo dessa pesquisa, que muitos documentos, especialmente ofícios, cartas, avisos, orientações e outros, podem ser conseguidos, de forma a se complementarem, em instituições documentais diversas, a exemplo dos documentos obtidos no Museu Imperial, como as correspondências, oficiais e particulares, de Paranhos a d'Eu, ou de Paranhos ao ministro da Guerra ou mesmo ao imperador, sem demandar, necessariamente, acesso ao acervo do Itamaraty, que se supunha próprio e específico para tal consulta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAMBERT, F. Civilização e barbárie, história e cultura: representações literárias e projeções da Guerra do Paraguai nas crises do segundo Reinado e da Primeira República. In: MARQUES, M. E. C. M. *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- \_\_\_\_\_. O Brasil no espelho do Paraguai. In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias. 2. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2000.
- ALMEIDA, J. R. de. *Relatório de observações climáticas*. [S.l.]:[186-].
- AMARAL, A. J. do. *A influência do armamento de carregar pela culatra sobre os diferentes ramos da arte militar*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1871.
- \_\_\_\_\_. *Questões do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1869.
- AMÉRICO, P. A batalha de Campo Grande. 1872. Óleo sobre tela. Museu Imperial de Petrópolis.
- ARAÚJO, N. de. *Parecer do Conselheiro Nabuco de Araújo apresentado na sessão do Conselho de Estado Pleno*. [S.l.]: 18 mar. 1867.
- ARAÚJO, O. M. de. *Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX*. Edição comemorativa do 172º aniversário da Polícia Militar do Estado da Bahia. Salvador: Polícia Militar da Bahia, 1997.
- ARGON, M. de F. M. (org.). *Família Imperial: álbum de retratos*. Petrópolis: Museu Imperial, 2002. 1 CD-ROM.

- AVELINO, J. Cartas do Rio. *Correio Paulistano*, [s.l.], mar.1890.
- BARMAN, R. J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Unesp, 2005.
- BARROSO, G. *História militar do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- BETHEL, L. O imperialismo britânico e a guerra contra o Paraguai. In: MARQUES, M. E. C. M. (Org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- BONANATE, L. *A guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BONAVIDES, P.; AMARAL, R. Tratado da Tríplice Aliança, entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai: determinação das bases políticas da guerra e paz (1º de maio de 1865). In: *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2008, v.2, CD-ROM.
- BOWERSOX, D. J. *Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento*. São Paulo: Atlas, 2009.
- BURKE, P. *Variadas de história social*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BURTON, R. F. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- CAMPANTE, R. G. Patrimonialismo em Faoro e Weber. *DADOS – Revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v.46, n.1, 2003, p.153-93.
- CARDOZO, E. *Breve historia del Paraguay*. Buenos Aires: Eudeba Editorial Universitária de Buenos Aires, 1965.
- CARNEIRO, D. *História da Guerra Cisplatina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- CARNEIRO, M. T. G. As tentativas para a organização militar do Brasil. As Leis do Recrutamento. *Arquivo militar*, v.1. n.1. [s.d.]
- CARREIRA, L. de C. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. Tomos I e II.
- CARVALHO, A. de. *Caxias*. 3.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- CARVALHO, J. M. *A carteira d'um diplomata: commentários, curiosidades, indiscrições*. Rio de Janeiro; Pará: [s.n.], 1899.

- \_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume Dumará, 1996.
- \_\_\_\_\_. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASCUDO, L. da C. *Conde d'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CASTRO, J. B. de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- CAXIAS, D. de. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra: 1877*. Rio de Janeiro: Empreza do Figaro, 1877.
- CELADA, M. T. A fundação de um destino para a pátria argentina. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003, p.89-112.
- CENTURIÓN, J. C. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Asunción del Paraguay: Guaranía, [s.d.], v.4.
- CERQUEIRA, D. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- CERVO, A.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. 2.ed. Brasília: UnB, 2002.
- CHAGAS, M. P. (dir.). *Educação Popular: encyclopedia instructiva e amena: a guerra do Paraguay*. Lisboa: Lucas & Filho, 1874a.
- \_\_\_\_\_. *A Guerra do Paraguai*. Lisboa: Lucas & Filho, 1874b.
- CHIAVENATO, J. J. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CLAUSEWITZ, C. von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COELHO, E. C. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- CONDE d'Eu, L. F. M. G. de O. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Edusp, 1981.
- CORREIA, M. C. de S. *Ofício de Mariano Carlos de Sousa Correia ao ministro da Guerra*. [S.l.]: 22 mar. 1865.
- COSTA, E. V. da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difel, 1966.
- COSTA, V. P. da S. *Duque de Caxias*. São Paulo: Três, 1974.

- COSTA, W. P. *A espada de Dâmoçles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec – Unicamp, 1995.
- COTNER, R. C. As experiências do capitão James H. Tomb na Marinha Brasileira – 1865-1870. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v.127, edição especial, dez. 2007, p.125-40.
- DOMINGOS, M. Guerra e civilização. In: ARIAS NETO, J. M. (Org.). História: guerra e paz. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, julho de 2005. *Anais...* Londrina: ANPUH, 2007
- DORATIOTO, F. F. M. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. A construção de um mito. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 nov. 1997.
- \_\_\_\_\_. *Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ENDERS, A. O Plutarco brasileiro: a produção dos vultos nacionais no segundo reinado. *Estudos históricos*, CPDOC: Rio de Janeiro, v.14, n.25, 2000.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. v.1 e 2. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.
- FERREIRA, G. N. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FIGUEIRA, D. G. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP; FAPESP, 2001.
- FIGUEIREDO, M. J. *Platão*. Timeu. Lisboa: Instituto Piaget, 2004
- FLEIUSS, M. *Conde d’Eu: 1842-1922*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1942. Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 28 de abril de 1942.
- FORTES, H. G. B. *Canhões cruzados: uma síntese da história da artilharia de costa brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- FORTUNA, D. da S. *Circulação e territorialidade econômica: o (re) ordenamento territorial no eixo médio mato-grossense da BR-163 (Cuiabá-Santarém)*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

- FRAGOSO, A. T. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956 – v.1; 1957 – v.2; 1958 – v.3; 1959 – v.4; 1960 – v.5.
- GINZBURG, C. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GONÇALVES, L. J. C. *Tática do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai de 1866 a 1868*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009.
- GRAHAM, R. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GRAY, M. G. O departamento de logística da Escola de Comando e Estado-maior. *Military review* – edição brasileira, Fort Leavenworth, Kansas, EUA, v.XXIX, n.12, mar. 1950.
- GUIMARÃES, C. E. de A. *Arthur Oscar soldado do Império e da República*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.
- HOLANDA, S. B. de (dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*, v.4, t.II: declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IZECKSOHN, V. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Org.). *O Brasil imperial*, v. II (1831–1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- IZECKSOHN, V. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002 [1997].
- \_\_\_\_\_. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- \_\_\_\_\_. Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. *Estudos Históricos*, n.27, 2001.
- JOMINI, A. *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Gráfica Laemmert, 1949. Tradução do Major Napoleão Nobre da obra “Jomini’s art of war”, edição americana, 1947.

- JUNQUEIRA, J. J. de O. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra: 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Carioca, 1875.
- KEEGAN, J. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras – Biblioteca do Exército, 1995.
- KRESS, M. *Operational logistics: the art and science of sustaining military operations*. Boston/Dordrecht/London: Kluwer Academics Publishers, 2002.
- LACONTE, W. *Guerra do Paraguai*. São Paulo: Ática, 1994.
- LAGE, N. Paraguai, a guerra total: rios de sangue e lágrimas correm no Prata. In: *Os grandes enigmas de nossa história*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1982.
- LE GOFF, J. *A história nova*. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e memória*. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1994, p.535-53.
- LEIBNIZ, G. W. Projeto a respeito de uma nova enciclopédia que deve ser redigida pelo método da descoberta. *Scientiae Studia*, São Paulo, v.5, n.1, 2007, p.95-107
- LEITE, J. P. da C. *Economia de guerra*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1943.
- LIMA, O. *O movimento da independência – O Império Brasileiro (1821-1889)*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.
- LOBO, R. H. *História econômica e administrativa do Brasil*. 17.ed. São Paulo: Atlas, 1971.
- LOUREIRO, U. J. de S. *Um punhado de verdades: o cônsul geral do Brasil, os falsos moedeiros do Porto, a hospitalidade brasileira*. Porto: Typographia de Manuel José Pereira, 1870.
- LYNCH, J. As repúblicas do Prata da independência a Guerra do Paraguai. In: BETHEL, L. (Org.). *História da América Latina: da independência até 1870*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.
- MACEDO, M. B. *Carta pessoal de M. Bernardo Macedo ao Conde d'Eu*. Recife: 1 abr. 1869a.
- \_\_\_\_\_. *Carta pessoal de M. Bernardo Macedo ao conde d'Eu*. Recife: 29 jun. 1869b.
- MACIEL, L. A. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.21, n.41, 2001.

- MAQUIAVEL, N. *A arte da guerra*. São Paulo: Escala, 2007.
- MARCO, M. A. de. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Planeta, 1995.
- MATTOS, A. O. *A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra Redemptora no ocaso do Império (1888-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.
- MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- McGENNIS, M. A. Military logistics. *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, Bradford, v.22, n.2, abr. 1992.
- MELLO, A.; MELLO, N. R. *O Brasil e a Bacia do Prata*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – Sociedade Impressora Pannartz, 1980.
- MENEZES, A. da M. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá: UFMT, 1998.
- MONTEIRO, V. J. C. *Ordens do dia*. Rio de Janeiro: Typ. do Exército, 1870.
- MOUSOURAKIS, G. *The historical and institutional context of Roman law*. Burlington: Ashgate, 2003.
- MURITIBA, Barão de. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra: 1870*. Rio de Janeiro: Typ. de J. A. dos Santos Cardoso, 1870.
- MYERS, J. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: PAMPLONA, M. A.; MÄDER, M. E. (Org.). *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007
- O'HANLON, M. E. *The science of war: defense budgeting, military technology, logistics, and combat outcomes*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- PLÁ, J. *Hermano negro: la esclavitud en el Paraguay*. Madrid: Paraninfa, 1972.
- POMER, L. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. 2.ed. São Paulo: Global, 1981.
- \_\_\_\_\_. *La guerra del Paraguay: gran negocio!* Buenos Aires: Coldén, 1968.
- PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- PRIOLLI, M. L. B. *Confronto do poder civil e religioso no Paraguai colonial: eclosão do movimento comunero (1721-1735)*. 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- PROENÇA JÚNIOR, D.; DINIZ, E.; RAZA, S. G. *Guia de estudos de estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- RANGEL, A. *Gastão de Orléans: o último conde d'Eu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- REIS, E. O. O conde d'Eu e o exército brasileiro. *Anuário do Museu Imperial*, v.32. [1973?].
- REIS, J. C. dos. *Noções da arte da armaria*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1962.
- REIS, M. L. R. *Imprensa em tempo de guerra: o jornal "O Jequitinhonha" e a Guerra do Paraguai*. 4.ed. Belo Horizonte: Cuatiara, 2008.
- RENAULT, D. *Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- RIO BRANCO, Barão do. A Guerra Cisplatina. *A nação*, Rio de Janeiro, fev. 1894.
- RODRIGUES, M. S. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SALLES, R. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Memórias de guerra: Guerra do Paraguai e narrativa nacional*. *História*, São Paulo: Unesp, v.16, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Guerra do Paraguai, memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.
- SCHMITT, P. Começo e desenvolvimento das relações diplomáticas entre o Paraguai e as potências europeias (1811-1870). *Revista de História*, ano XXII, v.XXII, n.46, jun./jul., 1961.
- SCHULZ, J. *O Exército na política: origens da intervenção militar – 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SEIDL, E. *A espada como vocação: padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930)*. 1999. Dissertação

- (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- SHRADER, C. R. *U. S. military logistics, 1607-1991: a research guide (research guides in military studies)*. New York-Westport, Connecticut-London: Greenwood Press, 1992.
- SHUMWAY, N. *A invenção da Argentina: a história de uma ideia*. São Paulo: Edusp; Brasília: ed. UnB, 2008.
- SILVEIRA, M. C. *A batalha de papel: a Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOUZA, A. B. de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- SOUZA, G. X. de. *Ordens do dia 1869*. Rio de Janeiro: Typ. de Francisco Alves de Sousa, 1877. n.1-13.
- SOUZA, L. de C. *A medicina na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro, 1972.
- SPALDING, W. L. Recursos locais e sua aquisição nos teatros de ultramar. *Military review* – edição brasileira, Fort Leavenworth, Kansas, EUA, v.XXX, n.7, out. 1950, p.18.
- STRACHAN, H. *Sobre a guerra de Clausewitz*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- TAUNAY, A. d'E., Visconde Taunay. *Diário do Exército, campanha do Paraguai, 1869-1870: Comando em chefe de S. A. o Sr. Marechal de Exército conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A campanha da Cordilheira*. São Paulo: Melhoramentos, 1926.
- \_\_\_\_\_. *Cartas da campanha*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.
- \_\_\_\_\_. *Recordações de guerra e de viagem*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2008.
- TAVARES, L. *Vilagran Cabrita e a engenharia de seu tempo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- TEDESCO, J. C. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

- THORPE, G. C. *Pure logistics: the science of war preparation*. Washington: National Defense University Press, 1986.
- TORAL, A. A. de. Entre retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n.38, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- TZU, S. *A arte da guerra*. 16.ed. Adaptação e tradução de James Clavell; tradução de José Sanz. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- URICOECHEA, F. *O minotauro imperial a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- VIANA, O. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.
- VISCONDE de Itaboray. *Carta do Visconde de Itaboray ao imperador (ou conde d'Eu)*. [S.l.] 31 mar. 1869.
- \_\_\_\_\_. *Carta do Visconde de Itaboray ao conde d'Eu*. Catete: 18 de março de 1867.
- WALDMANN, P.; ZELINSKY, Ulrich. *América Latina: síntesis histórica, política, económica y cultural*. Barcelona: Círculo de Lectores, 1984.
- WASHBURN, C. A. *História do Paraguai com notas e observações pessoais e reminiscências de algumas dificuldades diplomáticas*. Buenos Aires, 1892.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

## Outras fontes

- ACAMPAMENTO aliado em Rosário. Cabo telegráfico (detalhe). 1870a. 1 fotografia p&b.
- \_\_\_\_\_. Poste telegráfico (detalhe). 1870b. 1 fotografia p&b.
- BONALUME NETO, R. Novas lições do Paraguai. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 9 nov. 1997. "Mais!" Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs091105.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

BRASIL pode ter se valido de “guerra bacteriológica” na Guerra do Paraguai.

*Tribuna de Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto, 25 out. 2001. “Reportagens especiais”.

CASTRO, A. H. F. de. *Uniformes na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [ca. 2006]. p.2. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/guerradoparaguai/artigos/Adler%20Uniformes%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

COMANDO em chefe de todas as forças brasileiras em operações na República do Paraguai. *Ao Coronel José de Oliveira Buêno, comandante da força expedicionaria no Rozario*. Quartel General em Luque: 28 abr. 1869.

COMISSÃO de Melhoramentos do Material do Exército. *Relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra, de 1867 a 1870*. Rio de Janeiro, [entre 1865 e 1875].

CONDE d’Eu. *Carta pessoal do conde d’Eu ao conselheiro Angelo Muniz da Silva Ferraz*. Recife: 8 de agosto de 1866.

\_\_\_\_\_. Gaston de Orleans. *Correspondência com o Conselho de Estado*. 1867.

\_\_\_\_\_. *Carta pessoal do conde d’Eu a Buarque*. Rio de Janeiro: 23 mar. 1869.

\_\_\_\_\_. *Carta pessoal de d’Eu a Pedro II*. [S.l.]: 1 jul. 1870b.

\_\_\_\_\_. *Carta pessoal de d’Eu a Pedro II*. Paço Isabel: 1 jun. 1870b.

\_\_\_\_\_. Gaston de Orleans. *Resposta de Sua Alteza o Conde d’Eu ao aviso de 16 de maio de 1872*.

\_\_\_\_\_. *Correspondência oficial do Conde d’Eu a Pedro II*. Vila do Rosário: 13 fev. 1870a.

\_\_\_\_\_. *Ordens do dia*. Rio de Janeiro: L. C. O. Guimarães, 1877.

\_\_\_\_\_. *Carta pessoal do conde d’Eu a Osório*. Paris: 18 mar. 1879.

DIÁRIO DO POVO. Rio de Janeiro, anno III, n.2, 3 jan. 1869.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, anno III, n.2, 3 jan. 1869.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, anno III, n.69, 24 mar. 1869.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, anno III, n.75, 1º abr 1869.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, anno III, n.77, 3 mar. 1869.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, anno III, n.79, 6 mar. 1869.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, anno III, n.82, 9 mar. 1869.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, anno III, n.94, 23 mar. 1869.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, anno III, n.95, 24 mar. 1869.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, anno III, n.98, 30 mar. 1869.

- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n.2, 2 jan. 1868.
- DORATIOTO, F. M. História e ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai. In: Nuevo mundo mundos nuevos. *Coloquios*, 13 jan. 2009, p.7. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index49012.html>>. Acesso em: 4 jul. 2010.
- ESBOÇO descritivo dos públicos festejos e da solemníssima acção de graças pelo termo da Guerra do Paraguay e triumpho das armas do Brazil. Rio de Janeiro: Nova Typ. Viennense, 1870.
- EXÉRCITO Brasileiro. *C 100-10. Manual de campanha*: logística militar terrestre. 2.ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2003.
- \_\_\_\_\_. *História do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro, 1972.
- \_\_\_\_\_. Logística operacional: um objetivo a ser alcançado. *Verde-oliva*, Brasília, ano XXXVIII, n.204, jan./fev./mar. 2010.
- FAGUNDES, L. P. Do estrangeiro antipático e avarento, ao velhinho simpático e veterano de guerra: representações e construções memoriais sobre o Conde d'Eu. *Mosaico*, Rio de Janeiro: CPDOC-PPHPBC-FGV, ed. n.3, ano II. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/do-estrangeiro-antipatico-e-avarento-ao-velhinho-simpatico-e-veterano-de-guerra-representacoes>>. Acesso em: 1º ago. 2010.
- GUERRA do Paraguay a nova phase (carta a um amigo) por \*\*\*. Montevideu: Typographia Sul-Americana, 1869.
- HISTÓRIA da guerra do Brasil contra as repúblicas do Uruguay e Paraguay. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança; Livraria de A. G. Guimarães & C., 1871.
- IMPÉRIO do Brazil. n. 124, pagadoria das tropas da Corte declara. [S.l.]: [18-?].
- JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, anno 48, n.89, 31 mar. 1869.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, anno 48, n.90, 1º abr 1869.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, anno 48, n.120, 1º maio 1869c.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, anno 48, n.122, 3 maio 1869a.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, anno 48, n.123, 4 maio 1869b.
- KRAUER, J. C. H. *La historia económica del Paraguay*: balance de realizaciones y desafíos. Julho, 2007. Disponível em <<http://diplomatzando.blogspot.com/2008/07/909-i-encontro-de-historiadores-sul.html>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

- LIMA, F. B. *Guerra do Paraguai*. Escola de Comando e Estado-maior do Exército: curso de preparação, 1967.
- MAÇO 138 – Doc. 6780; MFN 14810, Museu Imperial, Petrópolis, RJ.
- MAESTRI, M. Guerra contra o Paraguai: da instauração à restauração historiográfica. *Espaço acadêmico*, ano II, n.20, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/020/20hmaestri.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008
- PARANAGUÁ, J. L. da C. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra: 1868*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.
- PARANHOS, J. M. da S. *Carta de Paranhos a D. Pedro II*. [S.l.]: dez. 1868.
- \_\_\_\_\_. *Carta de José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Assunção: 15 mar. 1869a.
- \_\_\_\_\_. *Carta de José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Buenos Aires: 22 abr. 1869b.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular n.9, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Buenos Aires: 6 maio 1869c.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular n.10, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Buenos Aires: 9 maio 1869d.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular n.11, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Buenos Aires: 12 maio 1869e.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular n.12, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Buenos Aires: 14 maio 1869f.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular n.15, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Buenos Aires: 21 maio 1869g.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular n.18, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Buenos Aires: 6 jun. 1869h.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Buenos Aires: 12 de jun. 1869i.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular n.20, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Buenos Aires: 17 jun. 1869j.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular n.21, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Buenos Aires: 14 jul. 1869k.

- \_\_\_\_\_. *Carta particular, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Assunção: 15 jul. 1869l.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Assunção: 16 jul. 1869m.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Assunção: 17 jul. 1869n.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Assunção: 25 ago. 1869o.
- \_\_\_\_\_. *Carta de José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Assunção: 15 ago. 1869p.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Assunção: 28 out. 1869q.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Assunção: 1º novembro 1869r.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular de Paranhos ao conde d'Eu*. Assunção: 22 nov. 1869s.
- \_\_\_\_\_. *Carta particular de Paranhos ao conde d'Eu*. Assunção: 25 nov. 1869t.
- \_\_\_\_\_. *Cópia de ofícios de Paranhos encaminhados ao conde d'Eu*. [S.l.] 12 dez. 1869u. cópia n.1.
- \_\_\_\_\_. *Cópia de ofícios de Paranhos encaminhados ao conde d'Eu*. [S.l.] 12 dez. 1869. cópia n.2.
- \_\_\_\_\_. *Carta de José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu*. Assunção: 30 jun. 1870.
- \_\_\_\_\_. *Carta telegrafada ao imperador por Paranhos*. [S.l.]: 15 jan. 1875.
- PASCAL, M. A. M. A imprensa e a Guerra do Paraguai. In: V Congresso Nacional de História da Mídia, São Paulo, Faculdade Cásper Líbero; Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Anais... Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0048-1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2010.
- RÓTULOS de cigarros. [entre 1870-1880]. 1 litogravura. Disponível em: <[http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/busca/listar\\_projeto.php?cod=26&from=174](http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/busca/listar_projeto.php?cod=26&from=174)>. Acesso em: 2 ago. 2010.
- SILVA, M. C. da; MOREIRA, Ildeu de Castro. A introdução da telegrafia elétrica no Brasil (1852-1870). *Revista Brasileira de História da Ciência*,

Rio de Janeiro, v.5, n.1, jan. – jul. 2007, p.47-62. Disponível em: <[http://www.sbh.org.br/pdfs/revistas\\_anteriores/2007/1/artigos\\_3.pdf](http://www.sbh.org.br/pdfs/revistas_anteriores/2007/1/artigos_3.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2010.

SORIANO NETO, M. [cel. Inf. QEMA, Ch. C. Doc. Ex /1973]. *Guerra do Paraguai*. Disponível em: <[http://www.cdcox.eb.mil.br/site\\_cdcox/Arquivos%20em%20PDF/Guerra\\_do\\_Paraguai\\_1.pdf](http://www.cdcox.eb.mil.br/site_cdcox/Arquivos%20em%20PDF/Guerra_do_Paraguai_1.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2011.

SOBRE O LIVRO

*Formato:* 14 x 21 cm

*Mancha:* 10,0 x 17,1 cm

*Tipologia:* Horley Old Style 10,5/14

*1ª edição:* 2011

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Arlete Zebber

